



40

SET /
DEZ /
2022

V.15

História da Historiografia

International Journal of Theory
and History of Historiography



ISSN 1983-9928



Sociedade Brasileira
de Teoria e História da
Historiografia



UNIRIO



UFOP



História da Historiografia

International Journal of Theory
and History of Historiography



ISSN 1983-9928



UNIRIO



UFOP



Sociedade Brasileira
de Teoria e História da
Historiografia



Expediente

Editora Chefe

■ Flávia Varella, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil. flavia_varella@hotmail.com | [Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Editores Executivos

■ Breno Mendes, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, Goiânia, GO, Brasil. mendes.breno@gmail.com | [Currículo Lattes](#) | [ORCID](#) ■ Flávia Varella, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil. flavia_varella@hotmail.com | [Currículo Lattes](#) | [ORCID](#) ■ Francine Iegelski, Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, RJ, Brasil. francineiegelski@hotmail.com | [CV Lattes](#) | [ORCID](#) ■ João Rodolfo Munhoz Ohara, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. ohara.jrm@gmail.com | [Currículo Lattes](#) | [ORCID](#) ■ Lizette Jacinto, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades "Alfonso Vélaz Pliego", Posgrado en Historia, Puebla, México. lizettejacinto@hotmail.com | [ORCID](#) ■ Maria Inés Mudrovcic, Universidad Nacional del Comahue, Facultad de Humanidades, Departamento de Historia, Río Negro, Argentina. mmudrovcic@gmail.com | [ORCID](#) ■ Pablo Aravena, Universidad de Valparaíso, Instituto de Historia y Ciencias Sociales, Magíster en Historia, Valparaíso, Chile. pablo.aravena@uv.cl | [ORCID](#) ■ Ricardo Ledesma Alonso, Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Filosofía y Letras, Ciudad de México, México. ricardotelesmaalonso@comunidad.unam.mx | [ORCID](#) ■ Sanjay Seth, University of London, Department Politics and International Relations, Londres, Inglaterra. s.seth@gold.ac.uk | [ORCID](#)

Conselho Editorial

■ Alejandro Eujanian, Universidad Nacional de Rosario, Facultad de Humanidades y Artes, Rosario, Argentina. aeuja@live.com.ar ■ Arthur Alfaix Assis, Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Brasília, DF, Brasil. arthurassis@hotmail.com | [Currículo Lattes](#) | [ORCID](#) ■ Arthur Lima de Ávila, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil. arthuravila@gmail.com | [Currículo Lattes](#) ■ Claudia Beltrão, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Escola de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. crbeltrao@gmail.com | [Currículo Lattes](#) | [ORCID](#) ■ Durval Muniz de Albuquerque, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento de História, Natal, RN, Brasil. durvaljr@gmail.com | [Currículo Lattes](#) | [ORCID](#) ■ Ewa Domanska, Adam Mickiewicz University, Department of History, Poznań, Polônia. ewa@amu.edu.pl | [ORCID](#) ■ Fábio Franzini, Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Guarulhos, SP, Brasil. fabio.ff.franzini@gmail.com | [Currículo Lattes](#) | [ORCID](#) ■ Fabio Wasserman, Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, Buenos Aires, Argentina. fwasserm@filo.uba.ar | [ORCID](#) ■ Fernando Nicolazzi, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil. fernando.nicolazzi@ufrgs.br | [Currículo Lattes](#) | [ORCID](#) ■ Helena Mollo, Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brasil. hmollo@bol.com.br | [Currículo Lattes](#) | [ORCID](#) ■ Julio Bentivoglio, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Departamento de História, Vitória, ES, Brasil. juliobentivoglio@gmail.com | [Currículo Lattes](#) | [ORCID](#) ■ Lucia Maria Paschoal Guimarães, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. luciamp@uol.com.br | [Currículo Lattes](#) | [ORCID](#) ■ Luisa Rauter Pereira, Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brasil. lurauterp@gmail.com | [Currículo Lattes](#) | [ORCID](#) ■ Mateus Henrique Faria Pereira, Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brasil. matteuspereira@gmail.com | [Currículo Lattes](#) | [ORCID](#) ■ Omar Acha, Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, Buenos Aires, Argentina. omaracha@gmail.com | [ORCID](#) ■ Pedro Meira Monteiro, Princeton University, Department of Spanish and Portuguese, Princeton, Estados Unidos da América. pmeira@princeton.edu | [Currículo Lattes](#) | [ORCID](#) ■ Pedro Spinola Pereira Caldas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas, Escola de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. pedro.caldas@gmail.com | [Currículo Lattes](#) | [ORCID](#) ■ Raquel Glezer, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, SP, Brasil. rglezer938@gmail.com | [Currículo Lattes](#) | [ORCID](#) ■ Rebeca Gontijo, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Seropédica, RJ, Brasil. rebeca.gontijo@gmail.com | [Currículo Lattes](#) | [ORCID](#) ■ Rodrigo Turin, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas,



Escola de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. rodrigoturin@gmail.com | [Currículo Lattes](#) | [ORCID](#) ■ Sérgio da Mata, Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brasil. sdmata@ufop.edu.br | [Currículo Lattes](#) | [ORCID](#) ■ Temístocles Cezar, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil. t.cezar@ufrgs.br | [Currículo Lattes](#) | [ORCID](#) ■ Tiago C. P. dos Reis Miranda, Universidade de Évora, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, Évora, Portugal. treismiranda@yahoo.co.uk | [ORCID](#) ■ Valdei Lopes de Araujo, Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brasil. valdei354@gmail.com | [Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Conselho Consultivo

■ Astor Diehl, Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Passo Fundo, RS, Brasil. astor@upf.br | [Currículo Lattes](#) ■ Carlos Fico, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. carlosficojr@gmail.com | [Currículo Lattes](#) | [ORCID](#) ■ Carlos Oiti, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, Goiânia, GO, Brasil. oitijr@terra.com.br | [Currículo Lattes](#) | [ORCID](#) ■ Cássio Fernandes, Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, SP, Brasil. cassiofer@hotmail.com | [Currículo Lattes](#) ■ Chris Lorenz, University of Amsterdam, Amsterdã, Países Baixos. lorenz@gmail.com ■ Eliana Dutra, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Belo Horizonte, MG, Brasil. erdutra@terra.com.br | [Currículo Lattes](#) | [ORCID](#) ■ Estevão de Rezende Martins, Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Brasília, DF, Brasil. echarema@gmail.com | [Currículo Lattes](#) | [ORCID](#) ■ Fernando Catroga, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Coimbra, Portugal. fcatroga@hotmail.com ■ Francisco Murari Pires, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, SP, Brasil. murari@usp.br | [Currículo Lattes](#) ■ François Hartog, École Des Hautes Études En Sciences Sociales, Paris, França. francois.hartog@ehess.fr ■ Frederico de Castro Neves, Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Fortaleza, CE, Brasil. fredneve@ufc.br | [Currículo Lattes](#) ■ Guillermo Zermeño Padilla, Colegio do México, Cidade do México, México. gmoz@colmex.mx ■ Hans Ulrich Gumbrecht, Stanford University, Departments of Comparative Literature and of French & Italian, Stanford, Estados Unidos da América. sepp@stanford.edu ■ Iris Kantor, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, SP, Brasil. ikantor@usp.br | [Currículo Lattes](#) | [ORCID](#) ■ José Carlos Reis, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Belo Horizonte, MG, Brasil. jks@uol.com.br | [Currículo Lattes](#) ■ Jörn Rüsen, Universität Witten/Herdecke, Fakultät für Kulturreflexion - Studium fundamentale, Witten, Alemanha. joern.ruesen@uni-wh.de ■ Jurandir Malerba, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil. jurandirmalerba1@gmail.com | [Currículo Lattes](#) | [ORCID](#) ■ Keila Grinberg, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas, Escola de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. keila.grinberg@gmail.com | [Currículo Lattes](#) | [ORCID](#) ■ Luiz Costa Lima, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. l18daniel@gmail.com | [Currículo Lattes](#) ■ Marco Morel, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. marmorel@terra.com.br | [Currículo Lattes](#) ■ Marlon Salomon, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, Goiânia, GO, Brasil. marlonsalomon@gmail.com | [Currículo Lattes](#) | [ORCID](#) ■ Pascal Payen, Université de Toulouse II - Le Mirail, Toulouse, França. payen@univ-tlse2.fr ■ Sérgio Campos Matos, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de História, Lisboa, Portugal. sergiocamposmatos@gmail.com | [ORCID](#) ■ Silvia Petersen, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil. spetersen@orion.ufrgs.br | [Currículo Lattes](#)

Editora Assistente

■ Letícia Gomes do Nascimento, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Departamento de Ciência da Literatura, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. leticiagomesn@hotmail.com | [Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Divulgação / Comunicação Científica

■ Ilda Renata Andreatta Sesquim, Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brasil. ildasesquim@gmail.com | [Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Revisão de Língua Portuguesa

■ Lectura Traduções.



Revisão de Língua Inglesa

- Lectura Traduções

Revisão de Língua Espanhola

- Lectura Traduções

Diagramação

- João Carlos Furlani ■ Editora Milfontes

Publisher

- SBTHH - Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia ■ UNIRIO, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro ■ UFOP, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto

Financiamento

- Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) ■ Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) ■ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Contato

Rua do Seminário, s/n - Centro Mariana - MG - 35420-000 - Brasil - Telefone: (31) 3557-9400

<http://www.historiadahistoriografia.com.br> - historiadahistoriografia@hotmail.com

Sumário

Artigos Originais (AO)

Research Article (RA)

A history of sport historiography in Brazil: Proceedings of the Brazilian Congress of Sport History, Leisure, and Physical Education (1993-2016)

Tony Honorato

10

Notes on Ernest Nagel's Philosophy of History: Historical Determinism Revisited

Alexander Weller Maar

32

Texto, contexto y marco: una propuesta metodológica para el estudio del pensamiento político con una crítica a la lectura orientalista de Karl Marx

Victor Garcia Alemán e Nira Santana Montañez

60

A historiografia antiga e a consciência do método da investigação histórica: uma leitura das *Histórias de Políbio de Megalópolis*

Dominique Vieira Coelho dos Santos e Dyel da Silva

87

***Os lusíadas*, 450 anos depois: hipóteses de leitura**

Cleber Vinicius do Amaral Felipe

116

Aristóteles e a *História dos animais*: a questão do antropocentrismo entre zoologia e ética

Thiago do Amaral Biazotto

144

A crítica de Reinhart Koselleck à primazia hermenêutica: um outro olhar sobre a controvérsia com Hans-Georg Gadamer

Gabriel Barroso Vertulli Carneiro

162

***pyHDB* - ferramenta heurística para a Hemeroteca Digital Brasileira: utilizando técnicas de *web scraping* para a pesquisa em história**

Eric Brasil

186

Parecer (P)

Reviewer Report (RR)

O que é uma ferramenta historiográfica?

Pedro Telles da Silveira

219

Lista de pareceristas (LP)

Referees (R)

Pareceristas de 2022

233

Apoiadores (A)

Backers (B)

Os apoiadores do nosso financiamento coletivo

237



Artigos Originais

AO

Research Article (RA)





A history of sport historiography in Brazil: Proceedings of the Brazilian Congress of Sport History, Leisure, and Physical Education (1993-2016)

Tony Honorato ^a

tony@uel.br

<https://orcid.org/0000-0003-3057-1157> 

^a Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Departamento de Educação, Londrina, PR, Brasil.



Abstract

The Brazilian Congress of Sport History, Leisure and Physical Education (CHELEF) is a traditional event in Latin America which has been celebrated for more than 25 years in Brazil. Current paper, focusing on bibliographic production, investigates sport historiography in Brazil as provided by the proceedings of the Brazilian Congress of Sport History, Leisure and Physical Education between 1993 and 2016. Proceedings provided 1517 texts, of which 694 focus on sports. The history of sport historiography took into account themes, source types, historical periods, theory and methodology and the most quoted authors/papers in the texts in the Proceedings. Current sports historiography in Brazil has tried to break away from the legitimization of official narratives which proved to be universals and based on the myth of their origin. New aims, sources and theories of history were required for the social and dynamic conditions of academic events and post-graduate courses.

Keywords

Theory of History; History of Historiography; Brazilian historiography.



Introduction

During the last 25, the Brazilian Congress of the History of Sports, Leisure, and Physical Education (CHELEF) has consolidated itself as one of the main and most important spaces for Sports in Brazil and Latin America. Throughout its 14 events, between 1993 and 2016, CHELEF¹ has published most of its experience in its proceedings. Its memoirs made its past come alive and truly significant as an essential part of the historiographical trends about Sports in Brazil.

Proceedings are documents containing the event's record on the central theme of the event, the (co)organizing institutions, committee, funding organs, general program, and the publication of scientific and academic texts. CHELEF Proceedings are a source of historical research in current paper since they are a collection of texts that reveal the production of the history of sports in Brazil. Production is the representation of academic historical culture shared in language, values, knowledge, and practices within a given research community.

CHELEF production has never been analysed from the point of view of the History of Historiography. According to Malerba (2002), Rösen (2009) and Araujo (2013), the History of Historiography is a systematic investigation on the writing of History, a critique on historian's intellectual productions and their historical culture. The past is reviewed to see in hindsight what has been produced. In fact, historiographical work is linked to a sort of tradition to be interpreted as a cultural practice directed in social terms and historical awareness.

Current paper (1) analyses the Historiography of Sports in Brazil, published in the CHELEF Proceedings (1993-2016); (2) presents through several tables the historical periods under analysis, the types of historical sources employed and the most cited authors/works in the texts published in CHELEF Proceedings; (3) provides discussions about historiographical trends about Sports in Brazil.

Current research focuses about the fourteen CHELEF Proceedings kept at the Centre for Memory, Information and Documents about Physical Education, Sports and Leisure of the State University of Londrina (CEMIDFEL-UEL).² The Proceedings of the fifteenth edition of CHELEF,

¹ Research reveals that the event was initially called "Meeting on the History of Physical Education and Sports"; its second edition was called "National Meeting on Sports, Leisure, and Physical Education"; the sixth edition, in 1998, celebrated in Rio de Janeiro, Brazil, became known as The Brazilian Congress of the History of Sports, Leisure, and Education, abbreviated to CHELEF, acknowledged by Brazilian researchers, and employed in current paper.

² Laercio Elias Pereira, current author and other collaborators have published a digitalized edition and indexed papers published in the CHELEF Proceedings on the homepage of the Virtual Sports Centre (CEV). See CEV Collection CHELEF in <http://bit.ly/chelefcv>.



held in Curitiba, Brazil, in November 2018, have not been published yet and, therefore, are not being analysed in current paper.

Table 1 gives general information about the Proceedings and the number of papers about Sports.

Table 1 – Number of texts on Sports published in the Proceedings

Event	Year	Place	Organized by	General articles	Sports articles	General abstracts	Sports abstracts	TOTAL Texts
I	1993	Campinas/SP	UNICAMP	37	14	-	-	37
II	1994	Ponta Grossa/ PR	UEPG	42	21	-	-	42
III	1995	Curitiba/PR	UFPR/UEPG	70	29	-	-	70
IV	1996	Belo Horizonte/ MG	UFMG	81	32	-	-	81
V	1997	Maceió/AL	ETFAL/UFAL	103	39	-	-	103
VI	1998	Rio de Janeiro/ RJ	UGF	93	46	-	-	93
VII	2000	Gramado/RS	UFRGS	133	52	-	-	133
VIII	2002	Ponta Grossa/ PR	UEPG	86	47	88	29	174
IX	2004	Recife/PE	UFPE	38	27	42	11	80
X	2006	Curitiba/PR	UFPR/UNICENP	191	87	-	-	191
XI	2009	Viçosa/MG	UFV	133	54	-	-	133
XII	2012	Rio de Janeiro/ RJ	UGF	34	17	123	70	157
XIII	2014	Londrina/PR	UEL/UEM	115	66	-	-	115
XIV	2016	Campinas/SP	UNICAMP	-	-	108	53	108
TOTAL				1156	531	361	163	1517

Source: CHELEF Proceedings (1993-2016); Table prepared by the author.

Proceedings were published between 1993 and 2016, or rather, they were published yearly until 1998 as from the Congress in Rio de Janeiro and, later, every two years as from the Congress in Gramado, except for the eleventh edition published after three years. Texts were published in print, annually, between 1993 and 2000, and electronically on cd-rom (2002-2016).

Documents for current research comprised 1517 texts, with 1156 full papers and 361 abstracts. However, only 531 full articles and 163 abstracts were chosen, totalling 684 publications analysed. Selection criteria were reading of titles, abstracts, keywords, introduction of the full texts, bibliographic references listed at the end or in the footnotes.



Reference authors in the theory and philosophy of History, such as Burke (1992), Ankersmit (2011) and Rüsen (2009), and in the Historiography of the History of Sports, such as Barbosa (1995), Freitas Jr. (1995), Melo (1994; 1996a; 1996b), Freitas Jr and Pilatti (1996), Gamboa (1997), DaCosta (1998), Ribeiro (2000), and Honorato (2016), mentioned in the CHELEF Proceedings, were consulted.

Consequently, information that provided a follow-up of Sports historiographical publications in Brazil and disseminated within the CHALEF was systematized. However, the investigation of CHELEF historiographical production must take into account the conditions it was produced and published. The materiality of Proceedings, the participation of several institutions and people involved in the events' organization, the presence of national and international guests, debates within the context of postgraduate programs involved at the start of the event – such as the Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Gama Filho (UGF), and Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) –, the emergence of several concerns and the enunciation of specific proposals from the several conferences and round tables about the History of Sports and its Historiography should be taken into account. In other words, the history of the Historiography of Sports in Brazil is under analysis.

The author also intends to undertake wider investigations about Brazil's production of Historiography of Sports, albeit without great pretentiousness. The above requires, at least, a dialogue of sorts with such publications as *Simpósios Temáticos de História do Esporte e das Práticas Corporais* of the Associação Nacional de História (ANPUH), GTT, *Memórias da Educação Física e do Esporte do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte* (CBCE-CONBRACE), *Centro de Memória do Esporte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul* (CEME/UFRGS), *Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais* (CMEF/UFMG), seminars and articles in specialized journals, such as *Recorde: Revista de História do Esporte*, and others, place of publication, dissemination and appropriation. It is expected that, by the end of current analysis of the production site of sports history in Brazil published by CHELEF, the contrasts and comparisons, mentioned above, are undertaken. An analysis on the production of the site will be undertaken, or rather, of the texts published in CHELEF Proceedings (1993-2016). Research data will be presented and, later, the trends in the history of Historiography of Sports in Brazil will be discussed.



Historiography of sports in CHELEF Proceedings

Production modes of published texts were analysed so that the Historiography of Sports in Brazil could be narrated. They consisted of the systematization of information that involved the required discussion and interpretation of a historical process with its academic stance and direction. The narration of the History of Sports took into consideration sources, historical periods, theoretical and methodological bases and the most cited authors/works in the texts published in the CHELEF Proceedings (1993-2016). Data are given in the tables. Table 2 shows the recurring themes found in texts on the History of Sports:

Table 2 – Recurring themes on sports

Themes	Number of instances
Soccer	117
Sources, theories, methodologies/Writing of History	47
Sport and gender	43
Olympics: Olympic Games	33
Public policies/state/government – Sports	29
Martial Arts	27
Sports in cities/states	23
Sports at school/university	20
Adventure, nature, radical sports	17
Sports and clubs/associations	17
Sports and modern society	16
Athletics	16
Young people, school, university games	16
Sports programmes (EPT, SESI, INDESP)	15
Basketball	15
Paths, biographies in sport	15
Volleyball (court/sand)	15
Historiographical balance	11
Archives/ Memory Centres	11
Nautical and aquatic sports	10
Ethnicity and sport	9
Urban space	7
Adapted sports and Paralympics	7
Violence in sports	7
Sports institutions (Federations; ACM)	7
Olympic/Rhythmic Gymnastics	6
Horse racing	5
Fashion/ Sportswear	5
Cycling	5

*to be continued.



continued.

The concept of sports	4
Sports and values (fair play)	4
Management, sports marketing	4
Media and sports	4
Rugby (beach)	4
Radio and sports journalism	4

Source: Proceedings of CHELEF (1993-2016). Table prepared by the author.

Soccer/football traditionally dominates the history of Brazilian sports due to its social load in Brazilian culture since the last decades of the 19th century and the beginning of the 20th century (LUCENA, 2001). According to Ribeiro (2000), football researchers delving into the CHELEF Proceedings should also take into account the playfulness, obsession, pleasure, unreasonableness, or rather, the force of subjective introjection that makes up the uniqueness of football in Brazilian society, going beyond the social, economic and political variables.

Besides football, other sports themes are underscored, including the narration of the History of Sports (theory, methods, sources, periodization), gender identity, competition, sports in Brazilian towns and cities, manifestation of conflicts/struggles, sports institutions (clubs, associations, federations), collective and individual modalities, adapted sports, games/sporting competitions, school/college sports, sports models in societal, mercantile and televised sports dynamics, sports policies/programs, adventure/risk/extreme sports, public space/sites for sports, ethnicity/sociocultural values, trajectories/biographies of sports people, violence in sports, sports broadcasting and journalism and others.

Table 3 – Historical periods in the History of Sports discussed in the texts

Researched historical periods	TOTAL	%
Prior to the 18 th century	12	2.6
19 th century	27	5.9
Later 19 th century/ Early 20 th century	31	6.8
20 th century	301	65.5
Late 20 th century/early 21 st century	57	12.4
21 st century	31	6.8
Total	459	100

Source: Proceedings of CHELEF (1993-2016). Table prepared by the author.

Table 3 reveals an important trend: A small number of publications on the History of Sports at the 19th century and earlier (8.5%); a relevant cluster of publications at 20th century



sports (65.5%), with an increasing number for the late 20th century and early 21st century (19.2%). However, the survey demonstrates 136 full articles and 28 abstracts without any historical periodization. The fact may be glossed as the existence of articles in the Proceedings on other areas of knowledge. Actually, the central themes of the fifth, eighth and ninth CHELEF reveal dialogues between the Social Sciences and the History of Sports, Leisure and Physical Education. There is no evidence of quality decline in the wake of the introduction of Sociology, Anthropology, and other areas. Rather, they constitute conditions in which production sites and field segments were being built for researchers of the History of Sports in Brazil. However, as from the sixth CHELEF, the studies of social representations, perceived from the point of view of Social Psychology in the works of Serge Moscovici, Denise Jodelet, Jean Claude Abric, Mary Jane Spink, Pedrinho Guareschi and others, became more and more present in Sports production published in the Proceedings under analysis.

The tables on themes and historical periods boil down to the practice of one of the historians' tasks, or rather, to provide meaning and systematize concepts based on the agents' experience throughout the period. CHELEF proceedings are the bases of one's idea of sports as a social, cultural, political, economic, and psychic practice which gained force in Brazilian society in the 19th century and became one of the main experiences of the population in the 20th century within urban and rural contexts, public and private institutions, urban and rural equipment, discourses/political activities and competition. These factors aim at enhancing and revealing plural identities, values to be instilled, behaviour to be codified, the production of heroes, body education of the agents and conquests to be remembered. It is not only a practice discovered by practitioners of adventurous / risky activities, but also a phenomenon in an increasing process of full merchandizing, spectacularization and professionalization, especially from the last quarter of the 20th century till the present.

On the other hand, according to Burke (1992), "sources and methods are precisely the greatest issues for new historians". When new questions were addressed to the past in search of new aims, researchers had (and still have) to seek new types of sources to supplement official documents and census statistics. Certeau (2010) states that "everything starts by an act of separation, encounter, transformation into 'documents' of specific objects distributed otherwise".

Tables 4 and 5 quantify occurrences with regard to written, oral, imagistic/iconographic, virtual and audio-visual sources.

**Table 4** – Types of sources retrieved from publications on the History of Sports

Types of sources	Number of publications	%
Written	605	76.2
Oral	122	15.4
Imagistic/iconographic	30	3.8
Virtual	24	3.0
Audio-visual	11	1.4
Material artifacts	2	0.2
Total	794	100

Source: Proceedings of CHELEF (1993-2016). Table prepared by the author.

Table 5 – Types of sources in publications on the History of Sports

Main types of sources cited	Total	%
Bibliography/ theories/reviews	219	27.6
Oral interviews	122	15.3
General newspapers	115	14.5
Specialized newspapers	79	9.9
Institutional documents	66	8.3
Official documents (government)	56	7.0
Internet (site, blog, twitter, e-sports)	24	3.0
Literature, chronicles, memoirs	22	2.8
Photographs	21	2.6
Questionnaires	14	1.8
Dictionaries/Encyclopaedias	10	1.3
Proceedings	10	1.3
Films/Documentaries	6	0.8
Letters	6	0.8
Advertisements	5	0.6
Audio-visual devices (sound; radio; TV)	5	0.6
School curricula	4	0.5
Paintings	3	0.4
Catalogues	3	0.4
Material artifacts	2	0.3
Musical compositions	1	0.1
Ethno-historical narratives	1	0.1
Total	794	100

Source: Proceedings of CHELEF (1993-2016). Table prepared by the author.



Written sources comprise bibliographies, printed matter (newspapers, journals, bulletins), institutional documents, questionnaires, letters, dictionaries, encyclopaedias, laws, handbooks/gymnastics, music, and others. Oral sources consist of interviews for the production and recordings of orality. Imagistic and iconographic sources comprise photographs, pictures, outdoors. Virtual sources are contents derived from internet sites, blogs, Twitter, Facebook, e-sports, and others. Audio-visual sources consist of films, documentaries, radio, and TV advertisements. Studies on cultural material artifacts are a feature in the 2018 CHELEF Proceedings. However, only a superficial problematization of the type and statute of the sources was extant. The exercise is required to avoid the writing of history with finalist truths established in an explicatory co-relationship of cause and effect in past events. In fact, historical sources are human productions, with historicity and intentionality, interpreted by the historian within a given moment.

CHELEF Proceedings mainly contain productions that consider the press as a historical source, although few problematize the production of journalistic narrative and its agents. There are even fewer texts that consider the press as a historical object, beyond the recording of past events. This is particularly true when press records are used as historical sources. Most consider them as "dead" objects and "cold" letters, unhinged from the historical events in which they are constructed.

In his *Cultural history: between practices and representations*, Chartier (1990) aims to capture the history of a particular printed matter and detects the greater and lesser conflicts caused since its production up to its dissemination and appropriation by readers. In their article *Na oficina do historiador: conversar sobre história e imprensa* Cruz and Peixoto (2007) show that it is the duty of the researcher to understand the press as a live force in society, as a fertile source for the knowledge of the past, a source of daily information, underscoring materials for the recovery of historical events. In fact, they are assets of the press for historical research spread throughout the texts and which, in a certain sense, have contributed for the naturalization of usage forms. A more profitable trend would be to conceive the press as a historical source and object.

On the other hand, one may detect discussions on oral history since the first issues of CHELEF. In the tenth CHELEF, oral sources were the most quoted sources, actually more than the bibliographies. However, a more in-depth research should be undertaken on the manner each text produced, dealt with, described and interpreted its research sources.

The following three tables (6, 7 and 8) record data on authors and their most referenced works in texts on sports published in the CHELEF Proceedings.

**Table 6** – Most cited authors in publications on the History of Sports

Most cited authors	Total
Pierre Bourdieu	93
Norbert Elias/ Eric Dunning	75
Norbert Elias	61
Eric Hobsbawm	43
Victor Andrade Melo	37
Jacques Le Goff	30
Paul Thompson	25
Nicolau Sevcenko	23
Peter Burke	21
Marcelo W. Proni	20
Silvana V. Goellner	20
Leonardo A. M. Pereira	18
Mario Rodrigues Filho	18
Ademir Gebara	17
Lino Castellani Filho	17
Ricardo Lucena	17
José Carlos Meihy	16
Roberto DaMatta	15
Max Weber	14
Valter Bracht	14
Allen Guttmann	13
Carmen Lucia Soares	13
Inezil Penna Marinho	13
Michel Foucault	13
Antonio Jorge Soares	12
Edward P. Thompson	12
Johan Huizinga	12
Mauro Betti	12
Ecléia Bosi	11
E. Hobsbawn e T. Ranger	11
Michel de Certeau	11
Roger Chartier	11
Waldenyr Caldas	11
Wanderley Marchi Jr	11
Fernando de Azevedo	10
Giampiero Griffi	10
Katia Rubio	10
Sebastião Josué Votre	10
Carlo Ginzburg	9
Lamartine P. DaCosta	9
Luiz Henrique de Toledo	9
Marieta L. Ferreira; Janaina Amado	9

*to be continued.



continued.

Maurice Halbwachs	9
Paulo Ghiraldelli Jr	9
Pierre Parlebás	9
Serge Moscovici	9
Adam Schaff	8
Henri Irénee Marrou	8
Sonia Jatahy Pesavento	8

Source: Proceedings of CHELEF (1993-2016); Table prepared by the author.

Table 7 – Most cited authors as theoretical and methodological reference

Authors	Total
Pierre Bourdieu	93
Norbert Elias/ Eric Dunning	75
Norbert Elias	60
Eric Hobsbawm	43
Jacques Le Goff	29
Paul Thompson	25
Nicolau Sevcenko	22
Peter Burke	19
José Carlos Meihy	16
Max Weber	14
Michel Foucault	13
Edward P. Thompson	12
Michel de Certeau	12
Ecléia Bosi	11
Eric Hobsbawm/ Terence Ranger	11
Roger Chartier	11
Verena Alberti	10
Carlo Ginzburg	9
Marieta L. Ferreira; J Amado	9
Maurice Halbwachs	9
Serge Moscovici	9
Walter Benjamin	9
Adam Schaff	8
Henri I. Marrou	8
Sonia Jatahy Pesavento	8
Ciro Flamarion Cardoso	7
Michel Pollak	7
Alessandro Portelli	6
Georges Vigarello	6
Gilberto Freyre	6
Hans Lenk	6

*to be continued.



continued.

Karl Marx	6
Paul Veyne	6
Stuart Hall	6
Alain Corbin	5
Marc Bloch	5
Tania R. Lucca	5
Antonio Gramsci	4
Carlos Bacelar	4
Ciro F. Cardoso; Ronaldo Vainfas	4
Guy Debord	4
Michel Maffesoli	4
Mike Featherstone	4
Norbert Elias; John Scotson	4
Pedro Guareschi; S Jovchelovitch	4
Richard Holt	4
Clifford. Geertz	3
Denise Jodelet	3
George Simmel	3
Heloisa F. Cruz; Maria R.C. Peixoto	3
José A. Barros	3
Lynn Hunt	3
Marcel Mauss	3
Mary Jane Spink	3
Peter Berger; Thomas Luckmann	3
Richard Rorty	3
Anthony Giddens	2
Antonio Torres Montenegro	2
Antonio Candido	2
Carla Pinsky	2
Cornelius Castoriadis	2
David Le Breton	2
Edward Said	2
Emile Durkheim	2
Fernand Braudel	2
François Dosse	2
Franz Boas	2
Gibert Durand	2
Georges Duby; M. Perrot	2
Gilberto Velho	2
Henri Lefebvre	2
José Carlos Reis	2
Jean Baudrillard	2
Jean-claude Abric	2
Karl Manheim	2

*to be continued.



continued.

Lucien Febvre	2
Milton Santos	2
Pierre Nora	2
Sérgio Buarque de Holanda	2
Sonia M. Freitas	2
Umberto Eco	2
Frank Ankermit	1
Jeffrey Lesser	1
Michelle Perrot	1

Source: Proceedings of CHELEF (1993-2016). Table prepared by the author.

Table 8 – Most cited works

Works	Total
Deporte y Ocio en el proceso de civilización (Elias & Dunning)	76
Sociology in question (Bourdieu)	74
In other words (Bourdieu)	26
The Civilizing Process. Vol. 1 (Elias)	26
History and Memory (Le Goff)	25
The Voice of the Past (Thompson)	24
The Civilizing Process. Vol. 2 (Elias)	23
Footballmania: uma história social do futebol no RJ (1902-1938) (Pereira)	18
O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro (Lucena)	17
New perspectives on historical writing (Burke)	16
Cidade Sportiva: o turfe e o remo no Rio de Janeiro (1849-1903) (Melo)	16
What is Sociology (Elias)	15
O negro no futebol brasileiro (Rodrigues Filho)	15
The age of Empires, 1875-1914 (Hobsbawm)	14
The society of individuals (Elias)	14
Educação Física no Brasil: a história que não se conta (Castellani Filho)	14
Orfeu estático na metrópole (Sevcenko)	14
From ritual to record: the nature of modern sports (Guttmann)	13
The age of Extremes – the brief 20th century, 1914-1991 (Hobsbawm)	13
The invention of tradition (Hobsbawm & Ranger)	12
Manual de história oral (Meihy)	12
Cultural History: Between Practices and Representations (Chartier)	11
Esporte-espetáculo e futebol-empresa (Proni)	11
Homo ludens (Huizinga)	11
The Protestant Ethic and the spirit of Capitalism (Weber)	10
Educação Física e Sociedade (Betti)	10
Educação física progressista (Ghiraldelli Jr)	10
História da Educação Física e do Esporte (Griffi)	10
História Oral: a experiência do CPDOC (Alberti)	10

*to be continued.



continued.

O pontapé inicial: memória do futebol brasileiro 1894-1933 (Caldas)	10
A grande sacada do voleibol. Sacando o voleibol (Marchi Jr)	9
A representação social da mulher na EF e no esporte (Votre)	9
Educação Física: raízes Europeias e Brasil (Soares)	9
Symbolic Power (Bourdieu)	9
A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio (Sevcenko)	8
On historical knowledge (Marrou)	8
Educação Física e Esporte: perspectivas para o século XXI (Moreira)	8
História e verdade (Scaff)	8
La société de consommation: ses mythes, ses structures (Baudrillard)	8
Memória e sociedade (Bosi)	8
Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira (DaMatta)	8
Usos e abusos da história oral (Ferreira; Amado)	8
Discipline and punish (Foucault)	8
A representação social da psicanálise (Moscovici)	7
Futebol, raça e nacionalidade no Brasil: releitura da história oficial (Soares)	7
História e História Cultural (Pesavento)	7
História política do futebol brasileiro (Santos)	7

Source: Proceedings of CHELEF (1993-2016). Table prepared by the author.

The quantitative analysis in bibliography and most cited authors as theoretical and methodological references demonstrates ranks from the highest to the lowest, featuring respectively Norbert Elias, Pierre Bourdieu, Eric Dunning, Eric Hobsbawm, Jacques Le Goff, Paul Thompson, Nicolau Sevcenko and Peter Burke (Tables 6 and 7). The production on Historiography of Sports also demonstrates the influence of sociologists and historians and of specific works on Sports, Sociology and History. In the case of Paul Thompson, there is the methodological stance in oral history. The common denominator among reference authors is that they contribute towards historiographical renewal, in their specific manner, within the field of History. Since the last quarter of the 20th century, the New History predominates, or rather, “history written as a deliberate reaction against traditional paradigms” (BURKE, 1992, p. 10). The analysis and the differentiation of their usage and that of other authors in the works under analysis should be undertaken to identify the types of appropriation by researchers. The latter constitutes the limit of current investigation.

In the case of authors and research works on Sports in Brazil (Table 6), in decreasing order, comprise Victor de Andrade Melo, Marcelo W. Proni, Ademir Gebara, Leonardo A. M. Pereira, Lino Castellani Filho, Ricardo F. Lucena, Roberto DaMatta, Silvana V. Goellner, Carmen Lucia Soares, Inezil Penna Marinho, Valter Bracht, Antonio Jorge Soares, Mauro Betti, Waldenyr Caldas, Fernando de Azevedo, Giampiero Griffi, Kátia Rubio, Lamartine P. DaCosta, Luiz Henrique



de Toledo, Paulo Ghiraldelli Jr, Sebastião J. Votre and Wanderley Marchi Jr. The above authors represent different generations in the Historiography of Sports and Physical Education in Brazil,³ some of whom were researchers on football within the perspectives of the Social Sciences.

Research in the Proceedings shows that Victor A. Melo, Marcelo W. Proni, Antonio Jorge Soares, Silvana V. Goellner, Wanderley Marchi Jr and others represent a renewal on the study of Sports in Brazil, since the 1990s. Several texts of these authors, published in the Proceedings, have been written during their academic formation and in the wake of their master's and doctoral research. In other words, renewal is associated with the history of CHELEF which, during the early congresses, was linked to the Research Group on the History of Physical Education and Sports at the Universidade Estadual de Campinas under the direction of Dr. Ademir Gebara, and with the increasing participation of researchers affiliated to the Universidade Gama Filho and to the Universidade Federal de Minas Gerais. In recent Proceedings, one may encounter texts written by students of the said researchers of the 1990s and texts by students of the latter. This fact demonstrates the consolidation of the renewal movement, at levels of deeper academic requirements.

Considerations on the historiography of sports in Brazil: 'sprouting from the tree trunk'

The History of the Historiography of Sports in Brazil makes us employ the metaphoric and thought-provoking phrase: "History is a tree without a trunk", coined by the Dutch historian and philosopher Ankersmit (2011, p. 20). Through the metaphor of the tree, Ankersmit gives us food for thought on the recent historiographical production in Brazil, especially from the 1990s, within the following terms.

The History of Sports may be compared to a tree. First, within the Historiography of Sports, the essentialist tradition predominated until the 1970s and historians were focusing on the tree trunk, defining the trunk's nature and shape. This fact caused historical narratives to be centred on the origin and evolution of sports within the descriptive, factual, and linear modes of history. Second, when research, with its 1980 productions, imbued by Marxism and political criticism, focused on the tree branches, the trunk was not discarded. The above provided narratives based on significant documental bases to explain the demands of changes as from the past or, at least, to say something on the tree's final trunk.

³ For the historiography of sports and physical education in Brazil, see: Melo (1999).



Thirdly, since the 1990s, the historiographical movement of Sports in Brazil, either formulated through an ontological, or epistemological or methodological terminology, critically reviewed the essentialist stance that imbued its past or sections of it. According to Gebara (2003),⁴ the theoretically diversified research movement established its relationships mostly in postgraduate courses and in the CHELEF events, fomenting a network of researchers. It should be underscored that in the first four CHELEF proceedings (1993-1996), texts for instance by Cavalcanti (1994) and by de Melo (1996a) were critical of the Historiography of Sports

Consequently, the Proceedings demonstrate a more intense debate on production, appropriation and use of sources and methods. In his *Norbert Elias e Pierre Bourdieu: novas abordagens, novos temas*, published in the Proceedings of the VI CHELEF, Gebara (1998) discusses two of the most quoted authors of Sociology in the production of the area (Tables 6, 7 and 8) and ends the paper by quoting the historian Edgar DeDecca:

[...] the historians' great contribution is still the construction of their sources, regardless of methodological options. It is a task full of difficulties. Other areas of historical knowledge already have an advanced source treatment, coupled to consistent and diversified themes. The historiography that is currently being built on sports, leisure and physical education has to cope with the issue: how may one build themes, objects of analysis, sources? (GEBARA, 1998, p. 81).

Other questions may be added to that by Gebara. Which and in what manner a possible academic legitimation for the History of Sports and Physical Education in Brazil is possible? How are historical studies in the field being developed? The questions above have been made by Melo (1996a) in *Encontros Nacionais e o movimento da história da Educação Física/ Esporte no Brasil – perspectivas internacionais*.

To cope with such issues, we may observe papers written by guests or researchers from other fields of knowledge, such as History, History of Education and Social Sciences. Consequently, debates were on theories, methods, and sources in History. Few deal with the object of Sports. However, at that specific period, these guests were greatly relevant for a group of researchers involved in an in-depth reviewing and structuring of the History of Sports in Brazil.

⁴ This paper was read in the first Simpósio Temático de História do Esporte at the National Association of History (ANPUH). The discussion on Sports and Body Practices in ANPUH seminars may be considered a landmark for the Historiography of Sports in Brazil.



Still employing Ankersmit's tree metaphor, the New History, used and adopted specifically by several texts in the CHELEF Proceedings reveals that an anti-essentialist aspect of history lies neither in the branches nor in the tree trunk, but in the leaves of the tree of the History of Sports. However, Ankersmit insists that we may not forget that one of the "characteristics of the leaves is their loose hold on the tree. On the arrival of autumn or winter, they are swept away by the wind" (ANKERSMIT, 2011, p. 129).

Consequently, CHELEF Proceedings indicate that autumn has arrived for the History of Historiography of Sports in Brazil. Leaves are scattered by the wind and the writing of History increasingly gets out of focus off the tree trunk, more for some, less for others.

In the Historiography of Sports in Brazil, anti-essentialism has decreased, but failed to eliminate totally the commitment of the field with traditional, factual, episodic, laudatory, linear history or that controlled by the desire of political militancy. We insist on the term "not totally" because, for an emphatic review of essentialist historiography, we are somewhat debating it and in conflict with it. It is the past and says a lot on the more recent history of the Historiography of Sports. On the other hand, the essentialist aspect still affects a series of analysed productions, although the New History is often described as a theoretical and methodological trend by contemporary authors.

The History of Sports in Brazil is endeavouring to gather the swept leaves and study them, regardless of their origins and trunks. This boils down to the fact that, for many researchers, historical awareness is going upside down and spreading outwards by the wind, similar to tree leaves. Historical awareness and historiographical production may be presented, in a general way, as the counter-history of the past tied to tree trunks.

The theoretical and methodological influence of the *École des Annales* and of critical perspectives, the auto-critical characteristics of the linguistic turn, the insights of Social Psychology, micro-histories and interdisciplinary writing have capacitated the centrifugal forces of renewal of the Historiography of Sports in Brazil. In other words, through the theoretical perspectives listed in Table 7, such as "history seen from below", "history of women", "history of images", "history of the press", "history of reading and literature", "history of the body", "history of crumbs" (limiting ourselves to the *New perspectives of historical writing*, edited by Burke (1992) and *The new history*, edited by Le Goff (2005), the Historiography of Sports in CHELEF events is similar to the gathering of leaves. It does not aim to replace them in their respective trees from where they were retrieved, but to form readings on the past and sometimes on the present. Such a situation emerges in the texts of the CHELEF Proceedings when one notes different leaves composing the



Histories of Sports, such as the History of Soccer, Olympic Games, Californian Sports, Cycling, Cars, Volleyball, Turf, Fighting, and other stories listed in Table 2.

Contemporary Historiography of Sports in Brazil has demonstrated that one should not be tied to legitimizations influenced by standard official histories and universalist explanations, based on the myth of origin (the tree trunk). However, the number and diversity of historical objects within the CHELEF Proceedings require a search for links between the different leaves of the sports tree. In fact, they represent a series of fragmented, isolated, and broken historical contexts throughout time. This is the meaning of the logo that “history is a tree without a trunk”.

Final considerations

Current paper on the History of the Historiography of Sports in Brazil, in which we may include Physical Education and Leisure, phenomena linked to one another, tried to show that Sports historians or researchers may be able to reflect on the history of the discipline they lecture, problematize the different meanings of historical facts, analyse the movements that through time led towards the structuring of their academic field. In other words, CHELEF and its Proceedings represent a social academic space of dissemination of the production of historical knowledge on Sports. It is from historical knowledge on sports that CHELEF is being built as such.

Due to the number of different themes, sources, periodization, and theoretical-methodological bases selected by researchers, current analysis demonstrates that the History of Sports is not a reconstruction of what happened in different periods of society, but an endless game with the representation of memoirs of experiences through time. Consequently, it is not enough to have a thorough survey of sources on the past to write the history of sports, inspired by the greed of the discovery of an experience and by its perfect reconstruction. It would be better to note the result of in-depth research, made up of different sources that more often ask the meaning of everything produced until the moment. The time has come to think deeply on the past and on the set of events on the history of the Historiography of Sports in Brazil rather than to make a survey and describe sources individually.

References

ANKERSMIT, Frank R. Historiografia e pós-modernismo. **Topoi**: Revista de História, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 113-135, mar. 2001. Available at: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/3yjkSskYybK7Kbngv3QGGMk/?format=pdf&lang=pt>. Accessed in: Sept. 22, 2022.

ARAUJO, Valdei Lopes. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 6, n. 12, p. 34-44, ago. 2013. Available at: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/620>. Accessed in: Sept. 22, 2022.



- BARBOSA, José A. S. A história dos Encontros de História, o fazer de uma nova história. In: III ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO (III CHELEF). 1995, Curitiba. **Anais[...]**. Curitiba: UFPR, 1995. p. 439-444.
- BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- CAVALCANTI, Veter Paes. Educação Física: discurso histórico – processo de materialização ideológica. In: II ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO (II CHELEF). 1994, Ponta Grossa. **Anais[...]**. Ponta Grossa: UEPG, 1994. p. 60-73.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- CEV – CENTRO ESPORTIVO VIRTUAL. Coleção CHELEF. Available at: <http://bit.ly/chelefcv>. Accessed in: Jun. 15, 2021.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel/ Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversar sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, 2007. Available at: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Accessed in: Sept. 22, 2022.
- DACOSTA, Lamartine P. Caminhos, meios e estratégias da história do esporte no Brasil (1925-1928). In: VI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO (VI CHELEF). 1998, Rio de Janeiro. **Anais[...]**. Rio de Janeiro: UGF, 1998. p. 17-22.
- FREITAS Jr., Miguel A. O I Encontro de História da Educação Física e do Esporte. In: III ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO (III CHELEF). 1995, Curitiba, **Anais[...]**. Curitiba: UFPR, 1995. p. 352-358.
- FREITAS Jr., Miguel A.; PILATTI, Luiz Alberto. O perfil dos Encontros Nacionais de História do Esporte, Lazer e Educação Física. In: IV ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO (IV CHELEF). 1996, Belo Horizonte. **Anais[...]**. Belo Horizonte: UFMG, 1996. p. 622-631.
- GAMBOA, Silvio S. Historiografia da Educação Física: questões epistemológicas nos quatro primeiros Encontros de História do Esporte, lazer e Educação Física (1994-1997). In: V ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO (V CHELEF). 1997, Maceió. **Anais[...]**. Maceió: UFAL; Ijuí: UNIJUI, 1997. p. 79-82.
- GEBARA, Ademir. Norbert Elias e Pierre Bourdieu: novas abordagens, novos temas. In: VI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO (VI CHELEF). 1998, Rio de Janeiro. **Anais[...]**. Rio de Janeiro: UGF, 1998. p. 75-81.
- GEBARA, Ademir. Considerações sobre a história do esporte e do lazer no Brasil. In: XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA, ACONTECIMENTO E NARRATIVA. 2003, João Pessoa. **Anais[...]**. João Pessoa: UFPB, 2003. p. 1-6.
- HONORATO, Tony. A historiografia do esporte no anais do CHELEF. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO (XVI CHELEF)/ I INTERNATIONAL CONGRESS PF SPORTS HISTORY (ICOSH). 2016, Campinas. **Anais[...]**. Campinas: UNICAMP, 2016. p. 27-31.
- LE GOFF, Jacques. (org.). **A história nova**. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- LUCENA, Ricardo F. **O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro**. Campinas: Autores Associados, 2001.
- MALERBA, Jurandir. Em busca de um conceito de historiografia: elementos para uma discussão. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 18, n. 27, p. 27-47, jul. 2002. Available at: https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b56274c2f8564c383424d/1462457896568/02_Malerba%2C+Jurandir.pdf. Accessed in: Sept. 22, 2022.
- MELO, Victor Andrade de. História da História da Educação Física no Brasil: perspectivas e propostas para a década de 90. In: II ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO (II CHELEF). 1994, Ponta Grossa. **Anais[...]**. Ponta Grossa: UEPG, 1994. p. 256-269.
- MELO, Victor Andrade de. Encontros Nacionais e o movimento da história da Educação Física/Esporte no Brasil – perspectivas internacionais. In: IV ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO (IV CHELEF). 1996, Belo Horizonte. **Anais[...]**. Belo Horizonte: UFMG, 1996a. p. 393-402.
- MELO, Victor Andrade de. Reflexões sobre a História da Educação Física no Brasil: uma abordagem historiográfica. In: IV ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO (IV CHELEF). 1996b, Belo Horizonte. **Anais[...]**. Belo Horizonte: UFMG, 1996b. p. 107-115.
- MELO, Victor Andrade de. **História da educação física e do esporte no Brasil: panorama e perspectivas**. São Paulo: Ibrasa, 1999.
- RIBEIRO, Luiz Carlos. Historiografia do futebol brasileiro nos Anais do “Encontro de História”. In: VII ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO (VII CHELEF). 2000, Porto Alegre. **Anais[...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. p. 123-126.



RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, n. 2, p. 163-209, mar. 2009. Available at: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/12>. Accessed in: Sept. 22, 2022.

Additional information

Academic biography

Tony Honorato is a doctor in education, professor at the Universidade Estadual de Londrina (UEL) where he works at undergraduate and graduate level, training researchers in the field of history of sport and education in Brazil.

Correspondence address

509 Jordão St., Terras de Canaã. Cambé, PR, Zip code: 86188-856, Brazil.

Funding

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Competing interests

No conflict of interest has been declared.

Ethics Committee approval

Not applicable.

Research context

The article derives from "Conferência – A historiografia do esporte nos anais do CHELEF", presented in the event "Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação – UNICAMP", in 2016.

Evaluation method

Double-Blind Peer Review.

Preprints

The article is not a preprint.

Availability of research data and other materials

Not applicable.

Editors

Flávia Varella – Editor-in-chief
Maria Inés Mudrovic – Handling editor



Peer review dates

Submission date: August 17, 2021

Approval date: January 23, 2022

Copyright

Copyright © 2022 Tony Honorato.

License

This is an article distributed in Open Access under the terms of the [License Creative Commons Attribution 4.0 International](#).





Notes on Ernest Nagel's Philosophy of History: Historical Determinism Revisited

Alexander Weller Maar^a

awmaar@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8336-7884> 

^a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Departamento de Ensino, Pesquisa, Pós-graduação, Inovação e Extensão, Itaituba, PA, Brasil



Abstract

In this article, I analyse common arguments raised against historical determinism. I refer to the treatment given to the topic by Ernest Nagel in "Determinism in History" (1959). Nagel identifies five different arguments which allegedly show that history is not deterministic and argues that they fall short. I revisit, re-evaluate, and make amendments to these arguments. Special attention is given to one of them: The argument that the emergence of novelties in human affairs would be incompatible with the standard view of determinism. I use the theory of convergent evolution to clarify why novelties cannot be used against the deterministic assumption, especially if by determinism we mean only the ontological sense of the doctrine – which I call uniqueness of evolution – and not predictive determinism. I conclude that common attacks on the possibility of historical determinism are grounded on incomplete human knowledge of the historical world.

Keywords

Philosophy of history; Historical explanation; Positivist history.



Introduction

There is plenty of hostility against determinism in the human sciences. Such antagonism rests on several popular assumptions – for example: That universal determinism must be false; that the laws governing human behaviour, if there are any, cannot be deterministic because of the problem this would pose for free will; that human (historical) events cannot be explained in the same way as natural events; that prediction in human sciences usually fails; to mention just a few. For reasons such as these it is often concluded that historians should reject all varieties of determinism.

But if we agree that determinism is an ontological thesis (that a system evolves along a *uniquely possible trajectory* – no branching allowed), it follows that failing or succeeding in predicting or explaining does not prove or disprove the doctrine. By properly characterising and separating the ontological and epistemological thesis of determinism, we are in a better position to handle these issues. The arguments against the possibility of determinism in history we are going to discuss, have remained popular throughout the last five decades. For this reason, it is still important to provide new and better replies to each of them.

The primary objective of this article is to consider whether historical systems may be ontologically deterministic. The answer is a provisional yes, because so far there is no reason as to why one should reject it. Criticisms raised against determinism in historiography are usually a muddle, because of the confusion between causation, causal explanation, and determinism. Critics of “historical determinism” sometimes appeal to the fact that historical “explanations” do not conform to, say, the covering-laws model, that such explanations are always incomplete, that explanations of human behaviour resist capture under laws, among other claims.

These are all relevant issues indeed, but they do not give grounds for rejecting determinism as an ontological thesis; these are discussions about the ideal logical form of an explanation in history, an epistemic matter. It may be the case that the world is not entirely deterministic (ontological), and still the best explanations for some classes of phenomena (large-scale social events, such as migrations, for example) are provided according to a certain outlook on history which says that we are to look for regularities or patterns (but not precise deterministic *predictions*). Maybe this is so because some historical systems evolve deterministically, or approximately so, in sufficient isolation from the world’s indeterminacies. Determinism need not be an all or nothing affair. Deterministic systems may coexist with indeterministic systems if they are sufficiently isolated. Or we may have indeterminism at the level of, say, subatomic particles, but the laws operating at a higher level are adequately characterised as deterministic.



As J. R. Lucas pointed out, historians sometimes become “determinists” in the epistemic sense because “they are committed to explaining historical events, and explanation, they feel, involves determination. If a historian can explain why an event took place, he is explaining why it must have taken place” (LUCAS, 1970, p. 51). This kind of explanation is at times confused with historical *inevitability*, or fatalism. It is well known, at least among philosophers, that to provide a regularity kind of explanation, in the *Humean* sense, is quite different from fatalism.

My analysis of historical determinism starts with a description of the failed effort to identify laws of historical development. I claim that strictly historical laws do not exist – a fact which does not by itself undermine determinism. I then proceed to a famous analysis of the arguments against determinism in history by Ernest Nagel (1959) in a key paper on the subject. It is rather surprising that an article written more than 50 years ago is still a key paper on the defence of the idea that also history may be, in an ontological sense, deterministic. The reason why Nagel's paper is not an “old hat” is rather simple: the arguments against historical determinism have not changed much since then. In a popular book, Ferguson, for example, attacks some versions of historical determinism on the same old grounds that deterministic outlooks, such as the Hegelian and Marxist approach to history, would seem to deny the role of individual agents, and chance (FERGUSON, 1999, p. 20-90).

Once we settle for a purely ontological view of determinism, it shall be easier to re-examine each of the popular arguments raised against determinism in history. In this paper I will revisit the arguments analysed by Nagel, hoping to add some value to them, based on more recent philosophical discussions. There are some aspects I do not think have been satisfactorily explained, or sufficiently explored. Overall, Nagel's article is sound and convincing. But I do feel that Nagel's characterisation and defence of the possibility of determinism shifts throughout the essay, as we shall see. Particular attention will be given to the argument about *novelties* in history. I will also explain how the theory of convergent evolution may help illustrate how the emergence of novelties is perfectly compatible with determinism.

Laws in/of history

An important question is whether determinism as the doctrine of *uniqueness of evolution* can also apply in the case of the subject matter of the human sciences, especially that of history. Ontological determinism would seem to imply that laws, whatever they are, are non-stochastic or deterministic. It may seem problematic, however, that history should be subject to such laws, for two correlated reasons: (a) It is hard to come up with empirical generalisations



that might have the status of such laws, and (b) the uniqueness of historical events prohibits the corroboration of such laws.

Before proceeding, I need to make an important distinction between (1) laws *in* history and (2) laws *of* history. In the case of (1) we refer to any law which might be applicable to explain the causes of a historical event. As a matter of fact, many explanations in history appeal to well-known regularities; it is not precluded that laws may be used in historical explanations.

One of the best defences of the idea that historians should also look for general laws or hypotheses is to be found in Hempel's famous paper "The Function of General Laws in History" (1942). This article, which defended the idea that there is a *logical* similarity between explanation in the natural and human sciences, has often been misunderstood by historians and philosophers of history; it attracted back then, and still today, criticisms (LITTLE, 2012). William Dray, for example, believed that historical explanations are different from explanations in the physical sciences, and more akin to *rational* explanations of human behaviour,¹ and explanation focusing on offering a comprehensible understanding of why agents act as they do, and not law-like explanations. As an alternative, historians should simply attempt to identify or "trace out" causal chains, and explain the causal relations in place, without implying that causal explanations require general laws (DRAY, 1957).

We are not going to examine what the *Hempelian* logic of explanation is, and why historians, in general, reacted against it – there is vast literature on this topic already. For our purposes, it suffices to say that the kind of laws Hempel suggested historians should look for, are not laws *of* history; these are laws that may come from anywhere, such as physics, sociology, economics, and psychology. A similar position can be found in von Wright: "We should think of [laws in history] as instantiations of general laws of sociology, and perhaps of economics, than as 'laws of history' proper" (VON WRIGHT, 1976, p. 434).

Our focus in the section will be on the claim (2), the idea that history is governed by laws *of* historical development, i.e., laws that *only* apply to historical phenomena. The idea that there are all-encompassing laws of history is to be found in the so-called *substantive theories* of history. Daniel Little defines such theses as any approach aiming "to discern large, embracing patterns and directions in the unfolding of human history, persistent notwithstanding the erratic back-and-forth of particular historical developments" (LITTLE, 2012). Sometimes it is the view

¹ When we provide an explanation based on rational principles of behaviour, however, we may try to formulate such principles as generalisations, or theories.



that humankind evolves toward an ultimate end (history has "direction"), or it could be the view that there is a fixed order of change which has been repeatedly manifested in all human societies.

The philosophy of history of Hegel is one example of such a theory. In Hegel's *Phenomenology of Spirit* (1977), he advocates a particular view of determinism in history: he believed that something like *Divine Providence* was the determining force of all that occurs, and that history's evolutionary trajectory is predetermined by the "purposeful" movement of what he called the *Spirit*. Nagel identifies Hegel's position as originating from a theory of civilisation "which finds the causes of human progress or decline in the operations of impersonal factors such as geography, race, or economic organisation" (NAGEL, 1959, p. 291). The facts of history are immutable facts for Hegel. Either way, nowhere is there to be found a neat formulation of the law of history propounded by Hegel. In its place, he offered an explanation that the unfolding of history is caused by this obscure entity – the *Spirit* – who determines everything according to a Divine "purpose".

Another example of a substantive theory of history is Marxism: Marx did not postulate the existence of *supernatural* forces, but instead "a general law to which all social revolution (epochal transition, in his terms) conforms; a general law of the same sort as a natural scientist might propose to cover some uniformity in nature", but a law that "is not merely a statement of a regularity, but also a law of progressive development" (ENFIELD, 1976, p. 267).

Let us see how Marx "formulates" such law:

at a certain *stage* of their development the material productive forces of society come in conflict with the existing relations of production, or [...] with the property relations within which they have been at work hitherto. From forms of development of the productive forces these relations turn into their fetters. Then begins an *epoch* of social revolution [...] No social order ever perishes before all the productive forces for which there is room in it have developed; and new, higher relations of production never appear before the material conditions of their existence have matured in the womb of the old society itself (MARX, 1859, p. 11-12).

It is easy to see that Marx's formulation of such a law is unsatisfactory.² One of the reasons is that he talks of a certain *stage*, or *epoch*, but does not say what these are. The laws of history,

² It is contentious whether Marx thought of himself as having found the laws of history; some argue that this was a later formulation/interpretation following Engels's attempt to make Marxism seem more "scientific".



according to the standard interpretation of Marx's views, are said to govern not all historical events, but the passage from one *stage* to the other. Little is said about the law itself, except that it is to be understood in materialistic terms. In other words, Marx's law of history is not formulated as a neat, testable statement. The famous prediction that a Revolution will occur, once society reaches a certain *stage*, whatever it is, is too vague to be either confirmed or refuted.

It is hard to offer examples of what a law *of* history would be. Maybe this is so because substantive theories patently failed in identifying any law of history. Ludwig von Mises was an early theorist to acknowledge that historians consistently failed in identifying laws of historical development:

The formulation of historical laws, i.e., laws of historical change, has repeatedly been designated as the task of history. Many even set out to formulate such laws. Of course, these laws did not meet the demands one must make of a scientific law. They lacked universal validity (VON MISES, 1933, p. 118).

Attempting to explain the past in the light of an a priori general theory, bypassing the search for empirical evidence, is wrong. I endorse Nagel's remark that *if* we could formulate such doctrines in terms of verifiable statements (and to a large extent we cannot), it would seem that "the available evidence supports neither the thesis that all human events illustrate a unitary [...] law of historical development, nor the thesis that individual [...] effort never operates as a decisive factor in the transformations of society" (NAGEL, 1959, p. 292).

It seems fair to say that all aspects of Hegel's doctrine, for example, are dismissible on the basis that such interpretative framework does not appeal to contemporary historiography. Historians are not any longer in the business of trying to discover the "meaning" of history, or identifying the vast, general "trends", but in the business of showing how the state of the present causally depends on the past – where causes are not the result of supernatural forces, but chains of events whose causal connections may be studied based on empirical evidence. So, let us settle for the position that there is no such thing as a law *of* history.

Nagel's definition of determinism

One of the reasons Nagel's paper gives clarification is precisely that Nagel defines determinism as a system which, according to the laws, has a *uniquely possible evolution*:



[...] if a deterministic system is in a definite state at a given time, the occurrence of that state at that time is determined - in the sense that the necessary and sufficient condition³ for the occurrence of that state at that time is that the system was in a certain state at a certain previous time (NAGEL, 1959, p. 294).

Nagel then illustrates the case of determinism with an example of a physiochemical system, taken from Lawrence J. Henderson (1937). The deterministic system is characterised like this:

[it] consists of a mixture of soda-water, whisky, and ice [...] completely isolated [...] The sole characteristics [...] of concern are [concentration, temperature, and pressure]. Under the stipulated conditions, and for a given temperature and pressure, each component will occur [...] in the various phases with definite concentrations; and conversely, if the concentrations are fixed, the temperature and pressure will have a unique set of values. Thus, if the pressure of the mixture were increased [...] the concentration of water in the gaseous phase would be reduced, and its concentration in the liquid phase would be increased [...] The value of a variable at any given time is determined by the values of the other variables at that time (NAGEL, 1959, p. 293-294).

In Henderson's example we are not concerned with the complete picture of the state of the system, but only with some specific variables (number of components, phases, etc.), and how their values relate to each other simultaneously. The system is said to be deterministic with respect to certain variables only, and it remains an open question whether for other variables (not the ones we are concerned with here) there can be indeterminism.

Three important remarks are made by Nagel:

(1) A system being [ontologically] deterministic "does not entail that the states of the system are [practically] predictable [...] a system may be a deterministic one, though we may not know that it is such; and it is a mistake to identify [...] the meaning of 'determinism' with the possibility of prediction with unlimited accuracy" (NAGEL, 1959, p. 295).

³ I do not see why the conditions must be necessary. Only sufficiency seems to be required by determinism. Otherwise we rule out that the same effect could be caused by different causes.



(2) We should strongly consider the case for *partial determinism*. If we claim that a system operates deterministically with respect to some set of magnitudes or variables, it may be the case that the same system (or a subsystem) operates indeterministically with respect to some other set of variables – provided that the indeterministic variables do not interfere with the deterministic evolution of the first set. If a system *S* does not appear to evolve deterministically, we should consider the case that either *S* is not sufficiently isolated or protected from “outside” disturbances.

(3) Determinism as uniqueness of evolution cannot be (a) conclusively established or proved, or (b) refuted or disproved, by means of empirical investigation. In the case of (a), this may be so because for some classes of events we simply do not *know* (yet) the determining conditions, whereas for other classes of events, it seems logically possible that no such conditions in fact exist. In the case of (b) this may be so because the failure in discovering determining conditions does not prove that there are not in fact such conditions – maybe the conditions exist but are not discoverable.

I said that Nagel’s treatment of determinism shifts in his paper. This is because he later concludes that the doctrine of determinism can only be *partially* supported on the ground that it may be a true and general description of the world as we *know* it. Here his argument takes an objectionable move. Nagel says that determinism has a “heuristic function”.⁴ For example, the doctrine of universal determinism worked as a guiding principle for 19th century physicists and gave them some useful insights. In the case of social science and psychology, the gains were more limited, but some versions of determinism brought attention to the determining factors such as “heredity, attitudes acquired by training, repetition of exposure to stimuli, modes of economic production or social stratification and social mobility” (NAGEL, 1959, p. 297).

But a “guiding principle” is not a thesis about the world’s evolution, but only a set of recommendations as to how scientists should proceed. A guide is not true or false. Nagel correctly says that failing to find determining conditions does not disprove the doctrine of universal determinism, but then it is easy to see that success in finding them does not prove it true either.

So far, there is no good reason to reject the claim that determinism entails (and is best defined as) *uniqueness of evolution*. This is not to say that “there is” at least one system which perfectly fits the definition; it may well be the case that no system is deterministic after all, or is only approximately so. But as we mentioned, there is strong hostility to deterministic outlooks in history. Such hostility resulted in some flawed arguments against determinism. In the following

⁴ Nagel’s move is typical of logical positivists: The deterministic assumption is a “regulative principle”, a ‘motto’ which says “look for determining conditions”. He evades the question about the truth of determinism and replaces it with a heuristic view.



sections I will revisit such arguments, highlight their flaws, and demonstrate that determinism as an ontological tenet is not incompatible with the "facts of history".

Arguments against determinism in history

In Nagel's words, "critics of historical [determinism] who have argued for either a radical or a qualified indeterminism in human affairs, have rejected one extreme position only to adopt another one no less extreme and dubious" (1959, p. 293). This is not to say that human affairs cannot be inherently indeterministic (governed by probabilistic laws, for example), but to say that the ontological doctrine of determinism has not been proved false by any of the arguments we are going to review next.

There are mainly five different arguments against determinism in history worthy of our philosophical scrutiny.⁵ By revisiting such theses against historical determinism, I will try to clarify some obscurities, but most importantly, I will attempt to answer whether historical explanations (a) presuppose determinism to be false, or (b) require it to be true. The answer is neither.

Argument 1 – "there are no universal laws of historical development"

Some have tried to postulate testable claims about the laws of history, as was the case of Cheney, but the propounded generalisations turned out to be false, or weakly testable. In the case of Marxism, some claims seem to be testable, but only partly so, because the predictions are too vague. Although the Marxist outlook of history does offer an appealing framework for historians aiming to provide explanations of, say, economic changes, the division of labour, or the gradual implementation of labour laws, one would not feel at ease in saying that proper laws of history have been identified. The generalisations are too imprecise to be characterised in terms of law-like statements.

Substantive theses of history are, to a large extent, *untestable*, thus we may dismiss them as false or at least as speculations lacking empirical support. Hegelians and Marxists, for example, did not make predictions in terms of a timeframe, or a specific place, and a finite number of players. In order to "test" their theories the historian would have to deal with: (a) an indefinitely

⁵ Ferguson (1999) has raised what for some would count as a sixth argument against historical determinism – the idea that thinking counterfactually about history, or postulating historical "might have beens", would be inconsistent with universal determinism.



large class of human phenomena to contrast the theory with; (b) deal with an indefinitely large area of space to investigate human affairs; (c) deal with an indefinitely long period of time.

So, the quest for laws of history was not a fruitful enterprise. What implications does it have for causal determinism in history?

Explanations in any domain may depend on accepting "framing" interpretative principles that cannot be independently testable. The causal principle, for example, is one of these framing principles. Determinism is also, in a certain sense, framing. The failure in identifying laws of history is no reason to abandon causation and determinism as framing principles. We may provide causal explanation without reference to laws, and determinism as uniqueness of evolution may still hold, also in the case of history.

In general, proponents of substantive theories of history would appreciate it if we could indeed show that historical events also exhibit the same stability and periodicity we observe in the case of, say, planetary motions. But that is not the case, so they must assume that such periodicity and stability is of a hidden order, that there is an underlying deterministic pattern that, if discovered, would offer the ultimate framing for a causal explanation in history.

Critics of historical determinism, however, claim that because the general evolutionary trajectory of history does not exhibit a discernible pattern, it can only be so because there is none – there are no laws of history. But from the lack of a general discernible pattern of evolution they infer that historical determinism is always false, that events in history are not causally necessitated by their antecedents. This seems a mistake for two reasons.

(1) Let us accept that the whole of history does not exhibit a discernible pattern and consider particular historical phenomena. Does it follow that from the absence of a universal pattern of historical evolution, historical "local" systems will not exhibit discernible patterns of evolution? The inference seems wrong. We may have a subset of systems which are independently deterministic; but when we consider them all together, we fail to see any pattern.

(2) Clearly, we could have a case where a system does not exhibit *apparent* regular behaviour, but it conforms to a more complex pattern of changes. The case of deterministic chaos is a good representative of this view. A chaotic system evolves along a uniquely possible trajectory. But it is so sensitive to changes to the initial conditions, that predictability, in its ordinary (practical) sense, is not a possible task. We have determinism but not predictability. The swinging of the pendulum may be fully determined by the laws and the initial conditions, but we fail to 'see' the pattern, or to predict its future states. There are known *deterministic* systems in physics that exhibit no apparent pattern, the Lorenz model, for example (SMITH, 1998, p. 147-63). In other



words, they are deterministic simply because the laws that govern them are non-stochastic and do not allow for any evolutionary "branching". And yet when we try to identify their pattern of evolution we fail. It seems a bad move to characterise systems as deterministic or not based on the pattern they *apparently* present.

No argument has been presented against the possibility that some systems (also in history), especially when taken in isolation, may exhibit deterministic (i.e., uniquely possible) evolutionary histories, or approximately so. The lack of laws of historical evolution offers no support against the possibility of historical causal determinism.

Argument 2 – "human events are inexplicable and unpredictable"

This claim against determinism is rather odd. How is it possible to defeat the ontological view of determinism, on the basis that we cannot predict or explain the occurrence of certain historical events? The universe could be deterministic and yet we could be in no position of knowing it as such.

Let us see, however, in what the charge of inexplicability consists. This is an argument that drifts into the problem of explanation, and appeals to the fact that, in order to ultimately explain an historical event, historians would have to identify all its causes, and the causes of these causes, *ad infinitum*, falling into an endless causal regress. In the words of Charles Beard: "a search for the causes of [US's entry into WWI] leads into the causes of the war, into all the history that lies beyond 1914, and into the very nature of the universe of which history is a part; that is, unless we arbitrarily decide to cut the web and begin at some point that pleases us" (BEARD, 1936, p. 79).

Beard's claim of arbitrariness is not well founded, as can be shown in several different ways. By providing an acceptable causal explanation we clearly need not fall into such regress, because to explain the occurrence of an event in a causal chain all we need to do is to focus on the two adjacent segments (*c* causes *e*). Of course, *c* has also one or more causes, but to explain the occurrence of *e*, it suffices to give some information about its causal history, and to do so we need not enquire into "the very nature of the universe". The selection of causes – or the selection of the area of the causal web relevant for the success of the explanation – is determined by the context of inquiry, it is a pragmatic matter related to our interests.

Another possible way out of the problem of the endless regress of causes was presented by James Sadowsky (2000), who argued that a solution would be to abandon the causal principle and accept that the first member of a causal series is not in *need* of a cause itself. It is arguably



a solution for the endless regress. But abandoning the causal principle and talking of uncaused events is a remedy many would find too bitter to swallow. Maybe we need not do so.

The argument of the endless regress of causes fails, since it implies that we could never satisfactorily explain any event's occurrence; and patently we can, as Nagel explains:

although C may be the cause or a determining condition for B, where B is a condition for the occurrence of A, B is nonetheless a determining factor for A; and in stating the determinants for B, we are answering a different question from the one we are seeking to resolve when we ask for the determinants of A [...] an explanation can be completely satisfactory, even though in offering it we are assuming something which has not in turn been also explained (NAGEL, 1959, p. 299).

Historians aim to answer "why questions" by identifying the most relevant causes of the events they explain. When they say that A determined the occurrence of B, it does not mean that A alone sufficiently does so. By cutting the web of causes and focusing on a single stretch of the causal chain (or web), historians do not do so "arbitrarily", as Beard says. There are pragmatic interest-based constraints which apply to the selection.

Van Fraassen (1980), for example, formulates a pragmatic view of explanation that seems compatible with David K. Lewis's account (1986). He believes an explanation is an answer to a particular contrastive why question – the contrast class would then determine what causal information is relevant when giving an answer. For Lewis, an explanation is simply the provision of information about the causal history leading up to some event. The use of contrastive why questions may be a helpful way to make clear what aspects of the question should be addressed. Consider the example: why did the First World War start in 1914? – rather than in some other year? Why did the First World War start in 1914? – rather than not starting at all? See Van Fraassen (1980, p. 134-52). The bottom line: explanations may be perfectly adequate, if the number of traits whose occurrence is to be explained is limited – and this is often the case.

It is legitimate to conclude that the length of the stretch of causal relations to be analysed is set by the "why question" itself. Indeed, a good and plausible "why question" in history would not require historians to go back all the way to the "Big Bang". Even though in some cases the stretch of the causal chain can be quite long, "explicability" in history does not require total explicability.

Let us now focus on the "unpredictability" argument. It basically says that failure to predict is a sign of the falsity of the thesis of determinism. I say failure of practical predictability is



not informative on matters to do with ontological determinism because it could be explained by our ignorance of all the relevant conditions & laws. Surely, however, prediction in humanities is not always a hopeless task. Every now and then, also in recent years, some social or political scientist will put his/her neck out and risk a prediction when this would seem to be sufficiently supported by empirical evidence. Sometimes they get it right.⁶ But in the case of history, prediction does not seem a possible task.

Predictions in social science do not foretell the future in a way that we eliminate open possibilities until only one plausible outcome remains. But such forecasts “do exclude an enormous number of logical possibilities [...]; and they do point up the fact that though the [agents] may have a considerable range of free choice in their actions, their actual choices and actions will fall within certain limits” (NAGEL, 1959, p. 301). What is logically possible might not be possible, which leads us to the “obvious interpretation [...] that there are determining conditions for both what has happened as well as what will happen [...]” (NAGEL, 1959, p. 301). The conclusion to be reached is that the incompleteness of causal explanations and difficulties involving prediction do not offer any support to the argument against the idea that the world evolves according to a uniquely possible path.

Argument 3 – “novelties in human affairs are incompatible with determinism”

There is another odd argument against the doctrine of historical determinism; it revolves around the idea that the *emergence*, in the world of human affairs, of new inventions, ideas, works of creativity, novel modes of behaviour, and so on, are incompatible with determinism. This is a view originated from those who believe that artistic creation, for instance, is the result of a *free spirit*, something which cannot be accounted for in terms of laws, causes and effects known prior to the emergence of the novelty. It also fuels the argument of the *unpredictability* of the course of human affairs, for obvious reasons.

The essence of *emergentism* is to argue for the unpredictability of novelties as being inconsistent with determinism. We have already contended that failure to “predict” tells us nothing about whether the ontological doctrine of determinism (**B**) holds of this world, for any given system, or not; thus, we could easily dismiss the present argument straight away. But because of its popularity, let us spend some time spelling it out.

This doctrine of “novelties” in human affairs presents itself in two different formats:

⁶ Recent examples can be found in Chenoweth (2013) and Regan (2002).



a) *The doctrine of emergent levels* – this is an atemporal doctrine which stipulates that some traits and modes of actions cannot be explained in terms of the properties exhibited by the component parts of complex systems to which these traits or actions belong.

b) *The doctrine of emergent evolution* – this is a temporal thesis which asserts that novelties (new traits, novel form of organisation or new activities) appear in time, and because they did not previously exist, they cannot be explained in terms of their historical antecedents.

But both forms of the doctrine are perfectly compatible with the doctrine of determinism, as we shall see next.

A common illustration of the case of (a) asks us to consider the case of a molecule of water. Many of the traits of the water molecule cannot be *predicted* from the properties of hydrogen and oxygen when they exist in isolation from other atoms, or even when combined, i.e., some of the traits of the combination represented as H_2O are novelties.

For Nagel such an illustration is misleading, because the (un)predictability of any trait is always *relative* to a certain theory. Some of the traits of the water molecule are emergents as relative to the atomic theory defended by Dalton, but the same traits are predictable according to quantum atomic theory. We have here an example where our lack of *knowledge* accounts for our “surprise” at the emergence of a novelty. It is essentially an epistemic matter, and as such it may be only temporary, and not absolute. Once a better theory is at hand, what *seemed* a novelty at the light of a previous theory ceases to be one (becomes predictable) in the light of the new theory.

Is it possible that the new theory can account for the emergence of the novelty and at the same time conforming to deterministic evolution? No reason has been presented as to why this should not be possible. Moreover, empirical evidence may suggest that even if a scientist is not in position to deduce the properties of the novelty from its components (because of the lack of an adequate theory), it seems reasonable to assume the possibility that the novelty itself only come into existence under *determinate conditions*.

Not only can determinism, in principle, accommodate the emergence of novelties, but the way the novelties “emerge” could even presuppose determinism, rather than reject it. Unless we consider the emergent traits to come to existence without a cause – which would seem a very daunting thing to say – clearly the causes of all novelties are to be found in the prior state of the world, but from an epistemic perspective, they are not expected to occur. If determinism holds, then the prior state of the world, together with the laws, causally necessitates the emergent new trait.

The situation is not very different for (b); it is true that agents are indeed the source of many temporal novelties, i.e., new traits which have no historical precedents and seem like a



"rupture" of current knowledge of the world. The question is, what constitutes a novelty and why would that be evidence against determinism?

A novelty is essentially characterised as an event that is said or believed to be temporally unprecedented (i.e., never arose before in history) and unpredictable considering theoretical knowledge current at the time it "emerges". To characterise any novelty as unprecedented, the historian would need to possess an incredibly enlarged knowledge of the past to show that an event is of a kind that has not occurred before. In addition, one must show that such novelties could not have been predicted. But even if so, what is the relevance of this? If by novelty we refer to the unpredictable, then it shall be clear that ontological determinism can handle the emergence of novelties.

We need a proper definition of what is to count as a "prediction". Some would certainly regard magnificent achievements such as the moon landing, or the invention of the internet, or the development of nuclear power as "novelties" – because they have no precedents in history. And yet, such achievements were in some way "predicted", or deemed quite possible, by science fiction writers who thought that the internet, for example, was possible.⁷ So *unprecedented* in history seems to work well as a definition of a novelty, while *unpredictable* seems to be more challenging, as it is relative to theories, and it is not always easy to identify the scope of scientific theories.

Even if sufficient evidence is shown to support the claims that a certain novelty was unpredictable, such unpredictability is solely a problem of formal logic: "for to predict an event, the traits of that event must be formulated in a statement; and unless the predicates describing those traits occur in the premises of the predictive argument, that statement can follow from the premises neither deductively nor [probabilistically]" (NAGEL, 1959, p. 307). As a matter of fact, if such an emergent novelty is "radically" different from our knowledge of the past, then no regularity or law would be known to make a proper prediction possible.

It is only once the novelty becomes known and well established that we are in position of making adequate inquiries concerning regularities or laws. We might, after further scrutiny, identify the initial conditions a novelty's occurrence is contingent upon. Furthermore, scientists usually start their inquiries by assuming as a heuristic principle that a novel system is deterministic.

Nagel's argument in (a) is centred on the idea that unpredictability need not be absolute – an unnecessary move to dismiss the argument, but sound, nevertheless. In (b) his move is to

⁷ Mark Twain wrote a short science fiction story entitled *From the 'London Times'* (1898), in which he predicted the creation of the internet – called by him the teleelectroscope – a device hooked up to the existing phone system.



show that the very idea of a law or regularity is formally incompatible with the idea of predicting a 'novelty,' because any applicable laws would not have been known prior to the emergence of the novel trait. Again, this move is unnecessary, as unpredictability – regardless of how we define it – is only a problem for the epistemic layer of determinism. Although emergentism seems flawed from the very beginning, it is rather entertaining that Nagel makes certain concessions to “emergentists” only to defeat their arguments in their own terms. Also, in the case of (a), we could also suggest that ultimately *emergentism* does not even defeat entirely the idea of predictability as, from an idealised perspective, the infinite, ideal knower should see such novelties as no surprise, entirely deducible from the prior state of the world, and the laws.

Little has been said, however, about how novelties are consistent with ontological determinism. Nagel has heavily focused on logical and practical matters to do with predictability. I undertake to set out the argument against *emergentism* in simpler terms. Let us say that a world (w) evolves from $S_{(t_1)}$ to $S_{(t_2)}$ where it produces a novelty (N). Now, N is a novelty because it is unprecedented in the evolution of w , i.e., N is absent at any moment prior to t_2 . We then “run” world w again, starting from $S_{(t_1)}$ to $S_{(t_2)}$, and once again, it produces N . If determinism holds, i.e., if the evolution of S is uniquely fixed, then whenever we run w again, N is produced at t_2 . We have a case of determinism *and* the emergence of N .

One can argue that, despite the world w being deterministic, all the inhabitants of the world were unable to predict or foresee N . It may well be so. But this is clearly not an argument against the ontological layer of determinism, it only says that the inhabitants of w had inadequate knowledge of how w runs or evolves. It suffices for determinism to hold that every time we run w , we get N at time t_2 , whereby we conclude that the emergence of N is determined to occur. Determinism as uniqueness of evolution fits perfectly together with the emergence of N . Of course, should we run w again and observe that N does not occur at t_2 , then w is said to be indeterministic.

We may also think of w being only partially deterministic and still account for N . Let us say that some magnitudes associated with N are determined, while others are not. So, when we run w from $S_{(t_1)}$ to $S_{(t_2)}$ we get N , and when we run w again, we get N' which is different but still similar in kind to N – N *and* N' have identical values for the deterministic subset of magnitudes, but differ with respect to the indeterministic subset. Also, in this case, N seems to fit with some version of ontological determinism. Perhaps an example may help our treatment of the occurrence of novelties.



Exemplifying deterministic novelties: the case of convergent evolution

Stephen Jay Gould (1989) is a scientist who believes the world to be indeterministic, at least with respect to evolutionary processes. Let us say that N stands for "life", which first occurs in the actual world w at time t_2 . Now, let us assume that we could rewind the evolution of w to a previous time t_1 ; once w is played back, Gould believes "life" (N') would have then taken a very different course.

Simon Conway Morris (2005) has a different view on this; he endorses the theory of convergent evolution⁸, a theory which I believe fits best with the notion of partial determinism. Morris believes that "convergence" is the dominant force of evolution; by rewinding the world and assuming the same environmental and physical constraints would still operate, the same *kind* of novelties will occur, at the same (or approximately so) times they did the first time the world evolved from t_1 to t_2 .

Morris is sceptical, however, when asked if the novelty of life would *inevitably* occur elsewhere – it may be the case that there is only one way of generating life, and the case that other Earth-like (with the same physical constraints) planets are improbable.⁹ But his thesis is that once "life" is generated, the novelty of "intelligent life", for instance, would inevitably occur (the case of primates, corvids, and cetaceans). It is a case of "wait and see": "once life started [...] nothing could have stopped it from evolving to produce us, or something very similar" (SZATHMÁRY, 2005, p. 850).

But let us assume that there can be other Earth-like planets, with the same physical and environmental constraints.¹⁰ If there are thousand Earth-like planets, how many of them will produce: (N_1) life; (N_2) life with the genetic code; (N_3) life based on complex cells (eukaryotic); (N_4) intelligence capable of natural language?

We may reply by saying that:

⁸ "Convergent evolution" is the name given to the acquisition of the same trait in unrelated lineages. A good example is the wing. Birds and bats are unrelated, but their wings are similar because of the physical constraints imposed upon wing shapes.

⁹ Dawkins (1986) says that what appears to be unlikely in the lab in, say, 2 or even 20 years may become probable or even likely to occur in dimensions of 200 million years. If the structure of the universe is infinite, then any low-probability novelty will be repeated many times. Gould (1989) believes that chance may be a very important factor, while changing fluctuation of genes and natural selection are less important factors. See also Sterelny (2007, p. 3-14).

¹⁰ Simplified from Szathmáry (2005, p. 850-851).



a) If the planets are deterministic systems, governed by the same laws, and the initial conditions are the same, or very similar, then each kind of novelty (N_1 ... N_4) will be produced at the same times t_1 ... t_4 for all the Earth-like planets.

b) If the worlds are *partially deterministic*, then it is hard to say what minor variations to some of the (indeterministic) magnitudes may signify for the occurrence of each of the novelties. Perhaps all worlds would probably start with life, quite possibly life with something similar to the genetic code, but then some would produce complex cells and generate, at some point, intelligence; while others would not, or would take much longer to do so. But we might expect that some of the Earth-like planets would very much resemble each other with respect to the occurrence of (N_1 ... N_4).

c) If the worlds are *indeterministic*, then the occurrence of the novelties (N_1 ... N_4) is not inevitable, convergence of evolution is false, and Stephen Jay Gould could be right in saying that nature would have taken a very different course should we "rewind" any planet back and "play" it again.

One must conclude that if convergent evolution holds true of these worlds, i.e., convergence is indeed a dominant force of evolution, then this also testifies to the idea that the "algorithm of evolution" is to some extent "robust". Some of the products (novelties) of evolution are sensitive, others are not. Therefore, the truth of the theory of convergent evolution seems to require that at least partial determinism holds true of the relevant system or world. We have here a clear example taken from biology of a case in which determinism – or partial determinism – can account for novelties.

Argument 4 – "chance events are incompatible with determinism"

Nagel identifies four meanings for chance.

a) Chance is only how we name the absence of a "unifying plan" for historical evolution, where every single historical event is shown to be according to some "timeless Reason" – such as we find in Hegel.

b) Chance is sometimes equated with an event being *unforeseen* or *unexpected*. Because we sometimes fail in predicting the outcomes of some event, and even our own actions, we sometimes *surprise* ourselves with such occurrences, and label such events as "accidents". For instance: "The disappearance of slave economy in the United States, which seemed to many southern landowners to be part of the permanent social order, was not



foreseen by most of them even as late as 1859" (NAGEL, 1959, p. 309). Our failure to predict is an epistemic matter, a sign of our *ignorance* of how the world evolves – determinism as an ontological doctrine remains unscathed.

c) Sometimes an event is described as a chance event because it involves the intersection or collision of two independent causal chains or systems. Because two altogether independent causal chains of causes and effects collide, and we fail to predict the consequence of such a collision, we say that the product of the collision is chancy – although the effect is clearly caused by the determining conditions specified at the point of the intersection of the independent causal chains.

Clearly, if there is only one possible path of evolution after the collision, the system is deterministic. Chance so defined is not incompatible with determinism. With regards to the predictability of such an event, even if in some cases it does seem difficult to foresee the kind of event that is about to occur, in other cases prediction could perhaps be possible – perhaps we know the independent systems sufficiently well to predict when they shall collide, and what will be the consequences of the collision.

d) The final sense of chance identified by Nagel is that of an event which occurs in the absolute absence of any determining conditions or causes. This is a trickier case, and Nagel's treatment of the case is not entirely satisfactory.

He says that "if there are such events [...], they are not merely unexpected and unforeseen, but are inherently unforeseeable; and their occurrence could not be explained, even after they had happened, no matter how extensive our knowledge may become" (NAGEL, 1959, p. 310). The conditional form of the claim is important, because Nagel want to leave as undecided whether some events may occur without determining conditions:

[...] despite the well-known rumour that it has been affirmatively settled by modern physics [I argue that] such a question cannot [...] be answered definitively, since even repeated failure to find any causal conditions for some type of event can always be construed as evidence for human stupidity (NAGEL, 1959, p. 311).

An event occurring without any determining condition could mean two different things: the occurrence of an *uncaused* event, or more plausibly, an event which may be subsumed under *probabilistic laws*. In the former case there are no, strictly speaking, 'determining conditions' for the occurrence of a "chancy" event. In the latter, we say that an event, in the presence of certain



conditions and according to probabilistic laws has, say, 80% of chance of occurring, and 20% of chance of not occurring – there is more than one uniquely possible path for the evolution of such a system, i.e., no *uniqueness of evolution* (**B**). There can be determining conditions which *probabilify* rather than *necessitate*; and there will be always some degree of probability that a certain kind of event will occur under any (sufficiently determinate) initial conditions.

It seems more plausible, in the case of history at least, to attribute the lack of determining conditions not to the nature of the applicable laws, but to the lack of knowledge on the part of the historian. Nagel asks: “would we not ordinarily interpret a competent historian’s readiness to label as *chance event* an occurrence which he is unable to explain [...] an expression of his weariness or despair?” Nagel (1959, p. 311) also concludes that “if there are [...] chance events [...], there certainly is a definite limit to what can be explained. But since we cannot be sure for which specific events this limit is in force [we do not] have an impregnable excuse for stopping our inquiries into their determinants” .

If some events seem to occur indeterministically, there is no reason to claim that no systems can behave deterministically, or that we should abandon the deterministic assumption. If some event *e* occurs indeterministically, we still want to identify the conditions under which the occurrence of *e* becomes more likely as *e*’s causes – all we need is to identify a suitable definition of *causation*. Indeterminism in this sense does not entail that there are *uncaused* events, and even the “causal principle” could still hold.

In the presence of genuine objective chance, we must conclude that some systems do not evolve according to a uniquely possible trajectory. We must also consider that if an indeterministic system collides with other otherwise deterministic systems, this could certainly spread some level of indeterminacy: the thesis of universal determinism would crumble if just one non-isolated system exhibits objective chance. But it is still unclear whether there are indeed any genuinely indeterministic systems (EARMAN, 1986), so this argument takes a conditional form: *if* objective chance is real, *then* universal determinism is false. But I shall add that even in the presence of objective chance, *partial determinism* could survive.

Argument 5 – “determinism is incompatible with free will”

This issue emerges from a certain tendency among historians (and laymen in general), to perceive determinism as a potential threat to free will. This comes as no surprise, given the fact that the notion of determinism (and that of freedom) is usually not well understood, and different definitions are available. In the case of historiography, it is claimed that if determinism holds, then



humankind is unfree, and judgements of moral responsibility – an essential part of the historian's work, according to Berlin (2002 [1955]) – become meaningless.

Unless the libertarian can show that free will requires indeterminism, and that we are *in fact* free in the libertarian sense, we have no grounds to refute ontological determinism. How are the actions of human agents different from those of a sunflower turning its "face" to the sun? (EARMAN, 1986, p. 239). If the thesis of universal determinism is true, is it not the case that all events (including actions) are produced by forces or circumstances beyond human control? There is an obvious relation between the free will problem with the mind-body problem – which in turn has also divided philosophers into positions of mutual incomprehension. We usually believe that actions are mediated by mental states such as beliefs and desires. A mental state is either "parasite" on physical states or not. Earman's notion of parasitism is defined as: "for any possible worlds w_1 and w_2 , if w_1 and w_2 agree on all physical attributes, then they agree on all mental attributes as well" (1986, p. 240). Parasitism (P) will be the case if we can identify mental states with physical states – whether we can do this is an important point of contention.

Let us assume, for the sake of the argument, that physical determinism holds. We then "rewind" the world from our time t_r , back to a remote past time t_0 , a time before evolution accounted for the emergence of the first, so to say, "mind". In other words, the state of the world at t_0 , and even a libertarian will agree, is completely describable in physical terms only. If P fails then the (physical) state of the world at t_0 does not uniquely determine the state of the world at t_r , because mental state such as beliefs and desires would not be subsumed under the laws governing the evolution of the physical world. In other words, universal determinism fails.

If physical determinism holds, however, and P fails, then we must conclude that an autonomous mental life must be completely inefficacious when it comes to bringing about any event in the physical world – mental states cannot cause anything but other mental states. Alternatively, if both physical determinism and P hold, then we say that the state of the world at t_2 (including the mental states reduced to physical states) are determined by the state of the world at t_0 , together with the laws. In other words, actions would seem to be determined by circumstances that existed before the agent was born, and therefore conditions *beyond* the agent's control. The idea that the causes of action are not under the agent's control is not palatable for the libertarian.

We may offer a different characterisation of such conditions. Again, Earman offers a useful remark: "all human actions, in so far as they are physically characterisable, are deterministically explained by *exactly* the same factors that explain [...] everything else in the physical realm" (1986, p. 241). If P holds then mental states are causes, if P fails, mental states are causally inefficacious.



Now we may properly characterise what the libertarian's position is. The libertarian wants to add to the previous exposition that if determinism holds and P holds, i.e., mental states are determined by the same factors that explain all physical events, then human agents are not 'free' to decide as they "want". Deliberating becomes a deceptive activity, as agents do not really have any choices. And indeed, if by freedom we mean being capable of acting differently from what the physical conditions and laws determine ("doing otherwise") then the libertarian's point is perfectly sound – if physical determinism and parasitism hold, we are "unfree".

Where things go terribly wrong is when (and this is not the case of Berlin) libertarians want to argue by modus tollens and say that since determinism implies unfreedom [premise 1] and since we are free [premise 2], determinism ought to be false [conclusion]. The argument is valid, but we have no way of knowing whether "premise 2" is true or false (or what it means) – and this fact alone offers sufficient justification, I think, to dismiss the argument that free will requires indeterminism. But I said I would consider the case for libertarianism, so let us go a little bit further.

How is it that the libertarian, granting that mental states are in fact not reducible to physical states, provides explanations of actions? Are actions uncaused? Most libertarians (including Berlin) would say that actions are caused, but not in the same way as physical events; and that it is wrong to explain the current state of the world by means of the state of the world at t_0 together with the laws. Actions are partly explained by the state of the world at t_0 , but also by later states – those states in which we have the "emergence" of autonomous mental states such as beliefs and desires (note that there is an overlap of the libertarian's position with some theses on emergentism). The libertarian also needs to add another premise, that those mental states that occur at times later than t_0 but earlier than t_1 have the capacity of pre-empting some causal chains originating from the state of the world at t_0 – otherwise agents would be 'free' but causally inefficacious.

Where exactly do these mental states emerge from? What causes them? Berlin, among other libertarians, defended a version of the theory of *agent-causation*. This theory may be defined as the idea that agents may start new causal chains which in turn are not determined by the prior (physical) state of the world together with the laws. In the case of Berlin, mental states are caused by a special property which is only possessed by intelligent beings (beings capable of deliberation), the *self*. In other words, free choices are made (caused) by the *self*.

We may now turn to the criticism made by Nagel against Berlin. Nagel's point is not to dismiss "premise 2" ('we are free') as just explained, but to say that Berlin did not offer an adequate characterisation of the *self*. In Berlin's view, the *self* is to be distinguished not only from the body, but also from the "free" choices an agent makes. And this may seem problematic because:



[...] when I [...] choose between alternatives, I am usually not aware that the choice may be the expression of a set of more or less stable dispositions [...] should I become aware of these things [...] does my choice or my heart cease to be mine? [...] Berlin [...] appears to have an irresolvable puzzle [...] that arises from his [notion of self where] any trait or action which stands in relations of causal dependence [...] is automatically cut off from being a genuine phase of the self. It is as if a physicist in analysing the performance of a baseball, and noting that [its] shape, the surface quality, and the elastic properties [...] are partly determinative of its behaviour when it is struck by a bat, were to declare that these traits do not properly belong to the ball, but are as much external to it as the impulse imparted by the bat (NAGEL, 1959, p. 312-313).

The result of Berlin's characterisation of the *self* is that, ultimately, "nothing" can be identified as being the (or of the) *self*: "we conceive ourselves to be acting freely, even though we may recognise that some of our choices are the products of our dispositions, our past actions, and our present impulses" (NAGEL, 1959, p. 313). Berlin not only makes it difficult to define the *self* in the context of our action but makes it very difficult for any historian to provide a causal explanation of human behaviour, as it would require knowledge of what the *self* is, and how it brings about events in the physical world.

I have here presented two approaches to the problem of free will. Earman (1986) showed that one of the premises libertarianism is based on cannot be shown to be true. Nagel (1959) offered a limited retort, as it focused more specifically on the case of Berlin. Either way, we have sufficient grounds to conclude that libertarians have not satisfactorily demonstrated that (1) freedom is to be characterised as "being capable of doing otherwise", (2) physical determinism does not hold, (3) parasitism does not hold.

Berlin is aware that ontological determinism has not been proven false. He articulates his argument differently from the usual *modus tollens* argument. He claims that if determinism is true the "language" we use to communicate moral distinctions would have to be revised, for such language presupposes free agency, in the libertarian sense, i.e., being free to choose and act differently from how one acts. Thus, if the doctrine of determinism holds, all our moral experience would be unintelligible and incoherent. Berlin is therefore committed to the view that, insofar as we are committed to retaining the language of moral responsibility, we are committed to rejecting determinism.



And Berlin now adds another premise; that the work of historians requires moral judgements, and consequently requires that they must retain the language of moral responsibility (premise 3). Historians are usually divided in their positions on the importance of making moral judgments. But if we state, as previously done, that explanation in history is all about providing information about the causal history of events, and that our choices of what causes to prioritise when providing an explanation are pragmatic, it is easy to see that historians could “choose” to explain any event without ever making moral judgments. We may explain Hitler’s or Stalin’s actions based on our knowledge of their beliefs and desires, and other relevant historical circumstances, without ever characterising the actions themselves as “evil” or “blameworthy”. I do not imply that this is what historians *should* do, but they could, and patently *can* provide explanation free from value-judgements. And this seems to render premise 3, and consequently Berlin’s argument, false.

Final remark

In the previous section I readdressed some claims which are believed to be incompatible with the doctrine of determinism, in particular historical determinism. The five arguments we considered are not an exhaustive list. More recently Ferguson (1999) argued against some theories he confusingly placed under the same label of “historical determinism”, such as Marxism, Hegelianism, scientific determinism, and some narratives styles in which the end is somehow “predictable”. Ferguson believes that *counterfactual history* provides epistemic gains and is incompatible with historical determinism. Such a claim is also ill-founded, but it shall not be examined here.

But it shall now be clear that common attacks on the possibility of historical determinism are grounded on incomplete human knowledge of the laws governing the evolution of the world – and therefore on our incapacity to predict the future states of the world. Determinism (as an ontological doctrine) may yet hold true of the actual world and of human affairs. None of the counterarguments we have examined is sound. At best, these objections show only epistemic (predictive) determinism to be practically unattainable. It may be that after all things are considered, we are incapable of identifying any single historical system which behaves deterministically – so there is indeterminism. So be it. But we cannot say with certainty that such failure is not simply the result of our cognitive limitations.



References

- BEARD, Charles A. **The Discussion of Human Affairs**. New York: Macmillan, 1936.
- BERLIN, Isaiah. Historical Inevitability. In: HARDY, Henry (ed.). **Liberty**. Vol. 1. Oxford: University Press, 2002 [1955]. p. 94-166.
- BIEBER, Ralph P. Review of 'Law in History and Other Essays' by Edward Cheney. **St. Louis Law Review**, St. Louis, v. 13, n. 2, p. 164, 1928.
- CHENEY, Edward P. **Law in History and Other Essays**. New York: Knopf, 1927.
- CHENOWETH, E. Do Military Interventions Hasten the End of Civil Wars? **The Monkey Cage**, 28 Aug 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3K9SBK9>. Acesso em: 12 out. 2013.
- DAWKINS, Richard. **The Blind Watchmaker**: why the evidence of evolution reveals a universe without design. New York: Norton, 1986.
- DAWSON, Christopher. Review of 'Historical Inevitability' by Isaiah Berlin. **Harvard Law Review**, Cambridge, v. 70, n. 3, p. 584-548, 1957.
- DRAY, William H. **Laws and Explanation in History**. Oxford: University Press, 1957.
- EARMAN, John. **A Primer on Determinism**. Dordrecht: Reidel, v. 32, 1986.
- ENFIELD, Roy. Marx and Historical Laws. **History and Theory**, Middletown, v. 15, p. 267-77, 1976.
- FERGUSON, Niall. Virtual History: Towards a chaotic theory of the past. In: FERGUSON, N. **Virtual History**: alternatives and counterfactuals. New York: Basic Books, 1999. p. 1-90.
- GOULD, S. J. **Wonderful Life**: the Burgess shale and the nature of history. New York: Norton, 1989.
- HEGEL, G. W. F. **Phenomenology of Spirit**. Traduzido por Arnold Miller. Oxford: Clarendon Press, 1977 [1807].
- HEMPEL, C. The function of General Laws in History. **The Journal of Philosophy**, New York, v. 39, n. 2, p. 35-48, 1942.
- HENDERSON, L. J. **Pareto's General Sociology**: a physiologist's interpretation. Harvard: University Press, 1937.
- LEWIS, David K. Causal Explanation. In: LEWIS, D. K. **Philosophical Papers**. Oxford: Oxford University Press, 1986. p. 214-240. Vol. II.
- LITTLE, Daniel. Philosophy of History. **Stanford Encyclopaedia of Philosophy**, Stanford, Winter 2012 Edition. Disponível em: <https://stanford.io/3cba0Wn>. Acesso em: 01 abr. 2013.
- LUCAS, John R. **General Arguments for and against Determinism**. Oxford: Clarendon Press, 1970.
- MARX, K. **A Contribution to the Critique of Political Economy**. Traduzido por Nahum I. Stone. Chicago: Kerr, 1904 [1859].
- MORRIS, Simon C. **Life's solution**: inevitable humans in a lonely universe. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- NAGEL, E. Determinism in History. **Philosophy and Phenomenological Research**, Providence, v. 20, n. 3, p. 291-317, 1959.
- REGAN, Patrick M. Third-party Interventions and the Duration of Intrastate Conflicts. **Journal of Conflict Resolution**, New York, v. 46, n. 1, p. 55-73, 2002.
- SADOWSKY, James. Can There Be an Endless Regress of Causes? In: DAVIS, Brian (ed.) **Philosophy of Religion**. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 239-241.
- SMITH, Peter. **Explaining Chaos**. Cambridge: Cambridge: University Press, 1998.
- STERELNY, Kim. **Dawkins vs Gould**: survival of the fittest. Cambridge: Icon Books, 2007.
- SZATHMÁRY, Eörs. Life's Solution: Inevitable humans in a lonely universe – Simon Conway Morris. **Biology and Philosophy**, Dordrecht, v. 20, n. 4, p. 849-857, 2005.
- TWAIN, Mark. **From the London Times of 1904**. New York: The Century Company, 1898.
- VON MISES, L. **Epistemological Problems of Economics**. Traduzido por George Reisman. New York: NY University Press, 1978 [1933].
- VON WRIGHT, G. H. Determinism and the Study of Man. In: MANNINEN, Juha; TUOMELA, Raimo (ed.). **Essays on Explanation and Understanding**: studies in the Foundations of Humanities and Social Sciences. Dordrecht: Springer, 1976. p. 415-35.



Additional information

Academic biography

Alexander Weller Maar holds a PhD in philosophy from the University of Auckland (New Zealand), with a thesis on the application of counterfactual reasoning to solving problems in philosophy of history. His thesis was selected by the International Commission for the History and Theory of Historiography - Doctoral Dissertation Prize for the History and Theory of Historiography - as one of the three best in the 2015-17 triennium. He holds a Master's in philosophy from the Federal University of Santa Catarina, a degree in philosophy from the University of Trento (Italy), and a degree in history from the University of the State of Santa Catarina. He does research in philosophy and theory of history, and philosophy of science. Nowadays he is a professor and researcher at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Pará (IFPA).

Correspondence address

Departamento de Ensino, Pesquisa, Pós-graduação, Inovação e Extensão, R. Universitário, s/n – Maria Magdalena, Itaituba – PA, 68183-300, Brasil.

Funding

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, processo 0413-10-0.

Competing interests

No conflict of interest has been declared.

Ethics Committee approval

Not applicable.

Research context

The article derives from the thesis Cause, Chance, Determinism and Counterfactuals in History, supervised by Robert Nola, at the University of Auckland, PhD in Philosophy program, concluded in 2015. The article presented here has been substantially edited and improved. The thesis is deposited in the university's theses repository: <https://researchspace.auckland.ac.nz/bitstream/handle/2292/24950/whole.pdf?sequence=2>.

Evaluation method

Double-Blind Peer Review.

Preprints

The article is not a preprint.

Availability of research data and other materials

Not applicable.

Editors

Flávia Varella – Editor-in-chief

María Inés Mudrovic – Handling editor



Peer review dates

Submission date: August 24, 2021.
Modification date: December 17, 2021
Approval date: February 15, 2022

Copyright

Copyright © 2022 Alexander Weller Maar.

License

This is an article distributed in Open Access under the terms of the [License Creative Commons Attribution 4.0 International](#).





Texto, contexto y marco: una propuesta metodológica para el estudio del pensamiento político con una crítica a la lectura orientalista de Karl Marx

Text, context, and framework: a methodological proposal for the study of political thought with a critique of the orientalist reading on Karl Marx's works

Víctor García Alemán ^a

victor.garcia.aleman@csic.es

<https://orcid.org/0000-0002-6024-1370> 

Nira Santana Montañez ^b

nira.santana@ulpgc.es

<https://orcid.org/0000-0001-8344-3891> 

^a Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto de Filosofía, Departamento de Filosofía Teórica y Filosofía Práctica, Madrid, España.

^b Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, Instituto Universitario de Análisis y Aplicaciones Textuales, Las Palmas, España.



Resumen

En este artículo presentamos una propuesta metodológica para el estudio de la historia del pensamiento político. Nuestro método tiene en cuenta como criterios interpretativos los textos, contextos y marcos en los que se insertan las producciones intelectuales de los autores que las realizan. Consideramos que estos tres criterios informativos nos permiten analizar e interpretar lo que los autores han querido transmitirnos con sus escritos. A modo de ejemplo, discutimos la visión del colonialismo en Karl Marx enfrentando nuestra metodología con la empleada por el crítico literario Edward Said, lo que nos permite atender mejor al dinamismo del pensamiento del alemán y a los cambios en sus consideraciones sobre el colonialismo.

Palabras clave

Metodología. Materialismo Histórico. Modernidad.

Abstract

In this paper, we set forth a methodological proposal for the history of political thought. Our method considers as interpretative criteria for the history of political thought the texts, contexts, and frameworks in which the intellectual productions of political thinkers are created. We believe those three informative criteria allow us to understand what authors tried to communicate with their writings. As an example, we discuss Karl Marx's view of colonialism confronting our methodology with that employed by the literary critic Edward Said. Our methodology allows us to better attend to the dynamism of the German thinker's thought as well as the changes in his considerations on colonialism

Keywords

Methodology. Historical Materialism. Modernity.



Introducción

Los estudios históricos sobre el pensamiento político¹ suelen estar condicionados por problemas epistemológicos relativos al estudio de la historia. El argumento suele enfatizar la incognoscibilidad de la historia realmente ocurrida, del pasado, para esgrimir que toda narración histórica es un constructo ideológico, una invención. Una muestra de esta condición de las disciplinas históricas sería el cambio constante de los relatos sobre el pasado. Ahora bien, como ha señalado Juan Manuel Santana Pérez (2013, p. 231 y ss.), no todas las historias son iguales. Podemos, y debemos, discriminar entre unas y otras en función de las fuentes utilizadas, la metodología empleada para su tratamiento, etc. Concedamos, como no podría ser de otra forma, que el conocimiento de la *verdad objetiva absoluta* sea inalcanzable (y no solo para la Historia); aun así, es cierto que los hechos del pasado sucedieron de determinada manera y atendiendo a causas diversas. Por lo tanto, el historiador debe atender a una objetividad disciplinaria en sus trabajos (BELVEDRESI, 2020). El objetivo del historiador debe ser aproximarse lo máximo posible a esa realidad.²

Sin embargo, ha sido habitual que a la hora de investigar las producciones intelectuales del pasado se infravalore la variedad histórica, la complejidad y la heterogeneidad, como ha señalado Stephen Howe (2002, p. 108-109). Para Howe, este error tendría un origen disciplinario: el uso de las herramientas y técnicas de la crítica literaria se ha presentado como sustituto suficiente de los análisis sociales, históricos y económicos. En el caso particular del pensamiento político, se ha tendido a obviar las circunstancias concretas (sociales, económicas, institucionales...) de tal modo que, a partir de algunos textos, se han realizado generalizaciones que explicarían “el espíritu de la época”. Son ejemplos de esta manera de proceder la clásica obra de Macpherson sobre el individualismo posesivo y los comentarios de Edward Said acerca del orientalismo. Esta elusión ha tenido entre sus consecuencias la consideración de una modernidad homogénea en la que se sitúa en el mismo plano a pensadores como Locke y Hobbes, Grocio y Vitoria, Wollstonecraft y de Gouges (DOMÈNECH, 2010, p. 20).

Por todo lo anterior, frente a los relativismos, creemos firmemente que la metodología no debe considerarse como una circunstancia externa al trabajo concreto del historiador; trabajo que, a su vez, es un camino de doble vía: no solo incrementa el nivel de los conocimientos empíricos, sino que debe servir para aumentar el nivel teórico de la historia. En línea con esto, pretendemos

¹ Roger Chartier (2005, p. 13 y ss.) ha señalado las dificultades de dar un nombre a los estudios de historia intelectual, entre los que se incluirían los dedicados a la historia del pensamiento político.

² Sobre el relativismo historiográfico y sobre las posturas narrativistas pueden leerse, con provecho y desde posturas diferenciadas: ARÓSTEGUI, 2001, p. 17-73, p. 74-133, p. 195-233 y p. 275-322; y PIHLAINEN, 2014; 2017.



defender una propuesta analítica de metodología para la historia del pensamiento político que tenga en cuenta como criterios interpretativos los textos, contextos y marcos en los que se insertan las producciones intelectuales de aquellos individuos que las producen.

El problema metodológico

Recientemente, algunos autores han señalado que uno de los problemas con los estudios que se sitúan entre la historia del pensamiento político y la filosofía política radica en que no existe discusión alguna entre sus practicantes, especialmente por lo que respecta a los métodos de investigación. Esto constituiría un problema porque el debate en torno a la metodología pareciera haber acompañado la escritura de algunos de los mejores trabajos en la historia intelectual de los años sesenta y setenta del siglo pasado (WHATMORE, 2015, p. 10; MACMAHON; MOYN, 2014). En esta línea, Mark Bevir apuntaba que su libro *The Logic of the History of Ideas*, publicado en 1999, había aparecido al final de una época dorada de investigación metodológica.

Un punto de vista alternativo es el sostenido por John Burrow cuando señala que buscar un único método para interrogar el pasado podría generar una cierta estrechez de miras. István Hont, por su parte, llegaría a afirmar que "la metodología es para gente estúpida"³ (WHATMORE, 2015, p. 10). Richard Whatmore (2015, p. 10) destaca también que Anthony Grafton (a quien considera "uno de los mejores historiadores del momento") evita la controversia metodológica. Sin embargo, evitar la discusión metodológica no implicaría no utilizar ninguna metodología. El hecho, sépanlo o no estos historiadores, es que siempre se utiliza una metodología, aunque sea mínima. Así, desde comienzos del siglo pasado, se hace uso de la crítica documental, externa e interna, se seleccionan las fuentes documentales que se consideran pertinentes, etc.

Por lo que a nosotros respecta, consideramos que sin una metodología básica de trabajo se corren, al menos, dos riesgos: por un lado, acabar cayendo en la pura elucubración; por otro, hacer de los resultados de la investigación algo incontestable. Aunque ambos riesgos pueden relacionarse en más de un sentido, no tienen las mismas consecuencias, como trataremos de mostrar a continuación.

Una de las cuestiones que guía la reflexión sobre el método es la que interroga sobre si hay "hechos indisputables" de los cuales uno se podría apropiar. Si dichos "hechos indisputables" existen, ¿cuál es el método más adecuado para adquirirlos? Si, por el contrario, no existen, ¿vale cualquier hecho "construido" o algunos tendrían más valor que otros?

³ En el original se lee: "methodology is for stupid people".



La primera postura (i. e., la que afirma que hay “hechos indisputables”) era la propia del empirismo y el positivismo hasta comienzos del siglo xx. Según esta perspectiva, el mundo estaría formado por datos sensoriales que pueden ser percibidos y descritos de manera incontestable. El criterio de verdad de una afirmación era, en consecuencia, su verificación en el “mundo de los hechos”, esto es, la contrastación de las teorías positivas con los hechos que las determinan. Desde la publicación, en 1952, del artículo de Quine “Dos dogmas del empirismo”, esta concepción está desacreditada. Las teorías, incluso las positivas, se encontrarían subdeterminadas por los hechos. Volveremos sobre esto más adelante, pero lo que interesa aquí, por lo pronto, es que, una vez que descartamos la posibilidad de la existencia de “hechos indisputables”, quedan dos opciones, a saber: (1) vale cualquier hecho construido o (2) algunos de estos hechos tienen más valor que otros.

Si aceptamos (1), debemos aceptar también la futilidad de cualquier discusión (no digamos ya pretender que esta sea científica). Las afirmaciones del tipo “todos los hechos valen igual”, “todo es subjetivo”, etc. atrapan a los relativistas en un dilema: o bien consideran que su visión es absolutamente verdadera (de modo que deberían explicar por qué precisamente su visión es excepcional), o bien pretenden que lo sea solo según determinada teoría, habida cuenta de que habría múltiples teorías alternativas para describir el mundo, pero ningún hecho que avalase que una de esas teorías sería más fiel a como son las cosas en sí. Si persiguen lo primero, entonces su postura sería autonulificatoria, pues se refutarían a sí mismos al admitir al menos una verdad (DOMÈNECH, 2005). La investigación, a su vez, (si se justificase el propio hecho de investigar) resultaría, así, incontestable. Si pretenden lo segundo, lo único que harían sería decir aquello que consideran que es correcto, pero sin justificarlo, lo que podría dar lugar a la pura elucubración. Además, afirmar un hecho en función de una teoría supondría asumir o bien que la teoría es verdadera, o que todas las teorías son verdaderas, es decir, que “todos los hechos valen igual”, con lo que de nuevo volveríamos al problema anterior, incurriendo en un círculo vicioso de difícil salida.⁴

Si aceptamos (2), esto es, que algunos hechos tienen más valor que otros e, incluso, que algunos directamente no tienen valor, parecería necesario plantearse qué determina el valor de unos hechos frente a otros. Volvamos, por un momento, a la cuestión de la subdeterminación de las teorías por los hechos. En “Dos dogmas del empirismo”, Quine sostuvo que la experiencia no basta para determinar concluyentemente una teoría, es decir, que difícilmente habría hechos indisputables que fuesen la prueba definitiva de una teoría. Ahora bien, que los hechos sensibles no determinen completamente una teoría no nos lleva al pluralismo infinito de teorías. Siguiendo

⁴ No cabe aquí explicar el significado y las consecuencias de adoptar esta postura. No obstante, sobre las consecuencias del relativismo epistemológico y del relativismo moral, así como sobre su relación con los totalitarismos de la pasada centuria, recomendamos la lectura de DOMÈNECH (2019, p. 307-319) y LOFF (2008).



el símil quineano, “la totalidad de la ciencia es como un campo de fuerza cuyas condiciones límite son la experiencia” (QUINE, 1980, p. 42), es decir, que la experiencia configuraría el campo (el espacio) teórico. En otras palabras, que los hechos de la experiencia constituyen un criterio que evita que nuestra elección de unas teorías u otras sea totalmente indeterminada: *contribuyen a determinar el espacio teórico*.

En las disciplinas históricas, no obstante, parece no estar claro cuáles serían los hechos que podrían contribuir a determinar el campo teórico. Es palmario que existe un hiato entre la realidad histórica, que ya no existe más, y el conocimiento de dicha realidad, que únicamente es posible por medio de los vestigios que dicha realidad ha dejado y que perviven en el presente. La realidad histórica remite a lo que Ricoeur ha denominado *acontecimiento* (“la cosa de la que se habla”), mientras que el *hecho*, en cuanto “cosa dicha”, “el qué del discurso histórico”, no es más que “el contenido de un enunciado que intenta representarlo [el acontecimiento]” (RICOEUR, 2003, p. 236). No obstante, tal y como ha señalado Aróstegui, conviene no confundir el discurso histórico (compuesto de mecanismos, de algún modo automáticos, del simbolismo cultural) con el discurso historiográfico (la reconstrucción o representación que la historiografía hace de la historia) (ARÓSTEGUI, 2001, p. 224). El historiador británico Edward Palmer Thompson ha expresado lúcidamente cuál debería ser la posición del investigador:

[...] resulta visible que la historia “real” y el conocimiento histórico son cosas enteramente distintas. Y, desde luego, lo son. ¿Qué otra cosa podría ser? Pero, ¿acaso se sigue de ahí que debemos cortar los puentes que los unen? ¿Acaso no puede todavía mantenerse el objeto (la historia real) en una relación “objetiva” (empíricamente verificable) con su conocimiento, relación que, dentro de ciertos límites es determinante? (THOMPSON, 1981, p. 38).

Esos “ciertos límites” son los que nos llevan a afirmar, como señala Santana Pérez (2013, p. 23), que “es inaceptable la idea posmoderna ampliamente extendida que mantiene que no existe la verdad histórica, sino distintas versiones de la historia, todas ellas igualmente legítimas”. Frente a esto, los datos empíricos tienen una existencia “real” que da testimonio de un proceso histórico real, y nos aproximamos más o menos a dicho proceso, objeto del conocimiento histórico, en función de la metodología y las fuentes utilizadas.

Lo anterior no significa, por supuesto, que los “hechos” estén ahí para que nosotros dispongamos de ellos, ni que revelen involuntariamente sus propios significados, como creía



el positivismo de la pasada centuria. La noción de hecho en historia ha estado sujeta a fuertes controversias desde los años sesenta, aunque buena parte de los historiadores coincidiría en que hay sucesos que ocurrieron realmente en el pasado —que es una realidad exterior al discurso— y que la disciplina histórica, en continua transformación,⁵ estaría capacitada para conocerlos y utilizarlos (GIL PUJOL, 2008). En suma, la mayoría de los historiadores aceptaría la realidad objetiva y que la ciencia histórica, por medio de la investigación metodológicamente bien informada, permitiría alcanzar representaciones adecuadas de esa realidad objetiva, aunque siempre parciales e incompletas.⁶

En definitiva, aunque no haya hechos indisputables de los que apropiarse, tampoco sería válida la opción de aceptar cualquier hecho construido, por lo que se plantea como necesaria una metodología de investigación que cumpla, al menos, con el criterio de informatividad. La informatividad de una teoría mide la cantidad de información de una teoría mediante el número de posibilidades eliminadas por dicha teoría. Es decir, una teoría es tanto más informativa cuantos más mundos posibles sea capaz de excluir (DOMÈNECH, 1996, p. 195; 1998, p. 117-121). En el plano metodológico, podemos decir que nuestra propuesta será tanto más informativa cuanto mayor sea la cantidad de posibilidades alternativas que excluya. En última instancia, la metodología menos informativa de todas nos dejaría en una situación similar a la descrita en la opción (1) señalada anteriormente: supondría aceptar que vale cualquier hecho construido.

En 1969, uno de los historiadores del pensamiento político más influyentes de los últimos cincuenta años, Quentin Skinner, abordó el problema metodológico con la intención de presentar una metodología que permitiese establecer una información fiable a partir de la documentación estudiada. En "Meaning and Understanding in the History of Ideas" (1969), atacó dos maneras diferentes de comprender los textos históricos. En primer lugar, aquella según la cual, para entender un texto, habría que relacionar el argumento con su contexto económico, religioso o político, y explicar las ideas del texto en referencia a esos factores. En segundo lugar, la manera conforme a la cual el texto mismo es la clave para su significado, por lo que solo haría falta leerlo una y otra vez para terminar de entenderlo.

Según Skinner (1969, p. 7), quienes consideraban que se podía obtener el significado de un texto únicamente estudiando el propio texto estaban abocados a "diversos tipos de absurdos históricos", y los resultados de sus investigaciones podían clasificarse, más que como historias,

⁵ Esta continua transformación es propia de cualquier disciplina. En este tono se expresaba Pierre Vilar al referirse a la historia como una ciencia en construcción, indicando que ello no es privativo únicamente de la historia como disciplina (VILAR, 1975, p. 9).

⁶ Sobre la objetividad de la historia, ver Belvedresi (2020).



como “mitologías”. Esta manera de investigar implicaba la búsqueda de ideas universales portadoras de un saber perenne, y quienes adoptaban este método consideraban ser capaces de identificar las grandes obras y los grandes filósofos que merecían ser estudiados, argumentando que abordaban las “cuestiones permanentes” y los “conceptos fundamentales”.

Al denunciar estas mitologías, Skinner se opone a un método según el cual la tarea del historiador de las ideas consistiría en estudiar e interpretar un canon de textos clásicos cuyo valor se encontraría en una supuesta “sabiduría imperecedera” que estaría contenida en ellos en la forma de “ideas universales”, lo cual les aseguraría una relevancia perenne. Siendo esto así, la mejor manera de estudiar dichos textos sería concentrarse en lo que se dice en cada uno de ellos sobre los conceptos fundamentales y las cuestiones permanentes en ética, política, religión, etc. Esta confusión tendría su origen en que es evidente que, para hablar de historia de la política, o de la ética, etc., tiene que haber conceptos característicos que nos permitan reconocer la actividad (la política, la ética...) y diferenciarla frente a otra. Por este motivo, tiene que haber algún tipo de preconcepciones, expectativas y prejuicios que siempre aparecen al estudiar lo que un escritor ha dicho. El riesgo consiste en que nuestras expectativas con respecto a lo que podría estar haciendo o diciendo un escritor nos lleven a entender que el agente estaba haciendo algo que él mismo no podría haber aceptado como algo que estaba haciendo (SKINNER, 2002, p. 57-59). La dificultad estriba en que, si bien es inevitable abordar la historia de las ideas a partir de paradigmas preconcebidos, hacerlo también entraña un peligro, especialmente si se ignoran ciertas consideraciones aplicables a la tarea de realizar y comprender proposiciones y declaraciones. Volveremos sobre esto más adelante, cuando planteemos una propuesta tentativa de solución a esta situación. Veamos primero los problemas de la otra manera de abordar los textos que Skinner critica, es decir, aquella según la cual para entender un texto habría que relacionar el argumento con su contexto económico, religioso y político, y explicar el significado de las ideas del texto en referencia a esos factores.

Resulta especialmente interesante notar que, si al comienzo de su artículo Skinner se refería al contexto de “los factores religiosos, políticos y económicos” (SKINNER, 1969, p. 3), y al comenzar la discusión de dicha manera de entender los textos hacía referencia al contexto “de los otros acontecimientos que los explican” (SKINNER, 1969, p. 39), a partir de ese momento se referirá únicamente al “contexto social”, que parece sustituir como equivalente a todos los factores religiosos, políticos y económicos. En cualquier caso, Skinner admite que el contexto social puede jugar un papel importante al ofrecer ayuda para entender un texto (dónde se dice lo que se dice, qué limita lo que se puede decir, a qué responde socialmente, etc.). Lo que Skinner niega es la asunción que considera fundamental de la metodología contextual: “que las ideas de



un texto dado deberían ser entendidas *en términos* de su contexto social" (1969, p. 43, cursivas del autor), es decir, que el contexto social explicaría causalmente las ideas proferidas en un texto. El argumento de Skinner consiste en mostrar que conocer las causas de una acción no significa comprender la acción en sí misma. Esto último requeriría conocer el sentido de la acción. Además, Skinner (1969, p. 45-46) afirma, basándose en J. L. Austin, que incluso si el estudio del contexto social pudiese explicar los textos, no sería capaz de proveer los medios para entenderlos, pues para ello lo que haría falta sería captar su fuerza ilocucionaria.

El entendimiento de la acción lingüística a partir de la teoría de los actos de habla, considerados estos como un tipo de hechos, lleva a Skinner a proponer una comprensión de las intenciones de los autores. Así, si deseamos entender cualquier texto, debemos dar una explicación no solo de lo que dice, sino de lo que el escritor en cuestión podía haber querido decir al decir lo que dijo; y para comprender cualquier declaración sería necesario captar no solo el significado de lo que se dijo, sino también, al mismo tiempo, la fuerza intencional con la que la declaración fue hecha. Precisamos captar no solo lo que la gente está diciendo, sino lo que está *haciendo* al decirlo (SKINNER, 1969, p. 48-50).

Como consecuencia de lo expuesto, la cuestión que se debe responder, según Skinner, es qué podían haber intentado comunicar los autores (escribiendo cuando escribieron y para la audiencia para la que lo hicieron) al hacerlo como lo hicieron. Así pues, la clave para comprender un texto sería buscar las intenciones del autor al escribirlo, lo que comenzaría con la delineación del rango completo de comunicaciones que podían haber sido convencionalmente realizadas en dicho momento al realizar la comunicación de la manera en que fue realizada. Después, se deberían trazar las relaciones entre lo dicho en el texto y el respectivo contexto lingüístico como medio para decodificar las intenciones del autor. Esto mostraría que el núcleo del estudio es esencialmente lingüístico, por lo cual la metodología adecuada sería la que se ocupa de recuperar dichas intenciones. Cuando esto se ve así, el estudio del contexto social podría tomar su parte en esta tarea lingüística como marco último para ayudar a decidir qué significados convencionalmente reconocibles podrían haber sido susceptibles, en principio, de ser comunicados por alguien (SKINNER, 1969, p. 49).

En resumen, el método de Skinner propondría el estudio de las intenciones del autor al escribir un texto, intenciones que serían puestas al descubierto por medio de la reconstrucción del contexto lingüístico al que pertenecía el autor. Tendríamos, por lo tanto, como criterios que limitasen las propuestas teóricas sobre el texto, el propio texto y su respectivo contexto lingüístico.



El materialismo histórico como un contextualismo más amplio: la incorporación del marco

El método propuesto en *Meaning and Understanding* no estuvo exento de críticas. Richard Whatmore (2015, p. 54-56) ha indicado tres tipos de críticas diferentes que se han realizado con cierta asiduidad: (1) aquellas que afirman que el método es inválido porque las intenciones serían imposibles de descubrir, o porque es impracticable por ser demasiado exigente o ambicioso; (2) las que consideran que el método hace del análisis histórico del pensamiento algo inútil al romper la relación entre la política del presente y la investigación histórica; y (3) las que plantean que Skinner sería neciamente exclusivista al proponer un único método para el estudio de textos históricos. Al centrarse en las intenciones del autor, obviaría otras estrategias que podrían ayudar a la comprensión de un texto. La obra de Rawls mostraría que las técnicas del contextualismo lingüístico no serían esenciales en el proceso de interpretación y uso de ideas históricas. Consideramos que ninguna de estas críticas reviste especial interés.

La crítica (1), sobre las intenciones, ha sido respondida por Skinner en los capítulos 5 y 6 de su obra *Visions of Politics* (2002). La crítica (2) equivale a decir que el conocimiento histórico solo tendría valor en la medida en que pudiese resultar aprovechable políticamente en el presente (algo que se realiza partidariamente con demasiada asiduidad). La crítica (3), por su parte, confunde la interpretación y el uso de ideas históricas con la inspiración en un autor.

Una crítica más interesante, especialmente por lo que respecta a la cuestión metodológica que aquí estamos tratando, es aquella que afirma que limitarse al contexto lingüístico, frente a un contexto más amplio y no exclusivamente lingüístico, impide a Skinner una correcta comprensión de los textos de los autores estudiados (HERRERO SÁNCHEZ, 2017, p. 28; MULLIGAN; RICHARDS; GRAHAM, 1979, p. 96-98; MEIKSINS WOOD, 2008, p. 9 y ss.; RICHTER, 1990, p. 64 y ss.; WOOD, 2002, p. 109).

La estrategia de Skinner para recuperar las intenciones de un autor consiste en reconstruir el contexto lingüístico en el que este se encuentra ampliando el foco más allá de los grandes teóricos para incluir la base más general, intelectual y solo en última instancia social (como marco último), a partir de la que surgieron los trabajos de dichos teóricos. Ahora bien, como Meiksins Wood (2008, p. 8-9) ha señalado, resulta que, para Skinner, la base intelectual y social (esta última, recordemos, incluía los factores religiosos, políticos y económicos) es únicamente intelectual. Lo social poco tiene que ver con la sociedad, la economía o la política. Lo "social" se define por (y solo por) los vocabularios existentes. Así, para Skinner, contextualizar un texto es situarlo entre otros textos. Pero los actos de habla que Skinner pretende estudiar, entendidos como un tipo de hecho,



son hechos *en el mundo*, en un mundo que *no* es exclusivamente lingüístico. Una comprensión del contexto de un autor que se limite a lo textual no logra atender a aquello de lo que un teórico de la política está hablando, pues no presta atención a las relaciones de propiedad realmente existentes, a la agricultura, a la división de clases, a los conflictos, etc.

Teniendo en cuenta lo anterior, la propuesta metodológica presentada parte de algunas premisas pertenecientes a la tradición del "materialismo histórico", tanto en lo "sustantivo" como en lo epistemológico (SANTANA PÉREZ, 2013; MEIKSINS WOOD, 2008, p. 12; THOMPSON 1981, p. 68-85). Por lo que respecta a esto último, los materiales a partir de los que aducimos el conocimiento histórico son datos empíricos cuya existencia es real y que, dado su carácter especial, nos proporcionan un conocimiento provisional, selectivo y limitado, pero no por ello falso. A partir de esos datos empíricos históricos, el objeto del conocimiento es la historia "real", a la que tratamos de aproximarnos en nuestras investigaciones. Por otro lado, respecto a lo sustantivo, la historia aparece como proceso, como verdaderamente histórica y, por lo tanto, debe ser estudiada con categorías también históricas, apropiadas para la investigación de procesos de marcado carácter social. Los seres humanos, en su práctica cotidiana, entablan relaciones unos con otros y con la naturaleza para garantizar su supervivencia y su reproducción social. Por eso, para comprender alguna cosa acerca de las prácticas sociales y los productos culturales de cada época y lugar, es necesario conocer algo de esas condiciones de supervivencia y reproducción social. O, en palabras de Meiksins Wood (2008, p. 12):

[conocer] algo de las maneras concretas en que la gente conseguía acceder a las condiciones materiales de existencia, sobre el modo en que algunos logran hacerse con el trabajo de otros, sobre las relaciones entre los que producen y los que se adueñan de lo producido, sobre las formas de propiedad que surgen de estas relaciones y de cómo dichas relaciones se expresan en la dominación política, así como en la resistencia y la lucha.

Los filósofos políticos, igual que el resto de los seres humanos, son criaturas históricas, y podemos tener una comprensión mejor de lo que querían decir si al estudio de sus intenciones *à la Skinner* (por qué dijeron lo que dijeron como lo dijeron, a quiénes se dirigían y con quiénes debatían) añadimos el conocimiento de su mundo, cómo lo veían y qué creían que debía ser cambiado o preservado. Skinner acierta al afirmar que para entender lo que dicen los autores de un texto hay que conocer qué cuestiones estaban intentando responder, pero olvida que esas



cuestiones se presentan no solo como abstracciones filosóficas, sino como problemas específicos resultantes de condiciones históricas específicas, actividades prácticas concretas, relaciones sociales y arreglos institucionales determinados. Dichos autores se enfrentan a esos problemas concretos en el marco de su experiencia cotidiana y atendiendo a diversas tradiciones, tanto discursivas como materiales. A esta ampliación del contexto que va más allá de lo exclusivamente lingüístico la denominaremos, siguiendo la propuesta analítica del historiador de la lógica Luis Vega (1996, p. 12), “marco”. De esta forma, adoptamos como criterios de investigación los textos del autor, el contexto (lingüístico) y el marco (histórico-institucional).

Consecuentemente con lo anterior, el estudio de la historia de la filosofía política debe apuntar a reconstruir el tema de estudio del filósofo, su mundo histórico. Lo que se requiere es la integración de una constelación de información histórica —política, social, económica, intelectual, biográfica, etc.— en un cuadro coherente del marco en el que un determinado texto fue compuesto. El investigador que se ocupe de la historia de la filosofía política debe, por ello, estar al tanto de las investigaciones de sus colegas en otros campos de los estudios históricos para poder reconstruir con la mayor precisión posible el rango de contextos históricos relevantes para una teoría. Así, el método empleado por este tipo de estudios es fundamentalmente transdisciplinario, pues la reconstrucción del contexto y del marco debe estar informada por la economía, la filosofía, la ciencia política, la sociología, etc. (NEDERMAN, 1985, p. 349; WOOD, 1978, p. 345-346).

Como ha señalado Luis Vega (1996, p. 12), “los *textos* piden interpretación; los *contextos* y los *marcos* requieren análisis y reconstrucciones. Hacer conjeturas congruentes en todos estos sentidos es hacer historia”. La interpretación, según Rosa Belvedresi (2020, p. 211-212), puede tomar dos sentidos: uno general, común tanto a las ciencias sociales y humanas como a las naturales; y uno específico de las disciplinas históricas que consistiría en “la producción de una descripción explicativa que da cuenta de una parte del pasado”. De este modo, también contextos y marcos requerirían interpretación, que tendería a una forma de objetividad disciplinaria. En definitiva, la metodología propuesta tendría como criterios informativos: (1) los textos del autor, (2) el contexto lingüístico y (3) el marco histórico-institucional de composición de dichos textos.

Aplicando el método: el colonialismo en Karl Marx

En la introducción a su obra *Orientalismo*, Edward Said (1990, p. 21) señala que un elevado número de autores han asumido una distinción ontológica y epistemológica establecida entre Oriente y Occidente. Dicha distinción habría servido de base, según el crítico literario, para desarrollar un discurso *orientalista* por medio de teorías, literatura de diverso tipo, informes



políticos sobre sus gentes, su cultura, etc. En este discurso sobre Oriente construido por la “cultura europea”, esta última se habría posicionado como una forma superior, relegando a Oriente a un escalón inferior. Una primera reflexión que surge al abordar el análisis de Said es la siguiente: resulta contradictorio tratar de romper con el “orientalismo” que homogeneiza y estereotipa realidades que difícilmente pueden ser englobadas por una etiqueta, al tiempo que se procede a enmarcar el pensamiento de una multiplicidad de autores procedentes de contextos espaciales y temporales totalmente distintos bajo el rótulo de “cultura europea”. Asimismo, Said rastrea y localiza los orígenes del orientalismo en la Antigüedad (Homero, Eurípides, Esquilo...). Esto tiene como consecuencia que el orientalismo no pueda tomarse como un fenómeno de la modernidad, sino como el producto de “una antigua y casi irresistible tendencia mental europea” que tergiversaría las realidades de las otras culturas y pueblos en pos de su propia autoafirmación de superioridad. Según Sadik J. al-Azm (1981, p. 219), Said parece estar afirmando que la “mente europea”, desde los tiempos homéricos hasta el siglo XIX de Karl Marx, está intrínsecamente empeñada en distorsionar todas las realidades humanas distintas de la suya en aras de su propio engrandecimiento. En otras palabras, el crítico literario presenta una concepción unilineal del orientalismo que emanaría desde Homero hasta Ernest Renan, Hamilton A. R. Gibb o Gustave E. von Grunebaum. En este sentido, el filósofo sirio apunta que esta manera de interpretar los antecedentes del orientalismo tendría el efecto de reforzar las categorías esencialistas de “Oriente” y “Occidente”, justamente lo contrario de lo que pretendería conseguir Said.

Uno de los pensadores que Said califica como orientalista es, precisamente, Karl Marx. En contra de esta propuesta, trataremos aquí de mostrar cómo el pensamiento marxiano, dada su evolución, no encajaría dentro de la categoría propuesta por Said (o, al menos, no lo harían los escritos de sus últimos años). Tampoco compartimos con Said (1990, p. 31) la idea de que el ser europeo o americano coloque a los pensadores en línea con los intereses que la potencia europea o americana a la que se pertenece tiene sobre *Oriente*. De hecho, un análisis de los textos de Marx sobre la India, China, Persia, etc. nos permite darnos cuenta de que en sus obras no se defiende la actuación del Imperio británico, sino que, al contrario, se denuncia todo tipo de atropellos cometidos por el Gobierno y las administraciones coloniales.

Escribe Said (1990, p. 32) que habría un consenso en torno a “la idea de que los textos existen dentro de los contextos, de que existe un concepto que es la intertextualidad”. Señala, acertadamente, que en estos contextos no se ha reconocido “que las fuerzas políticas, institucionales e ideológicas actúan también en el autor, como individuo” (SAID, 1990, p. 33). Ahora bien, lo que denomina “fuerzas políticas, institucionales e ideológicas” no es, en ningún sentido, aquello a lo que aquí nos estamos refiriendo como *marco*. Para Said, dichas fuerzas



formarían parte de un “territorio intelectual e imaginario”, con lo cual, nuevamente, se elude lo material. En esta línea, de acuerdo con al-Azm (1981, p. 221), el crítico literario parece plantear el hecho de que, si la tradición de lo que él denomina orientalismo cultural-académico hubiese configurado un marco epistemológico más empático y veraz, las potencias occidentales habrían actuado en Oriente de una forma más caritativa y lo habrían visto bajo una luz más favorable, pasando por alto, de esa forma, las motivaciones materiales de dichas potencias. La propuesta metodológica que hemos esbozado nos obliga a considerar el asunto de otra manera, tal y como se expone a continuación.

Las etapas del pensamiento de Karl Marx sobre el colonialismo

Pedro Scaron (1975, p. 5) ha señalado que América Latina no fue un objeto de atención primordial para Marx y Engels. Solo los grandes acontecimientos rompían con esa mala costumbre de pensar que “América” era sinónimo de “los Estados Unidos”. Según expone Scaron en la introducción a *Materiales para la Historia de América Latina*, sería posible distinguir cuatro etapas en el desarrollo del pensamiento de ambos autores tanto sobre la cuestión nacional como, más concretamente, sobre la expansión de las grandes potencias europeas a lo largo y ancho del resto del mundo. No compartimos con Scaron la aglutinación del pensamiento de ambos autores (curiosamente, en la última etapa del pensamiento de ambos, ¡Marx no estaba vivo!). En cualquier caso, como veremos, esta progresión es sumamente importante, ya que la modificación de las posturas de los autores, y especialmente de Marx, en quien nos centraremos, impide calificar su pensamiento como eurocéntrico sin más (HERRERA RODRÍGUEZ, 2019). A esto se añade que Marx, en sus análisis sobre las realidades coloniales, se muestra muy escéptico ante la posibilidad de emplear categorías de interpretación entre contextos geográficos e históricos totalmente distintos (MUSTO, 2020, p. 108).

Es necesario destacar que el pensamiento tanto de Marx como de Engels se sitúa en la línea de la tradición democrático-plebeya del republicanismo histórico, cuyo valor fundamental no es otro que la universalización de la libertad republicana. Escribe Marx en el esbozo de programa que redactó en 1881 para el congreso de El Havre del Partido Socialista Obrero francés:

Considerando:

- Que la emancipación de la clase de los productores abarca a todos los humanos, *sin distinción de sexo y raza*;
- Que los productores sólo pueden ser libres si se hallan en posesión de los medios de producir;



- Que sólo hay dos formas en que pueden pertenecerles esos medios;
 1. La forma individual, que nunca fue una forma universal y que, por causa del desarrollo industrial, tiende a ser más eliminada;
 2. La forma colectiva, cuyos elementos materiales e intelectuales son creados por el mismo desarrollo de la sociedad capitalista... (MARX, 1987 *apud* DOMÈNECH, 2019, p. 218, cursivas nuestras).

Los análisis de Marx sobre la India, China, Irlanda, etc. se encuadran programáticamente en esta voluntad de universalización de la libertad republicana, objetivo final de una lucha de clase que, si en su *forma* es nacional, tiene en cuenta igualmente que el marco nacional se sitúa, a su vez, en el marco del mercado mundial en lo económico, y en el marco del sistema de Estados en lo político, de tal modo que se haría necesaria una política internacional de la clase obrera nacional y, por lo tanto, un análisis de las dinámicas políticas internacionales.

No resulta extraño, por ello, que Marx se hiciera eco, en muchos de sus textos, de las transformaciones que se dieron en la economía en los siglos de la expansión ultramarina. Una de las innovaciones que se produjo a partir del siglo *xvi* fue el desarrollo de técnicas mercantiles por parte de los ingleses y los holandeses, los cuales establecieron grandes compañías comerciales (de hecho, las primeras compañías por acciones). Dentro de las compañías, las relaciones de parentesco fueron perdiendo relevancia en favor de la entrada de capital de mano de cualquier individuo que lo poseyera. Este mercantilismo o capitalismo comercial que se desarrolló durante los primeros momentos de la expansión ultramarina precedió a la era de las compañías anónimas, como indica el historiador portugués Vitorino Magalhães Godinho (2008, p. 360). La consolidación de las compañías comerciales o sociedades mercantiles supuso la práctica desaparición de la *commenda* medieval. Engels se preguntará, en 1884, hasta qué punto estaba ya socavado y carcomido el feudalismo a finales del siglo *xv*, cuando claramente se había desatado una sed infinita de oro. Cuando el interés pasó de la adquisición de tierras a la de oro ya todo había cambiado. Esa ansia por el oro era incompatible con el feudalismo, fundado en la agricultura y el acaparamiento de tierras. “La navegación —dice Engels (1975, p. 46)— era un quehacer decididamente burgués, que ha impreso su carácter antifeudal también a todas las flotas de guerra modernas”.

Precisamente, Marx dedicaría muchas páginas a hablar sobre la Compañía de las Indias Orientales y sus actuaciones en las colonias asiáticas (fundamentalmente en China e India, pero no solo). Concretamente, en uno de los artículos de su primera etapa sobre el colonialismo, “La Compañía de las Indias Orientales. Su historia y resultados” (MARX; ENGELS 1978, p. 26-35), Marx señala que, bajo el reinado de Isabel I, la Compañía de las Indias Orientales obtendría el permiso para exportar grandes cantidades de plata, oro y moneda extranjera, con el fin de



desarrollar un comercio ventajoso con la India. Esto rompía con las premisas mercantilistas de la época, por lo que Thomas Mun se vio obligado a exponer los fundamentos del “mercantilismo” y admitir que los metales preciosos eran la única riqueza real que un país podía tener, al tiempo que debía demostrar que su exportación podía ser permitida. Tal y como indica Marx (1978, p. 31), Mun afirmaría que las mercancías importadas de las Indias Orientales eran posteriormente redistribuidas a un precio más elevado a terceros países, consiguiéndose, así, más oro y plata del que se tenía al inicio de la transacción. Asimismo, explica cómo la Compañía de las Indias Orientales, desde principios del siglo XVIII, pretendía hacerse con el monopolio del comercio con las Indias Orientales, excluyendo, para ello, al común de la gente del comercio con la India. Esta fue, según Marx, una de las primeras victorias decisivas de la burguesía contra la aristocracia feudal, que habría coincidido con una reacción más acusada contra el pueblo (MARX, 1978, p. 27). La Compañía de las Indias Orientales obtuvo un gran poder a base de sobornar a los Gobiernos británicos. Tras la Guerra de los Siete Años, la compañía pasaría de ser tan solo una potencia comercial a convertirse también en una potencia militar y territorial.

La primera etapa del pensamiento de Marx sobre el colonialismo, en la que se inserta el artículo referido con anterioridad, comenzaría en una fecha no posterior a 1847 y llegaría hasta 1856. Esta primera fase se cierra aproximadamente tras el fin de la guerra de Crimea. En este periodo se produce una combinación entre el “repudio moral” a las atrocidades cometidas por los imperios coloniales y una suerte de “justificación teórica” del colonialismo. Esto puede verse reflejado en los artículos y en algunas cartas de Marx que versan sobre la dominación británica en la India. En el fondo se encontraba la idea de que los países capitalistas, como Inglaterra, lanzaban (aunque violentamente) a países como la India a la senda del progreso histórico. La consecuencia de arrojar a los “países bárbaros” al camino del progreso e imponerles el libre comercio sería la aceleración de la revolución social. Esta situación no solo se daba en la relación de un país europeo con uno no europeo, sino que también dentro de Europa, para Marx y Engels, habría unas naciones que portarían el progreso histórico y otras que debían dejarse “conquistar” por ellas (SCARON, 1975, p. 7).

Una muestra de esta etapa es el artículo que Marx escribió para el *New-York Daily Tribune* en junio de 1853 sobre “La dominación británica en la India” (MARX; ENGELS; 1978, p. 18-25).⁷ En este texto, Marx indica que, a lo largo de la historia de la India, no hubo nada tan dañino y que causara tanta miseria como la invasión británica. Asimismo, resalta que los ingleses habrían imitado a los holandeses en sus formas de dominio. Sin embargo, habría sido Inglaterra la

⁷ Los artículos de Marx a los que nos referiremos a lo largo del texto han sido extraídos de la antología **Acerca del Colonialismo (Artículos y cartas)**, publicada en 1978 por la Editorial Progreso.



que “destrozó todo el entramado de la sociedad hindú” (MARX; ENGELS, 1978, p. 20). Inglaterra habría dejado en ruinas al viejo mundo hindú antes de que hubiese creado otro nuevo, lo que habría impreso un sello de particular abatimiento a la miseria del hindú. Los británicos se encargaron de desvincular al Indostán de sus viejas tradiciones y de su historia.⁸

Marx indica que en Asia no existían, generalmente, más que tres ramos de la hacienda pública: las finanzas, la guerra y las obras públicas. Sin embargo, los británicos de las Indias Orientales solo tomaron de sus predecesores los dos primeros ramos y se olvidaron de las obras públicas. A esto hay que añadir que en la India se había producido una decadencia acentuada de la agricultura porque no eran capaces de seguir el principio inglés de la libre concurrencia. Junto al abandono de la agricultura vino también el desmantelamiento de su industria textil. Inglaterra desalojó de los mercados europeos los textiles de algodón procedentes de la India y, en palabras de Marx (1978, p. 22): “terminó por invadir la patria del algodón con tejidos de algodón”. Igual que lo había hecho en el Imperio Celeste (China), el Imperio británico desmanteló la industria india, incluyendo la más relevante no solo para el sostenimiento de su economía, sino también para el equilibrio de su estructura social. Los indios pasaron de exportar grandes cantidades de tejidos de algodón a verse forzados a importarlos, con las terribles consecuencias que ello conllevó. Una de las consecuencias del desmantelamiento de la industria textil fue la decadencia de diversas ciudades especializadas en dicho sector. Marx señala que el vapor y la ciencia británicos acabaron con la unión entre la agricultura y la industria artesana en todo el territorio del Indostán. La intromisión inglesa terminaría por disolver las comunidades locales indias que se basaban en la industria doméstica. Hicieron saltar por los aires su base económica y, además, provocaron la única revolución *social* que se había visto en Asia (MARX; ENGELS, 1978, p. 23).

Marx indica también que, aunque fuese lamentable ver cómo se había producido la desarticulación de la estructura social de la India, no deberíamos olvidar que dicha estructura había servido de base para el sostenimiento del “despotismo oriental”. Este despotismo oriental se sustentaría en la extracción de excedentes por parte de las elites gobernantes, excedentes que debían ser entregados por productores primarios, privados de libertad, como tributos que eran recaudados mediante coacción (WOLF, 1982, p. 105). En el siguiente pasaje de Marx (1978, p. 25) parece vislumbrarse la clásica idea de progreso y evolución del siglo XIX: “[...] a pesar de todos sus crímenes, Inglaterra fue el instrumento inconsciente de la historia al realizar dicha revolución [en la India]”. De modo similar, en otro de los artículos que escribió sobre la India en 1853,⁹ Marx (1978, p.

⁸ Para Marx, esta es una de las consecuencias que tuvo el modo de producción capitalista sobre las sociedades: de pronto, vieron destruidas sus costumbres y, con ellas, su propia historia.

⁹ “Futuros resultados de la dominación británica en la India” (MARX; ENGELS 1978, p. 47-54).



48) apuntaba que Inglaterra debía cumplir con una doble misión: (1) destruir la vieja sociedad de la India y (2) sentar las bases materiales para levantar una sociedad occidental en Asia. No obstante, no debe entenderse esto como el reflejo de una fe ciega en el progreso o como una teoría mecanicista de la evolución de las sociedades. Por el contrario, debe comprenderse como la respuesta a hechos y coyunturas históricas concretas.¹⁰ Pasado el tiempo, cuando Marx se percató de que no había una verdadera “obra regeneradora” por parte de los británicos, sino solo destrucción, se producirá un giro en su visión sobre la cuestión, cosa que parece no ver Edward Said, quien encasilla al alemán dentro de los autores que incurren en lo que él denomina “orientalismo”. Said, basándose, por lo que parece, solo en algunos artículos del año 1853, afirmaba que:

los análisis económicos de Marx encajan perfectamente en una típica empresa orientalista, aunque sus sentimientos de humanidad y simpatía hacia la miseria del pueblo estén claramente comprometidas. Pero, al final, es la visión orientalista y la romántica la que gana, mientras que las perspectivas teóricas socioeconómicas de Marx se sumergen en esta imagen clásica [la de la doble misión] (SAID, 1990, p. 192).

Cabe preguntarse si Said habría trabajado los textos posteriores a esta primera etapa del pensamiento marxiano, porque, desde luego, no es esta la visión que Marx mantendrá en sus escritos de los años ulteriores. Además, Marx no afirma que “[...] Gran Bretaña estaba posibilitando allí [en el Indostán] una verdadera revolución” (SAID, 1990, p. 191); más bien, lo que Marx puso sobre la mesa fue que Inglaterra, al realizar una revolución social, estaba actuando bajo los intereses más mezquinos, al tiempo que defiende que la invasión británica contribuiría a dismantelar las relaciones tributarias propias de la sociedad india, unas relaciones que no estaban exentas de violencia y de sometimiento de amplias capas de la población (MARX; ENGELS, 1978, p. 24). Por tanto, no solo estaría denunciando la actuación británica, sino también la de las elites dirigentes de la India.

Una segunda etapa del pensamiento de Marx se iniciaría alrededor de 1856 y acabaría con la fundación de la Internacional, en 1864. Scaron (1975) califica esta segunda fase como una etapa de transición en la que Marx y Engels no hacen una revisión de sus concepciones teóricas sobre las relaciones coloniales, pero sí que van a denunciar, en la mayoría de sus escritos de esta época, las atrocidades y los atropellos cometidos por las potencias europeas (especialmente,

¹⁰ Siguiendo a Marcello Musto, se trataría solo “[d]el reflejo de la visión parcial e ingenua del colonialismo de un joven de apenas treinta y cinco años escribiendo un artículo periodístico” (MUSTO, 2020, p. 133).



por el Imperio británico). Al mismo tiempo, van a reivindicar el derecho a la resistencia contra los extranjeros de los pueblos invadidos. En este periodo, se concentra la mayor parte de los textos sobre el colonialismo que publicaron Marx y Engels, coincidiendo, además, con la intensa actividad periodística que desarrollaron en esos años.

Como ejemplo de esta etapa puede mencionarse el artículo de Marx sobre “La guerra anglo-persa” en el cual señala que, aunque fue Inglaterra quien declaró la guerra a Persia, detrás de dicha declaración se encontraba la Compañía de las Indias Orientales, interesada en su territorio y en algunos de sus recursos. Es interesante cómo el hecho de que la Compañía pusiese sus ojos en las posesiones de un Estado independiente derivase en una acusación a dicho Estado de cometer cualquier “tropelía” que, evidentemente, un Estado “civilizado” como Inglaterra (o Estados Unidos, si damos un salto hacia delante en el tiempo) no podía permitir, por lo que se declara automáticamente una guerra y “[...] en la historia nacional de Inglaterra se escribe otra página sangrienta que confirma la eternidad del mal y la perpetua actualidad de la fábula del lobo y el cordero” (MARX; ENGELS, 1978, p. 55). Marx también denunciará “Las atrocidades inglesas en China” en un artículo publicado en marzo de 1857 en el ya mencionado *New-York Daily Tribune*. Este texto nos remite al anterior: en él, Marx vuelve a afirmar que, cuando la Compañía de las Indias Orientales tenía un propósito, hacía todo lo posible por lograrlo, empleando los métodos más violentos si fuese necesario. En este sentido, Marx denuncia que:

se ha hecho una carnicería entre los inofensivos ciudadanos y los pacíficos comerciantes de Cantón, sus casas han sido arrasadas por la artillería, y los derechos de la humanidad violados con el fútil pretexto de que “¡las vidas y los bienes ingleses corrían peligro debido a los actos agresivos de los chinos!” (MARX; ENGELS, 1978, p. 61).

A esto añade que el gobierno y el pueblo británicos, si hubieran querido examinar la cuestión, se hubiesen percatado de las mentiras vertidas por la Compañía. Al mismo tiempo, destaca el hecho de que la prensa inglesa no se hiciese eco de las atrocidades que se estaban cometiendo en China por parte de los ingleses. Esto resulta de gran interés por lo que tiene de actual. Como los ingleses del siglo XIX, no vemos más allá de la tienda en la que compramos el té, así que estamos dispuestos a tragarnos todas las mentiras que difundan los gobiernos y los medios de comunicación.



Además de las denuncias de la actuación británica sobre Persia y China, Marx manifiesta su repulsa hacia la corrupción existente en el seno de la administración colonial en la India. La población india era sometida a todo tipo de torturas y castigos por parte de los recaudadores de impuestos. Marx (1978, p. 73) apunta que “la existencia universal de la tortura como institución financiera de la India británica es, por tanto, oficialmente admitida, pero de manera que escude al Gobierno británico”. Marx denunciaba que, por mucho que las víctimas trataran de denunciar los hechos, poco se podía hacer cuando los mismos que torturaban eran los que recibían y gestionaban las quejas de los torturados. No había medios legales de castigar el uso de la violencia en la recaudación de las contribuciones públicas. Esto también ocurría en las colonias francesas, como Argelia. Engels (1978, p. 82-88) pone sobre la mesa el hecho de que las víctimas que denunciaban a las autoridades coloniales por sus actos atroces eran contestadas con más violencia y más crueldad, por lo que generalmente nadie se atrevía a presentar quejas contra la administración por miedo a represalias.

En definitiva, la norma del conquistador británico era la de cometer horribles y cruentos actos por el simple gusto de cometerlos. En palabras de Marx: “Mujeres violadas, niños espetados e incendios de aldeas enteras, crímenes que no registraron los mandarines, sino los propios oficiales británicos, se cometieron entonces simplemente para pasar el rato” (MARX; ENGELS, 1978, p. 78).

La tercera etapa abarca el periodo comprendido entre 1864 y 1883, año de la muerte de Marx. En sus últimos años de vida, Marx escribió una serie de cuadernos de notas sobre sociedades no occidentales y precapitalistas. Estos apuntes abordan, tal y como señala Kevin Anderson (2010, p. 198), una amplia gama de sociedades y periodos históricos, incluyendo la historia de la India, el colonialismo holandés, la economía de aldeas en Indonesia, los patrones de género y de parentesco entre los nativos americanos y en la antigua Grecia, Roma e Irlanda, así como cuestiones sobre la propiedad comunal y privada en Argelia y en América Latina. En este periodo se aprecia un cambio profundo en la posición de Marx con respecto a la cuestión nacional, reflejado, sobre todo, en los escritos sobre Irlanda. Pasará a ver como inevitable e indispensable la separación de Irlanda e Inglaterra. También hay un cambio en torno a la consideración del librecambismo en Marx, que pasa a plantear como necesario que países como Irlanda o la India implementen medidas proteccionistas frente a la competencia británica. En una carta enviada a Engels en noviembre de 1867, Marx le expone qué es lo que precisan los irlandeses y señala tres puntos muy concretos: (1) autonomía e independencia con respecto a Inglaterra; (2) una revolución agraria; y (3) tarifas proteccionistas contra Inglaterra. Poco después, en una carta enviada a Sigfrid Meyer y August Vogt, en abril de 1870, Marx afirma que el golpe decisivo a las clases dominantes inglesas solo puede venir de Irlanda: “Irlanda es la ciudadela de la aristocracia



terrateniente inglesa" (MARX; ENGELS, 1978, p. 144). Esta aristocracia mantenía su poder en Inglaterra gracias a la explotación que ejercía en Irlanda. Por tanto, Marx entiende que, si la aristocracia cayese en Irlanda, como consecuencia caería también en Inglaterra, creándose así las condiciones para una revolución del proletariado en Inglaterra. Según Marx, la burguesía inglesa, como la aristocracia inglesa, tenía el interés de que la población irlandesa se mantuviera subyugada. Una de las claves para comprender este interés es que, gracias a la concentración de los arrendamientos en Irlanda, la mano de obra irlandesa se había visto obligada a emigrar e incorporarse al mercado obrero inglés, lo cual había supuesto una disminución de los salarios que había empeorado aún más la situación de la clase obrera inglesa. Además, este hecho habría conllevado que la clase obrera se dividiese en dos bandos: de un lado, los irlandeses y, de otro, los ingleses. Dicha división consolidó el poder y el control de la burguesía sobre el proletariado. En palabras de Marx (1978, p. 146), *"este antagonismo es el secreto de la impotencia de la clase obrera inglesa, a pesar de su organización. Es también el secreto del persistente poderío de la clase capitalista, que se da perfecta cuenta de ello"*.

También se producen transformaciones, como apunta Pedro Scaron, en el pensamiento de Marx en relación con la cuestión de la India. Siguiendo a Marx, Scaron señala que los ingleses "[...] crearon, en vez de un capitalismo a imagen y semejanza del sistema dominante en la metrópoli, una caricatura del capitalismo, un capitalismo subdesarrollado. No podían crear otra cosa" (SCARON, 1975, p. 8-9).

En varios escritos del período que abarca esta tercera etapa, Marx denuncia abiertamente la incapacidad de Inglaterra para cumplir en la India (y en el resto de colonias) con la segunda fase de la "doble misión" que, en teoría, debía llevar a cabo. Antes de la muerte de Marx, Engels haría una relevante aportación en una de las cartas enviadas a Karl Kautsky en respuesta a las consultas de este. Engels (1978, p. 148) establecería tres premisas en relación con la política que el proletariado victorioso debía mantener con respecto al mundo colonial: (1) debía hacerse cargo "provisionalmente" de las colonias pobladas por indígenas y conducir las lo antes posible a la independencia; (2) el proletariado que se libera a sí mismo no puede librar guerras coloniales; y (3) el proletariado victorioso no puede imponer la felicidad a ningún pueblo sin minar su propia victoria. Aunque también dice que es muy difícil saber cómo se darán estos procesos.

Por otro lado, la posición que van a tomar Marx y Engels respecto a las naciones europeas es bien distinta. Como señala Scaron (1975, p. 10), en unos artículos escritos a solicitud de Marx en 1866, Engels va a seguir negando a los "residuos de pueblos" europeos (serbios, checos, rumanos...) el derecho a una existencia nacional independiente, derecho del que sí serían acreedores los grandes pueblos dotados de "fuerza vital", "viables", como el alemán.



Sería interesante analizar esta cuestión atendiendo a las discusiones republicanas en torno a la dimensión que debe tener una *Commonwealth* para poder ser factible.

Conclusiones

Como puede inferirse de lo expresado hasta el momento, la propuesta metodológica para la comprensión de las ideologías políticas que parte del materialismo histórico nos fuerza a concebir el pensamiento político en una relación dinámica con su propio presente. El pensamiento de cualquier autor no es estático, sino tan dinámico e histórico como la sociedad que está analizando, y esto queda patente en la evolución del pensamiento de Marx. Cuando se está analizando el presente, todos los días suceden cosas que pueden hacernos cambiar de opinión respecto a lo dicho anteriormente, por lo que es totalmente comprensible que haya contradicciones y modificaciones en los análisis. Lo extraño y lo problemático sería que no se diesen esos cambios. En cualquier caso, no puede encasillarse a un autor por una serie de textos escrita en un contexto muy concreto, obviando toda su obra posterior, como parece hacer Edward Said, quien apuntaba que:

nadie ha inventado un método que sirva para aislar al erudito de las circunstancias de su vida, de sus compromisos (conscientes o inconscientes) con una clase, con un conjunto de creencias [...] Todo esto influye en su trabajo profesional, aunque, naturalmente sus investigaciones y sus consiguientes frutos intenten alcanzar un grado de relativa libertad con respecto a las restricciones y limitaciones que la cruda realidad de todos los días impone (SAID, 1990, p. 29).

Justamente, tal y como hemos visto a lo largo de este trabajo, no podemos considerar los escritos y el pensamiento de un autor al margen de los acontecimientos políticos, económicos, sociales y culturales que se producen a su alrededor. En el caso de Marx, podemos ver cómo el autor seguía de cerca la agitada vida del imperio británico e iba modificando su propio discurso conforme a los análisis cotidianos de la realidad política y económica que él mismo estaba viviendo. Una realidad, insistimos, en constante cambio. Además, resulta interesante comparar los análisis de Marx sobre Irlanda con sus escritos sobre *Oriente*, ya que en ambos casos llega a la misma conclusión, esto es, que debían deshacerse del yugo británico.



Conviene subrayar, como también hemos tratado de poner de manifiesto, que el estar atento a la dinámica histórica y al estudio de lo concreto no significa que no haya aspectos fundamentales que permanecen y que se pueden vincular a diversas tradiciones políticas. En el caso de Marx, la deuda con la democracia republicana heredera del jacobinismo es evidente (basta recordar que, en el *Manifiesto del Partido Comunista*, Marx y Engels presentaron al comunismo como un ala de esa democracia revolucionaria). Antoni Domènech (2019, p. 129) ha mostrado, además, que en la segunda mitad del siglo XIX la tradición republicana era el denominador común de las distintas tendencias del movimiento obrero existente en Europa.

El pensamiento republicano de Marx, en último término, lo que defiende es la liberación de toda la humanidad de la explotación del hombre por el hombre, sin distinciones de raza. Lo que se propone es evitar la existencia de una masa de seres humanos que solo viva con el permiso de su señor. En la "Crítica al Programa de Gotha", escribe Marx:

el hombre que no posea otra propiedad que su propia fuerza de trabajo, en cualesquiera situaciones sociales y culturales, tiene que ser esclavo de los otros hombres, de los que se han hecho con la propiedad de las condiciones objetivas del trabajo. Sólo puede trabajar con el permiso de éstos, es decir: sólo puede vivir con su permiso (*apud* COMITÉ DE REDACCIÓN DE SINPERMISO, 2006, p. 16).

Por lo anterior, Marx y Engels, en el *Manifiesto* (2009, p. 28), van a denunciar la propiedad privada burguesa moderna por ser la expresión más consumada de la producción y de la apropiación de bienes basada en antagonismos de clase y por ser el reflejo más claro de la explotación de unos a manos de otros. Precisamente, la cuestión de la propiedad la aborda Marx en el capítulo XXV de *El Capital*, dedicado a "La teoría moderna de la colonización". Allí, Marx señala que la economía política trata de mantener la confusión entre dos tipos de propiedad privada muy diferentes: de un lado, la que se funda en el trabajo personal; de otro, la que se asienta sobre la explotación del trabajo ajeno y que, por ende, se basa en el aniquilamiento de la primera. Estas distinciones, así como los problemas de la propiedad "no productiva", se encontrarían ya en la tradición del republicanismo, al menos, desde Maquiavelo. En el contexto de las colonias, el modo capitalista de producción y de apropiación se ve obstaculizado por el primer tipo de propiedad mencionado, ya que, en cuanto poseedor de sus propias condiciones de trabajo, el propietario se enriquece a sí mismo en lugar de enriquecer al capitalista. Por ello, dice Marx (2006, p. 956), el capitalista, cuando se halla respaldado por la metrópoli, trata de hacer desaparecer, generalmente



por la violencia, “el modo de producción y de apropiación fundado en el trabajo personal”. Se trata de transformar los medios de producción de los trabajadores en capital. Este mismo proceso se dio también en los siglos de tránsito del modo de producción feudal al capitalista en Europa.

En conclusión, creemos que la propuesta metodológica presentada nos permitiría atender adecuadamente a aquellos aspectos dinámicos del pensamiento político de cualquier autor, limitando, a su vez, aquello que el autor podría haber dicho en función de las posibles tradiciones de pensamiento en las que podemos situar su reflexión (contextos lingüísticos posibles). En este sentido, podemos mostrar cómo la dinámica coyuntural del pensamiento de Marx respecto al colonialismo modifica su discurso, aun teniendo un telón de fondo clave en la tradición del republicanismo histórico. Consideramos que esta metodología puede facilitar la comprensión y la correcta indexación histórica del pensamiento y las ideas políticas históricas.

Referencias

- AL-AZM, Sadik Jalal. Orientalism and Orientalism in Reverse, **Khamsin**, Londres, n. 8, p. 5-26, 1981.
- ANDERSON, Kevin B. **Marx at the Margins**: on the nationalism, ethnicity, and non-western societies. Chicago: The University of Chicago Press, 2010.
- ARÓSTEGUI, Julio. **La investigación histórica**: teoría y método. Barcelona: Editorial Crítica, 2001.
- BELVEDRESI, Rosa E. ¿Hay una objetividad específica para la historia? **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 13, n. 34, p. 201-29, 2020. Disponible en: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1664/914>. Consultado el: 23 sep. 2022.
- CHARTIER, Roger. **El mundo como representación**: estudios sobre historia cultural. Traducción de Claudia Ferrari. Barcelona: Gedisa, 2005.
- COMITÉ DE REDACCIÓN DE SINPERMISO. Propósito de sinpermiso. **Sinpermiso**, Barcelona, n. 1, p. 9-16, 2006.
- DOMÈNECH, Antoni. **El eclipse de la fraternidad**: una revisión republicana de la tradición socialista. Madrid: Akal, 2019.
- DOMÈNECH, Antoni. Prólogo. In: CASASSAS, David. **La ciudad en llamas**: la vigencia del republicanismo comercial de Adam Smith. Barcelona: Ediciones de Intervención Cultural/Montesinos, 2010. p. 13-47.
- DOMÈNECH, Antoni. El eterno retorno de Calicles (sobre filosofía, relativismo y ciencias sociales. In: ESTANY, Anna (ed.). **Filosofía de las ciencias naturales, sociales y matemáticas**. Madrid: Trotta y Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), 2005. p. 298-322.
- DOMÈNECH, Antoni. Ocho desiderata metodológicos de las teorías sociales normativas. **Isegoría**: Revista de filosofía moral y política, Madrid, v. 18, p. 115-141, 1998. Disponible en: <https://isegoria.revistas.csic.es/index.php/isegoria/article/view/148/148>. Consultado el: 23 septiembre 2022.
- DOMÈNECH, Antoni. Ética y economía de bienestar: una panorámica. In: GUARIGLIA, Osvaldo (ed.). **Cuestiones morales**. Madrid: Trotta y Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), 1996, p. 191-222.
- GIL PUJOL, Xavier. Sobre la noción actual de hecho histórico: entre contingencia y construcción. **Scripta Nova**: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. XII, n. 270 (145), 2008. Disponible en: <https://bit.ly/3AvFKOH>. Consultado el: 20 mayo 2020.
- GODINHO, V. Magalhães. **A expansão quatrocentista portuguesa**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2008.
- HERRERA RODRÍGUEZ, Omar S. Karl Marx y la cuestión colonial. **Diánoia**, Ciudad de México, v. 64, n. 82, p. 153-176, 2019.



- HERRERO SÁNCHEZ, Manuel. Introducción. Líneas de análisis y debates conceptuales en torno al estudio de las repúblicas y el republicanismo en la Europa Moderna. In: HERRERO SÁNCHEZ, Manuel (ed.). **Repúblicas y republicanismo en la Europa moderna (siglos XVI-XVIII)**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2017, p. 17-89.
- HOWE, Stephen. **Ireland and Empire: colonial legacies in Irish History and Culture**. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- LOFF, Manuel. **O nosso século é fascista: o mundo visto por Salazar e Franco**. Porto: Campo das Letras, 2008.
- MACMAHON, Darrin M.; MOYN, Samuel. Introduction: Interim Intellectual History. In: MACMAHON, Darrin M.; MOYN, Samuel (ed.). **Rethinking Modern European Intellectual History**. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 3-12.
- MARX, Karl. **El Capital: Crítica de la Economía Política**. Volumen III. Libro Primero. El proceso de producción de Capital. Traducción de Pedro Scaron. Madrid: Siglo XXI Editores, 2009.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifiesto del Partido Comunista**. Morelos: Universidad Autónoma Metropolitana, 2009.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Acercas del colonialismo (Artículos y Cartas)**. Moscú: Editorial Progreso, 1978.
- MEIKSINS WOOD, Ellen. **Citizens to Lords: a social history of western political thought from antiquity to the late middle ages**. Londres: Verso, 2008.
- MULLIGAN, Lotte; RICHARDS, Judith; GRAHAM, John. Intentions and Conventions: a critique of Quentin Skinner's method for the study of the history of ideas. **Political Studies**, Oxford, v. XXVII, n. 1, p. 84-98, 1979.
- MUSTO, Marcello. Las investigaciones tardías de Marx sobre los países no europeos. In: TORRES, Esteban *et al.* (ed.). **Marx 200: presente, pasado y futuro**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020, p. 103-154. Disponible en: <https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2020/09/Marx-200.pdf>. Consultado el: 24 septiembre 2022
- NEDERMAN, Cary. Quentin Skinner's State: historical method and traditions of discourse. **Canadian Journal of Political Science**, Cambridge, v. 18, n. 2, p. 339-352, 1985. Disponible en: <https://doi.org/10.1017/S0008423900030286>. Consultado el: 24 septiembre 2022.
- PIHLAINEN, Kalle. Realist histories: when form clashes with function. **Rethinking History**, Londres, 19:2, p. 177-192, 2014. Disponible en: <https://doi.org/10.1080/13642529.2014.973713>. Consultado el: 24 septiembre 2022.
- PIHLAINEN, Kalle. **The work of History: constructivism and a politics of the past**. New York: Routledge, 2017.
- QUINE, Willard Van Orman. **From a logical point of view: nine logico-philosophical essays**. Second Revised Edition. Cambridge: Harvard University Press, 1980.
- RICHTER, Melvin. Reconstructing the History of Political Languages: Pocock, Skinner, and the Geschichtliche Grundbegriffe. **History and Theory**, Middletown, v. 29, n. 1, p. 38-70, 1990.
- RICOEUR, Paul. **La memoria, la historia, el olvido**. Traducción de Agustín Neira. Madrid: Editorial Trotta, 2003.
- SAID, Edward. **Orientalismo**. Traducción de María Luisa Fuentes. Madrid: Libertarias/Prodhufi, 1990.
- SANTANA PÉREZ, Juan Manuel. **La Historia Contratada**. Barquisimeto: Fundación Buría, 2013.
- SCARON, Pedro. A modo de introducción. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Materiales para la historia de América Latina**. Traducción de Pedro Scaron. Córdoba: Ediciones Pasado y Presente, 1975. p. 5-20.
- SKINNER, Quentin. **Visions of Politics**. Volume I. Regarding Method. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. **History and Theory**, Middletown, v. 8, p. 3-53, 1969.
- THOMPSON, Edward Palmer. **Miseria de la teoría**. Barcelona: Editorial Crítica, 1981.
- VEGA REÑÓN, Luis. **Una guía de historia de la lógica**. Madrid: UNED, 1996.
- VILAR, Pierre. **Historia marxista, historia en construcción: ensayo de diálogo con Althusser**. Traducción de Antoni Domènech. Barcelona: Editorial Anagrama, 1975.
- WHATMORE, Richard. **What is Intellectual History?** Cambridge: Polity Press, 2015.
- WOLF, Eric Robert. **Europa y la gente sin historia**. Traducción de Agustín Bárcenas. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2005.
- WOOD, Neal. **Reflections on Political Theory: a Voice of Reason from the Past**. Londres: Palgrave, 2002.
- WOOD, Neal. The Social History of Political Theory. **Political Theory**, Nueva York, v. 6, n. 3, p. 345-367, 1978.



Información adicional

Biografía académica

Víctor García Alemán es Graduado en Historia por la Universidad de Las Palmas de Gran Canaria (2015); Graduado en Filosofía con Premio Extraordinario de Titulación y Premio al Mejor Expediente Académico de la Universidad de La Laguna (2019) y Máster en Investigación en Filosofía por la Universidad de La Laguna, la Universidad de Murcia y la Universidad de Zaragoza (2020). Actualmente es investigador predoctoral con una ayuda de Formación del Profesorado Universitario (FPU) en el Instituto de Filosofía del Consejo Superior de Investigaciones Científicas, miembro del Grupo de Investigación *Theoria cum Praxi* y doctorando en Filosofía en la Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED).

Nira Santana Montañez es Graduada en Historia por la Universidad de Las Palmas de Gran Canaria (2015); Graduada en Antropología Social y Cultural con Premio Extraordinario de Fin de Titulación por la Universidad de La Laguna (2019) y Máster en Investigación en Filosofía por la Universidad de La Laguna, la Universidad de Murcia y la Universidad de Zaragoza (2020) con Premio Extraordinario de Fin de Titulación. Actualmente es investigadora predoctoral con una ayuda de Formación del Profesorado Universitario (FPU) en el Instituto Universitario de Análisis y Aplicaciones Textuales (IATEXT), miembro del Grupo de Investigación "Documentación, Patrimonio e Historia Atlántica" y doctoranda en el programa "Territorio y Sociedad. Evolución histórica de un espacio tricontinental (África, América y Europa)" en la Universidad de Las Palmas de Gran Canaria.

Dirección para correspondencia

Víctor García Alemán. C/ Albasanz, 26-28, despacho 3C12, Madrid, CP 28037, España.

Financiación

Esta investigación es posible gracias a los contratos FPU19/02565 y FPU19/02564 del Ministerio de Universidades. La investigación se realiza en el marco de los siguientes proyectos de investigación, financiados por el Ministerio de Ciencia e Innovación del Gobierno de España y por la Comunidad de Madrid: PAIDESOC (FFI2017-82535-P) «El desván de la razón: Cultivo de las pasiones, identidades éticas y sociedades digitales»; Programa Interuniversitario en Cultura de la Legalidad. Referencia «H2019/ HUM-5699 (ON TRUST-CM), financiado por la Comunidad de Madrid»; INconRES (PID2020-117219GB-I00) «Incertidumbre, confianza y responsabilidad. Claves ético-epistemológicas de las nuevas dinámicas sociales en la era digital»; IAM (PID2020- 115792GB-I00) «Defensa y fortificaciones en las Islas del Atlántico Medio durante el largo siglo XVIII».

Contribución de autoría

Conceptualización: GARCÍA ALEMÁN, Víctor; SANTANA MONTAÑEZ, Nira.

Investigación: GARCÍA ALEMÁN, Víctor; SANTANA MONTAÑEZ, Nira.

Redacción – borrador original: GARCÍA ALEMÁN, Víctor (especialmente apartados 1 y 2); SANTANA MONTAÑEZ, Nira (especialmente apartado 3).

Redacción – revisión y edición de la versión final: GARCÍA ALEMÁN, Víctor; SANTANA MONTAÑEZ, Nira.

Conflicto de intereses

No se ha declarado ningún conflicto de intereses.

Aprobación del Comité de Ética

No se aplica.

Método de evaluación

Sistema doble ciego de revisión por pares.



Preprint

El artículo no es un preprint.

Disponibilidad de datos de investigación y otros materiales

No se aplica.

Editores responsables

Flávia Varella - Editora en jefe

Pablo Aravena - Editor responsable

Historia de revisión por pares

Fecha de envío: 14 de septiembre de 2021

Fecha de modificación: 31 de marzo de 2022

Fecha de modificación: 29 de abril de 2022

Fecha de aprobación: 29 de abril de 2022

Derechos de autor

Copyright © 2022 Víctor García Alemán y Nira Santana Montañez.

Licencia

Este es un artículo distribuido en Acceso Abierto bajo los términos de [Creative Commons Atribución 4.0 Internacional](#).





Os lusíadas, 450 anos depois: hipóteses de leitura

Os lusíadas, 450 years later: reading hypotheses

Cleber Vinicius do Amaral Felipe ^a

E-mail: cleber.ufu@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3930-3936> 

^a Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, Uberlândia, MG, Brasil.



Resumo

Este artigo reúne informações e análises para um primeiro esforço de interpretação d'*Os lusíadas* (1572), de Camões, alheio aos critérios românticos de universalização das categorias artísticas e atento aos códigos de composição da épica, que são retóricos, imitativos, prescritivos, voltados para uma concepção providencial de tempo e para uma noção de verdade amparada nos mistérios que fundamentam a metafísica cristã. A explicitação de conceitos como autor, leitor, epopeia, dentre outros, ajuda a historicizar o repertório coevo da produção poética quinhentista. Se o verso heroico não é, apenas, depositário de epígrafes ou "ilustração" dos "fatos históricos", a partir do momento em que é concebido como documento ou fonte, faz-se necessário considerar aquilo que institui sua legibilidade e tangencia seu contexto de composição, sediado na sociedade de corte portuguesa do tempo do Rei d. Sebastião. Por fim, este texto investiga diferentes modalidades de recepção sem apagar suas diferenças culturais. Tal percurso busca demonstrar que o poema condensa os dilemas de uma época e sustenta o *plus ultra*, a ação que desafia limites ao supor o alcance global da iniciativa lusitana.

Palavras-chave

História Moderna; Retórica; Poética.

Abstract

This article gathers information and analysis for interpreting *Os lusíadas* (1572), by Camões, without naturalizing the romantic criteria that universalize the artistic categories and attentive to the codes of composition of the epic, which are rhetorical, imitative, prescriptive, turned to a providential conception of time and to a notion of truth that is not dissociated from the mysteries of Christian metaphysics. The explanation of concepts such as "author", "reader", "epic", among others, helps to historicize the contemporary precepts of 16th century poetic production. As the heroic verse is not only the repository of epigraphs or "illustration" of the historical fact, to be conceived as a document or source, it is necessary to consider what establishes its legibility and touches its context of composition, which took place in the Portuguese court society from the time of King d. Sebastião. Finally, this text investigates different modes of reception without erasing their cultural differences. This path seeks to demonstrate that the poem condenses the dilemmas of an era and sustains the *plus ultra*, the action that defies limits by assuming the global reach of the Portuguese initiative.

Keywords

Modern History; Rhetoric; Poetics.



Leitor

No século XIX, arqueólogos escavaram antigas cidades do Oriente Médio e encontraram, soterradas nas areias do Iraque, inúmeras tabuinhas de argila com inscrições muito antigas. Algumas continham partes do poema *Ele que o abismo viu*, relato sobre as façanhas do quinto rei de Úruk, Gilgámesh. Objeto de uma longa tradição poética, os fragmentos, redigidos em sumério e acádio, foram elaborados entre os séculos XXII e II a.C. Esquecidos por dois milênios, quando esses documentos foram recuperados no Oitocentos, a tendência mais comum foi atribuir-lhes gêneros conhecidos na Europa. *Enuma élish*, por exemplo, recebeu o título de *The chaldean account of Genesis* (O relato caldeu de Gênesis). *Shanqba imuru* (Ele que o abismo viu), por sua vez, ficou conhecido como *Epopeia de Gilgámesh*, por apresentar uma série de analogias com as tramas homéricas (aliás, é preciso ressaltar que Heródoto empregou o termo grego *epopoía* para mencionar, especificamente, a *Ilíada* e a *Odisséia*). Jacyntho Lins Brandão (2019) reconhece que seu enquadramento em categorias gregas dá testemunho de sua primeira recepção moderna. Além disso, “reconhecer um texto como pertencente a este ou àquele gênero já reconhecido implica tanto em buscar determinar o modo como deve ser ele recebido, quanto em eliminar o incômodo do que poderia ser tido como inclassificável e, portanto, de recepção descontrolada” (BRANDÃO, 2019, p. 10).

A recepção de um documento é orientada segundo conjunturas e técnicas específicas. Os discursos, por sua vez, classificam, distribuem e controlam os usos da linguagem, que nunca é espontânea ou natural. João Adolfo Hansen (2021, p. 20), lembra que o leitor que deseja ler um texto também é lido pelos “modos como a sua cultura organiza a experiência do tempo”. Sendo assim, quando “falamos de leitura é fundamental dizer que, quando lê, antes mesmo de aprender qualquer coisa do texto, como os conteúdos dele, o leitor aprende com o próprio ato que a verdade do texto não é adequação, mas produção de novas significações e sentidos” (HANSEN, 2021, p. 20). Não por acaso, em pleno século XIX, um texto babilônico foi classificado a partir de um gênero grego. Admitir a historicidade dos atos de leitura significa reconhecer que nosso repertório cultural não é universal, mas condicionado a um contexto no qual o leitor pode recompor, com eficácia sempre relativa, convenções, artifícios, técnicas e lugares-comuns provenientes de outros tempos, lugares e imaginários.

Diante dos 450 anos que nos separam d’*Os lusíadas*, é preciso indagar se ainda existem leitores interessados no poema. A existência de dossiês e de eventos comemorativos atesta que há interesse, embora não se possa mensurá-lo ou precisar as motivações de seus proponentes, editores e organizadores. Em pleno século XXI, o leitor é capaz de reconhecer as implicações dessa



retomada, isto é, as condições históricas que envolveram a criação, circulação e recepção de uma epopeia do século XVI? No mínimo, é preciso supor que seu tempo não seja equivalente ao nosso.

Hoje, é comum encontrar versos camonianos em epígrafes, na condição de “ilustrações” de argumentos a respeito de episódios centrais da história portuguesa, sobretudo a expansão marítima, as ações colonizadoras e a difusão do catolicismo. Contudo, convém admitir que a epopeia em questão não se ampara em critérios posteriores à sua publicação, como na noção de verdade adotada pela historiografia moderna. Assim, os critérios de validação teórica, os métodos de análise, a triagem documental e outras condutas associadas ao *métier* do historiador do Oitocentos não faziam parte do mundo de Camões, que estilizava episódios históricos, figurava condutas exemplares, princípios morais e episódios pautados nos preceitos da utilidade e deleite, elaborados com técnicas, noções e motivações coevas, distantes do tempo do progresso, dos ideais da Revolução Francesa, das sentenças iluministas, das motivações românticas, das aspirações positivistas, das teorias evolucionistas, da psicanálise freudiana etc.

Distribuída em um período de quase meio milênio, é de se esperar que a recepção da epopeia tenha sido plural. De início, sua excelência foi reconhecida e, muitas vezes, imitada por outros poetas discretos que também almejavam os louros do reconhecimento e valorizavam a tradição ou os costumes do gênero épico. O olhar de quem avaliava a produção poética não prescindia dos preceitos antigos que orientavam o fazer artístico até o século XVIII, quando a imitação deixou de ser um requisito nuclear. Mas as opiniões sobre *Os lusíadas* nem sempre foram benevolentes: Luís António Verney (1991, p. 167), por exemplo, discordou da escolha do título, por não seguir de perto as opções de Homero e Virgílio, que aludiram ora ao nome do herói/protagonista (é o caso da *Odisseia* e da *Eneida*) ora ao cenário em que se deflagrou o conflito bélico (como ocorre na *Ilíada*). Suas acusações contra o poeta se pautam na tradição, ou seja, na maneira como imitou a poesia pregressa e incorporou as perceptivas do gênero épico. As críticas, no entanto, não impediram que ele se tornasse um modelo de prestígio e reconhecimento.

Outro tipo de apropriação ocorreu no século XIX, quando a historiografia literária portuguesa o considerou a mais importante expressão do período “clássico”. Assim como Marcelo Lachat (2019, p. 53), é preciso reconhecer que “esse procedimento retórico-poético de imitação (*mimesis*, *imitatio*) não é exclusivo do século XVI e muito menos de Camões; ele pauta as letras desde os autores antigos gregos e latinos até o século XVIII”. A historiografia literária, ao distribuir os títulos da chamada “literatura portuguesa” em blocos temporais regulados segundo uma lógica pautada no progresso e/ou na evolução da arte, vislumbrou obras afinadas ou discordantes em relação aos antigos, negligenciando que a imitação foi uma constante até o século XVIII, quando surgiram as estéticas, o juízo de gosto e outras ferramentas hermenêuticas próprias do sentido moderno de



literatura, que “passou a designar o conjunto de todos os textos que imitam ou representam as paixões por meio da palavra, com sensibilidade e imaginação” (TEIXEIRA, 2003, p. 140).

Na segunda metade do século XX, alguns estudiosos brasileiros resolveram retomar as letras luso-brasileiras dos séculos XVI-XVIII e estudá-las a partir de suas especificidades, desnaturalizando a crítica romântica e rompendo parte de seus anacronismos. Os trabalhos de João Adolfo Hansen (2004) e Alcir Pécora (2008), dentre outros, amparados na historicidade das fontes analisadas, levaram em consideração e examinaram os procedimentos convencionais de cada gênero retórico; apreenderam o contexto histórico a partir das convenções que o figuram, sem supor que ele se encontra fora da escrita; compreenderam os efeitos que as práticas letradas efetuam a partir de referências datadas, desatreladas dos rótulos e etiquetas disseminados pela crítica. Ao procederem dessa maneira, os estudiosos admitiram a historicidade e evitaram o emprego indevido das categorias progresso, evolução, estética, originalidade, literatura. Como seria possível, por exemplo, estudar os sermões do padre Antônio Vieira, seguindo o viés anticlerical e antirreligioso do marxismo ou as motivações nacionalistas do positivismo português? O que dizer, então, de analisar Gregório de Matos aplicando os termos pessimismo, ressentimento, plágio, imoralidade, realismo, libertinagem e revolução, tributários do Iluminismo, da Psicologia, do Romantismo e/ou da moral burguesa?

Obra

Se as categorias da crítica romântica são posteriores ao mundo católico contrarreformado, organizado a partir das diretrizes monárquicas do absolutismo ibérico, elas também são exteriores à poesia de Camões, inventada a partir da Instituição Retórica, que ajudava a discernir os meios de persuasão em cada gênero discursivo ou ocasião. Ao longo de séculos, os códigos de composição poética foram baseados na imitação de *auctores*, autoridades antigas como Homero e Virgílio. Por meio da *auctoritas*, determina-se o decoro interno, ou seja, a adequação das partes do discurso à unidade textual e, desta, com os preceitos da *auctoritas* imitada, e o decoro externo, o ajuste do texto à recepção. A poesia camoniana mobiliza tópicos ou lugares-comuns, muitos deles de teor moralizante e exemplar, e orienta-se por uma noção de história mestra da vida doutrinada pela Igreja Católica. A audiência, no caso, fica incumbida de julgar não somente os elementos que integram o poema, mas também os efeitos técnicos e a eficácia da imitação.

O primeiro passo, portanto, é entender que epopeia não é literatura: não no sentido moderno do termo, forjado no século XVIII. O primeiro a nos oferecer uma exposição doutrinária a respeito do gênero épico foi Aristóteles (*Poética*. 9.1451a), que definiu a epopeia retomando as



características da tragédia. A princípio, ambos os gêneros se aproximam quanto à opção feita pelos objetos de imitação: homens superiores e exemplares, merecedores de glória perene. Todavia, a tragédia é dramática e a matéria por ela privilegiada não deve ultrapassar o intervalo de um dia. A epopeia, além de dramática, é narrativa, o que lhe confere a possibilidade de investir na variedade e diversidade de episódios, de modo a impedir a monotonia e o tédio de seu auditório. Para Estagirita, ela deveria recorrer ao verso heroico ou hexâmetro datílico, por ser o mais pausado e amplo. A tragédia, por outro lado, poderia utilizar metros variados.

A finalidade do poema épico era o prazer decorrente de feitos ilustres, capazes de efetuar o *kléos* ou fama imorredoura. No século XVI, Júlio César Scalígero, Antonio Minturno e Torquato Tasso, dentre outros, glosam Horácio para reforçar sua importância, que trata de "*res gestae regumque, ducumque, et tristia bella*", de coisas feitas por reis e chefes e de tristes guerras. Diferente do Estagirita, no entanto, muitos poetas passaram a conceber a superioridade da épica em relação à tragédia, dentre eles Torquato Tasso (1974, p. 822), que a definiu como "imitação de ação ilustre, grande e perfeita, narrada com altíssimo verso", com a pretensão de "mover os ânimos com a maravilha e se beneficiar deste expediente".

Organizadas conforme regras e convenções, as práticas letradas seguiam cinco etapas, quatro delas explicitadas por Aristóteles e sintetizadas por Olivier Reboul (2004, p. 43): *inventio* (invenção), a busca de coisas verdadeiras ou verossímeis que tornam provável a matéria discursiva, *dispositio* (disposição), a distribuição ou o arranjo das coisas pensadas e imaginadas, *elocutio* (elocução), o uso de palavras adequadas, e *actio* (ação), dramatização das coisas e palavras para uma audiência. Os latinos acrescentam a *memoria* (memória), que o Anônimo (2005, p. 181) da *Retórica a Herênio* definiu como "tesouro das coisas inventadas" e "guardiã de todas as partes da retórica". Em suma, o orador busca lugares-comuns em sua memória, elenca aqueles que convêm à matéria a ser tratada, confere-lhes um arranjo apropriado, escolhe termos convenientes e define a forma adequada de exprimi-las.

No que diz respeito à *inventio*, é preciso recordar: Camões leu *A história do descobrimento e conquista da Índia*, de Fernão Lopes de Castanheda, as duas primeiras *Décadas da Ásia*, de João de Barros e as anotações de Pedro Nunes sobre o livro *Tractatus de sphaera*, escrito no século XIII por Johannes Sacrobosco. Além disso, ele dominava a Instituição Retórica, preceituada pelo autor anônimo da *Retórica a Herênio*, Cícero e Quintiliano, conhecia as referências poéticas, retiradas de Homero, Virgílio, Horácio, Boiardo e Ariosto, as mitológicas, aludidas por Hesíodo e Ovídio, as filosóficas, apresentadas por Platão, Sêneca, Estrabão e Macróbio, éticas, catalogadas por Aristóteles e Tomás de Aquino, e cristãs, escritas por S. Basílio, S. Gregório, S. Paulo e S. Dionísio



Areopagita. Ele compreendia as cartas náuticas, estava familiarizado com conceitos próprios da marinhagem, dominava expressões latinas, categorias astrológicas e tratados de geografia.

Quanto à *dispositio*, *Os lusíadas* contemplam proposição (canto I, estâncias 1-3), momento no qual se declara o assunto a ser tratado; invocação (canto I, estâncias 4-5) das imaginárias e inspiradoras ninfas do rio Tejo; dedicatória (canto I, estâncias 6-18), quando o poeta oferece a obra ao rei D. Sebastião, seu contemporâneo; narrativa (canto I, estância 19, ao canto X, estância 144), que se ocupa da exposição da fábula épica; e epílogo (canto X, estâncias 145-156), no qual exorta D. Sebastião a tomar, com prudência, as rédeas do Império lusitano.

Camões explicita a matéria e indica o preceito artístico da imitação no primeiro verso da proposição: "As armas e os barões assinalados" (Camões, *Os lusíadas* I, 1). Por sinédoque, ele discrimina as façanhas militares, matéria privilegiada da épica. Esse trecho recupera um estilo alto e sublime, pois emula o primeiro verso da *Eneida*: "Eu canto as armas e o varão" (Virgílio, *Eneida* I, 1). No entanto, ele não reduz seu louvor a um único herói, pois refere um conjunto de barões, justificando o uso da terceira pessoa do plural. Mais adiante, ele salienta o caráter inédito das façanhas que vai cantar, quando menciona que navegantes singraram mares nunca dantes navegados, ultrapassando a ilha de Ceilão¹, e revela para o leitor que as ações a serem narradas terminam com a edificação de um "Novo Reino", à maneira de Virgílio que, em seu exórdio, antecipa ser a razão última da trajetória de Eneias a fundação de Roma.

Ao invocar as Tágides, ninfas do rio Tejo, Camões solicita inspiração para produzir um canto sublime, superior:

E vós, Tágides minhas, pois criado
Tendes em mim um novo engenho ardente,
Se sempre em verso humilde celebrado
Foi de mim vosso rio alegremente,
Dai-me agora um som alto e sublimado,
Um estilo grandíloquo e corrente,
Porque de vossas águas Febo ordene
Que não tenham inveja às de Hipocrene.

¹ Também conhecida como Taprobana.



Dai-me uma fúria grande e sonora,
E não de agreste avena ou flauta ruda,
Mas de tuba canora e belicosa,
Que o peito acende e a cor ao gesto muda;
Dai-me igual canto aos feitos da famosa
Gente vossa, que a Marte tanto ajuda;
Que se espalhe e se cante no universo,
Se tão sublime preço cabe em verso.
(Camões, *Os lusíadas* I, 4-5).

Sua empreitada não poderia prescindir de “engenho ardente” e um “estilo grandiloquo e corrente”, tampouco de entonação e “fúria sonora”. Ele compara seu engenho – inspirado pelas Tágides – à agudeza dos antigos, que recorriam às águas inspiradoras da fonte Hipocrene, criada por Pégaso no monte Hélicon. Tal apelo reforça aquilo que assinalou na última oitava da proposição:

Cessem do Sábio Grego e do Troiano
As navegações grandes que fizeram;
Cale-se de Alexandre e de Trajano
A fama das vitórias que tiveram;
Que eu canto o peito ilustre Lusitano,
A quem Netuno e Marte obedeceram.
Cesse tudo o que a Musa antiga canta,
Que outro valor mais alto se alevante.
(Camões, *Os lusíadas* I, 3).

O poeta manda cessar a fama dos antigos (Ulisses, Eneias, Alexandre e Trajano) e, para reforçar a superioridade portuguesa, retoma a relação hierárquica estabelecida entre homens e deuses pagãos: se, como diziam os gregos, os homens (mortais) deviam respeito às deidades (imortais), laço que constituía a axiologia épica em Homero, para os portugueses o modelo politeísta é substituído pela dogmática cristã. Quando afirma que Netuno – deus dos mares – e Marte – deus da guerra – obedeceram aos nautas portugueses, ele subverte as hierarquias pagãs e amplifica as habilidades dos lusitanos, atribuindo-lhes perícia nas artes da navegação e nas iniciativas bélicas.



A dedicatória, por sua vez, apresenta sentenças lapidares, memórias fundacionais e esperanças de um novo reino. Suas primeiras estrofes louvam o homenageado, d. Sebastião, e introduzem a qualidade de seus feitos. Nelas, é possível localizar a conjugação de duas das tópicas que fundamentam o canto: a dilatação do Império e o “aumento da pequena Cristandade”, situando o rei, portanto, entre os heróis anunciados na proposição. Além disso, o poeta menciona a linhagem real e reforça a necessidade de conter a “moura lança”. Para além da exposição sumária dos caminhos da narrativa, Camões exalta os seus próprios versos quando enaltece a figura do rei, o que sugere que seus versos se tornam caros na medida em que são aceitos por aquele que encabeça a hierarquia política e é o detentor de maior poder dentre os membros do Império.

Autor

Camões não agia por intuição expressiva, tampouco concebia a poesia como exercício da autonomia ou objeto de direitos autorais. Ele constituía um tipo social, cujos traços podem ser encontrados no seu mais antigo retrato, mencionado na portada do manuscrito d’*Os lusíadas* e publicado com o apoio do conde de Vimioso. Pintado pelo espanhol Fernão Gomes na década de 1570, desse retrato resta-nos apenas uma cópia, feita por Luís José Pereira de Resende na primeira metade do século XIX, a pedido do 3º duque de Lafões. Ele figura como um homem de vestimenta pomposa e com o olho direito ferido. Existem várias representações posteriores, e muitas delas mostram-no coroado com louros, munido com armadura e, eventualmente, em posse de sua epopeia e/ou de uma pena. Todas essas “pinturas” evidenciam não um homem, mas uma *persona* discreta, ou seja, versada nas letras e experimentada nas armas, que se feriu em batalha e cantou, com grandiloquência, os feitos memoráveis dos portugueses. Em outras palavras, o poeta é aristocrata, católico, guerreiro e letrado, orgulhoso da nobreza e incapaz de conceber a riqueza como critério definidor da hierarquia. Jean Pierre Chauvin (2019, p. 29) lembra que o retrato é “elemento persuasório”, “capaz de simular o encantamento da *persona* poética e suscitar o nosso”.

Quando atentamos para o sentido particular de autoria e para o fato de que a psicologia e os preceitos do Romantismo não faziam parte do século XVI, alguns equívocos podem ser evitados, a começar pela ideia de que personagens da épica encarnavam conflitos ideológicos ou políticos, cujos dilemas (des)orientariam a arte do período. Tome-se, como exemplo, a figura do deus Baco. Nóbrega (2012) alegou que, dentre as múltiplas funções exercidas pela divindade, convinha ressaltar seu lugar como “solista do coro contraditório”, “*persona* do poeta”, porta-voz de “sua ira e de seu anátema” por compartilhar com ele a condição de banido, de excluído. Ao localizar, em dois momentos, a adoção da frase “irado e quase insano” para caracterizar Baco e Adamastor, a



autora chegou à conclusão de que essas personagens não passariam de “máscaras do sujeito poético”, um sujeito que estaria escondido, disfarçado, oculto na ira de Baco, que personifica as facções desfavorecidas pela política régia. Desdobrando-se em personagens diversas, Camões “veicula indiretamente o que, frontalmente, não poderia dizer: sua raiva do rei, que não o vê nem o considera” (NÓBREGA, 2012, p. 45).

Procedimento similar foi adotado por Rodrigo Corrêa Martins Machado, ao constatar n’*Os lusíadas* a existência de personagens que alegorizavam o “poeta à deriva”, sendo Baco um deus “com força contrária ao discurso oficial do Portugal quinhentista, o qual intentava sempre louvar a glória histórica portuguesa” (MACHADO, 2016, p. 163). Como o velho do Restelo, Baco seria uma figura rebelde por meio da qual o leitor conheceria as falhas, abusos, crimes e a “decadência de um povo que a história parecia ter predestinado a desfrutar de todas as riquezas e glórias encontradas nos continentes inexplorados” (MACHADO, 2016, p. 164).

Há uma série de riscos quando se supõe a psicologia do autor ou uma postura reacionária subliminar, passível de ser encontrada nas entrelinhas da epopeia, com uma suposta linguagem cifrada capaz de ludibriar a censura e alimentar a dissidência frente ao *status quo*. No século XIX, quando se “generalizou a autoria como presença do indivíduo nas obras” (HANSEN, 1992, p. 11), muitos assumiram “que o indivíduo podia mostrar-se sensível a impressões nascidas dele mesmo e expressá-las como assunto”. O autor passou “a ser concebido como uma diferença subjetiva sobreposta aos critérios dos gêneros dos *auctores* até então modelizados pela Retórica” (HANSEN, 1992, p. 18). Nesse momento, “descobrir fórmulas para indivíduos artísticos passou a ser trabalho da crítica literária, que arremata a intenção das obras para o próprio autor e seu público” (HANSEN, 1992, p. 18). Quando lançamos a projeção de um Camões angustiado, depressivo e ressentido, ou quando identificamos as personagens como desdobramentos da psicologia dos poetas que as enredaram, não levamos em consideração a norma retórico-poética, projetando o anacronismo do autor-subjetividade no discurso antigo.

Se Baco buscou impedir o sucesso dos portugueses, convém recordar que acabou por assegurá-lo: por vezes, ele receava que sua fama recaísse no esquecimento; em outras oportunidades, difundia enganos para desencaminhar a armada de Vasco do Gama. Admiti-lo como espécie de *alter ego* de Camões significa atribuir suas qualidades ao poeta. Por outro lado, na condição de divindade integrante do costume, da tradição épica, ele poderia ser um agente difusor de várias tópicas: a *vanitas*, a soberba, a *hýbris* antiga, o artifício, a astúcia, o engano. Ele seria um artefato pagão cristianizado, apto a simbolizar aquilo que, no presente da enunciação, se concebia como indecoroso, vulgar e heterodoxo. O poema, segundo Pécora, não se limita a louvar o feito acabado, pois



[...] corrige moral e juridicamente o imperfeito e enganado, às suas próprias custas e do desejo reto que o move. Neste ponto, em que o gênero epidítico confunde-se com o judiciário, o louvor se faz, antes de mais nada, por negativa e exclusão, com a grave incumbência de distinguir o falso herói do verdadeiro, e banir aquele do seu canto (PÉCORA, 2001, p. 153).

Sendo assim, o mérito da ação ajuizada é amplificado e, por inversão, a conduta vil é desacreditada. A presença de personagens heroicas e censuráveis, portanto, não exprime um conflito de ordem psicológica, mas uma dinâmica tramada pela fábula poética e ordenada segundo uma hierarquia de valores que, no tempo de Camões, é composta por virtudes e vícios catalogados conforme os princípios monárquicos e cristãos que orientam os súditos reinóis.

Herói

António José Saraiva (1980, p. 158-166) afirma serem os deuses “as figuras com que se ata e desata a própria fábula do poema”. Ele considera que, “n’*Os lusíadas*, não há outras personagens vivas senão os deuses”, delegando aos heróis um papel de meros coadjuvantes, que “limitam-se a presenciar, a esperar e a agradecer”. Uma análise detida, no entanto, demonstra que o herói não apenas presencia, espera e agradece, mas atua como instrumento de Deus, para a materialização de suas vontades. O heroísmo figurado nas epopeias católicas do século XVI reafirma a perspectiva católica contrarreformada, pois os poetas emularam a filosofia aristotélico-tomista, edificando uma conduta afinada à reta razão, à moderação dos afetos, de modo que não há neles o ímpeto guerreiro de um Aquiles, mas a humildade própria de um agente da Providência que, simultaneamente, atua como braço da realeza.

Para os portugueses do século XVI, a “Identidade de Deus, Causa Primeira, repete-se em todas as diferenças históricas do tempo, tornando análogos ou semelhantes todos os seus momentos, desde a Criação até o presente dos intérpretes” (HANSEN, 2006, p. 58). É a mesma concepção providencial de tempo presente nos escritos do padre Antônio Vieira, que concebia a “razão de Estado” como sendo uma correspondência entre a Providência divina e a prudência humana. A ação prudente deveria ser conduzida em conformidade com a razão e atender a um determinado fim conforme a ocasião. A ocasião propícia em Vieira, segundo Alcir Pécora (2007), seria o momento no qual a vontade histórica e a Vontade divina se ajustariam. Dito de outra forma, é nesse intervalo que a “política de obras” e a “política do céu” entrariam em sintonia, consumando



a vontade de Deus. A concepção de tempo, nesse caso, segue de perto uma formulação de Santo Agostinho: “tu [Deus] fizeste todo o tempo e és antes de todo tempo, e não houve um tempo em que não havia tempo. Logo, não houve um tempo em que não fizesses algo, porque tu fizeste o próprio tempo. E nenhum tempo é coeterno contigo, porque tu permaneces; mas ele, se permanecesse, não seria tempo” (LACHAT, 2020, p. 333).

Desde o princípio, as ações de Vasco da Gama são atreladas aos desígnios providenciais. No primeiro canto, reunidos em concílio, os deuses olímpicos deliberavam sobre o destino do herói e de seus homens. Com entonação profética, Júpiter revela a vitória dos portugueses em sua empresa no ultramar:

Prometido lhe está do Fado eterno,
Cuja alta lei não pode ser quebrada,
Que tenham longos tempos o governo
Do mar que vê do Sol a roxa entrada.
Nas águas têm passado o duro Inverno;
A gente vem perdida e trabalhada.
Já parece bem feito que lhe seja
Mostrada a nova terra que deseja
(CAMÕES, *Os lusíadas* I, 28).

Segundo o “Fado eterno”, os lusitanos regeram o mar, salvaguardados pela “alta lei”, à qual todos os eventos humanos se submetem. A figura de Júpiter, com seus vaticínios, alegoriza a vontade providencial. Em versos esclarecedores, Camões admite: “E também, porque a santa providência / Que em Júpiter aqui se representa” (CAMÕES, *Os lusíadas* X, 83). Sua voz autoriza a fortuna favorável, pois recompensa os portugueses com bons agouros.

Mesmo quando atende aos desígnios divinos, o herói não está isento de erros. Para Hélio Alves, há um desajuste entre o retrato do protagonista pintado n’*Os lusíadas* e as descrições presentes nas crônicas históricas, que consideram Gama um homem prudente e sábio. No caso da epopeia, estariam ausentes os qualificativos necessários para a configuração de um herói que, pelo contrário, chega mesmo a reproduzir certas ações viciosas. Dentre as imprudências que Hélio Alves encontra espalhadas pelo poema, destaca-se a falta de tato diplomático do capitão, descuidado a ponto de maldizer os turcos (com quem os povos de Moçambique mantinham relações amigáveis) e contradizer a crença do xeque. Assim, o ódio dos mouros seria consequência



não do Cristianismo, mas da maneira como o capitão-mor se posicionou frente a eles. O poeta, portanto, teria desconstruído o caráter e a conduta do herói, esvaziados da prudência que os cronistas Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros lhe quiseram atribuir. Muitas de suas faltas, no entanto, acabaram sendo compensadas pela intervenção dos deuses mitológicos, como Vênus, causa segunda ou instrumento divino. Embora Camões lhe atribua qualidades grandiosas, as ações do protagonista, segundo Alves (2001, p. 449-551), não correspondiam às virtudes que animavam a fidalguia do século XVI.

Ao alegar a falta de prudência de Vasco da Gama, Hélio Alves afirmou que uma conduta condenável pode reforçar um *éthos* prudente, pela inversão. Com a denúncia de um falso herói, poder-se-ia reforçar um padrão ético. A prudência que faltou ao protagonista não prejudicaria a figuração de uma retórica prudencial. Falar de um “falso herói” levando-se em consideração os deslizes mencionados seria, contudo, exagero. Se os deuses mitológicos intervêm para sanar as falhas do protagonista, isto decorre do papel nuclear exercido por Deus, ao utilizar Gama como arauto. Camões incorporou o sentido providencial da história não apenas para justificar o uso do maquinário mitológico, mas também para retratar os limites do homem português. A conduta de Gama não é impecável, entretanto sua subserviência à vontade divina, refletida na virtude da caridade, assegura seu amparo e o posterior sucesso da empresa marítima.

O poeta admitiu, como bom escolástico, a impossibilidade de definir a divindade: “[...] o que é Deus, ninguém o entende, / Que a tanto o engenho humano não se estende” (CAMÕES, *Os lusíadas* X, 80). O olhar humano contempla apenas aquilo que a razão consegue assimilar, não sendo possível desmembrar o artifício que fundamenta a máquina do mundo, pois “Quem cerca em derredor este rotundo/ Globo e sua superfície tão limada, / É Deus” (CAMÕES, *Os lusíadas* X, 88). Parece significativo que a revelação da Providência tenha ocorrido na Ilha dos Amores, “*locus amoenus* de glorificação e de imortalização poético-históricas que se dão pelo amor entre portugueses e ninfas” (LCHAT; SANTOS, 2018, p. 142). Na condição de lugar-comum antigo incorporado n’*Os lusíadas*, a “divinização” dos heróis atesta a importância histórica dos barões assinalados, reis e fidalgos que intercederam pela causa portuguesa e serviram de matéria para o canto épico.

A organicidade da obra de Camões, em alguns momentos, se explica em retrospecto, ou seja, há passagens iniciais que só se entendem ao final do poema. Após falar do Empíreo, ele discorreu sobre Deus, “que por segundas / Causas obra no Mundo, tudo manda” (CAMÕES, *Os lusíadas* X, 85). Esta causa segunda, muitas vezes, é incorporada pelos deuses pagãos. Tétis afirma que a encenação das deidades mitológicas pretende deleitar a audiência. Para tanto, a deusa nega a si própria quando admite: “eu, Saturno e Jano, / Júpiter, Juno, fomos fabulosos, /



Fingidos de mortal e cego engano” (CAMÕES, *Os lusíadas* X, 82). A poesia está para terminar, e a alegoria já não se faz mais necessária.

Ao invés de conceber um poeta “repartido em pedaços” (SARAIVA, 1980, p. 166), dividido entre a “ideologia cavaleiresca” e uma inclinação ao “humanismo”, e/ou um Vasco da Gama anti-heroico, o que se percebe é uma consciente mobilização de figuras de elocução que imitam e estilizam a matéria histórica, emulam os grandes cânones poéticos e retomam lugares-comuns referentes às grandes batalhas/cruzadas travadas no Oriente, em Marrocos e na própria península ibérica, à luz de uma história sacra. A fábula celebrada no poema está em harmonia com os protocolos político-teológicos regidos pela monarquia portuguesa, e as provas argumentativas incorporadas no poema seguem de perto os manuais retóricos, pois tendem a instruir e deleitar o leitor, e não a confundi-lo com contradições ou com dilemas existenciais que animaram a ficção romântica.

Lugar-comum

Na *Institutio Oratoria*, Quintiliano (2001, p. 565) define lugar-comum (*topos* entre os gregos, *locus* entre os romanos) como “*sedes argumentorum*”, afirmando que ele não deve ser buscado em qualquer lugar, pois cada escolha requer cálculo/precisão. João Adolfo Hansen (2012, p. 166-167) lembra que os gregos cogitavam a possibilidade de mobilizá-los para discussões de coisas prováveis (*endoxa*) com a finalidade de gerar persuasão. Como os enunciados poéticos não prescindiam das técnicas retóricas, os vários gêneros de poesia reuniam tópicos convenientes à matéria estilizada, procedimento também dominado pelos leitores, de modo que podiam averiguar a pertinência dos recursos empregados. Não por acaso, Jerônimo Soares Barbosa (1859, p. 20), antigo sócio da Academia das Ciências de Lisboa e professor de Retórica e Poética da Universidade de Coimbra, em comentário sobre a epopeia de Camões, afirmou que ela poderia ser lida em um dia. Essa sentença, proferida na segunda metade do século XVIII e publicada postumamente, atesta uma recepção que continuava habituada aos preceitos retórico-poéticos.

Tomás António Gonzaga também não fugia à regra: ao poeta escreveu o poema épico *A Conceição*, composto com decassílabos brancos. Dele, restam-nos apenas alguns fragmentos, descobertos por Manuel Rodrigues Lapa na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em 1958. De modo geral, o poeta retrata as disputas entre Vênus e Palas pelo destino do navio *Marialva*: a primeira oferece aos nautas os prazeres do amor quando estavam aportados na cidade do Rio de Janeiro; a segunda prezava as virtudes heroicas dos antepassados lusos e, portanto, censurava quando homens destituídos de méritos usufruíam dos prazeres mundanos. O navio *Marialva*



nafragou na madrugada do dia 3 de setembro de 1802, poucas léguas ao sul de Moçambique. Para retratar a tempestade que provocou o acidente, Gonzaga mobilizou um lugar-comum muito recorrente em epopeias:

Uma onda se levanta mais crescida
e se deixa cair com toda a força
na proa do navio. O grande beque
depois de levantar-se sobre as nuvens
desce ao profundo inferno [...]
(GONZAGA, 1995, p. 164-168).

Os versos são uma paródia da descrição do temporal que fustigou a nau de Vasco da Gama:

Agora sobre as nuvens os subiam
As ondas de Netuno furibundo;
Agora a ver parece que desciam
As íntimas entranhas do profundo.
Noto, Austro, Bóreas, Áquilo queriam
Arruinar a máquina do mundo;
A noite negra e feia se alumia
Cos raios em que o Pólo todo ardia
(CAMÕES, *Os lusíadas* VI, 76).

Gonzaga conseguiria ler *Os lusíadas* em um dia, afinal, continuava compartilhando os parâmetros que animavam a poesia do século XVI. Mas Camões não forjou o *locus* referido, que também pode ser encontrado em Ovídio:

Ai de mim! Quão grandes montanhas de água se reviram!
Já já, pensar-se-á, tocarão os astros supremos.
Quantos vales afundam apartando as ondas!
Já já, pensar-se-á, tocarão o negro Tártaro
(OVÍDIO, *Tristia* II, 19-22).



Além de emular a éctrase², Camões também retoma a tópica do lamento em alto-mar:

Oh! Ditosos aqueles que puderam
Entre as agudas lanças Africanas
Morrer enquanto fortes sustiveram
A santa Fé nas terras Mauritanas!
De quem feitos ilustres se souberam,
De quem ficam memórias soberanas,
De quem se ganha a vida, com perdê-la,
Doce fazendo a morte as honras dela!
(CAMÕES, *Os lusíadas* VI, 80-83).

É provável que a *auctoritas* imitada seja Virgílio:

Oh mil vezes, exclama, venturosos
Os que de Tróia junto aos altos muros
À vista de seus pais morrer puderam!
Oh de todos os Dâneos o mais forte,
Tidides, que eu a sorte não tivesse
De nos campos Ilíacos, pugnando,
Sucumbir do teu braço aos duros golpes,
E o espírito exalar! onde prostrado
Jaz o valente Heitor do Aquíleo ferro,
Onde o ingente Sarpédon, onde tantos
Escudos, capacetes, e robustos
Corpos d'heróis nas ondas volve Símois
(VIRGÍLIO, *Eneida* I, 140-151).

² Éctrase é um expediente retórico destinado à produção de afetos por meio de uma descrição verbal detalhada (RODOLPHO, 2008).



O importante, todavia, não é definir a fonte da imitação, e sim mapear a circulação do lugar-comum que, na condição de mecanismo de agudeza, não funciona como expressão de experiência ou formulação autêntica desprovida de artifício.

Na reflexão sobre o herói, discorreremos sobre a impossibilidade de descrever a divindade, elemento presente em Dante Alighieri e Camões. Trata-se do *topos* do inefável, que pode ser encontrado, por exemplo, no *Antigo Testamento*, quando se proíbem imagens figurando Javé (REIMER, 2009), ou nos textos contra a iconoclastia escritos por João Damasceno (2004). O argumento perdeu, alcançando a ficção romântica e os relatos de testemunho dos campos de concentração, embora se destinasse a descrever cataclismos, a sublimidade da natureza e o caráter destrutivo do homem.

No canto IV d'*Os lusíadas*, nos deparamos com o conhecido episódio do velho do Restelo. Uma série de tópicos, como a valorização da experiência, a censura à cobiça e o elogio à prudência, integram seu discurso. Teófilo Braga (1911) encontrou nas asseverações do velho um teor de protesto político contra as iniciativas da monarquia portuguesa. Hernâni Cidade (1975), por sua vez, considerou a personagem um sintoma da "esquizofrenia" de Camões, dividido entre a condenação e a exaltação da empresa ultramarina. Segundo Vítor Aguiar e Silva (2008, p. 128), o velho teria efetuado a "dilaceração do monolinguismo épico", decorrente da "ambivalência indecível com que Camões aprecia, valora e julga a empresa dos descobrimentos". De fato, sua fala é iniciada com uma acusação, "Ó glória de mandar, ó vã cobiça" (CAMÕES, *Os lusíadas* IV, 95), o que parece constituir uma censura contra a ação de Vasco da Gama, o que acaba sendo reforçado na sequência, quando amaldiçoa o primeiro que "Nas ondas vela pôs em seco lenho!" (CAMÕES, *Os lusíadas* IV, 102). Entretanto, as estrofes 102-104 do canto IV emulam a ode 1.3 de Horácio, poema afinado ao gênero *propemptikon*, discurso de boa viagem comum na Antiguidade. Há polêmicas quanto ao seu teor (sério ou irônico?) e motivação (elogiar a audácia humana ou condená-la?). A ode mobiliza a tópica da ousadia ao indicar feitos que desafiam os desígnios "superiores" (FELIPE, 2018, p. 178-179).

Camões imitou um poema que representa bons agouros à "viagem" de Virgílio pelos mares em momento decisivo da epopeia: a partida das naus rumo à descoberta das Índias. Se o poeta leu a ode, compreendendo-a como elogio ao autor da *Eneida*, talvez as imprecisões do velho do Restelo, além de orientar os leitores quanto às condutas virtuosas, amplifique a própria jornada de Gama, afinal, o sábio personagem ignorava seus desdobramentos. Além disso, a tópica das idades sugere que a inclinação do velho de Restelo se dê mais pela idade e pela desconfiança perante as gerações posteriores, encarnando a prudência antiga, amparada na moderação e comedimento (FELIPE, 2018).



O silêncio de Gama perante as admoestações do velho é a atitude de quem não se identifica com a cobiça figurada. Ele pode denotar humildade, atenção e aprendizado. Suas palavras, que parecem direcionadas aos nautas portugueses, trafegam pelos mares da poesia para, finalmente, mirar o juízo do leitor. A superação das forças centrípetas que caracterizavam a ética antiga também se manifesta na figura do Adamastor, *nec plus ultra* ou limite ultrapassado pela gesta heroica d'*Os lusíadas*. O gigante, ambicioso e descomedido, desafiou os deuses olímpicos com o intuito de assumir o domínio dos mares e desposar Tétis. Como punição, foi transformado em rochedo, em obstáculo natural a impedir a consecução da Carreira da Índia. Suas "profecias" fazem parte da memória dos leitores, e sua censura à cobiça é guia virtuoso de um futuro incerto a ser trilhado. Ele simboliza as colunas de Hércules na medida em que se encontra ali para evitar que aventureiros alcançassem os "vedados términos". Vasco da Gama suplanta o obstáculo porque seu sucesso contava com o respaldo providencial, antevisto por Júpiter no primeiro canto da epopeia. O herói não ultrapassou o cabo das Tormentas, a despeito dos desígnios divinos, pois agiu sob sua tutela. A unidade da fábula não foi comprometida pela existência de censuras e admoestações contra a vaidade e a cobiça, mas reforçada. É necessário repensar se, de fato, Adamastor "contradiz a natureza épica ao condenar as ações dos navegadores e ao vaticinar os nefastos destinos dos heróis, cuja ousadia é sublimada, mas, ao mesmo tempo, condenada" (PEREIRA, 2005, p. 127).

Quando, nos séculos XVIII e XIX, os críticos e literatos negaram a mediação retórica dos textos, os lugares-comuns se tornaram expressão da psicologia do autor. A maneira como a mimese subsiste entre os letrados da corte, no entanto, atesta a continuidade da norma retórica, que não pode ser descontinuada por escolas ou rótulos que preconizam a evolução da arte, o progresso da humanidade e a existência de habilidades inatas movidas por categorias universais que implodiram a diversidade de gêneros e, no seu lugar, fundaram a literatura, regime estético capaz de entreter e ser disseminado nos rodapés dos jornais. Quando se recusa o valor absoluto das sentenças românticas, o mundo ibérico de Camões, regido pela razão de Estado e orientado segundo tópicos como concórdia, bem comum, corpo místico, se torna mais próximo do nosso presente, embora essa presença seja atenuada pelos 450 anos que dele nos separam.

Bem comum

Camões, diferente de nós, não testemunhou a falência dos princípios democráticos, pois viveu sob uma monarquia regada conforme os pressupostos da "razão de Estado" e respaldada na manutenção de uma hierarquia rígida e do bem-comum. O rei, com poder soberano e sacralizado, poderia transgredir o direito, caso alegasse agir em detrimento do interesse público. No século XVI, a razão de Estado, em alguns casos, se fundamentava na metáfora do "corpo



místico”, recorrente entre escritores e juristas da contrarreforma que, ancorados nas reflexões de São Tomás de Aquino, formularam os princípios e as características da monarquia portuguesa. Essa metáfora se apresenta, do ponto de vista teológico, como fundamento da república cristã, na qual os fiéis constituem o corpo e Cristo, a cabeça, atados por um vínculo orgânico e filial. Sua outra faceta é jurídica e sugere a harmonia entre a “razão política” e a “ética cristã”.

Esta harmonia é referida nos estudos de Ernst Kantorowicz (1998, p. 132-137) sobre as bases monárquicas de Portugal. A metáfora do corpo místico subtende a necessidade e a relevância de uma hierarquia articulada com rigidez, pois a distribuição do corpo social seria reflexo da lei natural. Aos súditos, integrantes do corpo político e subservientes à vontade da cabeça, restaria o respeito incondicional, fator que proporcionaria o bem comum. Ora, se Cristo guia os fiéis para assegurar a salvação deles, o rei, por analogia, orientaria os componentes do seu reino devido à autoridade sacra que detém, tornando-se o mediador entre o céu e a terra. Assim, a subordinação implicava o bom uso do livre-arbítrio, e o respeito aos superiores se tornaria legítimo porque análogo à situação cristã, marcada pela submissão do corpo de fiéis aos dogmas da Igreja Católica, encabeçada por Cristo.

O rei, portanto, tinha natureza humana e sagrada. Por necessidade, o sentido orgânico da sociedade de corte permitia e promovia uma distribuição das responsabilidades entre os súditos, como condição para seu bom regulamento. Isso quer dizer que o chamado “pacto colonial” se fundamenta em práticas que ultrapassam o “exclusivo metropolitano”, que subentendia a sujeição das colônias, tomadas como polos complementares, à monarquia portuguesa, centro de onde emanava toda e qualquer manifestação do poder. António Manuel Hespanha (2001, p. 169-175) alertava para a existência de uma estrutura administrativa centrífuga, ou seja, de uma monarquia corporativa que admitia a existência de diversas modalidades de laços políticos e de instituições de poder, que detinham certa autonomia em relação à Coroa. Maria Fernanda Bicalho (2005), por sua vez, trabalha com a expressão “liberalidade régia”, política ligada à suposta benevolência do monarca para com os seus súditos que, em troca, deviam ser obedientes. Esse procedimento reforçava os laços de solidariedade, cativando o ânimo dos súditos à medida que se semeava honra e glória entre eles.

Caberia ao rei, enquanto administrador do Império, cativar e qualificar os seus súditos e movê-los na direção conveniente: já o súdito deveria ser fiel e grato ao rei:

Nem creiais, Ninfas, não, que fama desse
A quem ao bem comum e do seu Rei
Antepuser seu próprio interesse,



Immigo da divina e humana Lei.
Nenhum ambicioso, que quisesse
Subir a grandes cargos, cantarei,
Só *por* poder com torpes exercícios
Usar mais largamente de seus vícios;
(CAMÕES, *Os lusíadas* VII, 84).

A estrofe encena a quebra do “pacto” pelo súdito, pois retrata alguém que privilegia suas ambições e abandona a lealdade ao rei. Procedendo dessa forma, o súdito se torna inimigo da lei divina e da lei civil. A fidelidade era avaliada como escolha prudente e legítima. A vaidade, por outro lado, ilegítima e própria daqueles que se encontrassem ou se colocassem à margem do poder legitimado. Segundo Camões, a *vanitas* levava o indivíduo a ser inimigo da “divina” e da “humana” lei.

A fidelidade ajuíza os homens quanto aos caminhos retos a serem percorridos. Os súditos deviam incorporar os desígnios que partiam da Coroa portuguesa. Quando desembarca nas proximidades da cidade de Melinde, por exemplo, Vasco da Gama é bem recepcionado, mas, precavido, o herói opta por não desembarcar de imediato e envia um emissário até o rei para justificar a sua conduta:

E não cuides, ó Rei, que não saísse
O nosso Capitão esclarecido
A ver-te ou a servir-te, porque visse
Ou suspeitasse em ti peito fingido;
Mas saberás que o fez, *por* que *comprisse*
O regimento, em tudo obedecido,
De seu Rei, que lhe manda que não saia,
Deixando a frota, em nenhum porto ou praia.

E, porque é de vassalos o exercício,
Que os membros têm, regidos da cabeça,
Não quererás, pois tens de Rei o ofício,
Que ninguém a seu Rei desobedeça [...];
(CAMÕES, *Os lusíadas* II, 83-84).



Camões recorre à metáfora do corpo místico para discorrer sobre a função da “cabeça” do reino e de seus “membros”. Devia ser obrigação do súdito cumprir o regimento e manter-se fiel a ele. Assim, o emissário afirma ao rei que Gama não nutria suspeitas em relação à sua boa intenção quando se recusou a desembarcar, mas o fez por respeito à cabeça do reino.

O bem comum era uma meta associada aos interesses do Estado português. Ele nasceria, conforme Hansen (2002, p. 27-28), “do controle que os membros desse corpo deviam impor-se a si mesmos, reprimindo os apetites particulares, para obterem e manterem a concórdia do todo, como unidade pública da paz”. Frente a tal assertiva, deduz-se que o todo depende de suas partes para concretizar a “unidade pública de paz”; a parte necessita conter os “apetites particulares” em prol da coletividade. Para ser aceito e fazer parte do “corpo” em que vive, o súdito devia agir e se tornar o que esse corpo dele espera; em contrapartida, o corpo precisava de “partes” comprometidas para proporcionar a concórdia. Ser prudente, nessa chave escolástica, significava se tornar a peça almejada pela monarquia cristã, para assegurar o bem comum.

Retomando a discussão sobre a *auctoritas* de Camões, convém reaver um alerta lançado pelo poeta no canto V da epopeia:

Enfim, não houve forte Capitão
Que não fosse também douto e ciente,
Da Lácia, Grega ou Bárbara nação,
Senão da Portuguesa tão somente.
Sem vergonha o não digo: que a razão
De algum não ser por versos excelente
É não se ver prezado o verso e rima,
Porque quem não sabe arte, não na estima.

Por isso, e não por falta de natura,
Não há também Virgílios nem Homeros;
Nem haverá, se este costume dura,
Pios Eneias nem Aquiles feros.
Mas o pior de tudo é que a ventura
Tão ásperos os fez e tão austeros,
Tão rudos e de engenho tão remisso,
Que a muitos lhe dá pouco ou nada disso
(CAMÕES, *Os lusíadas* V, 97-98).



Na sequência, ele reforça o argumento:

Às Musas agradeça o nosso Gama
O muito amor da pátria, que as obriga
A dar aos seus, na lira, nome e fama
De toda a ilustre e bélica fadiga;
Que ele, nem quem na estirpe seu se chama,
Calíope não tem por tão amiga
Nem as filhas do Tejo, que deixassem
As telas d'ouro fino e que o cantassem.

Porque o amor fraterno e puro gosto
De dar a todo o Lusitano feito
Seu louvor, é somente o pros[s]uposto
Das Tágides gentis, e seu respeito.
Porém não deixe, enfim, de ter disposto
Ninguém a grandes obras sempre o peito:
Que, por esta ou por outra qualquer via,
Não perderá seu preço e sua valia
(CAMÕES, *Os lusíadas* V, 99-100).

Além de retratar os excessos do seu presente, o poeta afirmou que seu momento histórico não valorizava a poesia. Ou seja, apesar de reconhecer a matéria de sua epopeia como superior à antiga, sem incentivo, não haveria a valorização da arte, tampouco a perpetuação de feitos ilustres. No final das contas, era a pena que atribuía forma à história e retirava dela meios para orientar a conduta dos leitores. Sem essa orientação, não haveria a reprodução de grandes feitos, e, sem estes feitos, não haveria mais razão para custear o labor poético. Não se tratava, propriamente, de pessimismo, mas de um argumento capaz de amplificar o valor de seus versos, fruto do empenho solitário de um súdito perseverante na luta pelo bem comum.

Quando reconheceu a impossibilidade de novos Homeros e Virgílios, Camões desenhou os reveses de seu presente para amplificar sua determinação, uma vez que agiu privado do incentivo de seu tempo. Não obstante, isso não quer dizer que tenha virado as costas para o rei ou para o reino do qual fazia parte. É por essa razão que personagens como Baco, Adamastor



e o velho do Restelo figuravam tensões e expectativas do século XVI, sublimadas para gerar um efeito edificante, providencial, católico, e não uma mensagem cifrada e expressiva de uma mente ressentida.

O epílogo do poema, em tom exortativo, incentiva o rei a valorizar seus vassallos, estejam eles munidos de espada ou pena:

E não sei por que influxo de Destino
Não tem um ledo orgulho e geral gosto,
Que os ânimos levanta de *contino*
A ter para trabalhos ledo o rosto.
Por isso vós, ó Rei, que por divino
Conselho estais no régio sólio posto,
Olhai que sois (e vede as outras gentes)
Senhor só de vassallos excelentes.

Olhai que ledos vão, por várias vias,
Quais rompentes leões e bravos touros,
Dando os corpos a fomes e vigias,
A ferro, a fogo, a setas e pelouros,
A quentes regiões, a plagas frias,
A golpes de *Idoltras* e de Mouros,
A perigos incógnitos do mundo,
A naufrágios, a peixes, ao profundo!

Por vos servir, a tudo aparelhados;
De vós tão longe, sempre obedientes
A quaisquer vossos ásperos mandados,
Sem dar respostas, prontos e contentes.
Só com saber que são de vós olhados,
Demônios infernais, negros e ardentes,
Cometerão convosco, e não duvido
Que vencedor vos façam, não vencido
(CAMÕES, *Os lusíadas* X, 147-148).



O poeta induz o rei a orgulhar-se de seus súditos. Não apenas daqueles que servem com armas, mas também com as letras, forma de reprodução e distribuição do poder. Só assim, intercedendo pelo bem comum, o rei consumiria a própria soberania de seu reinado. Note-se que, perante as exortações, o título da obra pode recobrir outro aspecto que não a mera menção ao corpo do Estado português: refere-se, talvez, à necessidade de reconhecimento da boa estirpe portuguesa, em relação aos guerreiros e, claro, aos letrados, que retratam, com papel e tinta, tipos exemplares dignos de imitação.

A arte, em *Camões*, deve ser apreendida como publicidade de um passado ilustre e figuração de um futuro ainda mais grandioso. Para tanto, o poema é modelado segundo os costumes da educação cortesã. De acordo com Pécora,

[...] o feito histórico não atinge verdadeiramente a sua plenitude heroica ou sublime antes que se produza o canto que *desempenha* o seu valor, isto é, sem que se acrescente aos sucessos das armas o espírito das letras. Ao passado grandioso da pátria é necessário que se ajunte a inteligência dele, pela arte, a fim de que o acidental e particular dos feitos alcance o estatuto necessário e universal de virtude e excelência, que comunica perfectibilidade aos seres (PÉCORA, 2001, p. 162).

No século XVI, o público leitor integrava o conjunto das ordens sociais, dispostas em hierarquias a partir da concepção de bem comum e em prol da *res publica*, corpo místico subordinado à figura do rei. Os auditórios discretos do Antigo Regime, que refaziam as escolhas do autor, julgando o mérito da imitação, não equivalem aos leitores do XIX, que recepcionavam a ficção ora interpretando a distribuição dos elementos históricos e convenções ficcionais, ora detidos no caráter dramático da trama, nas peripécias e curiosidades representadas por ela. Afora raras exceções, o leitor do Oitocentos não domina as doutrinas retóricas e poéticas; alheio às preceptivas, ele se alfabetizou lendo manuais e se especializou em discutir pormenores nas seções de jornal; além disso, manifestava predileção por gêneros amparado nos critérios de gosto e opinião. Tais critérios continuaram a direcionar a leitura do século XXI. Daí o esforço necessário para descortinar os sentidos da epopeia camoniana, 450 anos depois de sua primeira edição.

Para ler o poema historicamente, é preciso levar em consideração que “a natureza era pensada como criação divina e a poesia organizava a matéria bruta da história para tirar dela o efeito edificante, capaz de efetuar a instrução e o deleite do leitor” (FELIPE, 2019, p. 106). Logo, a poesia era produzida em sintonia com a tradição, com os preceitos, limites do livre-arbítrio poético.



Se, a partir do século XIX, a leitura de um poema épico tornou-se uma atividade áspera, o que dizer, então, de nosso mundo e da maneira como temos gerido nosso arbítrio, sempre amparado na impaciência e ávido pelo bombardeio de informes virtuais?

Considerações finais

No século XIX luso-brasileiro, a obra não era mais fruto da variação estilística de um gênero retórico-poético preceituado desde a Antiguidade, mas expressão particular, autêntica e psicológica cujos efeitos são, antes, protocolados pelo próprio autor nas instâncias preliminares (prólogo, introdução), em ensaios críticos ou mesmo na trama do romance. Dentre os literatos portugueses, talvez tenha sido Almeida Garrett aquele que melhor expressou essa tópica romântica da originalidade, no prefácio de um poema publicado em 1825:

A índole deste poema é absolutamente nova: e assim não tive exemplar a que me arrimasse, nem norte que seguisse. Por mares nunca dantes navegados. Conheço que ele está fora das regras; e que pelos princípios clássicos o quiserem julgar, não encontrarão aí se não irregularidades e defeitos. Porém declaro desde já que não olhei a regras nem a princípios, que não consultei Horácio nem Aristóteles, mas fui insensível depois o coração e os sentimentos da natureza, que não pelo cálculo da arte e operações combinadas do espírito. Também o não fiz por imitar o estilo de Byron, que tão ridiculamente aqui macaqueiam hoje os franceses a torto e a direito [...]. Não sou clássico nem romântico (GARRETT, 1858, p. 12-13).

Obra irregular, defeituosa, desprovida de “princípios clássicos” provenientes das tópicas aristotélico-horacianas; descompassada em relação ao estilo de Byron e, portanto, ao “espírito” romântico. Ao confessar não olhar para regras e cálculos, transitando por “mares nunca dantes navegados”, ele se diz alheio a todas as normas reguladoras da arte camoniana. *Camões*, por sinal, é, ironicamente, o título do poema de Almeida Garrett (1858).

Em discurso proferido no Real Gabinete Português de Leitura em 1980, por ocasião do IV centenário da morte do poeta, o presidente João Figueiredo rendeu-lhe homenagem e buscou inscrevê-lo no passado do Brasil, “lusitano na sua origem e em sua índole” (FIGUEIREDO, 1980, p. 3). Tal reivindicação, que soaria mais verossímil caso seu objeto fosse a bandeira estadunidense, manifesta o “nacionalismo” alquebrado do general, orientado segundo uma lógica que ele sustenta

com a *auctoritas* de sua patente. Ao invés de atrelar Camões a um país que, em sua época, sequer existia, não seria mais prudente, no nosso caso, atentar para o patrimônio cultural da escrita poética do século XVI? No entanto, o discurso do presidente tem valor histórico, na medida em que representa uma recepção possível, calcada em premissas homogeneizadoras do passado pelos critérios do presente e, como consequência, apaga as diferenças culturais próprias de cada época.

Quase meio milênio após sua publicação, *Os Lusíadas* continuam sendo um poema cujo valor é difícil de estimar. Todo esforço, no sentido de perscrutá-lo, não passa de uma iniciativa precária, embora necessária para mantê-lo em evidência. A ficção de Camões usa a fábula para figurar a atuação de Deus, justificar a expansão portuguesa e legitimar a fé cristã. Não por acaso, condensa os dilemas de uma época e, por meio da poesia, sustenta o *plus ultra*, a ação que desafia limites ao supor o alcance global da iniciativa lusitana, que mirava “além da Taprobana”.

Referências

- AGUIAR E SILVA, Vítor. **A lira dourada e a tuba canora**: novos ensaios camonianos. Lisboa: Livros Cotovia, 2008.
- ALVES, Hélio J. S. **Camões, Corte-Real e o sistema da epopeia quinhentista**. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 2001.
- ANÔNIMO. **Retórica a Herênio (c. 82 a.C.)**. São Paulo: Hedra, 2005.
- ARISTÓTELES. Arte Poética. In: BRANDÃO, R. O. **A poética clássica**/Aristóteles, Horácio, Longino. Tradução de Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 1985.
- ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. Tradução de Antonio Pinto de Carvalho. São Paulo: Edições de Ouro, 1980.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2011.
- BARBOSA, Jerônimo Soares. **Analyse dos Lusíadas de Luiz de Camões**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1859.
- BICALHO, Maria Fernanda. Pacto colonial, autoridades negociadas e o Império Ultramarino Português. In: SOIHET, Rachel et al. (org.). **Culturas políticas**: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 85-105.
- BRAGA, Teófilo. **Camões**: a obra lírica e épica. Porto: Livraria Chardron, 1911.
- BRANDÃO, Jacyntho Lins. A “Epopeia Gilgamesh” é uma epopeia? **ArtCultura**, Uberlândia, v. 21, n. 38, p. 9-24, 2019.
- CAMÕES, Luís Vaz de. **Os Lusíadas**. Organização, apresentação e notas de Jane Tutikian. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- CHAUVIN, Jean Pierre. Camões, retratista. **Letras**, Curitiba, n. 1, p. 13-31, 2019.
- CIDADE, Hernâni. **Luís de Camões**: o épico. Amadora: Bertrand, 1975.
- DAMASCENO, João. Discurso apologético contra os que rejeitam as imagens sagradas. In: LICHTENSTEIN, Jacqueline. **Apintura**: A teologia da imagem e o estatuto da pintura. São Paulo: Ed. 34, 2004. p. 26-46. vol. 2.
- FELIPE, Cleber Vinicius do Amaral. A poesia épica e a experiência trágica: o naufrágio de Sepúlveda. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 21, n. 38, p. 91-106, 2019.
- FELIPE, Cleber Vinicius do Amaral. **Heroísmo na singradura dos mares**: histórias de naufrágios e epopeias nas conquistas ultramarinas portuguesas. Jundiaí: Paco, 2018.
- FIGUEIREDO, João. **IV Centenário da morte de Luiz de Camões**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Brasil, 1980.
- GARRETT, Almeida. **Camões**. 5. ed. Lisboa: Casa da Viúva Bertrand e Filhos, 1858.
- GONZAGA, Tomás Antônio. **A Conceição**: o naufrágio do Marialva. Transcrição, introdução e notas de Ronald Polito de Oliveira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.



- HANSEN, João Adolfo. **A sátira e o engenho**: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII, São Paulo: Ateliê Editorial, Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- HANSEN, João Adolfo. Autor. In: JOBIM, José Luis (org.). **Palavras da crítica**. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 11-43.
- HANSEN, João Adolfo. Barroco, Neobarroco e Outras Ruínas. **Floema Especial**, Bahia, a. 2, n. 2, p. 171-217, 2006.
- HANSEN, João Adolfo. Introdução. In: PÉCORA, Alcír. **Poesia seiscentista** – Fênix renascida & Postilhão de Apolo. São Paulo: Hedra, 2002.
- HANSEN, João Adolfo. Lugar-comum. In: MUHANA, Adma; LAUDANNA, Mayra; BAGOLIN, Luiz Armando (orgs.). **Retórica**. São Paulo: Annablume; EIB, 2012.
- HANSEN, João Adolfo. Nenhuma leitura é natural: o livro como signo. **Ensaio Geral**, Niterói, n. 1, p. 11-22, 2021.
- HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João *et al.* (org.). **O Antigo Regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 163-188.
- HOMERO. **Odisseia**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- HORÁCIO. Arte poética. In: BRANDÃO, Roberto de Oliveira. **A poética clássica**/Aristóteles, Horácio, Longino. Tradução de Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 1985.
- KANTOROWICZ, Ernst Hartwig. **Os dois corpos do Rei**: um estudo sobre teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LCHAT, Marcelo. Letras e literatura: continuidades e discontinuidades. **Revista USP**, São Paulo, n. 121, p. 45-60, 2019.
- LCHAT, Marcelo; SANTOS, Maíra R. M. Os lusíadas e uma viagem à Índia: entre poesia e história. **Revec**, São Cristóvão, v. 4, n. 12, p. 137-152, 2018.
- LCHAT, Marcelo. O tempo entre ficção e filosofia: sobre a História do cerco de Lisboa, de José Saramago. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 331-344, 2020.
- MACHADO, Rodrigo Corrêa Martins. Submersão, subversão trágica de Baco n'Os Lusíadas. **Abril**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 149-165, 2016.
- NÓBREGA, Luiza. Camões e Baco: a exclusão e dissidência como agentes genético-semântico n'Os Lusíadas. **Abril**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 35-50, 2012.
- OVÍDIO. Tristia, cantos II, vv. 19-22. In: BARBOSA, Tereza Virgínia Ribeiro; TREVIZAM, Matheus; AVELLAR, Júlia Batista Castilho de. **Tempestades Clássicas**: dos antigos à era dos descobrimentos. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018. p. 268-278.
- PÉCORA, Alcír. **Máquina de Gêneros**: novamente descoberta e aplicada a Castiglione, Della Casa, Nóbrega, Camões, Vieira, La Rochefocauld, Gonzaga, Silva Alvarenga e Bocage. São Paulo: EDUSP, 2001.
- PÉCORA, Antonio Alcír Bernárdez. Política do céu (anti-Maquiavel). In: NOVAES, Adauto. **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 127-142.
- PÉCORA, Alcír. **Teatro do Sacramento**: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de António Vieira. São Paulo: Editora da Unicamp, 2008.
- PEREIRA, Fernando Alves. **Uma leitura dos excursos n'Os Lusíadas**. 2005. Dissertação (Mestrado em Literatura Comparada) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.
- QUINTILIANO. **Instituto oratória**. Edizione con testo a fronte a cura di Adriano Pennacini. Torino: Einaudi, 2001.
- REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. 2. ed. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- REIMER, Haroldo. **Inefável e sem forma**: estudos sobre o monoteísmo hebraico. São Leopoldo: Oikos; Goiânia: UCG, 2009.
- RODOLPHO, Melina. Écfrase e Evidência. **Let. Cláss.**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 94-113, 2008.
- SARAIVA, António José. **Luís de Camões**: estudo e antologia. Lisboa: Livraria Bertrand, 1980.
- SÊNECA. **Agamêmnon**. Tradução, introdução, posfácio e notas de José Eduardo dos Santos Lohner. São Paulo: Globo, 2009.
- TASSO, Torquato. **Discorsi dell'Arte Poetica ed in Particolare Sopra il Poema Eroico**. Milano: Mursia Editore, 1974.



TEIXEIRA, Ivan. Hermenêutica, retórica e poética nas letras da América Portuguesa. **Revista USP**, São Paulo, n. 57, p. 138-159, 2003.

VERNEY, Luís António. **Verdadeiro Método de Estudar** (Cartas sobre Retórica e Poética). Lisboa: Editorial Presença, 1991.

VIRGÍLIO. **Eneida de Virgílio**. Tradução de José Victorino Barreto Feio e José Maria da Costa e Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Informações adicionais

Biografia profissional

Cleber Vinicius do Amaral Felipe tem experiência nas áreas de História e Teoria Literária, com estudos sobre práticas letradas e literárias produzidas entre os séculos XVI-XIX, em especial poesia épica, relatos de naufrágio, contos, romances, e literatura de testemunho, com ênfase na obra de Primo Levi. É autor do livro *Heroísmo na singradura dos mares: histórias de naufrágios e epopeias na conquista ultramarina portuguesa* (2018), *Locus Horrendus: representações do extremo* (2021) e coautor dos *Estudos sobre a Épica Luso-Brasileira (Séculos XVI-XVIII)*, de 2021.

Endereço para correspondência

Av. João Naves de Ávila, 2121 – Santa Mônica, Uberlândia - MG, 38408-100, Brasil.

Financiamento

Não se aplica.

Conflito de interesse

Nenhum conflito de interesse foi declarado.

Aprovação no comitê de ética

Não se aplica.

Método de avaliação

Duplo-cega por pares.

Preprint

O artigo não é um preprint.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Não se aplica.

Editores responsáveis

Flávia Varella - Editora-chefe

Ricardo Ledesma-Alonso - Editor responsável



Histórico de avaliação

Data de submissão: 20 de janeiro de 2022

Data de alteração: 15 de fevereiro de 2022

Data de aprovação: 17 de fevereiro de 2022

Direitos autorais

Copyright © 2022 Cleber Vinicius do Amaral Felipe.

Licença

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribución 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





Aristóteles e a *História dos animais*: a questão do antropocentrismo entre zoologia e ética

Aristotle and the *History of animals*: the issue of anthropocentrism between zoology and ethics

Thiago do Amaral Biazotto ^a

thiago_a_b@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0003-4339-1526> 

^a Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Campinas, SP, Brasil.



Resumo

Este artigo investiga a relação entre animais humanos e não-humanos no pensamento de Aristóteles, tomando como fonte principal seus tratados de zoologia e, dentre eles, a *História dos animais*. O objetivo central é discutir em que medida é possível identificar traços incontornáveis de antropocentrismo em Aristóteles, e, em caso positivo, em quais termos esse antropocentrismo é expresso. A partir da leitura de passagens diversas, e da análise filológica de determinados verbos empregados pelo filósofo, argumento que o dado antropocêntrico dos escritos de Aristóteles, embora presente, pode ser nuançado, em especial quando algumas espécies – como a esponja do mar – são abordadas pelo estagirita. Assim, concluo que a retórica antropocêntrica de Aristóteles aparece com mais frequência quando os animais são abordados em conjunto do que como espécies isoladas.

Palavras-chave

Aristóteles; *História dos animais*; Antropocentrismo.

Abstract

This article investigates the relationship between human and non-human animals in Aristotle's thought, taking as main source his treatises on zoology and, among them, the *History of animals*. The major aim is to discuss in what extent it is possible to identify unavoidable traces of anthropocentrism in Aristotle, and, if so, in what terms this anthropocentrism is expressed. From the reading of different passages, and a philological analysis of certain verbs used by the philosopher, I argue that the anthropocentric aspect of Aristotle's writings, although existing, can be nuanced, especially when some species – such as the sponge – are discussed by Aristotle. Thus, I conclude that Aristotle's anthropocentric rhetoric appears more often when animals are analyzed together than as isolated species.

Keywords

Aristotle; *History of animals*; Anthropocentrism.



Introdução

A reflexão sobre os animais é um dos temas basilares da produção aristotélica. Afora seus tratados zoológicos *Geração dos animais*, *Movimento dos animais*, *Marcha dos animais*, *Partes dos animais* e *História dos animais*, além de *Parva naturalia*, que correspondem, segundo cálculo de Kullmann (1991, p. 137), à metade do que temos publicado sob a pena de Aristóteles, o estagirita consagrou à matéria passagens em outros trabalhos mais lembrados, como a *Política*.

Em fatura tradicional, como no trabalho de Richard Sorabji (1993), Aristóteles responderia por celeuma na sociedade ocidental ao criar, em seus textos de caráter ético, narrativa antropocêntrica incontornável, que, graças à grande circulação dos trabalhos do filósofo, teria anulado quaisquer chances de igualdade entre homens e animais. Embora, de fato, as proposições de Aristóteles sejam assertivas quanto ao lugar dos não-humanos no tecido social, determinados excertos de seus tratados de zoologia – e, dentre eles, especialmente a *História dos animais* (HA) – permitem nuançar essa análise. Que fique claro: o estagirita estava longe de ser um campeão da causa animal ou adepto do vegetarianismo de viés filosófico, mas, em âmbito geral, a complexidade de seu repertório parece desencorajar afirmações generalizantes a respeito da apreciação feita pelo fundador do Liceu a respeito da fauna.

O presente artigo busca estudar a questão proposta, elegendo a *História dos animais* como fonte privilegiada, uma vez que estamos falando do tratado zoológico de maior fôlego, inclusive quando somados todos os seus pares, com mais informações, maior variedade de temas e espécies abordados (PELLEGRIN, 1986, p. 139). O texto se inicia com breve recapitulação da vida de Aristóteles, com vistas a situar a redação da HA no corpo de sua maturação intelectual, passando, em seguida, à análise detida do texto zoológico.

Aristóteles: *vita e opera*

Recapitular a vida de Aristóteles pode parecer, na melhor das hipóteses, tarefa frívola e, na pior delas, inútil, diante do acervo de informações de que dispomos a respeito do filósofo. Contudo, é sabido que Aristóteles não datou nenhum de seus escritos, e esse problema é de especial pertinência no debate sobre a *História dos animais*, que, em seu âmago, traz informações pormenorizadas sobre espécies desconhecidas ou, no mínimo, exóticas no mundo grego, como leões e, sobretudo, elefantes.



Oriundo de Estagira, no norte grego, Aristóteles vinha de família abastada. Seu pai, Nicômaco, era médico particular na corte de Amintas III da Macedônia (r. 393/392 – 370 a.C.). Sua mãe, Faéstis, era também abonada. Nascido em 384 a.C., Aristóteles se muda para Atenas em 367 a.C., de forma a tomar parte do círculo filosófico capitaneado por Platão. Parece razoável supor que, para ser aceito na Academia, o jovem não era um neófito, sendo possível que tivesse tido contato prévio com alguns dos diálogos platônicos, dado o berço em que fora embalado.

Anagnostopoulos chega a propor que Aristóteles teria vivido parte de sua infância no palácio régio macedônio, em Pela, criando uma rede de contatos que manteria por toda a vida. Para o mesmo autor, o interesse que o estagirita viria a demonstrar pela biologia – em especial por meio da chave empírica, a partir de dissecações – fora nele introjetado desde moço, por ação do ofício médico de seu pai. Alguns catálogos põem obra de título *Dissectiones* sob a rubrica de Aristóteles (ANAGNOSTOPOULOS, 2009a, p. 3-5). O filósofo permaneceu em Atenas por duas décadas, período durante o qual aprimorou e debateu à exaustão temas que viriam a aparecer em seus escritos. Diógenes Laércio (*Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*, V.1) chegou a classificá-lo como o mais autêntico discípulo de Platão (γενσιώτατος τῶν Πλάτωνος μαθητῶν). A morte de seu mestre, em 347 a.C., encerra o período ateniense de Aristóteles, embora os motivos de sua partida não sejam claros – há uma biografia árabe que atribui a retirada às conexões macedônias do estagirita, funestas em uma Atenas cada vez mais hipnotizada pelas preleções de Demóstenes (BARNES, 1995, p. 4-5).

Quaisquer fossem as motivações de Aristóteles, seu destino foi Atarneu, na Ásia Menor, cujo tirano, Hérmiás, possuía contatos com a Academia, abrigando pequena comunidade de filósofos no local. Acompanhado de Xenócrates, Aristóteles se estabeleceu na cidade, desposando Pítias, sobrinha de Hérmiás, que, em 341 a.C., seria torturado e morto pelos persas. Após Atarneu, Aristóteles mudou-se para Mitilene, na ilha de Lesbos, onde conheceu Teofrasto, seu futuro sucessor no Liceu. A estadia do estagirita em ambiente insular, é consenso entre seus intérpretes, foi fundamental para o conhecimento *in loco* das espécies marinhas sobre as quais iria dissertar.

Após breve retorno à terra natal, Aristóteles foi convidado para ser preceptor de Alexandre da Macedônia, filho de Filipe II, em 343 a.C. Embora proverbial, pouco se sabe sobre a relação entre mestre e discípulo, ainda que haja um relato, talvez apócrifo, no qual Aristóteles aconselha Alexandre a tratar os bárbaros vencidos na Ásia como animais ou plantas (ὡς ζῴοις ἢ φυτοῖς) (Plutarco, *Sobre a fortuna e virtude de Alexandre Magno*, 329b).

Concluído seu papel na formação do príncipe macedônio, Aristóteles retornou a Atenas em 335 a.C., estabelecendo o Liceu, escola filosófica dedicada “a uma imensa caça de informações em todos os domínios” (HADOT, 2017, p. 126). Cerca de 12 anos depois, e com a morte de Alexandre,



Aristóteles volta a abandonar Atenas, em 322 a.C. Eliano (*Histórias diversas de Eliano*, III.36) registra que o filósofo teria se retirado para evitar que “os atenienses se tornassem duas vezes culpados para com a filosofia” (Ἀθηναίους δις ἔξαμαρτεῖν ἐς φιλοσοφίαν), alusão clara à morte de Sócrates. Conquanto eloquente, o depoimento é de provável origem espúria (BARNES, 1995, p. 3-5).

Talvez mais plausível seja missiva do estagirita endereçada a Antípatro, regente da Grécia sob Alexandre, igualmente registrada por Eliano (*Histórias diversas de Eliano*, XIV.1): “Com relação às honrarias (ψηφισθείσας) que me foram concedidas em Delfos, e das quais estou agora privado, não sou nem extremamente sensível a elas nem totalmente indiferente”. Ainda que não se saiba a quais honrarias o trecho se refere, é fato que inscrição com o nome de Aristóteles – e também o de seu sobrinho Calístenes, que acompanhou Alexandre na expedição asiática – foi encontrada em estado fragmentário no poço de Delfos. Datada de 330 a.C., ela dá conta de que ambos eram “louvados e aclamados” em Atenas. Trata-se de fragmento de importância incalculável para o estudo de Aristóteles, uma vez que se pode aferir uma *damnatio memoriae* contra o filósofo, instituída a reboque da morte de Alexandre. Sentindo as pulsões antimacedônias na cidade, Aristóteles se retirou para Cálcis, na ilha de Eubeia, onde morreu cerca de um ano depois (BARNES, 1995, p. 6).

Com relação às obras atribuídas a Aristóteles, Diógenes Laércio (V. 22-27) arrola a expressiva marca de 550 livros, distribuídos ao longo de 150 temas. Barnes (1995, p. 7) acredita na veracidade do relato, defendendo que o biógrafo pode ter consultado fonte ligada ao Liceu ou mesmo os papiros de Alexandria para obter essa cifra. Apenas cerca de 30 trabalhos aristotélicos sobreviveram, dos quais talvez o exemplo mais emblemático seja a série de constituições examinadas pelo estagirita: das 158 originais, só a de Atenas chegou aos nossos dias. Além de Diógenes, Hesíquio (séc. VI d.C.) enumera 143 trabalhos de Aristóteles, enquanto Ptolomeu al-Garib (séc. IV a.C.?) opta pela importância de 99 tomos (ANAGNOSTOPOULOS, 2009a, p. 14-15). Vale pôr em relevo que Diógenes não cita obras como *De anima*, *Partes dos animais* e *Geração dos animais*, cuja autenticidade nunca foi posta em causa pelos filólogos modernos.

Andrônico de Rodes (c. 60 a.C.), líder da escola peripatética, foi o grande editor de Aristóteles, reunindo e organizando seus textos que, segundo se acredita, estavam obliterados desde a morte de Teofrasto. Assim, é comum encontrar advertências dos grandes comentadores do estagirita, como Barnes, de que, para se ler modernamente Aristóteles, é preciso considerar que tais edições são possivelmente coletâneas de anotações do filósofo que, é quase certo, as revisava, reescrevia e editava em tempo integral. Isso ajuda a explicar também o dado críptico de algumas passagens, além de inconsistências ao longo do *corpus* aristotélico (BARNES, 1995, p. 15-21).



Aristóteles e o mundo animal para além da *História dos animais*

A importância de Aristóteles para o estudo da relação humanidade e fauna não está restrita aos escritos zoológicos. O estagirita marca ponto de inflexão na forma como os gregos se relacionam com o mundo animal: antes de seu advento, a maior parte dos filósofos helênicos tendia a aquilatar humanos e não-humanos como seres análogos em diversos parâmetros, como força física, condição psíquica e inteligência (NEWMYER, 2014, p. 450) aspectos presentes, em maior ou menor grau, nas convicções vegetarianas e na crença na metempsicose. Por outro lado, é possível, como faz Sassi (2001, p. xi), creditar a Aristóteles a criação de uma espécie de cosmologia na qual o cidadão grego adulto era o centro de gravidade em torno do qual orbitavam “outros”, como homens de estatuto inferior, mulheres, bárbaros e animais, todos impugnados de direitos plenos.

Dificuldade substantiva no estudo dos animais em Aristóteles está nas aparentes contradições em seu pensamento, uma vez que os tratados de zoologia tendem a ser menos antropocêntricos do que obras de caráter geral. Como exemplo, na *História dos animais* (588a18-22), o estagirita aventa a possibilidade de que certas espécies tenham compreensão (*sunesis*), ao passo que em alguns textos de caráter filosófico, como na *Política* (1332b3-5), Aristóteles propõe que humanos agem guiados pela razão (*logos*), ao passo que outras espécies o fazem pela natureza (*phusei*). Esse fenômeno também se passa com outros atributos. Assim, no *De anima* (433a11-12; 434a5-7), é sugerido que animais não-humanos poderiam se recordar de imagens previamente encontradas, e, em certas espécies, a memória (*mnémé*) é atributo possível (*Metafísica*, 980a27–980b28). Entretanto, apenas os humanos possuem a mais alta faculdade intelectual, a deliberação ou prudência (*phronésis*), que, à diferença das outras espécies, garante-lhes a condição de dominar as memórias (NEWMYER, 2014, p. 459).

Outra passagem relevante é registrada em *Segundos analíticos* (XI.191), quando Aristóteles, ao negar a teoria de conhecimento inato proposta por Platão, defende que os animais são capazes de aprender ensinamentos básicos por meio do princípio da cognição. Em outros tratados, o estagirita defende que o fato de os animais serem desenvolvidos sensitivamente é salutar à medida que contribui para sua sobrevivência. (ANAGNOSTOPOULOS, 2009c, p. 106; p. 109). A alma sensitiva também seria de importância para a perpetuação das espécies, já que os animais são gerados pela união das frações sensíveis da alma de seus progenitores (*Geração dos animais*, 732a4-5) (HENRY, 2009, p. 379).

Três são as passagens da *Política* evocadas com frequência para atestar o antropocentrismo de Aristóteles, em especial o trecho abaixo (1256b15), caracterizado por Newmyer como um dos pilares do especismo:



é preciso admitir claramente [...] que as plantas são feitas para os animais e os animais, para os homens; os animais domésticos para que estes os usem e deles se nutram; os selvagens, se não todos, ao menos a maior parte, para que deles se nutra e se sirva para outras necessidades, faça suas roupas e outros utensílios. E como a natureza nada faz de imperfeito e sem escopo, é para homem que fez tudo (NEWMYER, 2011, p. 8, tradução nossa).

Em outro trecho do mesmo texto (1254b11), Aristóteles afirma que os animais domesticados são superiores aos selvagens, uma vez que é vantajoso ser dominado pelo homem (βέλτιον ἄρχεσθαι ὑπὲρ ἀνθρώπου), visto que o controle livraria as espécies do mal são representado pelo *habitat* selvagem (GILHUS, 2006, p. 22). Em um terceiro excerto da *Política* (1352b3-8) é afirmado que “os outros animais vivem, em grande medida, pela natureza, mas outros, em menor escala, vivem também por seus hábitos. O homem vive pela razão, pois apenas ele possui razão” (τὰ μὲν οὖν ἄλλα τῶν ζώων μάλιστα μὲν τῇ φύσει ζῆ, μικρὰ δ’ ἔνια καὶ τοῖς ἔθεσιν, ἄνθρωπος δὲ καὶ λόγῳ: μόνος γὰρ ἔχει λόγον). Por fim, passo da *Ética a Nicômaco* (1161a30–1162b2) advoga, com sabor hesiótico¹, em favor da inexistência da noção de justiça entre os animais. É importante destacar, desde logo, que a visão sobre os animais presente na *Política* possui impacto muito mais duradouro na tradição ocidental do que a *HA*, por exemplo, uma vez que estamos falando daquele que é, talvez, o mais frequentado texto de Aristóteles, ao passo que os tratados zoológicos em geral permanecem à sombra dos escritos éticos.

Uma das primeiras e mais importantes consequências desencadeadas pela retomada da *Política* foi a elaboração da teoria nomeada “grande cadeia do ser” (*great chain of being*), doutrina que advoga que os seres devem ser definidos por sua complexidade, do mais elementar ao mais intrincado, do mais afastado de Deus ao mais próximo dele. Ainda que elaborada no cristianismo medieval, foi durante a Idade Moderna que a pertinência do conceito foi defendida, oferecendo, durante o século XVIII, suporte para a criação de hierarquias sociais dentro da espécie humana (THOMAS, 2010, p. 125). Conhecida também pelo nome latino *scala naturae*, a teoria se escuda na complexidade dos seres, partindo dos minerais, plantas, animais, humanos, anjos e, finalmente, Deus, como na alegoria desenhada por Diego de Valadés (1533 – 1582) para a *Rhetorica christiana*.

¹ O termo se refere ao mito das cinco eras do homem apresentado por Hesíodo nos versos 106-201 de *Os trabalhos e os dias*, ocasião em que o poeta expõe o progressivo declínio de nossa espécie por meio de sucessivas eras – ouro, prata, bronze, heróis e ferro.



“Great chain of being” também intitula o trabalho clássico de Arthur Lovejoy, publicado em 1936 e “referência central para a história do antropocentrismo” (MARQUES, 2018, p. 669, nota 18). Embora reconheça que a filosofia aristotélica é de enorme complexidade – de forma que a criação de conceitos absolutos é, via de regra, simplificação do arcabouço do estagirita – Lovejoy não deixa de notar que:

Da ciência aristotélica, duas ideias – elaboradas de maneiras muito diversas e, na verdade, francamente conectadas uma como a outra – foram recebidas como um legado pela história natural da Renascença. Uma era a ideia de uma hierarquia dos seres: um dogma filosófico que a teologia cristã, seguindo o neoplatonismo, tornou com frequência o tema de uma interpretação do universo essencialmente especulativa [...]. A outra era o postulado de que, entre as coisas naturais, a transição é imperceptível e quase contínua. Esta última, embora possa parecer de menor significação científica, teve, para o uso dos naturalistas, a grande vantagem de permitir uma verificação ao menos aparentemente fácil através do exame de objetos sensíveis reais. Isso, além do mais, não tornou impossível ao mesmo tempo traçar a partir de doutrina escolástica um axioma que parecia conferir a esse princípio uma necessidade racional: a saber, que um arranjo ordenado do mundo não pode haver nenhuma “brecha” ou “dispersão” entre as “formas”. (LOVEJOY, 2015, p. 66 *apud* DENIS, 2019, p. 93-94).

É principalmente de Aristóteles que foram derivadas as noções tradicionais às quais a história natural daria aplicação, começando com a Renascença [...]. Assim foi que, desde o final do século XVI até o final do século XVIII, o projeto de distribuir todos os seres vivos, animais ou vegetais, dentro de uma hierarquia de unidades coletivas encerradas, umas dentro das outras, ganhou tal domínio sobre os naturalistas a ponto de lhes parecer a formação de sua tarefa científica. (LOVEJOY, 2015, p. 228 *apud* DENIS, 2019, p. 93-94).

Decerto influenciado por Lovejoy, Sorabji é, talvez, o maior crítico de Aristóteles no que se refere ao impacto desencadeado pelas assertivas a respeito dos animais presentes em textos como a *Política*. Para o filósofo britânico, Aristóteles nega sistematicamente aos animais faculdades de primeira grandeza: razão (*logos*: *De anima*, 428a24; *Ética a Eudemo* 2.8; 1224a27; *Política*



1332b5; *Ética a Nicômaco*, 1098a3-4); raciocínio (*logismos*: *De anima*; 433a12); pensamento (*dianonia*: *Partes dos animais*, 641b7); intelecto (*nous*: *De Anima*; 404b4-6) e crença (*doxa*: *De anima*, 428a19-24) (SORABJI, 1993, p. 14). Mesmo quando abre uma exceção – como as referências ao conhecimento técnico (*teknikos*) ou ao pensamento (*dianonia*, *nous*), presentes na *História dos animais* –, Aristóteles o faz apenas durante o introito de alguns dos livros, de forma pragmática e/ou metafórica (SORABJI, 1993, p. 13). Dentre todas essas exclusões, a do *logos* seria a mais deletéria, uma vez que, apropriada pelos estoicos, foi absorvida pelo cristianismo e avançou no Ocidente até tornar-se hegemônica (SORABJI, 1993, p. 81; p. 103-104). Assim, a criação retórica de Aristóteles de um único tipo possível de cidadão pleno teria resultados nefastos não só na Antiguidade, mas se perpetuaria até nossos dias, pela constante releitura do estagirita com vistas a justificar posturas intolerantes, excludentes e condenáveis, como racismo, misoginia, escravidão e tantos outros (SORABJI, 1993, p. 20; 175-178).

Pela mesma via, Newmyer defende que, dadas suas limitações, os animais seriam incapazes de constituir um estado, maior dos crimes para o código penal aristotélico (NEWMYER, 2011, p. 74). Fernández-Armesto, decerto influenciado por Sorabji, afirma que: “do século XIII em diante, a importância dos critérios sociais para identificar a humanidade foi realçada pela recepção ou reabsorção da *Política* de Aristóteles na tradição ocidental” (FERNÁNDEZ-ARMESTO, 2007, p. 100), o que teria levado a consequências terríveis, das construções de alteridade perversas quando da descoberta do Novo Mundo à diminuição dilacerante e progressiva dos direitos daqueles que não se encaixavam na categoria homem branco ocidental.

Kullmann, por seu turno, opta por leitura mais nuançada de Aristóteles, em particular o trecho em que o estagirita afirma que a natureza criou os animais para colocá-los à disposição dos homens. Para o classicista alemão, esse modelo de explicação teleológica é típico do estagirita. Em *Partes dos animais*, Aristóteles propõe que as veias servem para o sangue, os ossos para o suporte da carne e os pés para o movimento, de forma que a passagem da *Política* deve ter seu grau de antropocentrismo esmaecido (KULLMANN, 1991, p. 142-143). Em alguma medida, Pellegrin repete o procedimento, ao lembrar que a *Weltanschauung* de Aristóteles, de um homem branco adulto, é a mesma de seus leitores, de modo que o desejo de angariar mais adeptos pode ter influenciado o filósofo a carregar nas tintas em suas ponderações sobre os animais (PELLEGRIN, 1986, p. 150).

Na mesma esteira, Lefebvre reafirma que a complexidade do *corpus* aristotélico desencoraja a enxergar cisão permanente entre homens e animais em seu âmago. É citado trecho de *Partes dos animais* (681a12-1) no qual se afirma que a natureza opera em chave de continuidade (*συνεχῶς*) entre os seres inanimados, sem alma (*ἀψύχων*) e os animais (*τὰ ζῷα*), o que poderia

diminuir suas diferenças já à partida (LEFEBVRE, 2013, p. 103-104). Reputada comentadora de Aristóteles, Jessica Moss contribui com o debate. Analisado os passos da *Política* sobre o papel benfazejo da tutela dos homens sobre os animais, mas também da superioridade deste sobre aqueles quanto às faculdades racionais e sensíveis, Moss defende não haver evidências de que Aristóteles faça distinção cabal entre seres humanos e não-humanos em tais parâmetros. De forma simplificada, a autora, a partir do cruzamento com outras passagens do *corpus*, defende que a capacidade de percepção do bem para Aristóteles é definida por *phronesis* (conhecimento prático), de forma que, na *Política*, o estagirita não nega a razão (*logos*) aos animais, mas apenas a *phronesis*, fazendo com que eles ainda possuam alguma capacidade de discernimento sensorial do que é positivo ou negativo (MOSS, 2012, p. 137-138).

Fontenay lembra que Aristóteles possui em sua terminologia expressões que permitem diminuir a distância entre homens e animais. *Zoon*, por exemplo, é substantivo usado para ambas as categorias, ao passo que o plural *zoa* abarca deuses, astros, homens e demais espécies (FONTENAY, 1998, p. 81). A passagem mais celebrada para essa afirmação é em *Política* 1253a, quando o estagirita define o homem como ser vivo, ente, animal político (πολιτικὸν ζῷον). A autora faz notar que Aristóteles é mais assertivo quando trata dos animais em conjunto do que quando o faz com espécies em caráter individual, o que ajudaria a matizar as diferenças entre humanos e seus pares (FONTENAY, 1998, p. 89).

Catherine Osborne tem uma leitura bastante própria de Aristóteles. A autora ventila que a hierarquização de espécies com base no estagirita reside em leitura discutível dos argumentos do filósofo. Osborne entende que, para Aristóteles, cada espécie, animal ou humana, basta por si só, sendo despiciendas quaisquer comparações entre elas (OSBORNE, 2007, p. 101). Mais do que isso, Osborne defende que a passagem da *Política* a respeito de a natureza nada fazer “imperfeito e sem escopo” indica que a complexidade excessiva de certas espécies – do homem, sobretudo – poderia até ser indesejada (OSBORNE, 2007, p. 114-5; p. 122-166).

Foi visto como alguns trechos do *corpus* de Aristóteles, *Política* à frente, são apreciados pela historiografia moderna. De análise literal, vem a interpretação de que o estagirita foi a base para a *scala naturae* medieval e moderna, tão deletéria para animais e humanos que não se encaixavam na categoria do homem branco. Algumas interpretações mais recentes têm, contudo, observado como trechos de Aristóteles são menos perversos, o que pode ser observado na *HA*. Antes de seu exame, porém, vale arrolar algumas discussões sobre a datação da obra.



A datação da *História dos animais* e seus problemas

De pronto, vale destacar que o título original do tratado, τῶν περὶ τὰ ζῷα ἱστοριῶν, melhor equivaleria à tradução *Investigação sobre os animais*, conforme sugerido por Sousa e Silva (2014, p. x, nota 3). Entretanto, a versão latina, *Historia animalium*, tornou-se mais conhecida, sendo usada para nomear o escrito nas línguas modernas.

A propósito de apreciação geral da obra, Tricot lembra que a *História dos animais* é o mais extenso texto aristotélico sobrevivente, com fôlego mais notável do que *Metafísica* ou *Política*. A autenticidade do tratado em sua íntegra nunca foi contestada, tanto por razões de ordem centrípeta – como o vocabulário típico de Aristóteles e as remissões feitas à *HA* em outros textos – como de ordem centrífuga, como a referência a um περὶ ζῴων, dividido em nove volumes, presente tanto no catálogo de Diógenes como no de Hesíquio (TRICOT, 1987, p. 7). Entre os modernos, a autoria dos livros VII, IX e, sobretudo, X, tem sido contestada, além de determinadas seções do livro VIII.² Isso se dá pelo fato de a *HA* não ser um “ouvrage systématique” como define Tricot (1987, p. 8), mas uma coletânea de fontes oriundas das mais diversas tradições, de forma que a tarefa de se estabelecer o que vem ou não da pena de Aristóteles é ingrata. Sousa e Silva alude a isso quando escreve: “algumas vezes o eco de uma opinião generalizada confunde-se com uma tradição empírica, e já não é suscetível de uma apreciação ou de uma desmentida” (SOUSA E SILVA, 2014, p. XII). Ainda sobre a metodologia de Aristóteles, anota:

Aristóteles detém um conhecimento colhido na realidade de uma ampla área geográfica, onde se percebe uma hierarquização da informação: entre o que é próximo, verificável, testemunho de perto, e que cobre regiões acessíveis como o são de diversas paisagens gregas – continentais e insulares – ou as regiões que se dispersam pela bacia do Mediterrâneo, oriental e ocidental. À medida que o distanciamento se acentua, o conhecimento esbate-se e a certeza dilui-se; há então necessidade de uma descrição mais pormenorizada ou comparativa, e o recurso prudente a algum ceticismo; a Cítia e a Índia estão nesse caso (SOUSA E SILVA, 2014, p. XVI).

² Sousa e Silva crê que o livro X é falso (2018, p. xxxix). Balme é da mesma opinião (2002, p. 3-13). Mais radical, Pierre Louis o considera inclusive fora do *corpus*, atribuindo-o a um médico anônimo, graças à abrupta mudança de tom entre o livro X e os demais da *HA* (LOUIS, 1967).



Aristóteles teria promovido amálgama entre sua erudição acadêmica – a partir de informações extraídas de Homero³ e Heródoto⁴, por exemplo – observações *in loco* e depoimentos de trabalhadores que lidavam com os animais em seu cotidiano, como caçadores, apicultores, pecuaristas e pescadores (*História dos animais*, 534a5-7). É possível que a *HA* tenha sido empregada como livro didático no Liceu, com Aristóteles atualizando ou refutando afirmações (TRICOT, 1987, p. 9-11).

A *editio princeps* da *HA* foi coletada por Aldine, em 1497 (BALME, 2002, p. 2), ainda que essa seja, possivelmente, a única data segura envolvendo o tratado. As controvérsias em torno do momento de sua escrita começam já no Mundo Antigo, com passagem de Plínio, ponto de partida incontornável para a discussão:

O rei Alexandre, o Grande, desejoso de conhecer a história natural dos animais, confiou a realização desse estudo ao homem mais conhecedor nas diversas ciências, Aristóteles. Pôs então sob sua orientação, por toda a Ásia e Grécia, vários milhares de homens que viviam da caça, da criação de aves, da pesca, ou que mantinham viveiros, rebanhos, colmeias, tanques, aviários, de modo que nenhuma espécie escapasse ao conhecimento. Depois de interrogar esses indivíduos, Aristóteles escreveu cerca de cinquenta volumes célebres sobre os animais (*História natural*, VIII.16-17).

O filólogo germânico Werner Jaeger foi um dos pioneiros em datar a *História dos animais* (JAEGER, 1934, p. 329-333). Para Jaeger, três fatores provariam que a *HA* teve sua concepção durante a maturidade de Aristóteles: o já aludido excerto de Plínio, as descrições pormenorizadas de espécies inexistentes no território grego, como elefantes, que só poderiam ser conhecidas após a expedição de Alexandre. Por fim, o argumento que gerou mais polêmica. Aristóteles – mal comparando, como Droysen e Marx – teria seu pensamento marcado por uma primeira fase idealista, de forte influência platônica. Entretanto, após a morte de seu mestre, o estagirita teria se enveredado pelas sendas do empirismo, enfatizando a observação de fenômenos naturais por oposição à especulação puramente filosófica (ANNAS, 1986, p. 295). Repleta de análises de

³ Trata-se do autor mais citado na *HA* (513b27; 574b-57a; 575b5-7; 578b1-3; 519a19 *etc*). Para os demais trechos e análise sobre as relações entre Aristóteles e Homero, ver: SOUSA E SILVA (2014, p. xiv).

⁴ É curioso que, neste caso, haja apenas uma referência direta ao historiador, mas, segundo Sousa e Silva, diferentes passagens evocam, mesmo sem citação, os escritos de Heródoto (SOUSA E SILVA, 2014, p. xv, nota 4).



primeira mão de múltiplas espécies, a *HA* corresponderia, com clareza, à segunda fase, sendo sua redação quando da estada do autor em Cálcis até sua morte – entre 333 e 323 a.C.

Auguste Mansion (1927) fez notar que residia nas teses de Jaeger grave erro de apreciação, já que a complexidade filosófica de Aristóteles não admitiria cisão tão radical. Já Nuyens (1948) notou semelhanças formais entre a *HA* e o *De anima*, principalmente no que diz respeito às relações feitas por Aristóteles entre as partes e o todo de um determinado fenômeno – sejam as partes corporais dos animais ou os níveis da alma humana – de maneira que o tratado pertenceria à produção média do *corpus*. Nessa seara, e inspirado por Nuyens, Tricot (1987, p. 15) defende datação entre 343 – 340 a.C., explicando a referência aos elefantes como acréscimos à obra, seguindo o método de atualizar os tratados à medida que mais informações se faziam disponíveis.

D’Arcy Thompson foi um dos principais opositores de Jaeger fora do âmbito francófono. A topologia foi a ferramenta evocada pelo biólogo, coletando os toponímicos mais citados na *HA*. Assim, os locais na Ilha de Lesbos e em seus arredores são nomeados com frequência e, para além dos dados quantitativos, são os que apresentam maior verossimilhança à luz dos conhecimentos atuais (THOMPSON, 1948, p. 1-3). Na sequência, viriam, em distância galopante do primeiro grupo, Macedônia/Trácia; outras regiões da Ásia Menor; Grécia continental; África (Líbia e Egito); Ásia (Oriente próximo e médio) e, por fim, outras regiões da Europa. Destarte, estaria dizimado o argumento de Jaeger a respeito da datação tardia da *HA*, que seria composta durante o período insular de Aristóteles, de 347 a.C. até o início de sua atuação como tutor de Alexandre.

Em linhas gerais, Lee (1948, p. 64-67) está de acordo com Thompson, acrescentando que a ocupação de seu pai como médico pode ter influenciado o estagirita no interesse por dissecações, além do fato de não haver escolas filosóficas em Mitilene, o que daria a Aristóteles os lares necessários para conduzir pesquisas de campo em tempo integral. Sousa e Silva opta por não datar a *HA*, mas defende que as investigações consumadas pelo filósofo podem ser localizadas entre 347 e 335 a.C. (2014, p. xviii, nota 8).

James Romm é um dos que tomaram palanque na discussão partindo do excerto de Plínio. O objetivo do autor é demonstrar como a passagem é fantasiosa, floreio literário típico dos naturalistas do mundo romano (ROOM, 1989, p. 566), mesma opinião de Doring (1990, p. 810-811). Em primeiro lugar, era bastante provável que as relações entre Alexandre e Aristóteles tivessem azedado quando da expedição asiática, uma que vez o sobrinho do filósofo, Calístenes, foi morto por ter se recusado a executar a *proskynesis*, então incorporada às práticas régias macedônias a mando do conquistador. Em segundo lugar, e mais importante, essa anedota estava em vias de se tornar um *topos* literário, uma vez que Ateneu (9.398e) menciona que Alexandre



teria provido a Aristóteles a importância de 80 talentos a título de incentivo à escrita da *HA*, história decerto apócrifa. Assim, todo o contato entre mestre e discípulo possui suporte esqualido (*slender support*) nas fontes antigas (ROMM, 1989, p. 568).

Com relação às feras maravilhosas descritas na economia da *HA*, Romm defende que Aristóteles não coletou dados de primeira mão, mas relatos consolidados na literatura. Caso paradigmático é o da manticora (501a25b1) – besta fabulosa, cujo corpo era formado por partes de leão e escorpião, devoradora de carne humana e capaz de disparar petardos na forma de espinhos – de cujo conhecimento o filósofo ficou ciente não pela consulta a textos indianos, mas a Ctésias, médico grego que atuou na corte de Artaxerxes II e cujos escritos estão perdidos (ROMM, 1989, p. 571).

Dentre os animais exóticos na fauna grega, o caso do elefante é privilegiado por Romm. O autor defende que Aristóteles não conhecia as diferenças entre as duas subespécies do paquiderme, africana e indiana, de maneira que todas as informações sobre o elefante que constam da *HA* fazem referência a exemplares africanos, populares entre gregos desde Heródoto (4.191). Romm chega a propor que o estagirita poderia ter assistido à dissecação de um desses animais.

Bigwood se debruçou sobre os mesmos assuntos de Romm. Em síntese apertada, o autor começa por delinear um paradoxo no ímo da *HA*: por um lado, Aristóteles demonstra conhecimento superficial da Índia; por outro, fornece informações precisas sobre os elefantes (BIGWOOD, 1993, p. 538). Mais uma vez, a peça faltante do quebra-cabeça é Ctésias, de quem o filósofo teria se abeberado em seus relatos sobre o paquiderme. Assim, Aristóteles descreve que os elefantes tomavam parte das batalhas, derrubavam muralhas e eram capazes de arrancar palmeiras pela raiz (*História dos animais*, 610a19), mesmas informações ofertadas por Ctésias, o que também se passa com a descrição das caçadas ao animal, sabidamente herdadas do médico a partir de fragmento preservado em Diodoro (2.17.7) (BIGWOOD, 1993, p. 544). Outras prováveis fontes incluem o médico ateniense Mnesitheus e também Eudoxo de Cnido (c. 391 – 342 a.C), geógrafo, matemático e astrônomo, que, por ter frequentado a Academia, pode ter tido contato de corpo presente com Aristóteles, que ouviu, por certo atento, as aventuras de Eudoxo pelo Egito, onde teria se deparado com elefantes (BIGWOOD, 1993, p. 545-46).

A mais ousada proposta de Bigwood é que Aristóteles poderia ter lido um tomo escrito por Calístenes, antes de sua morte, em 330 a.C. Por ter acompanhado Alexandre, o sobrinho do filósofo teve contato com os elefantes, como os paquidermes aprisionados na Batalha de Gaugamela (Arriano, *Anábase de Alexandre*, III.15.4-6). A reforçar essa hipótese, Bigwood lembra que Aristóteles fala sobre elefantes domesticados (*História dos animais*, 497b28), e é sabido que os paquidermes indianos são mais propensos à domesticação do que os africanos, razão pela



qual o estagirita só saberia a respeito do animal por meio do relato perdido de Calístenes. Por fim, Bigwood nota que informações oriundas da segunda geração dos historiadores de Alexandre – como os relatos de Nearco, hoje conhecidos de forma fragmentária – não foram assimiladas por Aristóteles, de modo que a *HA* melhor seria classificada como uma pasta que permaneceu aberta até por volta de 330 a.C. (BIGWOOD, 1993, p. 547-52).

Lennox definiu a tarefa de Aristóteles em seus tratados zoológicos como a busca por uma organização sistemática de dados coletados por meios acadêmicos e empíricos, colocando textos filosóficos progressos e dissecações lado a lado (LENNOX, 2006, p. 293). Sobre a *HA*, a questão de maior transcendência seria investigar as diferenças entre as espécies, balizando-se por parâmetros como modo de vida, *habitat*, reprodução e anatomia (LENNOX, 2009, p. 351).

Em recente exame lapidar, Benedetta Piazzesi levou a efeito tanto o ensaio de datação da *HA* quanto a apreciação de seus métodos e o impacto na ciência atual. Embora ciente de que a biologia como disciplina acadêmica é uma categoria moderna (PIAZESSI, 2017, p. 8),⁵ a autora defende que parte do impacto causado na matéria deve-se aos próprios métodos desenvolvidos por Aristóteles. Definindo a *História dos animais* como “enciclopédia orizzontale del sapere” (PIAZESSI, 2017, p. 8), Piazzesi defende que sua metodologia irmana tanto os depoimentos *technitai* – coletados junto a “homens de ação” como caçadores e pescadores (PIAZESSI, 2017, p. 12), – quanto a busca, tipicamente filosófica, pela *aletheia*, conceito de difícil tradução, que envolve noções como verdade, revelação e desvelamento, que guiavam práticas como dissecações e análise anatômicas, nas quais Aristóteles também se fiou.⁶ O filósofo, assim, poderia ser considerado tanto o pai de uma nova disciplina – caracterizada pelo neologismo “zoo-techno-logia” – quanto pela fundação de uma nova epistemologia, tipicamente aristotélica:

A razão dessa ignorância (sobre os vasos sanguíneos) está na dificuldade de observação. De fato, nos animais já mortos, a natureza dos vasos principais deixa de ser perceptível, dado que são eles que mais se contraem logo que o sangue os abandona [...]. Por outro lado, nos animais vivos não é possível observar o funcionamento dessas partes porque são, por natureza, internas. De tal forma que quem observasse os animais mortos e dissecados não poderia observar os

⁵ A autora se escuda em Foucault (1981, p. 143-144). A favor da hipótese de Piazzesi: Pellegrin (1991, p. 129); contra: Kullmann (1991, p. 138).

⁶ Sobre o mesmo tópico, Sousa e Silva (2014, p. xxii-xxiii) defende que os sacrifícios poderiam ser ocasiões propícias à observação de órgãos internos dos animais, de modo que as notas de Aristóteles não são explicáveis, apenas, por supostas dissecações.



princípios mais relevantes; e os que fizeram a observação nos homens em estado de magreza extrema tiraram conclusões sobre os vasos a partir de fenômenos perceptíveis do exterior [...]. Dado que a observação, como atrás afirmamos, é difícil, só nos animais asfixiados depois de previamente se fazerem emagrecer é possível obter um conhecimento razoável dos fatos, para quem se interessa por esse tipo de questão (Aristóteles, *História dos animais*, 511b13-513a15).

No que compete à datação da *HA*, a filósofa italiana propõe que o tratado foi o primeiro escrito zoológico da lavra de Aristóteles, tendo sua redação se iniciado durante o período do estagirita na Ásia Menor, entre 347 e 343 a.C. Os textos seguintes, como *Parte dos animais* e *Geração dos animais*, foram escritos já no Liceu, de 334 a.C. até a morte do filósofo, uma vez que, em muitos momentos, retomam considerações da *HA* (PIAZZESI, 2017, p. 7).

Desse modo, embora o tratado seja bastante ermo do ponto de vista de sua datação, no que se refere à metodologia de trabalho, Aristóteles é de clareza sem par, mesmo quando cotejado todo seu *corpus*. Anagnostopoulos (2009a, p. 21) é o dono dessa assertiva, ao citar a seguinte passagem:

as considerações feitas até agora são apenas um esboço, como uma espécie de aperitivo das questões a examinar e dos problemas que se colocam. Depois vamos passar ao pormenor, de modo que se identifique primeiro as particularidades individuais e os traços comuns. A seguir tentaremos encontrar as causas (*História dos animais*, 491a9).

Como sugere Mesquita, a investigação aristotélica na *HA* guia-se pelo “o quê” por oposição ao “porquê” (2006, p. 289). Em sentido próximo, Anagnostopoulos (2009c, p. 113-114, nota 10) traça um paralelo entre o interesse do estagirita pelos animais e pelas distintas partes de seus corpos com a pesquisa conduzida pelo filósofo a respeito das múltiplas constituições vigentes no mundo grego.

Ainda sobre os métodos de Aristóteles, o número extraordinário de espécies analisadas em primeira mão é, também ele, motivo de discordância entre os especialistas. Preus (1975, p. 40) considera que as observações de Aristóteles são, em geral, corretas quando confrontadas com a biologia moderna. Sem embargo, Vegetti (1994, p. 125) defende que o filósofo enfatiza a teoria em detrimento da observação empírica, de modo que as análises *in situ* serviam apenas para confirmar ilações concebidas *a priori*. Para Li Causi, o grande mérito de Aristóteles foi pôr em



causa o senso comum segundo o qual o saber zoológico se fundava apenas na observação de objetos visíveis, procedendo ao elogio de uma longa passagem de *Partes dos animais* (640b29 – 641a32) em que o filósofo, em consonância com trecho da *Física* (208a27–31), defende a apreensão complexa dos seres vivos, que envolve processos como observação, análise e descrição (LI CAUSI, 2008, p. 63-65; p. 73).

Nome dos mais respeitados, Balme (1987, p. 12) opta por datar a *História dos animais* em cotejo com os demais tratados, uma vez que tais obras compõem grupo homogêneo de referências cruzadas que, quando corretamente analisadas, revelam sua ordem de escrita. Ao analisar o estado da arte de seu tempo, Balme nota que os especialistas costumavam colocar a *HA* como o primeiro dos tratados, uma vez que, logo na introdução (491a1), o filósofo afirma que a investigação dos fatos deve preceder a investigação das causas, estas devidamente estudadas em *Partes dos animais*, por exemplo (BALME, 1987, p. 13).

Assim, embora Balme seja favorável à tese de que a *HA* foi composta durante a estada de Aristóteles em Lesbos e nos anos imediatamente posteriores, ela teria sido o último dos tratados assinados pelo estagirita, uma vez que o texto é, a um só tempo, responsável por sumarizar e, conforme o caso, expandir informações presentes nos demais textos zoológicos – o estudo de caso evocado por Balme é a respiração, contrastando *HA* (492b8) e *República* (473a19). Assim, os primeiros textos, escritos no período inicial de Aristóteles na Academia, seriam de *Incessu animalium* e de *Partibus animalium* (livros II-IV). *Física*, *Metafísica* e os livros restantes de *Partibus animalium* foram os próximos, seguidos por *Parva naturalia* e de *Generatione animalium*, elaborados quando o estagirita ainda era aluno de Platão. *A História dos animais* fecha a cronologia (BALME, 1987, p. 17-18).

Feitas considerações gerais sobre a *HA*, cabe passar à análise dos trechos mais emblemáticos, identificando dois aspectos: como Aristóteles cria narrativa antropocêntrica e como, por vezes, a enfraquece – embora por viés ainda antropocêntrico – ao comparar as habilidades motoras e intelectuais dos homens com as dos outros animais.

Homens e os outros animais na *História dos animais*

“O homem é a medida de todas as coisas” (πάντων χρημάτων μέτρον ἄνθρωπον εἶναι). A máxima atribuída ao sofista Protágoras de Abdera⁷ (c. 490 – 420 a.C.) poderia ser

⁷ “O homem é a medida de todas as coisas: das coisas que são, que eles são, e das coisas que não são, que eles não são”, de acordo com o registrado no *Teeteto* (152a).



empregada para definir a natureza antropocêntrica estabelecida por Aristóteles na *História dos animais* em dois sentidos. No primeiro, dentre todas as espécies, o homem aparece como única em plenitude, apta a desenvolver as faculdades do corpo e da mente. Na segunda, em fatura tradicional de alteridade, a espécie humana é usada como modelo, régua universal a partir da qual todas as demais são examinadas. Neste caso, o estagirita parece repetir a analogia entre macrocosmo e microcosmo, representado pelo corpo humano, *topos* da mentalidade grega desde Demócrito (c. 460 – 370 a.C.).

Conforme propõe Luiz Marques, um dos fragmentos preservados de Demócrito (B 34) alerta para o fato de que o homem é um microcosmo, que segue à perfeição a ordem mente, coração e paixões, e que reproduz, em escala reduzida, a ordenação suprema do universo entre deuses, humanos e animais. Essa correspondência entre macro e micro, entre universo e corpo humano, “tanto na história das artes visuais quanto na das ideias [...] tornar-se-ia um lugar comum. Ela se revelaria no cânon de Policleto e no *Homo quadratus* de Vitruvius, aplicado em seguida tanto às proporções arquitetônicas quanto ao corpo humano” (MARQUES, 2018, p. 625-6). A partir do exame de algumas passagens da *HA*, é possível incluir o nome de Aristóteles entre aqueles que veem o homem como medida e correspondência inequívoca das proporções do universo.

Assim, ao tratar dos fissípedes, subordem de mamíferos carnívoros que compreende espécies como ursos, gatos e cães, Aristóteles nota que “os membros do lado esquerdo têm-nos menos independentes do que o homem” (*História dos animais*, 497b22), uma vez que “o homem é o único dos animais ambidestro” (Μόνον δὲ καὶ ἀμφιδέξιον γίνεται τῶν ἄλλων ζῴων ἄνθρωπος) (Aristóteles. *História dos animais*, 497b31). Esta frase ilustra à perfeição a fórmula do estagirita: ainda que possa ser incluído entre os outros animais (ἄλλων ζῴων), o homem possui habilidades e características únicas, responsáveis por garantir e justificar seu domínio sobre outras espécies. “Ao peito do homem corresponde, em todos os outros animais, uma parte análoga (ἀνάλογον), mas não propriamente idêntica (ἀλλ’ οὐχ ὅμοιον) (Aristóteles. *História dos animais*, 497a32). Em passagens como essa, fica clara a posição do homem na *scala naturae*: trata-se da única espécie plena, a partir da qual as demais devem ser aquilatadas, criando uma prosa complexa que mescla elementos típicos dos relatos de alteridade com a narrativa retórica antropocêntrica.

Retomando a proposta de Marques sobre a correspondência entre as proporções divinas e a compleição humana – e também a ideia do mesmo autor segundo a qual “a antropologia judaico-cristã não podia senão reforçar uma vertente cosmoteológica do antropocentrismo igualmente presente na tradição clássica” (MARQUES, 2018, p. 626) – o próximo trecho da *HA* decerto pôde atuar como ponte entre o repertório grego e sua retomada na literatura judaico-cristã:



há ainda na face outra parte que deixa passar o ar, o nariz. É por ele que se faz a inspiração e a expiração, como é através dele que passa o espirro, ou seja, a expulsão do sopro de ar comprimido; esse tipo de sopro é o único que tem sentido divinatório e um caráter sagrado (σημεῖον οἰωνιστικὸν καὶ ἱερὸν μόνον τῶν πνευμάτων) (Aristóteles, *História dos animais*, 492b6-10).

É impossível, ao ler a passagem, não conectar o πνεύμα divino infundido nas narinas humanas com a πνοήν, presente na Septuaginta, da criação do homem no *Gênesis* (2: 7), a partir da fonte javista: “Então lahweh Deus modelou o homem com a argila do solo, insuflou em suas narinas um hálito de vida e o homem se tornou um ser vivente”. Se, no texto bíblico, o *nefesh* é um “sopro exclusivo de imortalidade; sua vontade (a de Deus), enfim, de que se exprima através da presença do homem no mundo uma espécie de contínua teofania” (MARQUES, 2018, p. 627), em Aristóteles, o animal humano segue como o mais bafejado pelos deuses, correspondendo – por oposição às demais espécies – à única versão microcósmica dos entes divinos.

Na urdidura antropocêntrica da *HA*, “dotado de inteligência há um só animal, o homem” (Βουλευτικὸν δὲ μόνον ἄνθρωπός ἐστι τῶν ζώων) (Aristóteles. *História dos animais*, 488b26-27). Nossa espécie também seria a única a possuir face (πρόσωπον ἐπὶ μόνου τῶν ἄλλων ζώων ἀνθρώπου) (Aristóteles. *História dos animais*, 491b12-14), o que garante facilidade inalcançável para a expressão das emoções. As vantagens do ser humano aparecem também no setor reprodutivo, uma vez que, e ao contrário das outras espécies, os homens não têm período de cio, estando aptos a procriarem ao longo de todo o ano (Aristóteles. *História dos animais*, 542a31-36). No mesmo passo, nota Aristóteles que nas espécies domésticas o mesmo fenômeno é observado e que, ademais, seu convívio com os seres humanos é salutar na medida em que lhes são fornecidos calor e boa alimentação (ἀλέαν καὶ εὐτροφίαν), o que remete, de pronto, à já aludida passagem de *Política* (1256b15) sobre a natureza superior dos animais domésticos em relação aos selvagens.

Na mesma ordem de ideias, o filósofo reforça a narrativa antropocêntrica usando parâmetros há muito estabelecidos no repertório grego: a voz e a capacidade de comunicação. De fato, o primeiro e mais axial binarismo helênico – gregos e bárbaros – é formulado em primeira mão por Homero a partir do critério fonético, bastando lembrar os barbarófonos (βαρβαροφώνων) da Cária mencionados na *Ilíada* (II.768). Com esse norte, a passagem seguinte da *HA* torna-se ainda mais relevante:



os quadrúpedes oníparos têm, cada um, uma voz diferente (ἄλλην φωνήν), mas nenhum se exprime pela linguagem, que é exclusiva do homem (διάλεκτον δ' οὐδὲν ἔχει, ἀλλ' ἴδιον τοῦτ' ἀνθρώπου ἐστίν). Todo ser que produz uma linguagem também tem voz; mas nem todos os que têm voz produzem uma linguagem (Aristóteles, *História dos Animais*, 536b1-5).

Aristóteles promove cisão clara entre os conceitos de φωνή (som, barulho ou voz) e δῖάλεκτος (linguagem, dialeto, discurso, conversação). Assim, embora os animais possuam a capacidade de emitir sons, importante em situações como alerta de predadores, ela apenas obedece a um critério de instinto, prático, primitivo, elementar, sem possuir a capacidade de reflexão própria à comunicação humana. Mais eficaz, sofisticada e desenvolvida, a forma de articulação da voz dos homens não pode ser confundida com o balir das cabras ou o mugido do gado.

Não obstante, e conforme destacado por diversos hermeneutas referidos neste estudo, a complexidade do pensamento aristotélico desautoriza afirmações axiomáticas a respeito de seus escritos. Assim, ainda que o dado antropocêntrico das passagens acima seja notável, o exame de outros trechos da *HA* permite elaborar uma gradação do conceito. Trecho bastante longo, mas que vale a pena ser citado na íntegra, é profícuo para iniciar o debate:

quanto ao comportamento e tipo de vida, eles dependem do costume e da alimentação [...]. Assim, o caráter dócil ou agressivo, o humor mais acessível ou mais difícil, a coragem e a covardia, o medo e a temeridade, os desejos, as velhacarias, os traços de inteligência aplicada ao raciocínio apresentam, na maior parte dos animais, semelhanças com o homem, que lembram o que dissemos anteriormente sobre as partes do corpo. Também neste caso há os que diferem do homem por uma questão de grau, maior ou menor, do mesmo modo que o homem em relação à maioria dos animais (ou seja, há certos estados psicológicos mais fortes no ser humano, e há os que o são em outros animais); há casos que têm com ele relações de analogia. Assim, ao que no homem é arte, sabedoria e inteligência correspondem, em alguns animais, outro tipo de capacidade natural equivalente. Esta relação é particularmente óbvia se considerarmos as crianças na primeira infância. Nelas percebem-se os traços e os germes das disposições futuras, mas, em termos intelectuais, não há, por assim dizer, nesta fase diferenças em relação aos animais; de modo que nada há de estranho em se dizer que determinados



traços psíquicos se correspondem, entre o homem e os outros animais, que outros são parecidos e outros ainda análogos (Aristóteles, *História dos animais*, 608a1-13, 588a6 – 588b6).

À partida, chama a atenção como Aristóteles inventaria uma série de traços de costumes e características de vida, responsáveis por influir no *éthos* dos animais (πράξεις καὶ οἱ βίοι κατὰ τὰ ἦθη), e capazes de distinguir seus diferentes arquétipos. Trata-se, claro, tanto de recurso de alteridade como, também, do uso do homem como medida universal, uma vez que são atribuídas às outras espécies normas sobejamente conferidas aos humanos. Entretanto, ao operar nessa chave, Aristóteles acaba por diminuir a distância que nos aparta dos animais não-humanos e, mais importante, assume que as demais espécies são dotadas de um universo complexo de condutas em distintas situações, e que, portanto, não são unidimensionais, unívocas, incapazes de reagir aos estímulos que estão ao seu redor. Ainda que não estejam no mesmo patamar dos cidadãos adultos, elas possuem desejo e certo grau de inteligência, na medida exata de um natural equivalente (τοιούτη φυσική), dados que permitem matizar a abordagem cruamente antropocêntrica deslindada na *Política*, por exemplo.

Na mesma direção, a analogia feita pelo filósofo entre animais e crianças humanas é duplamente significativa: por um lado, ambos parecem possuir, ainda que de forma latente, as mesmas potencialidades ligadas a parâmetros como inteligência e fala, embora, por definição, apenas humanos adultos venham a desenvolvê-las em sua perfeição. Por outro, e em decorrência do primeiro, o jugo sobre os animais preconizado na *Política* parece se justificar, ao menos nos esquemas aristotélicos, na *HA*, uma vez que, tanto quanto os infantes, essas espécies necessitam da tutela para se fortalecerem a contendo, conforme propôs Smith (2009, p. 59). Trata-se aqui, como dito pelo próprio estagirita, de uma diferença de grau, o que parece evocar o alerta emitido logo no início do tratado (Arist. *HA*, 491a21–22), quando é afirmado que o homem é um entre os animais, ainda que, por força das circunstâncias, seja o mais conhecido (ὁ δ' ἄνθρωπος τῶν ζώων γνωριμώτατος ἡμῖν ἐξ ἀνάγκης στίβ). Mais à frente, é feita a seguinte proposição:

O caráter dos animais [Τὰ δ' ἦθη τῶν ζώων], quando se trata dos mais difíceis de estudar e dos que têm uma vida curta, nos é menos acessível à observação; com os que têm uma existência mais longa, o conhecimento torna-se mais fácil. Estes últimos, de fato, detêm claramente uma faculdade correspondente a cada uma das reações do espírito: à inteligência e à estupidez, à coragem e à covardia, à doçura e à



ferocidade, e às outras características do mesmo tipo. Há outros que possuem uma certa capacidade de aprendizagem e de ensino [καὶ μαθήσεως καὶ διδασκαλίας], quer por transmissão geracional, quer humana [τὰ μὲν παρ' ἀλλήλων, τὰ δὲ καὶ παρὰ τῶν ἀνθρώπων]; trata-se de todos os que detêm capacidade auditiva, ou seja, que não só captam as diferenças entre os sons, como também percebem as diferenças entre os sinais (Aristóteles, *História dos animais*, 608a1-13).

Aristóteles esboça lídima psicologia comparada dos animais, além de, outra vez, enumerar múltiplas suas sensações, personalidades e características. Como os humanos – e ainda que em chave binária e algo moralista –, os animais podem reagir aos estímulos, apreender (e aprender com) o universo ao seu redor e, inclusive, transmitir às gerações seguintes os produtos dessas experiências. O estagirita faculta aos animais, portanto, mais do que atributos apenas sensoriais, mas, sobretudo, morais, em sofisticado cruzamento entre zoologia e ética. Com efeito, logo no início da *HA* (488b14-21), o filósofo põe-se a pensar sobre o caráter (ἦθος) das espécies, fornecendo informações que, senão tópica já à época de Aristóteles, tornar-se-iam clichês no imaginário ocidental. Assim, os bois são meigos, tranquilos e dóceis (πρᾶ καὶ δύσθυμα καὶ οὐκ ἐνστατικά), ao passo que os javalis são indomáveis (ἄγριος). Veado e lebre são inteligentes e tímidos (φρόνιμα καὶ δειλά), ao passo que leões são nobres, valentes e superiores (τὰ δ' ἐλευθέρια καὶ ἀνδρεῖα καὶ εὐγενῆ).

Embora os exemplos sejam evocativos, acredito que a espécie que melhor representa a complexidade conferida por Aristóteles seja a esponja do mar. Pouco lembrados – mesmo entre os defensores hodiernos dos direitos dos animais, vale dizer – os poríferos são alvo de uma das passagens mais singelas e notáveis do tratado: “a esponja é, ao que se diz, dotada de sensibilidade. Senão, veja-se: se percebe que se vai tentar agarrá-la, contrai-se e torna-se difícil de arrancar. E tem a mesma reação se houver vento forte ou ondulação, para não ser arrastada” (Aristóteles. *História dos animais*, 548b13-16).

Não se pode passar ao largo de importantes aspectos formais no trecho – como o emprego da fórmula “ao que se diz” (ὡς φασί), indicado a incerteza quanto à fiabilidade da fonte consultada por Aristóteles e em que medida isso afeta a análise da espécie, ainda mais de exemplar marinho, que o filósofo pode ter visto *in loco* durante sua estada na Ásia Menor. Ainda mais, é notável que o estagirita conclui que a esponja não só é dotada de sensibilidade, como é hábil o bastante para se defender de investidas e intempéries oriundas da água, da terra e do ar. Exemplar de difícil observação, de pouca capacidade de gerar empatia nos humanos – tanto por seu *habitat* quanto, sobretudo, pela ausência de expressões de emoção, tão comuns em cães e



gatos, capazes de nos cativar com mais facilidade – a esponja é vista por Aristóteles como animal independente, sensível e apto a se defender, por seus próprios méritos, em condição de perigo.

Aristóteles, de fato, afirma que a esponja é αἴσθησις, acusativo feminino singular do nominativo αἴσθησις que, por sua vez, deriva do verbo de voz média αἰσθάνομαι. Fórmula verbal de difícil tradução, é dotada de constelação semântica tão brutal que toma quase uma página inteira do dicionário Liddell-Scott (1996, p. 42). Dentre as possíveis conotações, vale mencionar a de “perceber, apreender pelos sentidos” (*perceive, apprehend by the senses*), conforme empregado por autores como Alcmeão, Demócrito e Heródoto em sentido empírico, e, com a mesma conotação, mas em sentido mental, por Lísias.

Em Heródoto (*História*, III. 87), o verbo é empregado quando da ascensão de Dario I ao trono, que envolveu disputa entre os cavalos do futuro Grande Rei e dos demais proponentes. Com o sabor da anedota típico da alteridade grega, Heródoto conta que o cocheiro de Dario esfregou suas mãos nas partes pudendas de uma égua e, depois, no focinho do cavalo do soberano, fazendo com que o animal, ao ficar ciente (αἰσθόμενον), disparasse na corrida e empinasse ao nascer do sol, sinal prodigioso que garantiu o diadema a Dario. Já em Lísias (*Lys.* 9.4), como de sólito, a primeira pessoa é empregada (αἰσθόμενος), o que mostra como o verbo αἰσθάνομαι poderia ser usado tanto como referência a animais não-humanos como em casos de autorreflexão.

Outra conotação possível é “observar, ter a percepção de” (*take notice of, have perception of*), conforme usado por Eurípedes (*Helênicas*, 653), quando Menelau, diante de sua sina, lamúria: “Depois de padecer por incontáveis dias, enfim percebo (ἤσθόμην) a intervenção”.

As mais importantes conotações, entretanto, se encontram no âmbito do próprio *corpus* aristotélico, amiúde com o significado de “mostrar sentimento” (*display feeling*), como na *Metafísica* (1010b32), *Retórica* (1386a32) e *Poética* (1454b37): “em terceiro lugar vem o reconhecimento (αἰσθέσθαι) que ocorre em função da memória, suscitada pelas impressões que se manifestam à vista, como nos *Cipriotas*, de Diceógenes [...]”. Vale lembrar que, a essa altura da *Poética*, o estagirita enumera possíveis gatilhos para ativação das lembranças – e, neste caso, ganha destaque a memória e a emoção. A forma substantiva, ligada ao órgão responsável pelo sentir o cheiro, aparece no *De anima* (421b26): “Parece que, nos homens, este órgão sensível difere em relação aos outros animais” (ἔοικε δὲ τοῖς ἀνθρώποις διαφέρειν τὸ αἰσθη τήριον τοῦτο πρὸς τὸ τῶν ἄλλων ζώων). Com a conotação de objeto de sensação ou percepção (*object of sensation or perception*), o *De anima* (431b20-2) volta a referir o termo:



Agora, resumindo o que foi dito a respeito da alma, digamos novamente que a alma de certo modo é todos os seres; pois os seres são ou perceptíveis (αἰσθητὰ) ou inteligíveis, e a ciência de certo modo é os objetos cognoscíveis, e a percepção sensível, os perceptíveis; mas é preciso investigar de que modo isto se dá.

Por fim, e também na forma substantiva, o *Cinegético* (3.5), de Xenofonte, afirma que mastins descuidados são deletérios à venatória por tropeçarem sobre os rastros, odores (καταπατοῦσαι τὰς αἰσθήσεις) das presas.

Diante desta rápida análise filológica, vemos o tamanho da complexidade semântica quer do nominativo αἰσθησίς, quer do verbo αἰσθάνομαι e – mais relevante que tudo – a complexidade das esponjas do mar descritas por Aristóteles. O uso de expressão que aparece em contextos dos mais diversos – dos animais argutos de Heródoto à percepção humana de um orador como Lísias, do teatro trágico de Eurípides às sofisticadas elucubrações filosóficas do próprio Aristóteles – indica como o estagirita imputa uma gama de significados, um universo sem par de conotações mesmo a um animal, singelo aos nossos olhos, como a esponja do mar.

Conclusão

A partir de meados do século XX, a crescente preocupação com os impactos da ação humana no sistema Terra levou, por um lado, ao surgimento de disciplinas como a ecologia e, por outro, ao retorno a textos clássicos com vistas à análise de temas que, desde então, passaram ao primeiro plano. É nesse contexto que emergem preocupações concentradas no antropocentrismo e, de forma mais circunstanciada, em sua formação e recrudescimento. Desde os trabalhos fundacionais de Lovejoy, passando por clássicos como Sorabji e contemporâneos como Newmyer, a criação de uma narrativa antropocêntrica incontornável e ominosa tem sido imputada a Aristóteles. Este artigo buscou nuançar essa leitura, partindo dos tratados zoológicos do filósofo, com particular atenção à *História dos animais*.

A partir de discussões historiográficas, e em particular do tratamento reservado a espécies amiúde negligenciadas por nossa própria, como a esponja do mar, foi possível defender que o percurso de leitura mais proveitoso para a *História dos animais* não é aquele que opta por conclusões rígidas, a favor ou contra o antropocentrismo aristotélico, em maior ou menor grau. Antes, o estagirita parece proceder com o uso das espécies como objetos propícios para reflexões complexas, da mesma forma como feito com o homem na *Política*, por exemplo, atravessando, portanto, as fronteiras da zoologia e avançando ao campo da ética. As diferenças



de caráter em cada espécie, as vantagens e desvantagens de cada uma delas no convívio em grupo, as distintas capacidades de aprendizado e as múltiplas formas de reagir frente às iniciativas externas arroladas na economia da *HA* parecem apontar para essa direção. E se é verdade que os animais não-humanos ainda estão abaixo do cidadão grego idealizado pelo estagirita, é igualmente impossível abrigar todas as distintas espécies estudadas pelo filósofo sob a divisa, no singular, “o animal em Aristóteles”.

Referências

- ANAGNOSTOPOULOS, Georgios. Aristotle's Works and the Development of His Thought. In: ANAGNOSTOPOULOS, Georgios (ed.). **A Companion to Aristotle**. Hoboken: Blackwell, 2009a. p. 14-27.
- ANAGNOSTOPOULOS, Georgios. Aristotle's Methods. In: ANAGNOSTOPOULOS, Georgios (ed.). **A Companion to Aristotle**. Hoboken: Blackwell, 2009c. p. 101-122.
- ANNAS, Julia. Classical Greek Philosophy. In: BOARDMAN, John; GRIFFIN, Jasper; MURRAY, Oswyn (ed.). **The Oxford History of Greece and the Hellenistic World**. Oxford: Oxford University Press, 1986. p. 277-305.
- ARISTÓTELES. **De anima**. Tradução de Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Editora 34, 2006.
- ARISTÓTELES. **História dos Animais**. Tomo 1. Tradução de Maria de Fátima Sousa e Silva. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
- ARISTÓTELES. **História dos Animais**. Tomo 2. Tradução de Maria de Fátima Sousa e Silva. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.
- ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução de Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2006.
- BALME, David. Introduction. In: ARISTÓTELES. **Historia Animalium**. Tradução de David Balme. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 1-48.
- BALME, David. The Place of Biology in Aristotle's Philosophy. In: GOTTHELF, Allan; LENNOX, James (ed.). **Philosophical Issues in Aristotle's Biology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. p. 9-20.
- BARNES, Jonathan. Life and Work. In: BARNES, Jonathan (ed.). **The Cambridge Companion to Aristotle**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 1-26.
- BIGWOOD, Joan M. Aristotle and the Elephant Again. **The American Journal of Philology**, Baltimore, v. 114, n. 4, p. 537-555, 1993. Disponível em: <https://bit.ly/3ABY7a3>. Acesso em: 04 fev. 2022.
- DENIS, Leon. **O homem como animal na Historia Animalium de Aristóteles**. São Paulo: FiloCzar, 2019.
- DIÓGENES LAÉRCIO. **Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres**. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da UnB, 1988.
- DURING, Ingemar. **Aristóteles: exposición e interpretación de su pensamiento**. Tradução de Bernabé Navarro. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1990 [1966].
- ELIANO. **Histórias diversas de Eliano**. Tradução de Regina Schöpke e Mauro Baladi. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- FERNÁNDEZ-ARRESTO, Felipe. **Então você pensa que é humano?** Uma Breve História da Humanidade. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FONTENAY, Elisabeth de. **Le silence des bêtes: la philosophie à l'épreuve de l'animalité**. Paris: Fayard, 1998.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1981 [1966].
- GILHUS, Ingvild. **Animals, Gods and Humans: changing attitudes to animals in Greek, Roman and Early Christian Ideas**. London, New York: Routledge, 2006.
- HADOT, Pierre. **O que é a filosofia antiga?** Tradução de Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 2017 [1995].
- HENRY, Devin M. Generation of Animals. In: ANAGNOSTOPOULOS, Georgios (ed.). **A Companion to Aristotle**. Hoboken: Blackwell, 2009. p. 368-383.



- JAEGER, Werner. **Aristotle**: Fundamentals of the History of His Development. Tradução de Richard Robinson. Oxford: Clarendon Press, 1934.
- KULLMANN, Wolfgang. Aristotle as a natural scientist. **Acta Classica**, Cidade do Cabo, v. 34, p. 137-150, 1991. Disponível em: <https://bit.ly/3ROzWTe>. Acesso em: 04 fev. 2022.
- LEE, Henry Desmond Pritchard. Place-Names and the Date of Aristotle's Biological Works. **The Classical Quarterly**, Cambridge, v. 42, p. 64-67, 1948. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/636566>. Acesso em: 04 fev. 2022.
- LEFEBVRE, René. Aristote: zoologie et éthique. **Archai**, Brasília, n.11, p. 101-110, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3pwz2IM>. Acesso em: 04 fev. 2022.
- LENNOX, James G. Form, Essence, and Explanation in Aristotle's Biology. In: ANAGNOSTOPOULOS, Georgios (ed.). **A Companion to Aristotle**. Hoboken: Blackwell, 2009. p. 348-367.
- LENNOX, James G. Aristotle's Biology and Aristotle's Philosophy. In: GILL, Mary Louise; PELLEGRIN, Pierre (ed.). **A Companion to Ancient Philosophy**. Hoboken: Blackwell, 2006. p. 292-315.
- LI CAUSI, Pietro. Corpi, spazi, luoghi, animali. La zoologia dei grecidall'animale come spazio visivo localizzato alle funzioni dell'anima. **Athenaeum**: Studi di Letteratura e Storia dell'Antichità, Londres, v. 46, n. 1, p. 5-75, 2008.
- LIDDELL, Henry; SCOTT, Robert. **A Greek-English lexicon**. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- LOUIS, Pierre. Les animaux fabuleux chez Aristote. **Revue des Études Grecques**, Paris, v. 80, n. 379-383, p. 242-246, 1967. Disponível em: <https://bit.ly/3PJqnHb>. Acesso em: 04 fev. 2022.
- LOVEJOY, Arthur. **A grande cadeia do ser**. Tradução de Aldo Fernando Barbieri. São Paulo: Palíndromo, 2015 [1936].
- MANSION, Auguste. La genèse de l'oeuvre d'Aristote d'après les travaux récents. **Revue Philosophique de Louvain**, Louvain-la-Neuve, v. 15, p. 307-341, 1927. Disponível em: <https://bit.ly/3wg3h43>. Acesso em: 04 fev. 2022.
- MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. 3. edição revista e ampliada. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.
- MESQUITA, António Pedro. O Lugar da *História dos animais* na Obra de Aristóteles - A propósito da primeira tradução portuguesa do tratado de Maria de Fátima Sousa e Silva, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2006. **Philosophica**, Lisboa, n. 28, p. 285-295, 2006.
- MOSS, Jessica. **Aristotle on the Apparent Good**: perception, phantasia, thought, and desire. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- NEWMYER, Stephen. Being the One and Becoming the Other: Animals in Ancient Philosophical Schools. In: CAMPBELL, Gordon Lindsay (ed.). **The Oxford Handbook of Animals in Classical Thought and Life**. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 450-472.
- NEWMYER, Stephen. **Animals in Greek and Roman Thought**: a sourcebook. London, New York: Routledge, 2011.
- NUYENS, François. **L'évolution de la psychologie d'Aristote**. Louvain: Éditions de l'Institut supérieur de Philosophie, 1948.
- PELLEGRIN, Pierre. **Aristotle's Classification of Animals**: biology and the Conceptual Unity of the Aristotelian Corpus. Tradução de Anthony Preus. Berkley: University of California Press, 1986.
- PIAZZESI, Benedetta. Aristotele e gli animali. Biologia tra *techne* e *aletheia*. **Liberazioni**: Rivista di critica antspecista, Vicenza, n. 28, p. 7-22, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3dLrdpA>. Acesso em: 04 fev. 2022.
- PLUTARCO. **Moralia, Volume IV: Roman Questions. Greek Questions. Greek and Roman Parallel Stories. On the Fortune of the Romans. On the Fortune or the Virtue of Alexander. Were the Athenians More Famous in War or in Wisdom?** Tradução de Frank Cole Babbitt. Cambridge: Harvard University Press, 1936.
- PREUS, Anthony. **Science and Philosophy in Aristotle's Biological Works**. Hildesheim: Olms, 1975.
- ROMM, James. Aristotle's Elephant and the Myth of Alexander's Scientific Patronage. **The American Journal of Philology**, Baltimore, v. 110, n. 4, p. 566-575, 1989. Disponível em: <https://bit.ly/3K9WnmQ>. Acesso em: 04 fev. 2022.
- SASSI, Maria Michela. **The Science of Man in Ancient Greece**. Chicago: University of Chicago Press, 2001.
- SMITH, Robin. Aristotle's Theory of Demonstration. In: ANAGNOSTOPOULOS, Georgios (ed.). **A Companion to Aristotle**. Hoboken: Blackwell, 2009. p. 51-65.
- SORABJI, Richard. **Animal Minds and Human Morals**. The Origins of the Western Debate. Ithaca: Cornell University Press, 1993.



SOUSA E SILVA, Maria de Fátima. Introdução. In: ARISTÓTELES. **História dos Animais**. Tomo 1. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014. p. ix-xxxvi.

SOUSA E SILVA, Maria de Fátima. Introdução. In: ARISTÓTELES. **História dos Animais**. Tomo 2. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018. p. ix-liv.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 [1983].

THOMPSON, D'Arcy. Prefatory Note. In: ARISTÓTELES. **Historia Animalium**. Tradução e notas de D'Arcy Thompson. Oxford: Clarendon Press, 1948. p. 1-3.

TRICOT, Jules. Introduction. In: ARISTÓTELES. **Histoire des Animaux**. Tradução e notas de Jules Tricot. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1987. p.7-45.

VEGETTI, Mario. Figure dell' Animale in Aristotele. In: CASTIGNONE, Silvana; LANATA, Guiltiana (org.). **Filosofi e Animali nel Mondo Antico**. Pisa: Edizioni ETS, 1994. p. 123-137.

Informações adicionais

Biografia profissional

Thiago do Amaral Biazotto é doutorando, mestre e graduado em História pela Unicamp. Sua tese, de título *Temporada de caça: recepções e adaptações de cenas de caça ao leão no repertório helenístico (séculos VI e III a.C.)*, é orientada pelo Prof. Luiz Marques. Foi vencedor de melhor monografia do Concurso de Teses, Dissertações e Monografias da SBTHH – Categoria “História da Historiografia Geral”. Tem interesse nas áreas de História Antiga, História da Arte antiga, Historiografia sobre Antiguidade e relações entre humanidade e fauna no Mundo Antigo.

Endereço para correspondência

Rua Cora Coralina, 100, Cidade Universitária Zeferino Vaz, Barão Geraldo, Campinas, SP, CEP 13083-896, Brasil.

Financiamento

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Processo 141445/2019-0).

Agradecimento

Agradeço aos professores Luiz Marques, Patricia Meneses, Henrique Modanez de Sant'Anna e Camila Condilo pelas sugestões e troca de ideias, bem como ao parecerista anônimo pelas pertinentes correções.

Conflito de interesse

Nenhum conflito de interesse foi declarado.

Aprovação no comitê de ética

Não se aplica.

Contexto de pesquisa

O artigo deriva da tese *Temporada de caça: recepções e adaptações de cenas de caça ao leão no repertório helenístico (séculos IV e III a.C.)*, orientada pelo Prof. Dr. Luiz Marques, na Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-graduação em História, com previsão de defesa para março de 2023.



Método de avaliação

Duplo-cega por pares.

Preprint

O artigo não é um preprint.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

Editores responsáveis

Flávia Varella - Editora-chefe

Fábio Joly - Editor responsável

Histórico de avaliação

Data de submissão: 06 de fevereiro de 2022

Data de alteração: 25 de fevereiro de 2022

Data de aprovação: 03 de março de 2022

Direitos autorais

Copyright © 2022 Thiago do Amaral Biazotto.

Licença

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribución 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





A crítica de Reinhart Koselleck à primazia hermenêutica: um outro olhar sobre a controvérsia com Hans-Georg Gadamer

Reinhart Koselleck's critique of hermeneutics primacy: another view of the controversy with Hans-Georg Gadamer

Gabriel Barroso Vertulli Carneiro ^a

gabrielvertulli@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8687-1151> 

^a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.



Resumo

O tema do artigo é a crítica de Reinhart Koselleck ao primado da hermenêutica. Mais especificamente, jogamos luz sobre a crítica koselleckiana à pretensão de universalidade da hermenêutica a partir do exame de alguns aspectos do seu embate com Hans-Georg Gadamer. Em termos esquemáticos, o artigo é dividido em quatro partes. Primeiramente, analisamos como o historiador alemão se apropriou da filosofia de Martin Heidegger ao fazer uma leitura incomum de *Ser e tempo*. No passo seguinte, buscamos entender melhor a crítica de Koselleck à hermenêutica gadameriana. Em um terceiro momento, apresentamos rapidamente a “tensão” constitutiva de todo labor historiográfico segundo a perspectiva de Koselleck. Para terminar, lançamos mão de um trecho de um romance de Hermann Hesse com o intuito de ilustrar o argumento koselleckiano sobre o sentido (*Sinn*) e o não sentido (*Unsinn*) na história. Ao concluir, o nosso objetivo é mostrar que talvez Koselleck e Gadamer concordassem um com o outro – talvez eles estivessem apenas olhando o problema a partir de prismas diferentes.

Palavras-chave

Reinhart Koselleck; Hermenêutica; Hans-Georg Gadamer.

Abstract

The subject of the article is Reinhart Koselleck’s critique of hermeneutics primacy. More specifically, we shed light on the Koselleckian critique of hermeneutics’ universality by examining some aspects of his confrontation with Hans-Georg Gadamer. In schematic terms, the article is divided into four parts. First, we analyze how the German historian appropriated Martin Heidegger’s philosophy when making an unusual reading of *Being and time*. After that, we seek to better understand Koselleck’s critique of Gadamerian hermeneutics. In a third moment, we briefly present the constitutive “tension” of all historiographical work according to Koselleck’s perspective. Finally, we use an excerpt from a novel by Hermann Hesse in order to illustrate the Koselleckian argument about sense (*Sinn*) and non-sense (*Unsinn*) in history. In conclusion, our aim is to show that maybe Koselleck and Gadamer agreed with each other – maybe they were just looking at the problem from different prisms.

Keywords

Reinhart Koselleck; Hermeneutics; Hans-Georg Gadamer.



Estudar a História significa entregar-se ao caos, conservando a crença
na ordem e no sentido

(Hermann Hesse, *O jogo das contas de vidro*).

O caos é uma ordem por decifrar

(José Saramago, *O homem duplicado*).

A recente publicação do livro de Reinhart Koselleck, intitulado *Uma latente filosofia do tempo* (organizado por Hans Ulrich Gumbrecht e Thamara de Oliveira Rodrigues), nos oferece a oportunidade de retomar um (antigo) debate, a saber: o debate entre Koselleck e Hans-Georg Gadamer. Os quatro artigos reunidos no livro, oriundos da obra *Sinn und Unsinn der Geschichte*, não tratam propriamente do diálogo entre os dois, porém, (re)encontramos ali alguns elementos que clareiam o ponto de vista koselleckiano.

Esse interessante diálogo entre aluno e mestre já foi tema de um artigo publicado aqui na *História da Historiografia*. Trata-se do excelente artigo de Luisa Rauter Pereira (2011). Ora, pretendemos abordar o debate a partir de um outro olhar, mas que de forma alguma vai em oposição ao de Rauter Pereira. Oriundo de sua dissertação intitulada *A história e "o diálogo que somos": a historiografia de Reinhart Koselleck e a hermenêutica de Hans-Georg Gadamer*,¹ o artigo foca na questão sobre os fundamentos do conhecimento histórico. A autora comenta, em sequência, as contribuições de Heidegger, Gadamer e Koselleck para o debate sobre o estatuto da disciplina histórica. Em Heidegger, ela sublinha a temática da historicidade e da finitude como marcos da nossa forma de *ser-no-mundo*. Em Gadamer, ela comenta a dimensão ontológica das ciências humanas. Ao chegar em Koselleck, ela examina o seu projeto teórico historiográfico calcado no questionamento sobre "o que é o tempo histórico?". Ao fim, ela analisa o debate entre os dois últimos. Como se verá nas páginas que se seguem, o nosso artigo apresenta uma estrutura relativamente similar – e, assim como ela, acreditamos que, no debate, há uma espécie de desencontro por conta das diferentes perspectivas adotadas pelos autores. Por ora, cabe dizer que a principal marca de diferenciação entre eles é, como bem sublinha Rauter Pereira, o fato de Gadamer ser "mais fiel aos propósitos filosóficos de Heidegger" (PEREIRA, 2011, p. 257).

¹ Defendida em 2004, no Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio, sob a orientação do professor Antonio Edmilson Rodrigues.



Em um artigo mais recente, publicado em 2017 na *Revista de Teoria da História*, intitulado “Por que não sou sábio? Um comentário sobre a resposta de Hans-Georg Gadamer ao elogio de Reinhart Koselleck”, Francisco Gouvea de Sousa aborda um outro aspecto do debate. Ele foca no motivo pelo qual o filósofo alemão recusa o título de “sábio” em sua curta resposta a Koselleck. Em suma, a negação da própria sabedoria não seria uma mera “falsa modéstia”, com efeito, “a recusa acontece principalmente como artifício para Gadamer expor sua atenção à vida dos conceitos” (SOUSA, 2017, p. 254). Dito de outro modo, o conceito de “sábio” seria “originariamente” pertencente a um outro horizonte, diferente daquele em que o elogio era feito. Isso não quer dizer que Gadamer flerte com o “historicismo”, diz Sousa, pois a questão “não é demonstrar a especificidade do passado dentro de seus próprios contornos, mas o quanto a compreensão depende do encontro com este outro que é o passado” (SOUSA, 2017, p. 255). Em linhas gerais, após uma rápida apresentação das contribuições de cada um dos dois autores, Sousa busca destacar o papel da *escuta* e da *carência da linguagem* dentro do universo hermenêutico gadameriano.

Esses dois artigos são excelentes trabalhos, mas entendemos que ainda é preciso ir direto ao ponto e tocar o âmago do debate Koselleck/Gadamer.² O nosso objetivo, como já fica claro pelo título que escolhemos, é apresentar a crítica de Koselleck à primazia hermenêutica. Essa crítica ganha contorno principalmente a partir da fala do historiador alemão em um evento em homenagem aos oitenta e cinco anos de Gadamer. Acreditamos que o componente central que ele coloca em jogo em sua intervenção seja a suposta anterioridade da hermenêutica frente à teoria da história (*Historik*) – isto é, o problema que vem à tona seria o seguinte: seriam as categorias meta-históricas sublinhadas por Koselleck que possibilitam a compreensão ou, ao contrário, seria a compreensão que possibilita a criação de categorias meta-históricas? Ou, dito de outro modo, seria a antropologia histórica koselleckiana que ditaria o horizonte da hermenêutica filosófica gadameriana ou seria precisamente o inverso?

Apresentada a questão que nos parece central no debate, cabe dizer que organizamos o nosso texto da seguinte maneira: 1) em um primeiro momento, apresentaremos, de forma sumária, o projeto de Martin Heidegger em *Ser e tempo* para compreender o ponto de partida do argumento koselleckiano; 2) em seguida, analisaremos de que modo um debate, que parte de diferentes modos de apropriação do heideggerianismo, culmina em duas maneiras distintas de pensar a relação entre “linguagem” e “realidade” (e, por conseguinte, como tal distinção esclareceria a postura crítica de Koselleck à primazia da compreensão hermenêutica); 3) apresentaremos rapidamente

² Um outro excelente artigo sobre o tema (em especial no que diz respeito ao exame da perspectiva gadameriana) é o de Juan Jiménez Ruiz, que leva o título *Lenguaje e Historia: a propósito de la controversia entre Koselleck y Gadamer*.



a “tensão” constitutiva de todo labor historiográfico segundo a perspectiva do historiador alemão; 4) por último, ilustraremos o argumento koselleckiano sobre a racionalidade e a irracionalidade da história com uma passagem do romance *O jogo das contas de vidro*, do escritor Hermann Hesse.

A leitura koselleckiana de *Ser e tempo*

É de conhecimento geral que o que move a reflexão heideggeriana é a questão sobre o ser. Não obstante, o que quer dizer e o que está em jogo nessa reflexão? Ora, antes de tudo, é preciso ter em mente que esta questão trabalhada por Martin Heidegger é, segundo o próprio, uma questão que começa e, ao mesmo tempo, é esquecida pelos filósofos gregos da Antiguidade. Pois bem, Heidegger julga que esta é a problemática fundamental da filosofia na medida em que ela foi capaz de, em muitos aspectos, decidir o destino do Ocidente. É por isso que, em sua perspectiva, seria necessário recolocar de forma radical a questão sobre o ser para, enfim, tirá-la de seu esquecimento (HEIDEGGER, 2012b, p. 33-39). Essa tarefa de re colocação da questão do ser constitui, dentro do projeto heideggeriano, a busca por uma *ontologia fundamental* – onde o termo “fundamental” deve ser entendido no sentido de “fundamento”, ou seja, o projeto trataria, antes de tudo, da busca por uma ontologia que desvelasse as “experiências originárias em que se conquistaram as primeiras determinações do ser” (HEIDEGGER, 2012b, p. 87).

Dado que, para Heidegger, a história do ser é, com efeito, a história do esquecimento do ser, então, toda a história da metafísica ocidental seria a história de um deslize. Esse deslize poderia ser percebido na medida em que todas as vezes que a tradição buscou falar do ser, na verdade, tratou apenas do ente. A não percepção deste lapso seria a não percepção da diferença ontológica, ou seja, seria tratar da dimensão ôntica quando o objetivo seria tratar da dimensão ontológica. Em resumo, o engano no qual a tradição ocidental incorreu é, simplesmente, tomar o ser pelo ente. Por conta dessa constatação, Heidegger aponta em *Ser e tempo* para a necessidade de uma *destruição da história da ontologia* (HEIDEGGER, 2012b, p. 87) a fim de conseguir colocar novamente de forma radical a questão sobre o ser – e, com isso, finalmente evitar o esquecimento do ser decorrente da sua entificação.

Contudo, dizer que a questão diretriz da filosofia de Heidegger é a questão sobre o ser é, sem dúvida, uma afirmação vaga. Assim, com o intuito de deixar esta exposição um pouco mais clara, precisamos dar um passo na direção de que a questão sobre o ser é, com efeito, a questão sobre o *sentido do ser*. É a partir dessa perspectiva que podemos tocar em um dos conceitos-base da filosofia heideggeriana, a saber, o conceito de *Dasein*. Tendo em vista que, para Heidegger, filosofar é tratar da questão sobre o sentido do ser, é preciso, antes de qualquer coisa, indagar



sobre as condições de possibilidade da colocação dessa questão. É por isso que em *Ser e tempo* ele parte da análise do único ente que é capaz de colocar a questão sobre o sentido do ser: este ente é o *Dasein*. Em síntese, dentro do âmbito da busca por uma *ontologia fundamental*, podemos perceber outro empreendimento heideggeriano: a análise do *Dasein* constitui o projeto de uma *analítica existencial*.

Com essa brevíssima introdução chegamos ao ponto que nos interessa. Ora, Koselleck interpreta a *analítica existencial* como um empreendimento antropológico – ele “antropologiza” o projeto ontológico de Heidegger e vê em seus conceitos uma via capaz de fundamentar uma antropologia histórica.³ Este é o ponto essencial a ser lembrado antes de adentrar o debate entre Koselleck e Gadamer. O primeiro se apropria da *analítica existencial* por um viés antropológico, ou seja, ele visa fundamentar a análise de um “*Dasein* histórico” com o intuito de indagar sobre as condições de possibilidade de todas as histórias possíveis. O segundo, por sua vez, busca refletir sobre a prática das ciências humanas a partir do fenômeno da compreensão, isto é, ele indaga sobre o impacto da analítica heideggeriana para as ciências humanas.

Das duas diferentes maneiras de interpretar a análise da existência de inspiração heideggeriana resultam duas formas distintas de interpretar a relação entre linguagem e realidade. Doravante, abordaremos algumas implicações desta disputa.

A relação entre “linguagem” e “realidade” e a irreducibilidade do absurdo

Em primeiro lugar é preciso examinar a novidade que Koselleck apresenta ao fazer uma leitura antropológica de *Ser e tempo*. A saber: ele esboça uma crítica ao primado da compreensão hermenêutica. Destituída de uma perspectiva ontológica totalizante, a visão de Koselleck é marcada pela impossibilidade da compreensão anteceder certas categorias antropológicas que definiriam as condições de possibilidade de todas as histórias possíveis.

De forma direta, o que Koselleck critica é a pretensão de universalidade da hermenêutica – isto é, ele é crítico da ideia de que “a linguagem forma a base de tudo o que constitui o homem e a sociedade” (GADAMER, 2006, p. 14). Gadamer milita em favor dessa pretensão hermenêutica na medida em que ele segue a tradição que remonta a Wilhelm Dilthey – mas principalmente a Heidegger – que tem por princípio a teoria do círculo hermenêutico, também chamado de círculo da compreensão. De forma esquemática, o círculo hermenêutico consistiria na tese de que

³ Curiosamente, apesar da pertinência do movimento interpretativo de Koselleck, o próprio Heidegger, no §10 de *Ser e tempo*, argumenta sobre como uma abordagem antropológica seria insuficiente para levar a cabo o seu projeto de uma analítica do *Dasein*.



sempre compreendemos o todo de um texto a partir de um movimento de antecipação de sentido – antecipação esta que seria moldada pelo sentido de suas partes. Enfim, a estrutura circular da compreensão corresponderia a um constante jogo entre as partes e o todo. Em Dilthey, o círculo hermenêutico era visto como um ideal de método para as ciências humanas. Contudo, Heidegger deu um passo além e conferiu sentido ontológico à estrutura antecipatória da compreensão. Sendo assim, o autor de *Ser e tempo* é um dos principais responsáveis pela “virada ontológica” da hermenêutica, pois agora a compreensão não seria apenas pensada no âmbito da exegese dos textos, mas sim como a forma originária do *Dasein*, ou seja, a sua forma de *ser-no-mundo*. Sobre este ponto, Hans Ulrich Gumbrecht nos diz o seguinte:

Considero Heidegger importante neste contexto porque para ele a interpretação não é apenas o centro das Ciências do Espírito, senão o centro mesmo da existência humana. Sua perspectiva se revela muito mais radical: impossível ir além deste ponto e por isto Heidegger representa a apoteose do domínio da hermenêutica (GUMBRECHT, 1993, p. 10).

Nesta perspectiva ontológica do círculo da compreensão, a existência corresponderia a uma constante antecipação de sentido moldada pela tradição da qual advimos – todavia, de forma quase concomitante, poderíamos colocar à prova os alicerces desta mesma tradição por meio do confronto entre as partes e o todo (por meio do diálogo, diria Gadamer). Sendo assim, a virada ontológica da compreensão nos permite interpretar a existência como um “encontro consigo mesmo” e, na mesma esteira, se nos é permitido aqui usar uma expressão de coloração nietzschiana, como uma “superação de si mesmo”. Esse encontro e superação de nós mesmos é proporcionado pela estrutura circular da compreensão que cria as condições de possibilidade para o questionamento da nossa própria tradição (ou “visão de mundo”) a partir do consequente alargamento de nossos horizontes: “o confronto com a nossa tradição histórica é sempre, em verdade, um desafio crítico que tal tradição nos lança” (GADAMER, 2006, p. 14).

Em outras palavras, o nosso caminhar pela existência seria um eterno voltar e questionar a nós mesmos na medida em que a nossa forma de *ser-no-mundo* seria marcada pela antecipação de sentido proporcionada pelas nossas vivências anteriores – ao mesmo tempo, a confrontação de nós mesmos seria possibilitada pelo próprio caminhar. Este último ponto, inclusive, seria o que impediria o círculo da compreensão de se converter em um círculo “vicioso”. Hermann Hesse (um



leitor não só de Nietzsche, mas, de um modo geral, da própria tradição filosófica alemã, da qual faz parte) ilustra a ideia da circularidade que marcaria a nossa existência da seguinte maneira:

A vida de todo ser humano é um caminho em direção a si mesmo, a tentativa de um caminho, o seguir de um simples rastro. Homem algum chegou a ser completamente ele mesmo; mas todos aspiram a sê-lo, obscuramente alguns, outros mais claramente, cada qual como pode. [...] cada um deles é um impulso em direção ao ser (HESSE, 2012, p. 8).

Nesta perspectiva, nada escapa à compreensão, uma vez que a própria existência seria regida pela sua estrutura antecipatória. A hermenêutica ontológica seria, então, a demonstração do primado da compreensão, pois todos os âmbitos da existência seriam explicados a partir dela. No que diz respeito a Gadamer, podemos dizer que ele interpreta a virada ontológica como uma passagem da hermenêutica metodológica de corte diltheano para uma “reflexão filosófica universal sobre o caráter linguístico de nossa experiência do mundo e do próprio mundo” (GRONDIN, 2012, p. 79).

Ora, é justamente contra esse primado da compreensão que Koselleck se coloca – mais especificamente, contra a iniciativa gadameriana de justificar a universalidade hermenêutica pela universalidade da experiência linguística. Para Koselleck, a linguagem não possuiria o papel fundamental de experiência de mundo porque existiriam experiências que escapam à linguagem ou, como ele gosta de frisar, seriam extralinguísticas ou pré-linguísticas. É deste terreno que decorre a sua sistematização de pares antitéticos que desvelariam “uma teoria da história que aspira a um estatuto de anterioridade em relação à linguagem” (KOSELLECK, 2014, p. 93).

Mais interessante do que elencar e analisar os pares conceituais descritos por Koselleck é ir direto ao ponto e sublinhar que o seu intuito é fundamentar, de forma transcendental, todas as histórias possíveis. É manifesta a sua crítica ao primado da compreensão na medida em que ele defende que a teoria da história não seria apenas mais um campo da hermenêutica: ao contrário, dado que a teoria da história seria capaz de desvelar estruturas extralinguísticas, “a hermenêutica estaria condenada a reagir a um acontecimento que foi predeterminado pela teoria da história” (KOSELLECK, 2014, p. 104). Em outras palavras, a compreensão não poderia abarcar tudo porque existiria um aspecto “irracional” em toda a história. A hermenêutica seria posterior às categorias meta-históricas na medida em que ela seria apenas um impulso de dar sentido ao irracional, isto é, ela seria um segundo passo que diz respeito à racionalização do absurdo (*Unsinn/non-sense*)



– e, para Koselleck, o absurdo é irreduzível na medida em que, para usarmos uma expressão cara a Gumbrecht, existiriam fenômenos que “o sentido não conseguiria transmitir”.

Koselleck e Gumbrecht – de formas distintas, porém intercambiáveis – se posicionam contra a universalidade da hermenêutica fundada no primado da linguagem. Se, para Koselleck, há um hiato intransponível entre o fato e a narrativa sobre o fato, para Gumbrecht haveria sempre uma dimensão da *coisidade* do mundo que o sentido ignora ou simplesmente não consegue dar conta. Entretanto, é importante sublinhar para não deixar margem para mal-entendidos, mesmo sendo críticos da primazia hermenêutica, nenhum dos dois é, obviamente, “anti-hermenêutico” (GUMBRECHT, 2010, p. 22). Em linhas gerais, ambos defendem o posicionamento de que a realidade histórica “nunca se consuma sem a linguagem, mas, ao mesmo tempo, ela é sempre, para mais ou para menos, diversa da linguagem” (KOSELLECK, 2021, p. 121). Com isso, eles apontam para o aspecto não-hermenêutico ou não-conceitual da realidade – que Koselleck chama de *Unsinn* (sem-sentido/irracional/absurdo) e Gumbrecht, por sua vez, chama de *presença*.

Em síntese, ao chamar a atenção para o aspecto absurdo ou irracional dos fenômenos (que, justamente por isso, não seriam passíveis de uma tradução perfeita para o campo linguístico), o objetivo de Koselleck é revelar uma dimensão independente da linguagem – logo, uma dimensão que não poderia ser abarcada pela hermenêutica. Quer dizer, dado que existiria algo aquém ou além do sentido, o primado da hermenêutica seria posto em xeque.

Gadamer, em contrapartida, diria que as categorias de Koselleck fazem parte da busca de sentido característica do *Dasein* enquanto *ser-no-mundo*. Ele retoma a noção de *logos* em Aristóteles para deixar claro que “a linguagem que a hermenêutica considera central não é apenas a dos textos” (GADAMER, 2014, p. 116). Sendo assim, ele é crítico à ideia da linguagem entendida meramente como representação da realidade – ele a concebe como uma das condições de possibilidade de *ser-no-mundo*. Não porque tudo seria linguagem, diria ele, mas porque o mundo se desvelaria enquanto linguagem. Nesse sentido, o extralinguístico já seria linguagem: e mesmo o absurdo só viria à tona enquanto linguagem. Este posicionamento coloca a teoria da história como um passo secundário frente à hermenêutica, pois ela seria mais uma forma, dentre muitas outras possíveis, de dar sentido ao mundo a partir da compreensão.

Ao fim, como se pode perceber, o debate beira a aporia. Não podemos estabelecer qual ponto de vista seria o mais adequado. O que podemos fazer é apenas recolocar de outras maneiras a questão que rege o diálogo para aprofundar todo o seu potencial. Sendo assim, pela disputa de quem é anterior ou quem predetermina os protocolos de quem (isto é, quem possui a primazia? A teoria da história ou a hermenêutica?), podemos entender o seguinte: conferimos sentido ao mundo porque existem pares antitéticos que revelam uma estrutura pré-linguística?



Ou os pares antitéticos já são uma interpretação do mundo e, com isso, derivam do próprio ato de compreender?

Dito isso, se torna claro que o debate parte da *analítica existencial* heideggeriana, mas o seu cerne diz respeito ao interminável quiproquó entre linguagem e realidade. Enfim, para Koselleck, a linguagem não esgota a realidade e, para Gadamer, a linguagem desvela a realidade. Podemos dizer que o primeiro pensa a linguagem em seu potencial descritivista – logo, ele estaria certo ao defender que existiria uma lacuna entre linguagem e realidade. O segundo, por sua vez, ao pensar a linguagem em sua dimensão ontológica, também estaria certo ao defender que não haveria esse hiato, na medida em que a linguagem não descreve a realidade – ela “cria” a realidade. Eis porque o debate encaminha-se para um final aporético: não é possível determinar se o absurdo é anterior ou posterior à linguagem uma vez que sua ausência de sentido só pode ser vista pelo prisma da própria linguagem. Aliás, o próprio Koselleck reconhece esse embaraço ao admitir que “tudo o que o homem pensa e faz é verbalmente condicionado” (KOSELLECK; DUTT, 2015, p. 313). O que ele não admite de modo algum é que a impossibilidade de se pensar de forma não-verbal reduza todas as histórias possíveis a “eventos linguísticos”. Ao final, parece que retornamos a um tema caro a Heidegger, isto é, refletir sobre o que há de indizível na experiência da linguagem a partir da própria linguagem (HEIDEGGER, 2012a, p. 191-216).

Koselleck e a “tensão” constitutiva de todo labor historiográfico

Não obstante o debate entre Gadamer e Koselleck termine aos nossos olhos em um impasse, vale a pena entender melhor o argumento koselleckiano sobre a (ir)racionalidade da história para desembaraçar um pouco a forma como ele enxerga o problema da relação entre linguagem e realidade. Para tanto, cabe retomar rapidamente a sua famosa tese sobre o advento do conceito moderno de “história”.

Como sabido, na qualidade de historiador dos conceitos, Koselleck nos apresenta o percurso histórico do termo “história” (KOSELLECK, 2006, p. 41-60; KOSELLECK *et al.* 2013, p. 119-184). Em linhas gerais, ele nos mostra como o conceito *Historie* foi paulatinamente preterido em favor do conceito *Geschichte*. O ponto que Koselleck visa demonstrar é que, com a preponderância do termo *Geschichte*, a “história” se tornou um “coletivo singular” – pois, na passagem do século XVIII para o século XIX, o conceito passa a abarcar tanto as inúmeras histórias particulares, como também passa a representar o “devir único”, isto é, o conjunto de todas as histórias pensadas agora como um “todo”. Com isso, é preciso destacar que Koselleck acabaria por desvelar uma espécie de “tensão” constitutiva de todo labor historiográfico. Quer

dizer, a grande questão é que, com o advento do moderno conceito de história (*Geschichte*), o novo conceito passa a se diferenciar do antigo (*Historie*) na medida em que ele significa tanto *o que aconteceu*, como, também, *a narrativa sobre o que aconteceu*. Em suma, *evento* e *relato historiográfico* estão compreendidos em um único termo: ambas as noções são abarcadas no conceito *Geschichte*. É precisamente esta bifurcação entre acontecimento e representação que Koselleck chamou de “o caráter duplo de toda história” (KOSELLECK, 2014, p. 93).

Visto isso, podemos dizer que Koselleck nos mostra que a narrativa é constitutiva da *Geschichte*, contudo, história e narrativa não chegam necessariamente a se confundir – pois a narrativa sobre o que aconteceu jamais será, de fato, o que aconteceu. Em outras palavras, a realidade jamais se esgotará na representação da realidade. Com este ponto em mente, podemos dizer que o advento da *Geschichte* introduz no âmbito da teoria da história o debate sobre qual o estatuto da relação entre “linguagem” e “realidade”. Koselleck nos dá a entender que a “tensão” introduzida no âmbito historiográfico é perene uma vez que sempre haverá um “hiato entre todos os eventos que caracterizam uma história e aquilo que deles se relata” (KOSELLECK, 2014, p. 55) – e, por conta disso, “a verdade de uma história é sempre uma verdade *ex post*. Ela, em suma, torna-se presente quando não mais existe” (KOSELLECK, 2021, p. 93).

A título de explicação, podemos dizer que essa cisão entre “realidade” e “linguagem” – ou, como Koselleck nos leva a pensar, entre “o que aconteceu” e a “narrativa sobre o que aconteceu” – pode ser expressa de outras maneiras. Podemos recordar, por exemplo, os trabalhos de Paul Ricoeur. O filósofo francês também chamou a atenção para esse problema e argumentou que um dos grandes desafios dos historiadores é justamente encontrar um ponto pacífico sem, contudo, desconsiderar os dois “polos” em questão. Assim, podemos perfeitamente aproximar Ricoeur e Koselleck, uma vez que o francês argumenta que é preciso encontrar o meio termo entre o “método histórico” e a “verdade de pertencer a história” (RICOEUR, 1976, p. 683-695) – ou, como ele mesmo coloca em outra ocasião, entre o fato de “ser na história” (historicidade) e “narrar a história” (narratividade) (RICOEUR, 1998, p. 274-296).

Apresentado esse cenário, podemos entender agora que, de acordo com Koselleck, a dita racionalidade e irracionalidade da história vincula-se intimamente à questão da narratividade e da historicidade (palavra e evento). O ponto fundamental desse específico argumento é que a racionalidade da narrativa contrastaria com a irracionalidade dos eventos históricos – enfim, o aspecto irracional do evento seria o que destituiria a universalidade da hermenêutica fundada na compreensão e no imperativo do sentido.



Caos e sentido: o ponto de encontro entre Hermann Hesse e Reinhart Koselleck

Depois de passado a limpo o argumento koselleckiano, o nosso último objetivo é ilustrá-lo a partir de uma breve passagem de um romance de Hermann Hesse, intitulado *O jogo das contas de vidro*. Nesta passagem, a personagem Jacobus, em um diálogo com José Servo sobre “sentido e história”, nos diz o seguinte:

– Certamente que temos de introduzir ordem na História – esbravejou Jacobus. – Toda ciência, aliás, é organização, é simplificação, é uma preparação para tornar digerível tudo o que é indigesto para o espírito. [...] Admito que quem estuda a História pode ter crença infantil e comovente no poder organizador do nosso espírito e do método em si, mas deve além disso respeitar a incompreensível verdade, a realidade e a originalidade do fenômeno. Estudar a História, meu caro, não é uma brincadeira nem uma ocupação infantil e irresponsável. Estudar a História requer o conhecimento prévio de que com esse estudo se almeja algo impossível de atingir, e todavia necessário e importantíssimo. Estudar a História significa entregar-se ao caos, conservando a crença na ordem e no sentido. É uma tarefa muito séria, rapaz, talvez mesmo trágica (HESSE, 2007, p. 201).

Um olhar atento é capaz de perceber de imediato que este trecho escrito por Hesse, por mais que seja uma simples fala episódica de uma personagem secundária de seu romance, desvela perfeitamente o ponto central do argumento koselleckiano sobre a racionalidade e irracionalidade da história (ou seja, sobre o seu sentido e não sentido [*Sinn und Unsinn*]). Em primeiro lugar, a personagem de Hesse fala em “caos e sentido”: pois, como aparece na penúltima frase da passagem supracitada, “estudar a História significa entregar-se ao caos, conservando a crença na ordem e no sentido”. Ora, o historiador e o escritor se aproximam na medida em que apresentam a ideia de que apenas a narrativa historiográfica é racional, apenas o discurso se vale do sentido e da racionalidade. O evento, por sua vez, é irracional – ele não tem um devir ordenado, pois as múltiplas possibilidades e a “originalidade do fenômeno” fazem da realidade histórica um algo sem-sentido, sem direção, sem *telos* – e, por isso mesmo, “caótico”.

A *Geschichte*, enquanto “narrativa sobre o que aconteceu”, é racional e plena de sentido, mas, quando entendida como “o que aconteceu”, ela é irracional, ela está entregue ao “caos”. Por maior que seja o zelo de um trabalho historiográfico, por mais axiomático que se tornem os seus protocolos científicos, por mais digno e belo que seja o desvelamento alcançado pelo seu



discurso, a inevitabilidade continua: sempre haverá um *hiato* entre *o que aconteceu* e a *narrativa sobre o que aconteceu*.

Ademais, é digno de nota que um outro aspecto aproxime de forma íntima a posição de Koselleck da ideia que vem à tona na fala da personagem de Hesse. Quer dizer, para além do fato de que ambos assinalam que a escrita da história segue os protocolos de racionalidade comum às várias ciências e, na mesma esteira, que o fenômeno e a realidade histórica, uma vez que são sem-sentido e geridos pelo caos, jamais se equalizam à narrativa (ou, como afirma a personagem, dado que “estudar a História requer o conhecimento prévio de que com esse estudo se almeja algo impossível de atingir”), tanto Koselleck quanto a personagem lançam mão da ideia de que, apesar de tudo, a narrativa é capaz de conferir sentido ao evento. Enfim, para ambos:

A totalidade histórica (*Gesamtgeschichte*) permanece irracional. Racional é no máximo sua análise. O absurdo, o aporético, o insolúvel, o sem sentido e o paradoxal [...] são, com efeito, analiticamente levados a um conceito e, pela narrativa, transladados para a percepção. Precisamos da narrativa para comprovar o aporético, para fazê-lo inteligível, mesmo que não se possa fazê-lo racional ou conceitualizável. O que é conceituado depende apenas da análise *ex post*. Análise e narrativa se complementam uma à outra para aguçar nosso julgamento, para, em suma, noutras palavras, nos ensinar a passar por cima da ausência de sentido (*Unlosigkeit*) (KOSELLECK, 2021, p. 88-89).

Diga-se de passagem, não são poucos os autores que, no âmbito da discussão historiográfica, também jogam luz sobre a narrativa como uma forma de constituição de sentido. Dentre os mais conhecidos, podemos citar Jörn Rüsen (RÜSEN, 2010, p. 149-174) e o já mencionado Paul Ricoeur (RICOEUR, 1998, p. 274-296). Segundo esses autores, podemos dizer, como Koselleck, que a narrativa historiográfica é uma forma *a posteriori* de dar ordem e sentido à irracionalidade dos eventos passados.

Curiosamente, essa temática nos lembra uma passagem de um outro escritor: o português José Saramago. Na verdade, não se trata propriamente de uma “passagem”, mas, sim, de uma epígrafe inventada por ele para abrir o seu romance *O homem duplicado*, em que ele nos diz: “O caos é uma ordem por decifrar” (SARAMAGO, 2008, p. 5). Ora, aqui também nos deparamos com a ideia de que uma operação cognitiva pode dar ordem ao que seria desordenado. Mas,



é preciso pontuar, talvez o *insight* de Saramago seja mais gadameriano do que koselleckiano. Afinal, em Saramago o caos não é irreduzível: ele pode ser “decifrado”. O que nos dá a entender que, a partir da tradução empreendida por um determinado olhar, o caos se converteria em algo racional. Em outras palavras, pela lente saramaguiana, o caos seria apenas uma outra ordem ainda não dissecada pela compreensão: por conseguinte, ele seria passível de “nivelamento” ou “acomodação”. Em contrapartida, para Koselleck e para a personagem de Hesse, como já sabemos, “a realidade histórica [eminentemente caótica] nunca coincide com o que verbalmente se articula com ela e a respeito dela” (KOSELLECK, 2021, p. 120).

Em suma, o ponto capital talvez seja o poder organizador da linguagem e, mais especificamente, da narrativa. Hesse, como todo bom literato, tinha consciência desse potencial narrativístico. Koselleck, como grande historiador que foi, obviamente sabia e desenvolvia de forma consciente a função conferidora de sentido da narrativa histórica. Assim sendo, podemos dizer que Koselleck vai na esteira da personagem do livro de Hesse, pois, também no seu entender, a historiografia é um discurso que é capaz de dar sentido ao que é caos por excelência, apesar de jamais representá-lo tal como ele é. De certa forma, o *Unsinn* de Koselleck se assemelha à *coisa em si* kantiana: ambos são passíveis de entendimento, mesmo sendo inacessíveis.

Na conclusão de seu debate com Gadamer, o historiador alemão nos diz:

O sem-sentido [*Unsinn*] linguístico pode ser desvelado linguisticamente. Expresso por meio da linguagem e suscitado por motivos e obrigações que escapam à linguagem, o sem-sentido pode ser admitido no espaço da racionalidade desde que sofra uma operação adicional de tradução. Os limites da falta de sentido [*Sinnlosigkeit*] são alcançados, mas não ultrapassados (KOSELLECK, 2014, p. 108).

Em breve síntese, em paralelo à ideia lançada pela personagem de Hesse, podemos dar um fechamento para este texto sublinhando a visão koselleckiana de que a historiografia é capaz de desvelar o passado, mas, mesmo assim, em cada história haveria sempre “mais (ou menos) do que se diz dela” (KOSELLECK, 2014, p. 14). Neste argumento, reside o núcleo da crítica de Koselleck à primazia hermenêutica: no seu entender, a compreensão jamais conseguiria superar a irreduzibilidade do absurdo.



Consideração final

Para terminar, retornemos rapidamente ao ponto de partida: Martin Heidegger. No §44 de *Ser e tempo*, Heidegger trata da famosa distinção entre a verdade entendida como *adequação/correspondência* e a verdade entendida como *desvelamento/descobrimento*. Não cabe aqui examinar esse emblemático parágrafo, tal tarefa ficará, quem sabe, para um outro artigo. O que nos interessa sublinhar é simplesmente que, para Heidegger, a verdade como adequação (que seria o conceito tradicional de verdade) operaria na dimensão da enunciação ou do juízo. Nesse sentido corrente, a verdade seria simplesmente a conveniência do intelecto de um sujeito ao objeto enunciado em um juízo qualquer que seja. Por sua vez, a verdade entendida como desvelamento seria mais originária por dizer respeito não ao âmbito dos juízos, mas sim a uma dimensão marcadamente ontológica. Esse ponto pode ser entendido na medida em que o desvelamento está em íntima relação com o *modo-de-ser-fundamental* do *Dasein*, a saber, com o que Heidegger chama de “abertura”. É nessa perspectiva que ele nos diz que: “na medida em que o *Dasein* é essencialmente sua abertura e, aberto, abre e descobre, ele é essencialmente ‘verdadeiro’” (HEIDEGGER, 2012b, p. 611). Ontologicamente falando, isso quer dizer que o “*Dasein* é ‘na verdade’” (HEIDEGGER, 2012b, p. 611).⁴

Pois bem, se Koselleck insiste que há um *hiato* entre palavra e evento é porque ele entende que a palavra não se *adequa* ou não *corresponde* ao evento. A percepção da não-adequação nos mostra que ele está, por conseguinte, operando no interior da concepção de verdade entendida como *adequação*. Ou seja, Koselleck está tratando da linguagem em seu potencial lógico-descritivo. Gadamer, por sua vez, está olhando para outra direção. A noção de verdade que lhe interessa é justamente a que Heidegger assinala como originária. Nesse sentido, concordamos com Luisa Rauter Pereira:

De fato, Gadamer não perde de vista, em sua visão sobre o processo de compreensão, a noção de verdade. No entanto, estará ele se referindo à verdade histórica, no sentido que lhe poderia conceder a disciplina histórica? Acreditamos que não. A verdade de que nos fala Gadamer, no que se refere à relação com o texto escrito, deve ser entendida antes como uma verdade produzida na relação de “abertura” e pertencimento com a tradição. Gadamer refere-se menos à história real e mais à

⁴ Em outros termos, o *Dasein* é “na verdade” porque “a verdade pertence a essencialização do ser. Ser ente implica: apresentar-se, surgir, aparecendo, propor-se, ex-por alguma coisa” (HEIDEGGER, 1978, p. 129).



questão do que a relação com o passado pode nos oferecer com vistas a auxiliar nossa vida presente (PEREIRA, 2004, p. 57; 2011, p. 257).

Ou seja, se Gadamer está pensando a verdade como “abertura”, ele está, por conseguinte, operando no interior da concepção de verdade entendida em seu potencial ontológico. A verdade que interessa para Gadamer é a verdade capaz de “desvelar” ou “descobrir” novos mundos possíveis – e não apenas representar ou retratar a realidade. Em suma, o posicionamento gadameriano parte da premissa de que “a ciência histórica destina-se a conhecer o mundo, mas não pode pretender apenas descrevê-lo” (PEREIRA, 2004, p. 59; 2011, p. 258).

Para fins de conclusão, gostaríamos apenas de deixar claro que o objetivo do nosso texto não foi tomar partido de um dos lados do debate. Está muito longe da nossa alçada estabelecer quem estaria “certo” entre Koselleck e Gadamer – ou, ainda, definir se a primazia pertence à antropologia histórica koselleckiana ou à hermenêutica filosófica gadameriana. Não obstante, nas páginas acima, acreditamos que lançamos luz sobre a possibilidade de eles estarem tratando de questões distintas: Koselleck está no terreno epistemológico e pensa a verdade como adequação/correspondência, enquanto Gadamer está no campo ontológico e dá preferência à verdade como desvelamento/descobrimento. Essas duas formas de lidar com a verdade caminham lado a lado com as duas diferentes formas de lidar com a linguagem: em Koselleck (pelo menos, no contexto desse debate) a linguagem é um instrumento para pensar e representar o real, por sua vez, em Gadamer, o próprio “ato de pensar já é um ato de linguagem” (RUIZ, 1999, p. 288). Ao fim, talvez eles concordassem um com o outro – talvez eles estivessem apenas olhando o problema a partir de prismas diferentes.

Referências

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. Tradução de Paulo Cesar Duque Estrada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GADAMER, Hans-Georg. Teoria da história e linguagem. In: KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2014. p. 111-118.

GRONDIN, Jean. **Hermenêutica**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. O campo não-hermenêutico ou a materialidade da comunicação. **Cadernos do Mestrado**: Literatura, Rio de Janeiro, Gráfica UERJ, 1993.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Tradução de Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2010.

HEIDEGGER, Martin. **A caminho da linguagem**. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2012a.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Tradução de Fausto Castilho. Campinas: Editora da Unicamp; Petrópolis: Vozes, 2012b.



- HEIDEGGER, Martin. **Introdução à metafísica**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1978.
- HESSE, Hermann. **Demian**. Tradução de Ivo Barroso. Rio de Janeiro: BestBolso, 2012.
- HESSE, Hermann. **O jogo das contas de vidro**. Tradução de Lavinia A. Viotti e Flávio Vieira de Souza. Rio de Janeiro: BestBolso, 2007.
- KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart; DUTT, Carsten. História(s) e Teoria da história: entrevista com Reinhart Koselleck. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 18, p. 311-324, ago. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.15848/hh.v0i18.884>. Acesso em: 21 mar. 2022.
- KOSELLECK, Reinhart *et al.* **O conceito de História**. Tradução de René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- KOSELLECK, Reinhart. **Uma latente filosofia do tempo**. Tradução de Luiz Costa Lima. São Paulo: Editora Unesp, 2021.
- PEREIRA, Luisa Rauter. **A história e "o diálogo que somos": a historiografia de Reinhart Koselleck e a hermenêutica de Hans-Georg Gadamer**. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- PEREIRA, Luisa Rauter. O debate entre Hans-Georg Gadamer e Reinhart Koselleck a respeito do conhecimento histórico: entre tradição e objetividade. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 7, p. 245-265, nov./dez. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.15848/hh.v0i7.240>. Acesso em: 21 mar. 2022.
- RICOEUR, Paul. History and Hermeneutics. **The Journal of Philosophy**, Seventy-Third Annual Meeting Eastern Division, American Philosophical Association, New York, v. 73, n. 19, p. 683-695, 1976.
- RICOEUR, Paul. The narrative function. In: RICOEUR, Paul. **Hermeneutics and the Human Sciences: Essays on Language, Action and Interpretation**. Paris: Cambridge University Press/Éditions de la Maison des Sciences de L'Homme, 1998. p. 274-296.
- RUIZ, Juan Luis Jiménez. Lenguaje e Historia: a propósito de la controversia entre Koselleck y Gadamer. **E.L.U.A.: Estudios de Lingüística**, Alicante, n. 13, p. 281-295, 1999.
- RÜSEN, Jörn. A constituição narrativa do sentido histórico. In: RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. p. 149-174.
- SARAMAGO, José. **O homem duplicado**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
- SOUSA, Francisco Gouveia de. Por que não sou sábio? Um comentário sobre a resposta de Hans-Georg Gadamer ao elogio de Reinhart Koselleck. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 18, n. 2, p. 246-266, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/50910>. Acesso em: 14 jun. 2022.

Informações adicionais

Biografia profissional

Gabriel Barroso Vertulli Carneiro é doutor e mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e graduado em História e em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi professor substituto de Teoria e Metodologia da História na UFRJ entre 2019 e 2021.

Conflito de interesse

Não foi declarado nenhum conflito de interesse.

Aprovação no comitê de ética

Não se aplica.



Contexto de pesquisa

O artigo deriva do texto “A crítica de Reinhart Koselleck à primazia hermenêutica” apresentado como trabalho final da disciplina “Seminários Especiais em Teoria, Historiografia e História Intelectual”, ministrada pelo Prof. Marcelo Jasmin no Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, no ano de 2017. Além disso, o texto foi aprimorado principalmente a partir de anotações usadas para as aulas da disciplina “Teoria da História”, ministrada por mim na condição de professor substituto na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no ano de 2019.

Método de avaliação

Duplo-cega por pares.

Preprint

O artigo não é um preprint.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

Editores responsáveis

Flávia Varella – Editora-chefe

Ricardo Ledesma-Alonso – Editor responsável

Histórico de avaliação

Data de submissão: 28 de março de 2022

Data de alteração: 14 de junho de 2022

Data de aprovação: 04 de julho de 2022

Direitos autorais

Copyright © 2022 Gabriel Barroso Vertulli Carneiro.

Licença

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribución 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





A historiografia antiga e a consciência do método da investigação histórica: uma leitura das *Histórias* de Políbio de Megalópolis

Ancient historiography and the consciousness of the historical investigation method: an interpretation of Polybius of Megalopolis' *Histories*

Dominique Vieira Coelho dos Santos ^a

dvcsantos@furb.com

<https://orcid.org/0000-0002-0265-2921> 

Dyel da Silva ^b

dasilvadyel@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0857-1030> 

^a Universidade de Blumenau, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Departamento de História e Geografia, Blumenau, SC, Brasil.

^b Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, SC, Brasil.



Resumo

Durante a Modernidade, a história se tornou disciplinarizada e ganhou o *status* científico que lhe atribuímos hoje. Nesse período, surgiram regras e condições para que um trabalho fosse classificado como historiográfico, sendo aplicadas a textos de diferentes lugares e tempos. O problema interpretativo de tal posicionamento é abordado neste artigo, a partir da história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*), por meio de uma análise do “Livro XII” de Políbio de Megalópolis, uma fonte histórica privilegiada para compreender como se fazia história na Antiguidade. Após nos determos brevemente sobre o gênero historiográfico polibiano e os domínios de sua epistemologia, corroboramos a tese de que a moderna classificação da história da historiografia é excludente e contradiz o próprio historicismo ao aplicar critérios modernos a trabalhos não pertencentes a essa delimitação espaço-temporal, praticando uma espécie de anacronismo ao julgar a historiografia antiga a partir da ótica da historiografia moderna.

Palavras-chave

História da Historiografia; História dos Conceitos; Historiografia antiga.

Abstract

During the course of Modernity, history has developed into a discipline and gained the scientific status it holds today. This period has seen the rise of a hermeneutical issue: some historiographical standards were established and applied to History works to decide whether or not they could be classified as Historiography. This article approaches the theme from the perspective of the history of concepts (*Begriffsgeschichte*), analyzing the twelfth book of Polybius of Megalopolis – a rich historical source offering insight into how history was written in antiquity. Focusing on the historiographical genre of Polybius and its epistemology, this analysis corroborates the thesis that the modern classification of the History of Historiography contradicts the very notion of *Historismus* by judging works that do not belong to this time and space according to modern criteria. This represents a sort of anachronism, subjecting ancient historiography to the partiality of Western historiography.

Keywords

History of Historiography; History of Concepts; Ancient Historiography.



Não se pode dizer que a Antiguidade clássica, por excelentes que tenham sido as obras históricas que produziu, tenha tido consciência de que a investigação histórica pode e deve ter seu próprio método
(DROYSEN, 1983, p. 23).

Introdução

As implicações da institucionalização da ciência histórica como uma disciplina acadêmica no século XIX, para o conceito de história, têm sido amplamente discutidas na historiografia. Não raro, a tese da ruptura total da Modernidade com os mundos que a antecediam (*Sattelzeit*) acompanha as próprias condições de possibilidade para que haja história – o que Droysen (2009) e, depois dele, Rüsen (2013) e Koselleck (2014, p. 93) chamaram de *teoria da história* (*Historik*). Dos embates entre as filosofias da história do Iluminismo e o historicismo, este último prosperou com a máxima incontornável de que cada coisa pertence a um tempo e espaço próprios, sendo impossível sua compreensão se desconsiderados tais fatores. Nesse sentido, cada época existiria em relação imediata com Deus e deveria ser vista como válida em si, como queria Ranke (1942). A premissa historicista, então, é a de que “no mundo histórico, em última análise, só existem objetos particulares, irreduzíveis entre si” (ASSIS; FERREIRA, 2020, p. 11).

Os problemas decorrentes dessa explicação, não obstante, são muitos (JORDHEIM, 2011; MARQUES, 2013; PALTÍ, 2004; RIVERO, 2012; ASSIS; MATA, 2013, p. 14). Desde o aspecto local de um possível *Sattelzeit*, passando por uma espécie de teleologia segundo a qual um novo e irreversível mundo se realizaria no Oeste europeu, as contra-argumentações dirigidas à macronarrativa ocidental têm apresentado diversas possibilidades de análise para momentos históricos antes vistos sob aspecto monolítico diante das agitações do mundo moderno (GUARINELLO, 2013; MORALES; GEBARA DA SILVA, 2020; SILVEIRA, 2019; CÂNDIDO DA SILVA, 2020; FAVERSANI; SANTOS; ROSILLO-LOPEZ, 2020). Entre esses momentos revistos, encontra-se a ideia problemática e equivocada de que a Antiguidade corresponderia a um conjunto de sociedades que teriam se desenvolvido de forma isolada e de que sua escrita sobre o passado – no que pese os casos emblemáticos de Heródoto, o *pater historiae* (Cícero, *Das Leis*, I, 1, 5), e Tucídides, o modelo científico *avant la lettre* – não passaria de um conjunto de relatos lidos sob a suspeição de uma não reflexão em torno da ação de produzi-los.

Neste artigo buscamos problematizar a moderna classificação da história da historiografia veiculada pela narrativa eurocêntrica, sobretudo a alemã, por conta de dois limites: um espacial



e outro temporal. Afinal, a Antiguidade nunca foi, não é nem nunca será propriedade da Europa, pois foi esta que se projetou a partir de imagens daquela. Como exemplo, pode-se mencionar a noção moderna de *Bildung* alemã, desenhada praticamente a partir da “tirania da Grécia Antiga sobre a Alemanha” (REBENICH, 2011, p. 128). Por isso, é preciso lembrar que, como afirmou Alexandra Lianeri (2011), não haveria homogeneidade na história da Europa, o que tornaria impossível vincular sua gênese ao lugar fundacional greco-romano. Desse modo, Grécia e Roma, por consequência, não seriam privilegiadas como origem de nada, e a Europa não seria protótipo da história humana. De fato, no caso da Grécia Antiga, ela estaria mais para uma “periferia do Império Persa, ele próprio periférico em relação à economia-mundo sino-indiana” (MORALES, 2017, p. 91). Tratar-se-ia, assim, de um caso típico de usos políticos do passado para a elaboração de ideias modernas (SILVA; FUNARI; GARRAFFONI, 2020), como ocorre com o nacionalismo alemão e, não distante dele, com o historicismo e seu conceito de história.

O “Livro XII” de Políbio, digressivo a respeito dos critérios historiográficos de suas *Histórias*, oferece um ponto de vista privilegiado para aprofundar a problematização ora levantada. Apesar de seu caráter fragmentar,¹ essa parte da obra apresenta vários trechos em que Políbio reflete sobre o método que garantiria a qualidade de uma boa pesquisa histórica, um método que conjugaria a pesquisa documental (*polypragmosýnēn hypomnémasi*) com a interrogação de testemunhas (*anákrisis*) e a investigação presencial dos eventos (*páreimi, autóptēs*), de forma a garantir que a audição e a visão (*akoēs kai horáseōs, theás*) trabalhem em favor do método historiográfico. Por isso, na primeira parte do artigo, partimos de algumas noções basilares do gênero historiográfico e da epistemologia polibianas que refletem os sentidos do conceito de história do autor e que nos permitirão aprofundar nos problemas elencados, relacionados com a forma não somente pela qual se pesquisa, mas também se ensina a Teoria da História e a História da Historiografia no Brasil. Geralmente, nessa última, faz-se muito mais referência ao que se produziu na Modernidade do que em tempos anteriores a partir do argumento segundo o qual estaríamos agora sob a insígnia da historiografia profissional, só possível a partir da *Historik* alemã, a qual superaria em qualidade as histórias precedentes, como, por exemplo, a de Políbio.

Em seguida, abordaremos alguns aspectos da recepção da obra polibiana na Modernidade, em especial as concepções hegemônicas que apontam para a sua classificação na história da historiografia. Por fim, mas não menos importante, problematizaremos a tese de que o moderno conceito de história não comportaria as historiografias antigas sob o argumento de que seriam

¹ Sobre o Livro XII, sua autenticidade e relativa coerência teórica com os demais livros, destacamos Pédech (1964); Walbank (1972); Sacks (1981, p. 14, *passim*); e Sebastiani (2017). Em relação à tradição manuscrita, ver Pédech (1961); Foucault (1971); e Walbank (1967b).



historia magistra uitae, de caráter apenas mnemônico e exemplar, e vinculadas a um tempo circular ou de repetições. Essa interpretação vai de encontro à própria máxima historicista de que não é possível compreender algo desconsiderando seu próprio tempo e espaço. Assim, a teoria da história e, principalmente, a história da historiografia precisam urgentemente rever a forma como se relacionam com as historiografias pré-modernas, sejam elas antigas ou medievais, sob pena de acumularem um enorme déficit teórico.

O gênero historiográfico polibiano e sua epistemologia

É comum ver Políbio de Megalópolis como um terceiro diante de Heródoto e Tucídides (HARTOG, 2017, p. 93). Tal perspectiva se baseia não só em uma organização cronológica, mas também em uma classificação que parte do moderno conceito de história. Longe de constituir um problema restrito ao espaço europeu, uma breve pesquisa pelos “currícula, ementas e bibliografias sugeridos sobre a temática da história da historiografia” revela que, em relação ao período antigo, são incluídos, no máximo, os três historiadores gregos acima mencionados, promovendo-se, assim, a crença de que pouca coisa teria acontecido antes de Leopold von Ranke (1790-1880) (SANTOS, 2015, p. 7). Para superar o problema do marco temporal moderno para o estudo da historiografia, concordamos com Arno Wehling (2006, p. 180) quando ele diz que “se a história da historiografia é a história da ciência histórica, é nela [...] que precisamos nos basear para a reflexão teórica sobre esse campo ou ‘ciência’”. Portanto, partimos do gênero historiográfico definido por Políbio em seus próprios termos no século II A.E.C. como pragmática (como veremos abaixo), precipuamente no “Livro XII” de suas *Histórias*, em que o autor “expõe e defende longamente seu método” (PÉDECH, 1961, p. vii), constituindo, nesse aspecto, uma das fontes históricas mais ricas da época.

Apesar de Políbio já advertir o leitor acerca da finalidade instrutiva da história pragmática no início do primeiro livro de suas *Histórias* (I, 2, 8), os procedimentos que a constituiriam são enumerados na famosa passagem XII, 25e, 1:

De maneira idêntica [à medicina], a *história pragmática* (*tês pragmatikês historías*)² se fundamenta em três partes, sendo a primeira delas a pesquisa documental (*hypomnémasi polypragmosýnēn*) e a comparação de seus conteúdos; a segunda,

² As transliterações dos caracteres gregos para os latinos são de Prado (2006). Entretanto, devido a limitações tecnológicas, as vogais longas acentuadas receberam apenas o acento, e não o acento somado ao macron. O texto grego das *Histórias* de Políbio referenciado em todo o artigo é aquele estabelecido por Büttner-Wobst (POLYBII, 1985).



sobre a observação das póleis e dos lugares sobre rios e portos e todas as particularidades e distâncias sobre a terra e sobre o mar; e a terceira, sobre as ações políticas (Políbio, *Histórias*, XII, 25e, 1, tradução nossa).

Em outros termos, poderíamos dizer que a história do gênero pragmático, já admitida pelo autor como a sua (Políbio, *Histórias*, IX, 1, 4), consiste: (a) na leitura e cruzamento das fontes escritas; (b) na análise geográfica; e (c) no estudo das ações políticas. Vejamos um pouco mais detalhadamente o que cada passo quer dizer do ponto de vista historiográfico. Quanto ao primeiro momento, traduzimos amplamente por “pesquisa documental” quando Políbio usa as palavras “*polypragmosýnēn*” e “*hypomnémasi*”. De acordo com D.S. Levene (2005), por exemplo, Políbio recorre ao primeiro termo para se referir, de maneira genérica, a toda forma de pesquisa histórica, incluindo a leitura de livros, o que, segundo o autor, é totalmente consistente com o uso que Políbio faz, por exemplo, nos trechos XII, 25e, 1, XII, 25i, 2, XII, 26, 9, XII, 27a, 3 e XII, 28a, 3-4. Assim, concordando com ele, e considerando também a interpretação de Daniel Moore, interpretamos que “*polypragmosýnēn*” “deve se referir ao que é próprio a uma pesquisa feita por um historiador no geral” (MOORE, 2020, p. 30). A abrangência do conceito é tanta que, mesmo se pensarmos na biblioteca pelo olhar grego e romano do séc. II A.E.C., em linhas gerais, teremos “um espaço conceitualmente centrado em torno do armazenamento e uso de livros”, sejam eles de natureza literária ou documental (HENDRICKSON, 2014, p. 388). Além disso, Políbio “teve contato com as melhores bibliotecas de sua época” (SEBASTIANI, 2006, p. 22), sem contar inúmeras outras formas de conseguir informação escrita por meio de suas viagens ao lado ou não de Cipião Emiliano.

No que concerne ao segundo passo, é preciso considerar que a geografia reside em um dos objetivos principais do projeto historiográfico de Políbio, que é o de realizar uma história da ecúmena (ABURTO; PIÑA, 2020, p. 108), compreendida como os espaços dos reinos helenísticos somados aos da integração romana. Em síntese, conforme Piña (2019, p. 201-239), o historiador utiliza a geografia como ferramenta analítica de guerra, aproximando-se muito do que um general faria; como etnografia, pois, durante suas viagens, se depara com culturas humanas desconhecidas pelo público grego, sendo preciso conhecê-las para escrever sobre os eventos que delas se desenrolam; e como conceitualização político-espacial da ecúmena, que rapidamente se transformara devido às agitações capitaneadas pela expansão romana. Nesse sentido, os tipos de grandezas mencionadas por Políbio não se reduzem a meros palcos de eventos, mas dizem respeito a conjuntos complexos de agências espaciais.

Sobre o terceiro procedimento, há o consenso de que o autor se referia à prática política autóptica exercida pelo historiador. Isso é notadamente perceptível nas traduções em língua

inglesa, que, por sua vez, conduzem F. W. Walbank (1967a, p. 391) a sugerir a tradução do termo *pragmatikè historía* [história pragmática] como “história política” (*political history*), assim como o fez Waterfield. Paton, antes de Walbank, optara por “história sistemática” (*systematic history*), enquanto Pédech e Recort o traduziram como “ciência histórica” (*science historique* e *ciencia histórica*, respectivamente).

Sem desconsiderar a vertente inglesa (que é também explorada mais adiante em nosso artigo, sob os temas da *autopsía* e da *empeiría*), vemos que a afirmação de Políbio é mais geral: para ele, a história pragmática é sobre ações políticas, i.e., seus temas são as ações políticas. Nesses termos, exercer um cargo político seria uma das formas de se envolver com essa esfera de acontecimentos – tal como o fez Políbio, que tinha atingido o segundo maior posto político da Confederação Aqueia, o de hiparco, quando foi capturado pelos romanos. Mesmo quando Políbio diferencia seu gênero historiográfico de outros dois – a saber, “o genealógico” (*ho genealogikòs trópos*) e “o sobre as colônias, assentamentos e parentescos” (*ho perì tàs apoikías kai ktíseis kai sungeneías*) (Políbio, *Histórias*, IX, 1, 4, tradução nossa) –, o gênero pragmático é descrito como o que se ocupa do “político, o sobre as ações dos povos, cidades e governantes” (*tòn dè politikòn ho perì tàs práxeis tòn ethnôn kai póleōn kai dynastôn*) (Políbio, *Histórias*, IX, 1, 4-5, tradução nossa). Com isso, retomando as traduções, concordamos que haveria algo de político, sistemático e, *mutatis mutandis*, científico na história pragmática apresentada por Políbio. No entanto, traduzir “*pragmatikè historía*” simplesmente como “história pragmática”, tal como Sebastiani (em diversas ocorrências do termo em outros livros de Políbio) e Schick (*storia pragmatica*) o fizeram, permite preservar a polissemia do conceito.

No que os limites deste artigo permitem, exploraremos ainda mais os aspectos não necessariamente políticos e autópticos do gênero pragmático à medida que nos voltarmos para o tipo de homem que o executa: o homem pragmático. Este tipo de homem é exemplificado com o personagem homérico Odisseu:

Aquele [Homero], pois, desejando nos mostrar de que tipo seria necessário que fosse o homem pragmático (*tòn ándra tòn pragmatikòn*), tendo preferido o personagem de Odisseu, diz o seguinte:

“Do varão me narra, Musa, do muitas-vias, que muito vagou”.

E em seguida:

“De muitos homens viu (*iden*) urbes e a mente conheceu, e muitas aflições sofreu (*páthen*) ele no mar, em seu ânimo”.



E ainda:

“a muito resisti, cruzando guerras de homens e ondas pungentes” (Políbio, *Histórias*, XII, 27, 10-11, tradução nossa).³

Do trecho acima, destacamos dois fatores concernentes à epistemologia histórica polibiana: o sofrimento (*páthos*) e a visão (*hórasis, théas*).

O sofrimento (*páthos*), em primeiro lugar, é entendido como o ato de ser atingido por forças, sendo estas de causas humanas ou naturais. Ele opera como elemento formativo de Odisseu e importa para o historiador na medida em que lhe proporciona vivência e o edifica como experiente. Isto ocorre porque: (a) a própria verdade historiográfica “surge unicamente da vivência (*autopátheias*) dos escritores”, uma vez que ela é garantidora de maior veracidade do evento narrado (Políbio, *Histórias*, XII, 25h, 4, tradução nossa); e (b) a experiência se constitui como um tipo de saber adquirido a partir do envolvimento direto com os eventos, sendo tal inteligência passível de ser usada como fator analógico para o exame da veracidade da narrativa sobre um evento do mesmo gênero – já que “não é possível escrever bem sobre acontecimentos bélicos sem ter experiência (*empeirían*) nenhuma dos assuntos militares, nem sobre as constituições quem não participa das ações e circunstâncias críticas” (Políbio, *Histórias*, XII, 25g, 1, tradução nossa). O sofrimento, portanto, estaria na base da formação do historiador do tipo pragmático, pois o tornaria virtuoso e possibilitaria uma epistemologia histórica a partir da empiria.

Políbio se aproveita desse duplo aspecto apresentando Timeu de Tauromênio como o inverso do historiador pragmático. Em um de seus diversos ataques, traz a prova argumentativa que se fundamenta no peso da não experiência do tauromenita ao relatar que “Timeu diz no seu Livro Trinta e Quatro: ‘viveu continuamente por cinquenta anos em Atenas como estrangeiro e, confessadamente, tornou-se de todo inexperiente (*ápeiros*) em assuntos bélicos, nem teve visão (*theás*) dos locais” (Políbio, *Histórias*, XII, 25h, 1, tradução nossa).⁴ Longe de ser uma disputa pessoal com um morto, Políbio usa a figura de Timeu tanto para exercer seu direito à crítica em relação ao seu predecessor, uma vez que essa polêmica historiográfica era esperada de um

³ As traduções das citações de Homero são de Christian Werner, com adaptações. Os trechos da *Odisseia* são, respectivamente: I, 1; I, 3-4; VIII, 183. Embora as palavras sejam as mesmas, há adaptações ao excerto de Políbio, dado que ele não segue a mesma divisão de versos do poema (i.e., o hexâmetro dactílico).

⁴ O uso da terceira pessoa deixa dúvidas sobre se foi Timeu quem escreveu desta forma sobre si mesmo ou se Políbio apenas o parafraseia. Em todo caso, seguimos a edição (POLYBII, 1985) que sinaliza a passagem com aspas, indicando que se trata de um extrato.



historiador no período helenístico (SEBASTIANI, 2008, p. 6),⁵ como para expor sua didática ao público, não perdendo tom relativo ao seu propósito nem depois de realizar inúmeros ataques a Timeu, ao insistir em apontar que “da pesquisa (*polypragmosýnē*) se exige inúmeros padecimentos e custos, mas ela muito contribui e é uma parte importante da história” (Políbio, *Histórias*, XII, 27, 6, tradução nossa). Assim, Políbio busca em Odisseu a representação máxima daquele que edifica sua experiência no sofrimento, nas viagens e na visão direta de lugares e situações até então desconhecidos.

Tratemos, portanto, da relação entre visão, sofrimento e historiografia. Uma vez que o heroísmo e a sabedoria de Odisseu viriam da sua visão e do seu conhecimento, construídos nos desafios por ele enfrentados em suas intrépidas viagens (BRANDÃO, 2010, p. 158), é possível identificar tal relação entre a viagem e o conhecimento adquirido por meio da visão *in loco* em muitas passagens da *Odisseia* (MARINCOLA, 1999, p. 64). Tal prática foi apropriada de formas diversas por historiadores como Amiano Marcelino, Tucídides e Políbio sob o conceito historiográfico de *autopsía* (“visto por si mesmo”) (SCHEPENS, 2007, p. 39). No caso de Políbio, a *autopsía* é identificada por meio do verbo *páreimi* (Políbio, *Histórias*, XII, 4c, 4; XII, 24, 6; XII, 27, 7; XII, 28a, 10), que pode significar “estar presente”, “perto de”, “aos olhos de”; e do substantivo *autóptēs* (Políbio, *Histórias*, XII, 4c, 4; XII, 4d, 2; XII, 28a, 4), que significa, literalmente, “aquele que vê com os próprios olhos” ou, mais sinteticamente e num contexto historiográfico, “testemunha ocular”.

O modelo autóptico é reivindicado por Políbio como a mais segura das formas de conhecer do historiador. Isto porque ele diria respeito à apreensão da informação em primeira mão, i.e., sem intermediários que possam comprometer sua qualidade referencial em relação ao acontecido.

A natureza nos proveu de dois instrumentos por meio dos quais aprendemos e pesquisamos sobre tudo [audição e visão (*akoês kai horáseōs*)]. Na comparação entre os dois, a visão é muito mais verídica (*alēthinōtéras*), segundo Heráclito – os olhos são testemunhas mais precisas. Timeu, em sua pesquisa, parte do mais prazeroso dos dois caminhos, entretanto, do pior. Ele evitou completamente a visão e a substituiu pela audição. E das duas partes desta, a que diz respeito à documentação escrita (*hypomnēmátōn*) ***⁶ enquanto se comportou de forma negligente em relação às interrogações de testemunhas (*anakríseis*), como deixamos claro anteriormente. É

⁵ Já a problematização da rejeição ou adoração em relação a Timeu a partir dos fragmentos modernos de Políbio é uma empreitada iniciada recentemente (BARBO, 2019, p. 121-142; BARON, 2013; BROWN, 1958).

⁶ Os três asteriscos são uma sinalização da lacuna que há no texto grego (POLYBII, 1985, *ad locum*).



fácil perceber qual foi a causa de sua escolha: é possível consultar os livros sem perigo ou dificuldade alguma (*kindýnou kai kakopatheías*), se só se tem a preocupação de encontrar uma *pólis* rica em documentação (*hypomnēmátōn*) ou uma biblioteca (*bybliothékēn*) próxima (Políbio, *Histórias*, XII, 27, 1-4, tradução nossa).

A apreensão direta da informação torna a visão (*hórosis*) preferível à audição (*akoé*), que implica uma informação vinda por terceiros, seja por escrito (os antigos liam em voz alta) ou pelo depoimento de uma testemunha (*anákrisis*), ocular ou não, interrogada. A virtude do sofrimento, lembremos, está conectada com a disposição para buscar a informação por conta própria. Isso diferenciaria o investigador que analisa as coisas sobre as quais fala daquele que, por conforto, segundo Políbio, prefere se apoiar no trabalho de outros. Como na passagem reproduzida acima, são latentes as demonstrações contra Timeu, que, em virtude de todas as falhas apontadas, é descrito como um modelo de oposição ao bom historiador.

Apesar das críticas severas dirigidas a Timeu devido à sua suposta falta de *autopsía*, Políbio tem consciência de que sua investigação é muito dependente de outros métodos. Isso acontece devido às transformações sociais ocorridas no período que hoje conhecemos como helenístico, como o alargamento das fronteiras e o grande aumento da mobilidade social do ponto de vista de um grego, além da grande difusão da língua grega como língua comum (Políbio, *Histórias*, III, 58-59). Dado que não seria possível para um historiador estar presente (*páreimi*) em muitos lugares ao mesmo tempo ou em intervalos de tempo muito curtos, a inquirição de um maior número de pessoas passa a ser vista como uma alternativa metodológica para esse novo contexto (Políbio, *Histórias*, XII, 4c, 4-5), sendo assim reavaliada desde as limitações conhecidas nos contextos de Tucídides e Heródoto (SCHEPENS, 2007, p. 50).

Ressaltamos o aspecto fundamental da empiria na epistemologia polibiana, inclusive no que diz respeito às interrogações de testemunhas que, num primeiro momento, poderiam parecer limitadas diante da concretude da *autopsía*. É necessário, segundo Políbio, ser experiente (*émpeiros*) para saber interrogar e apreender os eventos narrados pela testemunha. Para Políbio, “o inexperiente (*ápeiros*) não é dotado para interrogar (*anakrînai*) os participantes, e nem mesmo copresenciando-o (*symparòn*), conheceria o acontecido” (Políbio, *Histórias*, XII, 28a, 10, tradução nossa). Retornando à questão de a história pragmática tratar integralmente sobre a prática política, vemos mais uma vez que ela supera esse aspecto, ainda que a experiência cumpra um papel fundamental.

Não obstante, a história precisa ser escrita, e o que a diferencia de outras formas discursivas é precisamente a investigação das causas. Embora, desde a Modernidade, o conceito



de causalidade seja comumente reduzido a “um *subtipo de causa eficiente/ motora*, i.e., a causa estritamente mecânica de um corpo sobre outro” (COSTA, 2019, p. 250-251, grifos no original), ele foi trabalhado de diversas formas na historiografia antiga. Vemos abaixo uma das maneiras como a causalidade se manifesta em Políbio.

O que é próprio da história é, primeiro, conhecer os discursos (*lógos*), tal como teriam sido ditos, de acordo com a verdade (*alétheian*); em segundo lugar, inquirir sobre a causa (*aitía*) pela qual fracassou ou foi corrigido o agido (*prakhthèn*) ou discursado (*rhēthén*). Uma vez que a exposição bruta do produto (*gegonòs*) [das ações ou discursos] seduz, mas não ajuda ninguém, é a aplicação da causa (*aitías*) que torna frutífero o emprego (*khṛēsis*) da história (*historías*) (Políbio, *Histórias*, XII, 25b, 1-2, tradução nossa).

Em diálogo com o trecho acima, vemos que o que é comumente traduzido como “evento” é o produto gerado pelas ações (*práxeis*) e o discurso (*lógon*). Em Políbio, ambos são agentes históricos (PÉDECH, 1964, p. 254), e seu encadeamento no texto por meio da causa (*aitía*) possibilita a intelecção do acontecido. Isto, somado aos critérios de veracidade a partir da empiria, faria com que a escrita da história se torne útil e seu emprego, frutífero (*khṛēsis*), pois viabilizaria a correção por meio do conhecimento dos eventos passados e da capacidade de realizar analogias a partir deles em face dos desafios do presente (Políbio, *Histórias*, XII, 25b, 3-4; XII, 25i, 8). Diferentemente do que se pensa, pelo menos desde Collingwood (1946, p. 36), Políbio não aplica “à história as mesmas concepções helenísticas as quais os estoicos e epicuristas aplicaram à ética”, nem parte de simples modelos temporais baseados em exemplos. Políbio entende o ordenamento causal dos eventos como possibilitador do desenvolvimento da “previsão” (*prónoia*), que, longe de ser um determinismo ou modelo temporal cíclico, seria a capacidade de “prever melhor [...] uma situação e suas diferentes possibilidades de evolução” (GUELFUCCI, 2018, p. 145). Aliás, a ideia cíclica de tempo, frequentemente lançada sobre a historiografia grega, mormente na análise da constituição romana realizada por Políbio em seu “Livro VI” quando utiliza o conceito de *anakýklōsis*, é, na verdade, uma invenção moderna (MOMIGLIANO, 2004, p. 38). Já o conceito de *historia magistra uitae* é projetado em toda a Antiguidade e Medievo por uma historiografia moderna que pensa mais nos iluministas e humanistas do Renascimento, destacando apenas algumas concepções temporais gregas antigas (MARQUES, 2013, p. 66).⁷ Não negamos que

⁷ Para uma crítica ao modelo temporal evolutivo que vai de uma concepção cíclica para a linear, ver Marques (2008).



o gênero historiográfico polibiano e sua epistemologia se relacionam com uma construção narrativa que confere autoridade ao relato do historiador. Isto foi muito bem explorado por Nikos Miltsios (2013). No entanto, segundo Meeus (2018, p. 6; 12), não se pode superenfatizar a esfera representacional (e Miltsios não o faz), privilegiada nos estudos narratológicos, como se o texto fosse algo isolado da realidade do historiador antigo e ele não tivesse inúmeras outras formas de se envolver historicamente com o mundo (usando conceitos, categorias, métodos, atribuindo sentidos, buscando orientação no tempo, entre outras). Portanto, tendo em vista o que foi exposto sobre a epistemologia e o gênero historiográfico polibianos, seria um equívoco interpretativo afirmar que a escrita da história seria apenas um “mundo de fantasia” do historiador unicamente por ser pré-moderno.

Os aspectos ora elencados do texto de Políbio são indícios do conceito de história recebido e ressignificado pelo autor. Vários aspectos empíricos, inclusive, são mobilizados para viabilizar este conceito, que, do contrário, não teria acontecido (KOSELLECK, 2006, p. 109). Sendo da ordem do sentido, nós, como seres históricos, estamos condicionados a realizar interpretações dos conceitos conforme sua historicidade na forma de diálogo (GADAMER, 2004, p. 293). Foi no Ocidente que se reconheceu como moderno, por sua vez, onde localizamos algumas das categorias que condicionam juízos sobre Políbio e os demais historiadores antigos no que concerne ao seu lugar na história da historiografia. A seguir, portanto, analisaremos brevemente alguns dos juízos de importantes teóricos modernos acerca de Políbio e de outros autores antigos, notoriamente em comparação com Tucídides, para, na sequência, refletirmos acerca dessa recepção pela Teoria da História e História da Historiografia no Brasil.

As recepções de Políbio e suas *Histórias* na Modernidade europeia

As recepções de Políbio na Modernidade circulam, sobretudo, no campo do pensamento político e militar, fazendo parte da leitura de Maquiavel, Bodin, Montesquieu e dos teóricos da independência dos Estados Unidos da América (MARQUES, 2007, p. 52; HARTOG, 2017, p. 98-100; MOMIGLIANO, 1977, p. 91). Como recorte neste artigo, partimos precipuamente da recepção entre os germânicos, uma vez que eles desempenharam uma parte fundamental na disciplinarização da história. Partindo deles, algumas recepções de Políbio serão abordadas a partir do que Sebastian Conrad (2016, p. 3) chamou de “defeitos de nascença” das ciências humanas modernas, a saber: o nacionalismo metodológico e o Estado-nação.

Para uma rápida revisão bibliográfica sobre as temporalidades nas historiografias antigas, ver Vargas de Souza (2020).

Desde a criação da Filologia Clássica com Friedrich August Wolf (1759-1824), a investigação era voltada para os gregos e romanos e não para os “bárbaros da Antiguidade” (BENES, 2008, p. 159). Esta perspectiva filo-helênica, particularmente, é representada por Winckelmann, que compartilhava da retórica das lideranças intelectuais que acreditavam num ideal grego em que residiriam as “verdadeiras raízes da identidade cultural alemã” (NORTH, 2012, p. 3-4). É a “tirania da Grécia”, já mencionada por nós, à qual Rebenich (2011, p. 128) se referia. Pelo fato de Políbio ser grego e por ele ter narrado a constituição da hegemonia de Roma no Mediterrâneo, além de inúmeras passagens sobre a formação política e o funcionamento de um Estado, suas *Histórias* eram uma leitura obrigatória da área.

Entre os germânicos do final do século XIX e início do XX, Políbio ocupava uma posição ambígua em relação a Tucídides. A categorização comumente adotada a partir do *Die Fragmente der Griechischen Historiker* de Felix Jacoby, na denominada “história contemporânea” (*Zeitgeschichte*), referia-se ao *télos* do desenvolvimento historiográfico grego, cujo maior representante era Tucídides. Sob o mesmo registro, foram contemplados tanto o megalopolitano como o ateniense. Em consonância com Verena Alberti (1996, p. 46), consideramos que “a simples enunciação já é interpretação, antes mesmo de sobre ela incidir a lógica”. Tal ordenamento de Jacoby não está ligado apenas a uma rede de recepção entre os filólogos clássicos e aos estudos sobre a Antiguidade, mas a interpretações com as quais uma parcela majoritária dos pesquisadores parece concordar, visto que permanecem fortes até hoje.

Uma das personalidades centrais na recepção de Políbio é Johann Gustav Droysen (1808-1884). Além do seu conhecido conceito de helenismo e sua periodização (SEBASTIANI, 2015; MOMIGLIANO, 1970), ele o estudou profundamente e se apropriou dos seus conceitos para a elaboração de sua teoria da história (*Historik*). Isto fica patente, por exemplo, no sentido de pragmático que ele adota para designar as fontes mais adequadas para a pesquisa do historiador (DROYSEN, 1983, p. 84). Diante dos demais historiadores da época de Políbio, e mesmo de Heródoto, Droysen (1983, p. 115) atribui a ele uma caracterização austera em relação à investigação e a críticas históricas – apesar de em nenhum deles, é claro, superar Tucídides (DROYSEN, 1983, p. 99; 367; 368). Em última análise, por melhores que tenham sido, conforme a epígrafe que abre este artigo, nenhum desses historiadores, nas palavras de Droysen, teria se preocupado com a elaboração de um método para a investigação histórica.

De fato, Tucídides exercia grande autoridade sobre a forma de se escrever história no final do século XIX e início do XX (PIRES, 1999, p. 10). Para Wilamowitz-Moellendorff (1848-1931), considerado “a figura acadêmica mais elevada” da filologia clássica na passagem do século XIX ao XX (KUHLMANN; SCHNEIDER, 2014, p. xxx), era necessário evocar Tucídides para falar de



Políbio, não só por fazerem parte da mesma categoria de história contemporânea, mas porque o “espírito” do ateniense “nunca foi realmente esquecido, e seu exemplo constantemente estimulou novos seguidores mesmo até na Era Bizantina” (MOELLENDORFF, 1908, p. 15). Ora, então, o que dizer de Políbio? Nas palavras de Moellendorff,

Nós somos os primeiros que nos incomodamos para completá-lo a partir dos documentos e corrigir seus julgamentos frequentemente preconceituosos. Não é óbvio que nenhuma pesquisa histórica existiu, seja na teoria ou na prática? As muitas palavras com que Políbio se refere ao seu próprio método e ao criticismo de Éforo e Timeu são baixas, como as do ensaio *banal* de Luciano sobre a escrita da história (MOELLENDORFF, 1908, p. 15, grifos no original, tradução nossa).

O megalopolitano era um historiador que causava preocupações ao filólogo do início do século XX devido ao seu modo de crítica de fontes. Além disso, a sua falta de método parecia uma obviedade. Moellendorff (1908, p. 10-11) só suspende o conflito com seu adversário depois de retomar a menção a outros autores envolvidos na polêmica historiográfica de Políbio para rebaixá-lo: Éforo de Cime tem, “no máximo, o duvidoso mérito de ter sido o primeiro a compor uma História Universal”, enquanto Timeu “certamente possuía uma erudição maior e mais sólida; até mesmo a pesquisa real não deveria, de forma alguma, ser totalmente negada a ele”. Ressaltamos a contra-argumentação realizada pelo autor em relação ao texto de Políbio no qual Éforo, apesar dos erros atribuídos a ele (Políbio, *Histórias*, XII, 25f), é referenciado como um predecessor estimado e defendido em relação a Timeu (Políbio, *Histórias*, XII, 27, 7; XII, 28; XII, 4a; XII, 23, 1), que, como vimos, é o autor mais atacado. O “duvidoso mérito” deve-se a uma afirmação de Políbio em relação a Éforo: “o primeiro e único a devotar-se a escrever a respeito de tudo” (Políbio, *Histórias*, V, 33, 2, tradução de B. B. Sebastiani), sendo esse “tudo” o que se entende por história universal. O objetivo do filólogo, acima de tudo, era o de convencer a audiência das suas aulas de que Políbio estava longe de ser confiável – tanto quanto Luciano de Samósata –, ao mesmo tempo em que só poderia ser um péssimo historiador se comparado com Tucídides.

Ainda que Moellendorff tenha rebaixado Políbio mais do que o fizera Droysen, nota-se no seu estudo o necessário confronto com a figura de Tucídides como parâmetro valorativo da atividade do historiador. Com isso, temos a circulação de uma interpretação hegemônica na pena de dois dos mais reconhecidos filólogos clássicos da época. No entanto, sustentar Tucídides não era uma questão puramente técnica: tratava-se de defender o maior modelo de escrita da história



do Ocidente quando a Europa se tornara centro do mundo e os métodos ocidentais estavam em processo de disciplinarização – ainda que, como expusemos, houvesse uma epistemologia própria e uma preocupação metodológica em Políbio. Não restaria mais para historiadores como Políbio, entretanto, do que ficar nas margens.

As questionáveis “raízes” clássicas da historiografia moderna e a importância de Políbio

Uma constante argumentativa é a de que Tucídides representaria o estado acabado da historiografia como evolução da narrativa épica e, com isso, ele teria exercido influência sobre os historiadores posteriores – raciocínio presente não só em Droysen e Moellendorff, como vimos, mas também em Jacoby e nos que se empenharam na constituição de uma “ciência da Antiguidade” (*Altertumswissenschaft*), como Niebuhr, Meyer e Ranke (MARQUES, 2019, p. 235-236). Longe de ficar somente na Alemanha dos séculos XIX e XX, o mesmo discurso que aponta para um período pós-clássico de decadência é salientado por Arnaldo Momigliano (2004, p. 76-77) e associado a um “declínio de qualidade” no qual “Políbio aceita todos os fundamentos do método de Tucídides”. Tal explicação, no entanto, se tornou altamente problemática, uma vez que os antigos “não necessariamente se viam como parte de uma tradição intelectual” (FROMENTIN; GOTTELAND, 2015, p. 13). No que pese o consenso de que Tucídides passou a ser um modelo digno de imitação no século II A.E.C., ele é mencionado pelo nome por Políbio apenas uma vez e com a função discursiva de situar Teopompo como continuador cronológico de sua história (Políbio, *Histórias*, VIII, 11, 3).

Com isso, não queremos negar a importância histórica dos escritos de Tucídides, mas concebê-los como fenômenos circunstanciais em relação às estruturas em sua historicidade. Tampouco queremos afirmar que qualquer suposta teoria de Tucídides seja exclusivamente retórica (WOODMAN, 1988, p. 1-69), ainda que retórica e história tenham fortes relações. No entanto, não podemos desprezar formalizações próprias de sua produção e reflexão históricas (VARGAS, 2015; PIRES, 1999). O que buscamos enfatizar é que “não há uma ‘tradição’ existente por si mesma, a influenciar ou moldar a posteridade. Inexiste, pois, ‘legado’, a não ser que este seja um conjunto heteróclito de interpretações sempre sujeitas a alterações, podendo ser mesmo rupturas” (VARGAS, 2019, p. 10-11). Nessa perspectiva, o conceito de influência, que subjaz à explicação da historiografia pós-clássica como algo decadente, torna-se frágil por atribuir uma passividade maciça aos excluídos da periodização do clássico; ele “parece inverter a relação ativo/passivo que o ator histórico vivencia e que o observador, apoiado unicamente em suas inferências, deseja levar em conta” (BAXANDALL, 2006, p. 101-102). Desse modo, a abstração



das ideias consideradas principais a partir das similaridades obtém o assentimento do leitor, mas não sem gerar inúmeras ambiguidades, as quais Skinner elencou (1966, p. 213).

Tanto a noção de influência quanto as justificativas apresentadas durante a disciplinarização da história para que Políbio fosse desqualificado e Tucídides fosse considerado o parâmetro da escrita da história do Ocidente devem ser problematizadas. Seja esta postura adotada em solo brasileiro ou europeu, tais pressupostos constituem o “eurocentrismo morfológico”, a partir do qual a coerência para experiências diversas é configurada “em função dos critérios europeus de civilização” de modo a centralizar períodos históricos em conformidade com esses critérios e renegar outros como “formativos” ou “decadentes” (MORALES; GEBARA DA SILVA, 2020, p. 127). Nesses parâmetros, a historiografia antiga não só “foi tomada como origem mítica da ‘historiografia do Ocidente’” (GEBARA DA SILVA, 2019, p. 477) como ainda o é. Qualquer reflexão relacionada com a teoria da história e a história da historiografia precisa levar em consideração, então, o que foi dito por Norberto Luiz Guarinello sobre as formas que integram a narrativa historiográfica: elas nunca são inocentes (GUARINELLO, 2003, p. 50).

Ao nosso ver, o historicismo é um dos muitos momentos da história da historiografia e, como tal, é localizado e formado historicamente. Devido a esse aspecto e às muitas outras formas de particularização, ele “não pode ser um equivalente da história” (ANDRADE, 2020, p. 52). Cabe assinalar, em relação a nossa escolha por nos centrar em um historiador grego para este artigo, que muitas outras culturas pertencentes ao período que se convencionou chamar de “Antiguidade” desenvolveram maneiras singulares de investigar e discutir o passado (FELDHERR; HARDY, 2011; RAAFLAUB, 2014; SANTOS, 2015). Assumir que se pensava e se discutia o passado em mundos anteriores aos do século XIX, então, é também uma questão de aceitação da alteridade. Em consonância com Matheus Vargas de Souza (2019, p. 86), pensamos que criticar as concepções eurocêntricas presentes nas bases do que entendemos por historiografia situa-se numa busca de “abrir novos horizontes para pensar como as culturas humanas entendem, representam, contam, difundem, disputam, questionam e admiram o passado, próprio ou alheio”. Não obstante, esses fatores não conduzem à simples negação de saberes ocidentais, como o historicismo, mas tanto a uma “autocrítica da própria historiografia, quanto para a percepção da complexidade da realidade histórica, irredutível às ansiedades da formação e eventual colapso da hegemonia ocidental dos últimos séculos” (MORALES; REGHIN, 2019, p. 118).

Assim, se, por um lado, todos os historiadores acabam sendo, em certo sentido, historicistas, como afirmou Frederick Beiser (2012), não podemos nos esquecer, por outro, de que o historicismo tem não somente suas teses, mas também legados e fragilidades (MARTINS, 2002; 2008). Qualquer projeto de “sincronismo” como prática historiográfica (como o proposto



por Helge Jordheim) que ignore essas questões será incompleto. Afinal, como o próprio autor nos lembra, categorias eurocentradas como as de “progresso” e “Modernidade” são tentativas de sincronização de múltiplas camadas temporais (JORDHEIM, 2017). Se algumas das principais categorias do discurso historiográfico moderno, tais como as de tempo, progresso, filosofia da história, *Bildung* e Modernidade, foram concebidas em diálogo com as historiografias antigas, é difícil conceber que tal recepção da Antiguidade, ainda que distante da noção de “influência” e muito mais próxima de uma “recepção ativa” (MARTINDALE, 2007, p. 298), a tenha suplantado totalmente a partir de um corte epistemológico tão abrupto como sugere o argumento em torno do *Sattelzeit*. Do contrário, sequer faria sentido a concepção de Rebenich (2011, p. 128), já mencionada nesse artigo, sobre a *Bildung* alemã como desenhada a partir da Grécia Antiga e que teria representado, para o autor, uma “tirania da Grécia Antiga sobre a Alemanha”.

Mesmo no Brasil, “a história da historiografia, como subdisciplina acadêmica, preocupou-se, sobretudo, com a formação da historiografia moderna” (BONALDO; PINTO; VIANNA; KHODADAD, 2020, p. 21). É justamente por exigir dos historiadores antigos que cumpram critérios modernos da escrita da história que muitos acabam por reduzi-los a ideias de repetição do tempo, *historia magistra uitae*, exemplos, entre outros (MARINCOLA, 2009). Em um momento mais recente, Arnaldo Momigliano (2004, p. 54), em suas *Sather Classical Lectures* (1961-1962), sustentava que o discurso de que “os gregos tinham uma mente a-histórica” não passava de uma “vaga generalização” mais próxima de Pitágoras, Platão e Zenão do que de Heródoto, Tucídides e Políbio, apontando, também, a arbitrariedade implícita na escolha de Platão como “um representante mais típico” dos gregos do que Heródoto. Não podemos, portanto, desprezar as historiografias pré-modernas, nem elencar modelos como os que situaram Tucídides no centro e Políbio nas margens. Afinal, tais historiografias são parte da história desse conjunto heterogêneo de práticas investigativas desenvolvidas e executadas pelos seres humanos em torno dos acontecimentos passados em sua reflexão temporal-espacial compreendida como historiografia.

Considerações finais

Ao analisarmos o gênero historiográfico polibiano e sua epistemologia diante das categorias usadas durante os processos de disciplinarização da história no século XIX, vimos como essas categorias condicionam interpretações eurocêntricas sobre como se fazia história na Antiguidade. Segundo essa visão, Políbio, quando não combatido, ficava nas margens de Tucídides, considerado o modelo por excelência de escrita da história. Devido à pouca atenção dada às historiografias antigas, percebemos que tais concepções ainda são majoritariamente aceitas, não só no norte global como também nos trópicos. Tal fenômeno mantém relações com



o presentismo filosófico e o mencionado eurocentrismo na história da historiografia e na teoria da história, uma vez que as histórias anteriores e alheias ao recorte geográfico moderno e ocidental são invalidadas como formas de investigação e discussão sobre o passado por não seguirem os critérios modernos para essa tarefa – e é justamente aí que reside uma contradição nos próprios termos da máxima historicista assumida pela ciência da história.

Entre os inúmeros problemas que envolvem esse tema, vimos, a partir do caso de Políbio, que impor um modelo de historiador às fontes é uma forma de trabalho que encontra rapidamente seus limites. Nesse sentido, o modelo eurocentrado não exclui apenas os espaços não europeus, mas elimina também historiografias do próprio período pré-moderno, que a Europa considera como parte da sua história. Mesmo quando essas historiografias chamadas de “pré-modernas” são incorporadas nos textos mais gerais sobre teoria da história e história da historiografia, principalmente os produzidos no Brasil, elas costumam aparecer de maneira teleológica, ou seja, para explicar o que aconteceu ou deixou de acontecer na própria modernidade, sustentando a grande ficção que a *Bildung* alemã moderna ajudou a construir: a ideia de Ocidente. Como seria possível a compreensão de uma constelação de sentidos ordenadora dos termos “história”, “sofrimento”, “visão”, “empíria”, “experiente”, “inexperiente”, “estar presente”, “utilidade”, “interrogação de testemunhas”, “previsão”, “visto por si mesmo”, entre muitos outros, se não fosse uma que buscasse pelos conceitos ênicos, i.e., pelo arranjo de sentidos em um sistema cultural próprio? Se nos atentarmos para a pluralidade das historiografias antigas, compreendendo, então, que as “raízes” da historiografia moderna se ramificam ultrapassando Heródoto ou Tucídides, não se restringindo à Grécia, estaremos prontos para começarmos a questionar, e quem sabe perceber, que o *Sattelzeit* proposto pela *Historik* alemã pode ser, ao mesmo tempo, uma excelente proposta de sincronização de temporalidades, mas também uma eficaz construção retórica de caráter nacionalista. A obra de Políbio é uma das muitas vias possíveis que podem auxiliar a nos afastar desse labirinto.

Referências

ABURTO, Leslie Lagos-; PIÑA, Felipe Montanares-. La geografía en la historiografía helenística. El concepto de oikoumene en las *Histórias* de Políbio. **Byzantion Nea Hellás**, Santiago, n. 39, p. 101-124, 2020. Disponível em: <https://byzantion.uchile.cl/index.php/RBNH/article/view/60334>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ALBERTI, Verena. A existência na história: revelações e riscos da hermenêutica. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 31-57, 1996. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2013>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ANDRADE, Rodrigo Prates. É possível uma história da historiografia medieval? **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 13, n. 33, p. 39-58, 2020. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1542>. Acesso em: 03 fev. 2021.



- ASSIS, Arthur Alfaix; MATA, Sérgio da. O conceito de história e o lugar dos *Geschichtliche Grundbegriffe* na história da história dos conceitos. In: KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo (org.). **O conceito de História**. Trad. R. E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 9-36.
- ASSIS, Arthur Alfaix; FERREIRA, Bernardo. Prefácio: o paradoxo da história dos conceitos. In: KOSELLECK, Reinhart. **Histórias de conceitos**. Tradução de M. Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020. p. 7-12.
- BARBO, Daniel. A polêmica do Livro XII de Políbio e os tempos históricos. In: SEBASTIANI, Breno Battistin; RODRIGUES JÚNIOR, Fernando; SILVA, Bárbara da Costa (org.). **Problemas de historiografia helenística**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. p. 121-142.
- BARON, Christopher A. **Timaeus of Tauromenium and Hellenistic historiography**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- BAXANDALL, Michael. **Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros**. Trad. V. M. Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- BEISER, Frederick C. **The German Historicist Tradition**. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- BENES, Tuska. In **Babel's Shadow: Language, Philology and the Nation in Nineteenth-Century Germany**. Detroit: Wayne State University Press, 2008.
- BONALDO, Rodrigo; PINTO, Otávio Luiz Vieira; VIANNA, Luciano José; KHODADAD, Rezakhani. Decolonizar a Historiografia Medieval: Introdução à 'Historiografia Medieval — Novas Abordagens'. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 13, n. 33, p. 19-37, 2020. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1671>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- BRANDÃO, Jacyntho Lins. A experiência de Ulisses: nota sobre um tema utópico perdido. **MORUS**, Campinas, v. 7, n. 7, p. 156-165, 2010. Disponível em: <http://www.revistamorus.com.br/index.php/morus/article/view/53>. Acesso em: 25 out. 2021.
- BROWN, Truesdell S. **Timaeus of Tauromenium**. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1958.
- CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. Uma história global antes da globalização? Circulação e espaços conectados na Idade Média. **Revista História**, São Paulo, n. 179, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/160970>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- CICÉRON. Des Lois. In: CICÉRON. **œuvres complètes de Cicéron avec la traduction en français**. Tome Quatrième. Paris: Imprimeurs de l'Institut de France, 1864, p. 356-423. Disponível em: <http://remacle.org/bloodwolf/orateurs/index.htm>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- COLLINGWOOD, Robin G. **The Idea of History**. Oxford: Clarendon Press, 1946.
- CONRAD, Sebastian. **What is Global History?** Princeton; Woodstock: Princeton University Press, 2016.
- COSTA, Vitor Medeiros. Uma tipologia da causalidade em Heródoto: *aitia* no Livro I das *Histórias*. **Roda da Fortuna**, Barcelona, v. 8, n. 2, p. 249-269, 2019. Disponível em: <https://www.revistarodadafortuna.com/2019-2>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- DROYSEN, Johann Gustav. **Histórica: lecciones sobre la enciclopedia y metodología de la historia**. Tradução de E. G. Valdés; R. G. Girardot. Barcelona: Editorial Alfa, 1983.
- DROYSEN, Johann Gustav. **Manual de teoria da história**. Trad. Sara Baldus e Julio Bentivoglio. Petrópolis: Vozes, 2009 [1868].
- FAVERSANI, Fábio; SANTOS, Dominique; ROSILLO-LOPEZ, Cristina. História Antiga: Diferentes Perspectivas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 40, n. 84, p. 13-19, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/7FPvwr4x66h9pQjTf9TQJKh/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- FELDHERR, Andrew; HARDY, Grant (ed.). **The Oxford History of Historical Writing: Beginnings to A.D. 600**. Oxford: New York: Oxford University Press, 2011. v. 1.
- FOUCAULT, Jules-Albert de. Note sur quelques manuscrits de Polybe. **Revue d'Histoire des textes**, Paris, boletim n. 1, Paris, p. 227-233, 1971.
- FROMENTIN, Valérie.; GOTTELAND, Sophie. Thucydides' ancient reputation. In: LEE, Christine.; MORLEY, Neville (ed.). **A handbook to the reception of Thucydides**. Malden: Wiley Blackwell, 2015. p. 13-25.
- GADAMER, Hans-Georg. **Truth and method**. Trad. J. Weinsheimer e D. G. Marshall. 2ª ed. R Chippenham: Continuum, 2004.
- GEBARA DA SILVA, Uiran. Outra História Global é possível? Desocidentalizando a história da historiografia e a história antiga. **Esboços**, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 473-485, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2019.e65429>. Acesso em: 07 mar. 2021.



GUARINELLO, Norberto. **História Antiga**. São Paulo: Contexto, 2013.

GUARINELLO, Norberto. Uma morfologia da história: as formas da História Antiga. **Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 41-61, 2003. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3935>. Acesso em: 09 mar. 2021.

GUELFUCCI, Marie-Rose. Polybe, la Tύχη et la marche de l'histoire. In: FRAZIER, Fraçoise; LEÃO, Delfim F (ed.). **Tychè et Pronoia: la marche du monde selon Plutarque**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018. p. 141-167. Disponível em: https://digitalis.uc.pt/en/livro/polybe_la_%CF%84%CF%8D%CF%87%CE%B7_et_la_marche_de_%E2%80%99histoire. Acesso em: 10 mar. 2021.

HARTOG, François. **Evidência da história: o que os historiadores veem**. Trad. G. J. F. Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

HENDRICKSON, Thomas. The invention of the Greek library. **Transactions of the American Philological Association**, Baltimore, v. 144, p. 371-413, 2014. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/559198/pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

HOMERO. **Odisseia**. Trad. C. Werner. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

JORDHEIM, Helge. Does Conceptual History really need a theory of historical Times? **Contributions to the History of Concepts**, Helsinki, v. 6, n. 2, p. 21-41, 2011. Disponível em: <https://www.berghahnjournals.com/view/journals/contributions/6/2/choc060202.xml>. Acesso em: 10 mar. 2021.

JORDHEIM, Helge. Synchronizing the World: Synchronism as Historiographical Practice, Then and Now. **History of the Present**, Durham, v. 7, n. 1, p. 59-95, 2017. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/history-of-the-present/article-abstract/7/1/59/153289/Synchronizing-the-World-Synchronism-as>. Acesso em: 10 mar. 2021.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2014 [2000].

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Trad. W. P. Maas e C. A. Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KUHLMANN, Peter; SCHNEIDER, Helmuth (ed.). **History of Classical Scholarship: a biographical dictionary**. Trad. D. Smart e C. M. Schroeder. Leiden; Boston: Brill, 2014.

LEVENE, D. S. Polybius on 'Seeing' and 'Hearing': 12.27. **The Classical Quarterly**, Cambridge, v. 55, n. 2, p. 627-29, 2005. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4493368>. Acesso em: 3 jul. 2022.

LIANERI, Alexandra (ed.). **The Western Time of Ancient History: Historiographical Encounters with the Greek and Roman Pasts**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

MARINCOLA, John. **Authority and Tradition in ancient historiography**. Wiltshire: Cambridge University Press, 1999.

MARINCOLA, John. Historiography. In: ERSKINE, Andrew. **A Companion to Ancient History**. Malden: Wiley; Blackwell, 2009. p. 13-22.

MARQUES, Juliana Bastos. *A historia magistra vitae* e o pós-modernismo. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 6, n. 12, p. 63-78, 2013. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/618>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MARQUES, Juliana Bastos. Políbio. In: JOLY, Fábio Duarte (org.). **História e retórica: ensaios sobre historiografia antiga**. São Paulo: Alameda, 2007. p. 45-63.

MARQUES, Juliana Bastos. Historicizando as categorias de Felix Jacoby: os gêneros historiográficos da Antiguidade e sua classificação pelos modernos. In: GUARINELLO, Norberto Luiz; GEBARA DA SILVA, Uiran; DUARTE OLIVEIRA, Gustavo Junqueira; PIZA, Pedro Luís de Toledo (org.). **Fronteiras mediterrânicas: estudos em comemoração dos 10 anos do LEIR-MA/USP**. Porto Alegre: Editora Fi, 2019. p. 225-250. Disponível em: <https://www.editorafi.org/676fronteiras>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MARQUES, Juliana Bastos. O conceito de temporalidade e sua aplicação na Historiografia Antiga. **Revista de História**, São Paulo, n. 158, p. 43-65, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19074>. Acesso em: 07 mar. 2021.

MARTINDALE, Charles. Reception. In: KALLENDORF, Craig W.; BRIGGS, Ward; GAISSER, Julia; MARTINDALE, Charles (ed.). **A Companion to the Classical Tradition**. Malden: Blackwell Publishing, 2007. p. 297-311.

MARTINS, Estevão de Rezende. Historicismo: tese, legado, fragilidade. **História Revista**, Goiânia, v. 7, n. 1/2, p. 1-22, jan./dez. 2002. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/10480>. Acesso em: 10 mar. 2021.



- MARTINS, Estevão de Rezende. Historicismo: o útil e o desagradável. In: ARAUJO, Valdei Lopes de; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino; MATA, Sérgio Ricardo da (org.). **A dinâmica do historicismo**: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte, MG: Argumentum, 2008. p. 15-48.
- MEEUS, Alexander. Introduction: Narrative and interpretation in the Hellenistic historians. **Histos**, Newcastle, v. 8, p. 1-22, 2018. Disponível em: <https://histos.org/SV8HellenisticHistoriography.html>. Acesso em: 03 fev. 2021.
- MILTSIOS, Nikos. **The Shaping of narrative in Polybius**. Berlin; Boston: Walter de Gruyter, 2013.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Tradução de M. B. B. Florenzano. Bauru: EDUSC, 2004.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **Essays in ancient and modern historiography**. Middletown: Wesleyan University Press, 1977.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. J. G. Droysen between Greeks and Jews. **History and Theory**, Middletown, v. 9, n. 2, p. 139-153, 1970. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2504123>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- MOORE, Daniel Walker. **Polybius: Experience and the Lessons of History**. Leiden; Boston: Brill, 2020.
- MORALES, Fábio; GEBARA DA SILVA, Uiran. História Antiga e História Global: afluentes e confluências. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 40, n. 83, p. 126-150, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/gB9JWMhrKxwMvJCwGRd5Y9y>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- MORALES, Fábio.; REGHIN, Santiago. Muito antes de Ai-Khanoum: a representação historiográfica da Bactria helenística nas Lições de História Antiga de Barthold Niebuhr. **Heródoto**, Guarulhos, v. 4, n. 1, p. 203-121, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/herodoto/article/view/10089>. Acesso em: 03 fev. 2021.
- MORALES, Fábio. Por uma didática da História Antiga no ensino superior. **Mare Nostrum**, São Paulo, v. 8, n. 8, p. 79-114, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/marenostrum/article/view/138862>. Acesso em: 22 out. 2021.
- NORTH, John Harry. **Winckelmann's "Philosophy of Art": A Prelude to German Classicism**. New Castle: Cambridge Scholars Publishing, 2012.
- PALTI, Elías José. Koselleck y la idea de *Sattelzeit*: un debate sobre modernidad y temporalidad. **Ayer**, Madrid, v. 53, p. 63-74, 2004. Disponível em: <https://revistaayer.com/articulo/713>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- PÉDECH, Paul. Notice. In: POLYBE. **Histoires**: Livre XII. Tradução de P. Pédech. Paris: Belles Lettres, 1961. p. ix-xxxv.
- PÉDECH, Paul. **La méthode historique de Polybe**. Paris : Les Belles Lettres, 1964.
- PIÑA, Felipe Montanares. **La geografía en la historiografía helenística**: el recurso geográfico a través de las *Historias* de Polibio. 2019. Monografia (Graduação em História) — Universidad de Concepción, Concepción, 2019.
- PIRES, Francisco Murari. **Mithistória**. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 1999.
- PRADO, Ana. L. do A. A. Normas para a transliteração de termos e textos em grego antigo. **Classica**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 298-299, 2006. Disponível em: <https://revista.classica.org.br/classica/article/view/123>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- POLYBII. **Historiae**. Ed. T. Buettner-Wobst. Stuttgart: Teubner, 1985.
- POLIBIO. **Le Storie**. Trad. C. Schick. 3 v. Roma: Arnaldo Mondadori Editore, 1955.
- POLIBIO. **Historia**. Trad. M. B. Recort. 3 v. Madrid: Editorial Gredos, 1981.
- POLÍBIO. **História pragmática**: Livros I a V. Trad. B. B. Sebastiani. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2016.
- POLÍBIOS. **História**. Trad. M. G. Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
- POLYBE. **Histoires**: Livre XII. Trad. P. Pédech. Paris: Belles Lettres, 1961.
- POLYBIUS. **The histories**. Trad. W. R. Paton. 6 v. Londres: William Heinemann; New York: G. P. Putnam's Sons, 1925.
- POLYBIUS. **The Histories**. Trad. R. Waterfield; introdução e notas por B. McGing. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- RAAFLAUB, Kurt A. (ed). **Thinking, recording, and writing history in the Ancient World**. Hoboken: John Wiley Blackwell, 2014.
- RANKE, Leopold von. „Über die Epochen der neueren Geschichte“. In: RANKE, Leopold von; HOFMANN, Hans (org.). **Geschichte und Politik**: Ausgewählte Aufsätze und Meisterschriften. Alfred Kröner Verlag, Stuttgart, 1942 [1854]. *E-book*. Projekt Gutenberg-De. Disponível em: <https://www.projekt-gutenberg.org/ranke/epochen/epochen.html>. Acesso em: 01 dez. 2020.



- REBENICH, Stefan. The making of a bourgeois antiquity: Wilhelm von Humboldt and Greek history. In: LIANERI, Alexandra (ed.). **The Western Time of Ancient History: Historiographical Encounters with the Greek and Roman Pasts**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 119-137.
- RIVERO, José Javier Blanco. La historia de los conceptos de Reinhart Koselleck: conceptos fundamentales: *Sattelzeit*, temporalidad e histórica. **Politeia**, Caracas, v. 35, n. 49, p. 1-33, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=170029498009>. Acesso em: 23 out. 2021.
- RÜSEN, Jörn. **Historik: Theorie der Geschichtswissenschaft**. Köln: Böhlau Verlag GmbH & Cie, 2013.
- SACKS, Kenneth. **Polybius on the Writing of History**. Berkeley: University of California Press, 1981.
- SANTOS, Dominique. Apresentação ao dossiê "A escrita da história na Antiguidade". **Revista de Teoria da História**, Goiânia, ano 7, n. 13, p. 7-18, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/35134>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- SCHEPENS, Guido. History and Historia: Inquiry in the Greek Historians. In: MARINCOLA, John (ed.). **A companion to Greek and Roman historiography**. Malden; Oxford; Carlton: Blackwell Publishing, 2007. v. 1, p. 39-55.
- SEBASTIANI, Breno Battistin. **Bélica lição polibiana**. 2006. Tese (Doutorado em História Social) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- SEBASTIANI, Breno Battistin. Droysen's concept of Hellenism between philology and history. **Aitia** — Regards sur la culture hellénistique au XXI^e siècle, Lyon, v. 5, p. 1336-1345, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aitia/1336>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- SEBASTIANI, Breno Battistin. Políbio contra Timeu, ou o Direito de Criticar. **Projeto História**, São Paulo, v. 41, n. 41, p. 405-427, 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6547>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- SILVA, Glaydson José da; FUNARI, Pedro Paulo; GARRAFFONI, Renata Senna. Recepções da Antiguidade e usos do passado: estabelecimento dos campos e sua presença na realidade brasileira. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 40, p. 43-66, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/NxWFCCdfrijxYXzmQB98NPt/?lang=pt>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- SILVEIRA, Aline Dias da. História Global da Idade Média: estudos e propostas epistemológicas. **Roda da Fortuna**, Barcelona, v. 8, n. 2, p. 210-236, 2019. Disponível em: <https://www.revistarodadafortuna.com/2019-2>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- SKINNER, Quentin. The limits of historical explanations. **Philosophy: The Journal of the Royal Institute of Philosophy**, Cambridge, v. 41, n. 157, p. 199-215, 1966. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3748405>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- VARGAS, Anderson Zalevski. As recepções e as conformações de passado e presente. **Heródoto**, Guarulhos, v. 4, n. 2, p. 07-17, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/herodoto/article/view/10959>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- VARGAS, Anderson Zalevski. Uma ambiguidade tucidideana: a interconexão entre o humano e o inumano no relato dos sofrimentos da guerra. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 52-86, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/35116>. Acesso em: 07 mar. 2021.
- VARGAS DE SOUZA, Matheus. Civilização, ocidente, "clássicos" e eurocentrismo: é possível uma ecologia de saberes para a História da Historiografia e a Teoria da Histórias? **Manduarisawa**, Manaus, v. 3, n. 2, p. 68-90, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/manduarisawa/article/view/5595>. Acesso em: 07 mar. 2021.
- VARGAS DE SOUZA, Matheus. Novas abordagens sobre o surgimento da consciência histórica: os clássicos e sua verdadeira relação com o tempo, o anacronismo e a diferença histórica. Resenha da obra de: ROOD, Tim; ATACK, Carol; PHILIPS, Tom. *Anachronism and Antiquity*. Londres: Bloomsbury Academic, 2020. **Mare Nostrum**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 259-266, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/marenostrum/article/view/179135>. Acesso em: 07 mar. 2021.
- WALBANK, Frank William. **A historical commentary on Polybius**. Oxford: Clarendon Press, 1967a. v. 2.
- WALBANK, Frank William. The manuscripts of Polybius. **The Classical Review**, Cambridge, v. 17, n. 2, p. 151-153, 1967b.
- WALBANK, Frank William. **Polybius**. Berkeley: University of California Press, 1972.
- WEHLING, Arno. Historiografia e epistemologia histórica. In: MALERBA, Jurandir (org). **A história escrita: Teoria e História da Historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 175-189.
- WILAMOWITZ-MOELLENDORFF, Ulrich von. **Greek Historical Writing and Apollo: Two Lectures delivered before the University of Oxford, June 3 and 4**. Trad. G. Murray. London: Oxford University Press, 1908.
- WOODMAN, A. J. **Rhetoric in Classical Historiography**. Nova York: Routledge, 1988.



Informações adicionais

Biografia

Dominique Santos é professor de História Antiga e Medieval da Universidade de Blumenau (FURB). Coordenador do Laboratório Blumenauense de Estudos Antigos e Medievais (www.furb.br/labeam). Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Dyel da Silva é mestrando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e licenciado em História pela Universidade de Blumenau (FURB). Membro do Laboratório Blumenauense de Estudos Antigos e Medievais (LBEAM) e do Humanitas - Núcleo de pesquisa em epistemologias, práticas e saberes interdisciplinares.

Endereço para correspondência

Dominique Santos, Rua Antônio da Veiga, 140, Victor Konder, Blumenau, SC, CEP 89012-900, Brasil.

Financiamento

Propex/FURB/PIPE/Artigo 170, um recurso proveniente do Governo do Estado de Santa Catarina.

Contribuição de autoria

Conceituação: SANTOS, Dominique; SILVA, Dyel G.

Curadoria de dados: SANTOS, Dominique; SILVA, Dyel G.

Investigação: SANTOS, Dominique; SILVA, Dyel G.

Escrita – rascunho original: SANTOS, Dominique; SILVA, Dyel G.

Escrita – revisão e edição da versão final: SANTOS, Dominique; SILVA, Dyel G.

Conflito de interesse

Nenhum conflito de interesse foi declarado.

Aprovação no comitê de ética

Não se aplica.

Contexto de pesquisa

O artigo deriva do Trabalho de Conclusão de Curso “O conceito de história em Políbio: uma análise do Livro XII”, orientado por Dominique Santos, na Universidade de Blumenau (FURB), curso de graduação em História, defendido no ano de 2020 (link: https://bu.furb.br/docs/MO/2020/367353_1_1.pdf).

Método de avaliação

Duplo-cega por pares.

Preprint

O artigo não é um preprint.



Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

Editores responsáveis

Flávia Varella - Editora-chefe

Fábio Joly - Editor responsável

Histórico de avaliação

Data de submissão: 01 de abril de 2022

Data de alteração: 20 de junho de 2022

Data de aprovação: 05 de julho de 2022

Direitos autorais

Copyright © 2022 Dominique Santos e Dyel da Silva.

Licença

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribución 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





pyHDB - ferramenta heurística para a Hemeroteca Digital Brasileira: utilizando técnicas de web scraping para a pesquisa em história

pyHDB - heuristic tool for the Brazilian Newspaper Digital Library: using web scraping technics for Historical research

Eric Brasil^a

ericbrasiln@proton.me

<https://orcid.org/0000-0001-5067-8475> 

^a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Instituto de Humanidades e Letras, São Francisco do Conde, BA, Brasil.



Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a relação entre ferramentas e interfaces de busca em repositórios de fontes digitais e a construção do conhecimento histórico na era digital. Para tanto, é analisada a *pyHDB: ferramenta heurística para a Hemeroteca Digital Brasileira* da Biblioteca Nacional, caracterizando-se seus aspectos técnicos, metodológicos e heurísticos. Tal ferramenta é um programa de computador escrito com a linguagem de programação *Python* e que utiliza técnicas de *web scraping*. Foi criada com o objetivo de auxiliar pesquisadores no processo de construção e registro metodológico, gerando relatórios e fornecendo dados tabulares e *data sets* a partir dos parâmetros de busca definidos. Primeiramente, são analisados de forma crítica os resultados produzidos pela interface gráfica da Hemeroteca Digital Brasileira. Em seguida, a *pyHDB* é apresentada detalhadamente, tanto em seus aspectos éticos e técnicos quanto em termos de possibilidades analíticas, por meio de três exemplos de busca. Por fim, nas considerações finais, discorre-se acerca das vantagens do desenvolvimento e uso de ferramentas metodológicas digitais para a pesquisa histórica.

Palavras-chave

Metodologia da história; Heurística; História Digital.

Abstract

This article aims to analyze the relationship between search tools and users' interfaces in digital source repositories and the construction of historical knowledge in the digital age. Therefore, I analyze the *pyHDB: Heuristic Tool for the Brazilian Digital Newspaper Library of the National Library*, characterizing its technical, methodological and heuristic aspects. The tool is a computer program written in the Python programming language and uses web scraping techniques. Its purpose is to assist researchers in the process of methodological construction and recording, creating reports, tabular data and datasets from the defined search parameters. First, the results generated by the Hemeroteca Digital Brasileira graphical interface are critically analyzed. Then, the *pyHDB*, both its ethical and technical aspects and analytical possibilities, is presented in detail through three search examples. Finally, in the concluding remarks, the advantages of developing and using digital methodological tools for historical research are discussed.

Keywords

History Methodology; Heuristics; Digital History.



Entre os dias 11 e 26 de abril de 2021, todas as páginas da Fundação Biblioteca Nacional ficaram fora do ar. Na conta oficial da instituição no Twitter anunciava-se, no dia 12 de abril, que “Por motivos técnicos, nosso site se encontra temporariamente fora do ar. Esperamos solucionar o problema o quanto antes” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2021). A preocupação, em muitos casos, foi visível nas redes sociais, especialmente diante das incertezas e demora na divulgação de informações atualizadas. Pesquisadoras e pesquisadores, de todos os níveis, variadas formações e áreas, queixavam-se em posts e tuítes, e alguns, inclusive, indignados, expressavam-se em caixa alta: “PRECISO TERMINAR MEU TCC”.

Este caso aponta para uma questão bem mais ampla, a de uma profunda virada digital nas humanidades nos últimos 20 anos (BRESCIANO, 2000, p. 7-9), e, também, para as modificações ocorridas na História como disciplina. Para a pesquisa histórica, esta mudança reside na combinação entre a digitalização das fontes primárias, a criação profusa e disponibilização de novas fontes nativamente digitais e a *dataficação* das relações sociais (SOUTHERTON, 2020) e a conseqüente transformação nos métodos de pesquisa e construção do conhecimento histórico. Nas palavras de Bob Nicholson, na década de 2010, nós estaríamos “à beira da virada digital na pesquisa em humanidades impulsionada pelo uso criativo dos arquivos on-line e um desejo de imaginar novos tipos de pesquisa” (NICHOLSON, 2013, p. 63).

Se no início da terceira década do século XXI ainda não encontramos um campo consolidado para esses debates na historiografia brasileira – apesar de importantes trabalhos publicados, como os de Anita Lucchesi (2014), Pedro Telles (2018), Thiago Nicodemo (2019), Marcela Albaine Costa (2021) para citar apenas alguns, e do surgimento de laboratórios e investigações sobre o tema –, percebemos que tais questões foram aceleradas e aprofundadas, mesmo que de forma açodada e desequilibrada, pela pandemia da COVID-19 que assola a humanidade desde o início de 2020.

Muitas reflexões emanam desse cenário, ainda que de forma incipiente, em espaços acadêmicos nacionais, girando, em grande medida, em torno de dois polos: de um lado, a urgência em enfrentar tal virada digital como elemento chave para a produção historiográfica do século XXI (ROMEIN *et al.*, 2020, p. 293); e, de outro, a setorização dos aspectos digitais da disciplina em uma subárea, restrita apenas aos interessados “nessas novidades tecnológicas”.

Este debate tem muito a crescer a partir do momento em que historiadores e historiadoras das mais distintas filiações teóricas o encararem, dispondo-se a colaborar ativamente na construção de reflexões junto a arquivistas, bibliotecários, programadores, cientistas de dados. Em outras palavras, isso significa atuar no que Max Kemman (2021) chama de “zonas de troca”, buscando ampliar tanto os aspectos técnicos quanto epistemológicos do desenvolvimento e uso de ferramentas e métodos digitais para a pesquisa em história.



Neste artigo, enfrento o problema comum a todos e todas que executam a operação historiográfica: o processo de selecionar, recolher, organizar as fontes primárias e realizar a crítica relativa a elas – a chamada heurística das fontes. Agora, assumindo um aspecto diferente, trata-se de uma heurística em ambientes digitais, mediada por ferramentas e dados digitais. Para tanto, apresento e caracterizo uma ferramenta de suporte para a pesquisa na Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional, intitulada *pyHDB: ferramenta heurística para a Hemeroteca Digital Brasileira*, e analiso sua relação com a teoria, a metodologia e a epistemologia da história. A ideia é aproximar os saberes fundamentais da pesquisa em história com conhecimentos técnicos de programação, atuando nessas zonas de troca, interdisciplinares e colaborativas. Ou, ainda, parafrazeando a Fickers e Clavert, busco “combinar habilidades digitais críticas com uma abordagem autorreflexiva”, prática chamada de hermenêutica digital. Isto implicaria “[t]ornar explícito como a produção de conhecimento histórico por meio de ferramentas e tecnologias digitais é o resultado de um processo complexo de interação humano-máquina, de coconstrução do ‘objeto epistêmico’ da inquirição e investigação histórica” (CLAVERT; FICKERS, 2021, n.p., tradução nossa).

Argumento que as novas formas de realizar pesquisas em interfaces digitais de busca impactam, mediam e direcionam tanto a coleta e seleção das fontes quanto sua análise. Diante disso, é fundamental que o método histórico leve em consideração a aplicação de práticas de heurística digital coerentes tanto com as características das ferramentas e métodos utilizados, das fontes e dados trabalhados quanto com as reflexões teóricas básicas da disciplina histórica.

A ferramenta heurística para a Hemeroteca Digital Brasileira (*pyHDB*) é um programa de computador escrito com a linguagem de programação Python e desenvolvido por mim no âmbito das pesquisas que realizo no curso de História do Instituto de Humanidades e Letras do campus dos Malês da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) e no Laboratório de Humanidades Digitais da Universidade Federal da Bahia (UFBA). A ferramenta tem como principal objetivo auxiliar pesquisadores no processo de construção e registro de dados com rigor metodológico por meio de relatórios, planilhas e *data sets* (conjuntos de dados) criados a partir dos parâmetros de busca disponibilizados pela interface da Hemeroteca Digital Brasileira.¹ A *pyHDB* registra tanto os parâmetros definidos pelo pesquisador quanto a hora e data da busca, os resultados encontrados, os correlativos acervos, o número de ocorrências, o número de páginas de cada acervo buscado, a frequência de ocorrências por páginas e as informações de cada ocorrência e realiza o download da imagem quando permitido pela Hemeroteca Digital Brasileira.

¹ Ao longo do artigo, a interface de busca, acessível pelo link <http://memoria.bn.br/>, será referida como Hemeroteca Digital Brasileira, enquanto a ferramenta metodológica desenvolvida por mim, será referida como *pyHDB*.



Nas páginas que se seguem, primeiramente, analiso de forma crítica os resultados originados pela interface gráfica da Hemeroteca Digital Brasileira. Em seguida, apresento detalhadamente a pyHDB, tanto em seus aspectos éticos e técnicos quanto em termos de possibilidades analíticas, por meio de três exemplos de busca. Por fim, proponho algumas considerações finais acerca de: a) as vantagens do desenvolvimento de ferramentas metodológicas digitais específicas de acordo com interesses e perguntas de pesquisa e b) as vantagens para a Hemeroteca Digital Brasileira e para a pesquisa histórica em geral da sofisticação das ferramentas disponíveis para o acesso dos usuários e o engajamento de historiadores/as nesse processo.

A interface da Hemeroteca Digital Brasileira: busca, resultados e impactos na pesquisa

Muitas ferramentas e métodos digitais são rapidamente repelidos em contextos acadêmicos, taxados como inviáveis seja por sua curva de aprendizado muito grande ou por sua opacidade técnica (NASCIMENTO, 2020). Entretanto, seus usos são cada vez mais comuns e mesmo imprescindíveis para a execução de pesquisas nas ciências humanas, abrangendo desde o uso do e-mail institucional até algoritmos que processam linguagem natural, passando por editores de textos e planilhas, bancos de dados, mapas, etc. De fato, os programas de computador, que nada mais são do que uma longa sequência de códigos, caminham lado a lado com nossas pesquisas, aulas e publicações.

Contudo, como afirmam Röhle e Rieder, mesmo que uma parte significativa de nossas horas de trabalho transcorra na frente de uma tela, muitas das ferramentas que utilizamos não são enquadradas como parte de nossos métodos de pesquisa. Os autores entendem que a “função heurística dos métodos digitais de pesquisa” estaria focada em encontrar padrões, dinâmicas e relações nos dados e que, mesmo que não estejam muito visíveis na cadeia metodológica, teriam repercussões epistemológicas significativas: computadores como ferramentas heurísticas “oferecem-nos perspectivas particulares sobre os fenômenos nos quais estamos interessados” (RÖHLE; RIEDER, 2012, p. 70, tradução nossa).

No caso específico da Hemeroteca Digital Brasileira e sua interface de busca, é fácil constatar seu valor, importância e impacto positivo na pesquisa e imaginação histórica, como já venho apontando em pesquisas recentes (BRASIL; NASCIMENTO, 2020). Seu uso tem se popularizado em pesquisas acadêmicas, e ela pode ser considerada o principal caminho de acesso às fontes de imprensa no Brasil, sobretudo no que diz respeito a jornais e revistas



do século XIX até meados do século XX. Como veremos detalhadamente, essa interface de busca reúne os predicados de uma ferramenta heurística que, ao mesmo tempo, apresenta potencialidades enormes para a pesquisa em história e impacta diretamente nas formas de construção do conhecimento. Nesse sentido, proponho a seguir uma análise da interface e das possibilidades de resultados.

A Hemeroteca Digital Brasileira foi lançada em 2012 com aproximadamente 5 milhões de páginas digitalizadas disponíveis para consulta e busca por palavras-chave (BETTENCOURT; PINTO, 2013). Atualmente, esse número ultrapassa os 20 milhões de páginas. É possível acessar o acervo de diversas formas: lendo os jornais de forma corrente, filtrando datas, locais, jornais ou – e este é o grande diferencial oferecido pela ferramenta – buscando por palavras-chave combinadas a diferentes filtros, o que proporciona resultados bastante específicos para cada conjunto de parâmetros de busca (BRASIL; NASCIMENTO, 2020).

Assim como em qualquer interface do usuário (UI) – termo traduzido do inglês *user interface*, designando um conjunto de controles por meio dos quais um usuário humano interage com uma máquina (RAYMOND, 2003, p. 289) –, o resultado retornado para o usuário da Hemeroteca Digital Brasileira apresenta uma série de características que direcionam uma determinada maneira de lidar com os dados obtidos e, conseqüentemente, informam construções metodológicas e epistemológicas moldadas por esse próprio modelo de resultado.

Um jornal digitalizado, nas palavras de Maud Ehrmann e colaboradores, “é um objeto complexo determinado por múltiplas camadas de processamento e dataficação” (EHRMANN; BUNOUT; DÜRING, 2019, p. 2, tradução nossa). As interfaces dos repositórios digitais, portanto, têm um papel central na relação do usuário com a fonte: “Não apenas elas controlam o que os usuários podem aprender sobre o conteúdo digitalizado; elas também moldam ativamente os fluxos de trabalho do usuário, oferecendo diferentes seleções de ferramentas e recursos para pesquisar e explorar esse conteúdo” (EHRMANN; BUNOUT; DÜRING, 2019, p. 2, tradução nossa). Ao mesmo tempo, comumente os usuários dessas interfaces “não estão conscientes dos vieses nos resultados de buscas, causados pelo processamento e dataficação dos jornais” (PFANZELTER *et al.*, 2020, p. 1, tradução nossa).

Porém, é importante lembrar que esses pontos se aplicam a qualquer arquivo digital. Como argumenta Helle Jensen,

A literacia arquivística digital requer a compreensão de como a produção de arquivos digitais se baseia em designs técnicos que influenciam a sua usabilidade. Isso



significa que (todos) os historiadores precisam adquirir competência digital em um nível profissional paralelo ao das habilidades que temos para compreender como a classificação e categorização de fontes afetam nossa interação com arquivos analógicos e moldam nossas questões de pesquisa (JENSEN, 2021, p. 6, tradução nossa).

A autora elenca três pontos fundamentais que devem ser encarados criticamente por historiadores/as ao lidarem com arquivos digitais: a) categorias e etiquetas predefinidas; b) pesquisa por campos e organização de resultados; c) metadados. As categorias e etiquetas estruturam o material arquivado de forma a “codificar” leituras e usos específicos; as pesquisas por campo e organização de resultados sugerem certos usos de seus recursos, mesmo quando os usuários não precisam seguir esses “usos preferenciais”; e os metadados – dados sobre os dados –, que muitas vezes são o principal caminho para realizar buscas nos acervos e, portanto, seu registro – parcial ou incompleto –, imputam certas interpretações às fontes (JENSEN, 2021, p. 7-8).

Johan Jarlbrink e Pelle Snickars nos lembram algo que deveríamos levar sempre em consideração ao clicarmos no botão de busca de qualquer acervo digital: que a “digitalização de um jornal histórico não é um processo neutro onde os dados são transferidos de um meio a outro. Ao contrário, quando jornais são digitalizados, eles são transformados.” Portanto, como também apontam os autores, as maneiras como os dados digitalizados (como arquivos de jornais) são “criados, armazenados, processados e formatados naturalmente têm implicações em como os registros históricos, como jornais digitais, podem ser acessados e usados, bem como nas histórias que poderão ser exploradas e nas histórias que poderão ser (re)contadas.” (JARLBRINK; SNICKARS, 2017, p. 1229–1230, tradução nossa).

Voltemos à página com os resultados retornados após uma busca na Hemeroteca Digital Brasileira. Em qualquer uma das categorias de busca (*Período, Periódico, Local*), os resultados são apresentados de forma individualizada organizada por acervos.² Se o jornal possui apenas um acervo, o resultado retornado é a página com a primeira ocorrência e o acesso se dá de ocorrência em ocorrência, sem a possibilidade, por exemplo, de uma percepção estruturada da distribuição das ocorrências no tempo. Em periódicos que possuem vários acervos, é retornada uma lista com os acervos que contiverem ocorrências da busca, sendo classificada pelo número de ocorrências decrescentes.

² Termo utilizado pela Hemeroteca Digital Brasileira para designar as pastas de cada periódico, organizadas, geralmente, por recortes temporais de uma década (ex.: 1900-1909).



Assim, os resultados direcionam o acesso às ocorrências numa ordem específica – pautada pelo padrão do próprio site. Mesmo que o usuário classifique as ocorrências por título de acervos, muitas vezes teremos uma lista com sobreposição de períodos, visto que muitos periódicos têm acervos organizados em outros padrões diferentes daquele da estrutura de décadas que pauta a ferramenta de busca.

Ao acessar um desses acervos para ler as ocorrências, o usuário será guiado pela estrutura e pela própria concepção técnica da ferramenta a seguir as ocorrências, mas não terá acesso organizado ao conjunto das ocorrências no interior do acervo e em relação ao todo dos resultados da busca.

Essas características favorecem uma heurística de “proximidade virtual”, conceito definido por Janine Solberg (2012) como o potencial de encontrar fontes on-line e de selecioná-las a partir de uma percepção de “proximidade” possibilitada por tecnologias de organização, busca e recuperação. No caso da Hemeroteca Digital Brasileira, seu sistema de busca simples e o retorno de resultados abrangendo décadas e inúmeros jornais diferentes produzem nos usuários a sensação de “proximidade” entre os resultados e reforçam o uso tanto da ferramenta quanto das fontes por ela selecionadas.

Além disso, nesse padrão de resultado, o usuário não tem a possibilidade de acessar o arquivo de texto com o reconhecimento ótico de caracteres – OCR – sobre o qual a busca foi realizada, nem há dados sobre a precisão do OCR para cada resultado específico. Mesmo com as melhorias significativas dos últimos anos, quanto mais antigo o jornal, mais difícil resulta o reconhecimento ótico de caracteres, o que é agravado pela qualidade do original ou do microfilme que serviu de suporte para a digitalização, pelo tamanho reduzido de algumas fontes e pelos seus tipos variados (SALMI, 2020, p. 47).

O OCR realizado no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira utilizou o software *ABBY FineReader 11 Professional*. Para a indexação das palavras do conteúdo foi utilizada a tecnologia *DocPro*, chamada “Inteligenciamento DocPro”, cujo objetivo é otimizar os resultados ao basear as buscas por aproximação visual (BETTENCOURT; PINTO, 2013, p. 7). Aqueles que utilizam diversos tipos de busca em OCRs pela internet percebem a qualidade elevada e a boa precisão das buscas realizadas na Hemeroteca Digital Brasileira. Entretanto, os dados desse processo, o algoritmo e metadados que o tornam possível, não são disponibilizados para o usuário.

Segundo Angela Maria Bettencourt e Monica Pinto, a indexação dos metadados dos acervos digitalizados utilizou o padrão da BNDigital (autoria, título, assuntos, datas e coleção) e também o padrão *Dublin Core* (BETTENCOURT; PINTO, 2013, p. 5). Este padrão de criação de metadados, lançado em 1995, possui atualmente 15 elementos e é bastante completo (WEIBEL,



1995). Entretanto, ele não está disponível para os usuários. Apesar de o Dublin Core utilizar a linguagem de marcação XML – *Extensible Markup Language* –, não há arquivos XML das páginas digitalizadas disponíveis para o usuário.

Dessa maneira, o procedimento heurístico, a execução da crítica à fonte, fica restrito à emulação de procedimentos analógicos diante de arquivos digitais. Replico aqui a pergunta de Jarlbrink e Snickars: “Como seria possível praticar a crítica de fontes quando os mecanismos e algoritmos para selecionar, capturar, processar e armazenar os dados históricos estão escondidos atrás de interfaces gráficas de usuário?” (JARLBRINK; SNICKARS, 2017, p. 1229, tradução nossa).

Para Salmi, o uso dessas interfaces gráficas é essencial para os historiadores. Entretanto,

para a posterior análise digital do material, é necessário ser capaz de fazer o download dos dados, por exemplo, como um dump de dados que inclua os textos OCR e metadados, muitas vezes em padrões XML internacionais, como os formatos METS e ALTO (SALMI, 2020, p. 50, tradução nossa).

Portanto, entendo que os pesquisadores e pesquisadoras que utilizam a interface da Hemeroteca Digital Brasileira têm acesso a apenas um pequeno fragmento das possibilidades abertas pelo volume enorme de dados que compõem o acervo. O *corpus* de milhões de páginas com OCR não pode ser acessado como *Big Data*, e os usos de técnicas de leitura distante – *distant reading* (GOODING; TERRAS; WARWICK, 2013) – e do Processamento de Linguagem Natural (PIROVANI; OLIVEIRA, 2018) se mantêm fora de alcance no momento.

Outra questão importante a considerar é a aplicação, na interface da Hemeroteca Digital Brasileira, dos parâmetros de pesquisa e sua relação com os resultados. Nenhum dos parâmetros utilizados na busca é retornado na página de resultados, além de o termo da busca aparecer em um box no topo da página. Desta maneira, não há registro das opções iniciais utilizadas para a busca: se o parâmetro inicial foi “período”, “periódico” ou “local” e, mais importante, quais as combinações entre essas variáveis? Esses parâmetros também não são registrados no hiperlink, a URL (*Uniform Resource Locator*) da página específica de uma dada ocorrência; nem a data ou horário da busca, o que seria fundamental para localizar a pesquisa no tempo e, dessa forma, contar com um indicativo do momento em que o acervo da Hemeroteca Digital Brasileira contava com aquele conjunto de páginas digitalizadas e disponibilizadas.

O registro desses procedimentos metodológicos é fundamental para a pesquisa, visto que a menor alteração em uma dessas múltiplas opções geraria resultados distintos (BRASIL;



NASCIMENTO, 2020, p. 213). A própria inclusão ou não do termo ou termos de busca entre aspas duplas altera completamente o resultado, pois define se a busca deve ser realizada com uma expressão exata ou não.

Assim, o motor de busca combinado com as decisões técnicas sobre como apresentar os resultados e quais elementos o usuário pode recuperar e baixar estreitam as possibilidades de uso desse arquivo monumental e fundamental para a pesquisa histórica. Mesmo sendo possível encontrar uma palavra ou frase entre milhões de páginas – o que é um recurso fenomenal que tem transformado a pesquisa no Brasil –, não é possível trabalhar com esses mesmos resultados servindo-se de métodos e ferramentas mais sofisticadas das humanidades digitais. Nesse sentido, evidenciamos como as interfaces não são veículos transparentes, mas sim parte de uma cadeia de operações mediadas (GALLOWAY, 2012).

Todas essas características, entretanto, não invalidam nem devem desmotivar o uso da Hemeroteca Digital Brasileira. Pelo contrário, a própria ferramenta oferece recursos para a superação de muitas questões relacionadas à crítica das fontes (acesso às edições completas, acesso a todas as edições, acesso a informações sobre cada acervo, etc.), aspecto que discuti com profundidade em pesquisa anterior realizada junto com Leonardo Nascimento (BRASIL; NASCIMENTO, 2020). Além disso, a constância e integridade da interface favorecem sua utilização, garantindo aos usuários condições de conhecer sua estrutura e repetir suas buscas ao longo do tempo.

Também é importante destacar o papel fundamental da Fundação Biblioteca Nacional para a preservação, divulgação e pesquisa da história no Brasil. Todo o trabalho, muitas vezes hercúleo, de seus funcionários e funcionárias em prol da manutenção e expansão dos acervos e da própria instituição em meio a políticas de constante ataque à ciência e redução de investimentos no setor nos últimos anos merece não apenas destaque, mas também apoio, empatia e colaboração de toda sociedade brasileira.

Codificando como um historiador

Os elementos apresentados até aqui, que podem ser resumidos na opacidade dos algoritmos e características da interface de busca, exemplificam bem aquilo para o qual Mats Fridlund e colaboradores chamaram atenção em obra recente:

Os métodos de pesquisa digital criam demandas novas e às vezes mais rigorosas de precisão, pensamento metodológico, auto-organização e colaboração do



que a pesquisa histórica tradicional (FRIDLUND; OIVA; PAJU, 2020, p. 14, tradução nossa).

Buscando contribuir para a elaboração de caminhos heurísticos digitalmente críticos e conscientes, e entendendo que os métodos digitais de pesquisa, cada vez mais recorrentes, demandam de nós esse cuidado, apresentarei e analisarei a *pyHDB*, ferramenta criada a partir de interesses específicos da pesquisa de um historiador utilizando a Hemeroteca Digital Brasileira.

O objetivo da ferramenta é auxiliar metodologicamente pesquisas realizadas no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, garantindo recursos para uma heurística digital, e, ao mesmo tempo, potencializar o tratamento e análise das fontes digitalizadas, garantindo a transparência metodológica no momento da escrita e apresentação dos resultados.

Assim, a *pyHDB* realiza a coleta automatizada de dados a partir dos parâmetros definidos pelo usuário junto à interface da Hemeroteca Digital Brasileira. A técnica de coletar dados da *Web* de forma automatizada é chamada de *web scraping*. Segundo Noortje Marres e Esther Weltevrede, podemos definir *scraping* da seguinte maneira:

A raspagem, dito de maneira bastante formal, é uma técnica importante para a coleta automatizada de dados on-line. É uma das práticas mais distintas associadas às formas atuais de pesquisa social digital, aquelas que são marcadas pelo surgimento da Internet e a nova onipresença dos dados digitais na vida social. *Scrapers*, para dizer de forma mais informal, são bits de código de software que possibilitam o download automático de dados da *Web* e a captura de algumas das grandes quantidades de dados sobre a vida social que estão disponíveis em plataformas on-line como Google, Twitter e Wikipédia (MARRES; WELTEVREDE, 2013, p. 313, tradução nossa).

As autoras, pensando a relação do *web scraping* com a pesquisa na área das ciências sociais, afirmam que tal técnica possui capacidade de transformar a pesquisa social e reconfigurar as relações entre sujeitos, objetos, métodos e técnicas da pesquisa pelo fato de ser uma técnica de coleta de informação estruturada a partir de ambientes de informação digital heterogeneamente ordenados. Ou seja, criar um *scraper* possibilita uma solução para enfrentar o problema de encontrar relevância na abundância de dados digitais, visto que “provê um caminho para extrair campos específicos ou elementos de dados de páginas da *Web* e outras fontes da Internet,



transformando dados on-line em conjuntos de dados usáveis e bem-ordenados” (MARRES; WELTEVREDE, 2013, p. 316).

Segundo Vlad Krotov e colaboradores, o *web scraping* possui três fases interligadas: análise da página *web*; rastreamento ou raspagem da página *web*; e organização dos dados.

Cada fase requer o entendimento de várias tecnologias da *Web* e pelo menos uma linguagem de programação popular, como R ou Python. No entanto, essas três fases geralmente requerem pelo menos algum envolvimento humano e, portanto, não se pode automatizá-las totalmente (KROTOV; JOHNSON; SILVA, 2020, p. 540, tradução nossa).

Programas que se baseiam em técnicas de *web scraping* apresentam também vulnerabilidades e problemas que merecem atenção. A instabilidade é recorrente, pois necessitamos extrair dados específicos de lugares específicos na *Web*. Assim, se o layout e estrutura da página ou do site mudarem, ajustes obrigatórios terão de ser feitos no código-fonte do programa. A curva de aprendizado para a construção de ferramentas próprias é muito grande e demanda conhecimentos técnicos específicos, o que inevitavelmente limita o seu uso.

Entretanto, o *web scraping* não deve ser entendido apenas como uma técnica, mas também como uma maneira particular de lidar com a informação e o conhecimento. Portanto, “também é uma prática de análise” (MARRES; WELTEVREDE, 2013, p. 317, tradução nossa). As escolhas e perguntas, interesses e abordagens do/a pesquisador/a determinam os critérios de coleta que serão implementados pelo programa. Como afirmaram Röhle e Rieder,

nossos ajudantes digitais já estão cheios de “teoria” e “juízo”. Como acontece com qualquer metodologia, eles contam com conjuntos de premissas, modelos e estratégias. A teoria já está trabalhando no nível mais básico quando se trata de definir unidades de análise, algoritmos e procedimentos de visualização (RÖHLE; RIEDER, 2012, p. 70, tradução nossa).

Logo, as ferramentas digitais são sempre, ao mesmo tempo, metodológicas e profundamente imbuídas de teoria, o que impacta nos resultados epistemológicos.



Podemos pensar no exemplo de um pesquisador que pretenda raspar uma base de dados de estudantes de uma universidade. Entre os elementos de uma longa série de informações disponíveis no repositório on-line da instituição, aparece o campo “raça/etnia” ao lado de campos relativos a renda, escolaridade, gênero, entre outros. O pesquisador constrói um programa para coletar esses dados de forma automatizada e estruturada, alimentando um banco de dados que será a base de uma pesquisa sobre experiências estudantis. No entanto, ele escolhe não coletar o campo “raça/etnia” por entender que esse elemento não é relevante para sua pesquisa. Ou, ainda, podemos imaginar que, por um erro no código do programa, esse campo não é coletado corretamente. De qualquer modo, em função de decisões teóricas sobre os campos e categorias relevantes para a pesquisa ou de erros técnicos, teremos um *data set* específico e com vieses bem marcados alterando a produção do conhecimento possível a partir dele.

Com efeito, como pesquisadores e pesquisadoras, principalmente negras e latinas, já vêm afirmando e comprovando há bastante tempo, toda tecnologia é repleta de vieses e reproduz as desigualdades e violências sociais e, por isso, deve ser submetida a um forte e constante escrutínio crítico (BENJAMIN, 2019a, 2019b; BIRHANE, 2021; NOBLE, 2018; SILVA, 2020).

Aspectos éticos

Antes de avançar para os critérios que serviram como parâmetros para a construção da ferramenta *pyHDB*, precisamos enfrentar algumas questões éticas que envolvem o uso de programas de *web scraping*. Inspirado na abordagem baseada em princípios proposta por Mathew Salganik (2017, pp. 282-283), todo o processo de elaboração da ferramenta *pyHDB* procurou lidar eticamente com o acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Procurei equilibrar os quatro princípios fundamentais apresentados por Salganik: respeito pelas pessoas; benefícios; justiça e respeito pela lei; e interesse público.

Ao construir o código, intervalos de tempo foram estabelecidos com vistas a não sobrecarregar os servidores da instituição, bem como limites de tempo para aguardar a resposta do servidor; procurei documentar todo o código tornando-o público e humanamente legível. Os dados coletados são apenas aqueles abertos ao público para pesquisa e, quando o periódico está sob alguma restrição legal, conforme informação fornecida pela própria interface da Hemeroteca Digital Brasileira, apenas os dados são coletados, sem o download da imagem.

Essa questão que envolve direitos autorais poderia afetar ou mesmo enviesar os resultados do uso da ferramenta, visto que apenas as imagens dos jornais sem restrições são salvas localmente. Entretanto, os links de todas as páginas dos jornais com restrições de direitos



autorais são registrados no *data set*, assim como a informação de que não consta imagem baixada. Isto permite ao usuário remediar a questão mapeando as páginas inexistentes localmente e acessando-as diretamente na base da Hemeroteca Digital Brasileira com o hyperlink único.

Não constam na página inicial da Biblioteca Nacional Digital (<http://bndigital.bn.gov.br/>) os termos de uso referentes à pesquisa na interface da Hemeroteca Digital Brasileira. O arquivo `robots.txt` presente na página da BNDigital (<http://bndigital.bn.gov.br/robots.txt>) informa que há restrições para o acesso automatizado apenas na página `wp-admin/`, mas não encontramos nenhum arquivo para o domínio <http://memoria.bn.br/> onde se informasse sobre quaisquer limitações de interação entre robôs e a página. O arquivo `robots.txt` é uma sintaxe chamada Padrão de Exclusão de Robôs criada em 1994. Nele, são apresentadas regras que se aplicam a determinado site em relação à atuação de robôs (MITCHELL, 2018, p. 313).

Ao mesmo tempo, o código, o *data set* usado no artigo e as análises estão disponíveis de forma pública e trazem benefício à comunidade. As ferramentas utilizadas e produzidas têm código aberto e licenças de uso MIT, sem nenhum interesse financeiro. Entendo que os benefícios e interesse público, assim como o respeito pela ciência aberta e sua divulgação e o respeito aos avisos legais informados pela interface garantem o caráter ético desta pesquisa.

Colocando a *pyHDB* em diálogo com outras iniciativas

Outras iniciativas muito relevantes no que se refere à elaboração de ferramentas e métodos digitais para a pesquisa nas humanidades têm sido desenvolvidas recentemente e, mesmo que uma análise aprofundada de suas especificidades fuja do escopo deste artigo, é importante fazer uma breve apresentação delas para localizar cientificamente a *pyHDB*.

O desenvolvimento de ferramentas digitais de coleta, organização e análise de dados (sejam textos, imagens, sons, etc.) demanda muito investimento de tempo e capital, alto poder computacional, equipes multidisciplinares e grande conhecimento técnico, além de teórico. Assim, as iniciativas listadas aqui são resultado de projetos com alto grau de financiamento, que contaram com prazos longos e equipes grandes e variadas.

Muitos desses projetos são a representação do acúmulo de produção de laboratórios inteiros, como o conjunto de 30 ferramentas para coleta, organização, visualização, escrita criadas e disponibilizadas pelo [MediaLab](#) da universidade *Sciences Po*; ou são o produto da parceria entre várias iniciativas, como o [GLAM Workbench](#) (SHERRATT, 2021), que reúne ferramentas, tutoriais, dicas e exemplos para dar suporte a pesquisas com GLAM (*Galleries, Libraries, Archives & Museums*), principalmente pela disponibilização de *Jupyter Notebooks*.



Especificamente sobre jornais históricos, o projeto *impresso* oferece um aplicativo on-line para pesquisa, análise e visualização de dados e textos minerados de mais de 200 anos de jornais europeus. O projeto, uma parceria do Laboratório de Humanidades Digitais do Instituto Federal Suíço de Tecnologia em Lausanne com o Instituto de Linguística Computacional da Universidade de Zurique e o Centro de História Contemporânea e Digital da Universidade de Luxemburgo, oferece recursos muito sofisticados de pesquisa e análise, com linhas do tempo, *ngrams*, tópicos, além da busca e acesso a metadados, texto gerado por OCR, criação de coleções pelo próprio usuário, recursos de comparação, entre outros.

Importante também é o ambiente *web* de análise e leitura de texto *Voyant Tools* (SINCLAIR, ROCKWELL, 2016), que possibilita a análise e visualizações variadas de *corpora* documentais diretamente no navegador *web*. Ou, ainda, o livro/curso de Melanie Walsh *Introduction to Cultural Analytics & Python*, onde a autora apresenta uma série de técnicas organizadas em *Jupyter Notebooks* voltadas para a análise de texto – especialmente com as bibliotecas *Pandas* e *Plotly*, também utilizadas neste artigo (WALSH, 2021). O conjunto de tutoriais, revisados por pares, publicados pelo periódico acadêmico de metodologia para historiadores digitais *Programming Historian*, em suas versões em inglês (2012), espanhol (2016), francês (2019) e português (2021), tem contribuído de maneira constante para a consolidação do uso crítico e consciente de ferramentas e métodos digitais no campo da história. Abrangendo um conjunto variado de temas, as publicações tratam de todas as etapas da pesquisa e escrita da história, utilizando diferentes linguagens de programação.

Todos os exemplos aqui citados são de código aberto e representam esforços coletivos e interdisciplinares, com financiamentos variados, mas significativos para a realização dos objetivos visados. A *pyHDB* se inspira sobremaneira no caráter aberto, colaborativo e interdisciplinar dos exemplos apresentados e, sobretudo, busca se inserir nas reflexões teóricas sobre seus desenvolvimentos, aplicações e repercussões para o campo da história.

pyHDB: a ferramenta heurística para a Hemeroteca Digital Brasileira

Devido à complexidade da interface da Hemeroteca Digital Brasileira, a construção de uma ferramenta de auxílio metodológico para lidar com a busca e os resultados da pesquisa demanda conhecimento avançado de linguagem de programação e, especificamente, técnicas e bibliotecas mais complexas sobre *web scraping*. Na criação da *pyHDB*, utilizamos a linguagem Python para a escrita do código e um conjunto de módulos e bibliotecas com funcionalidades que atendiam aos objetivos propostos. A ferramenta *pyHDB* é um programa de computador que não



possui interface gráfica de usuário no momento. Portanto, ela é executada a partir do terminal no computador pessoal e, para isso, é preciso ter o Python 3 instalado. O código e a documentação completa estão disponíveis on-line, no repositório do GitHub [ericbrasiln/pyHDB](https://github.com/ericbrasiln/pyHDB), cujo código-fonte também está armazenado em repositório confiável no Zenodo. A versão utilizada neste artigo pode ser acessada pelo DOI [10.5281/zenodo.5696670](https://doi.org/10.5281/zenodo.5696670).

A interface da Hemeroteca Digital Brasileira possui elementos dinâmicos e complexos que se alteram e respondem a interações com o usuário. Portanto, mesmo que a página *web* seja escrita em HTML – *HyperText Markup Language* (TURKEL; CRYMBLE, 2012), o “padrão oculto atrás de quase tudo o que vemos e fazemos ao navegar na *Web*” (NASCIMENTO, 2017, p. 3) –, ela apresenta elementos de *JavaScript* e uso de *caches* que exigiram a utilização da biblioteca *Selenium* para realizar os cliques e ações on-line de forma automatizada. Esta biblioteca possibilita ao computador emular o acesso à página *web* e executar as funções necessárias para nossos interesses (MITCHELL, 2018).

Antes de iniciar a elaboração do código por trás do programa, foi fundamental o acúmulo de conhecimento acerca das possibilidades de uso e do próprio acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Venho utilizando o acervo de jornais e revistas da Biblioteca Nacional Brasileira desde 2009, primeiro com a leitura das edições em microfilme e, desde 2012, pesquisando e produzindo reflexões históricas sobre e a partir da Hemeroteca Digital Brasileira. Mesclando esse arcabouço com meus interesses de pesquisa, pude elaborar os critérios para a construção da ferramenta.

Minhas pesquisas lidam diretamente com as experiências sociais de homens e mulheres negras na cidade do Rio de Janeiro no pós-abolição, debatendo associativismo, cidadania e performances culturais. Preocupado com essa história vista de baixo, tenho buscado acompanhar as trajetórias desses sujeitos na cidade ao longo das primeiras décadas do século XX. Diante disso, metodologicamente é mais coerente e eficiente realizar a busca com o parâmetro inicial de “Local”, seguindo metodologia apresentada por Brasil e Nascimento (2020).

Assim, esta versão da *pyHDB* estabelece a seguinte cadeia de parâmetros: 1) Local; 2) Período; 3) Periódico (por padrão, *Todos*); 4) Termo da Busca. Ao iniciar a ferramenta, aparecerá uma breve apresentação na tela de seu computador. Em seguida, é solicitada a definição do local e o recorte temporal. Nesta versão, a busca será efetuada em todos os periódicos existentes para a configuração especificada para “Local” e “Período”. Portanto, o parâmetro 3 está definido por padrão como “Todos” no código fonte. O último parâmetro a ser passado pelo usuário é o termo de busca (Figura 1).³

³Todas as imagens podem ser acessadas em seu tamanho original no link: ericbrasiln.github.io/analise_pyHDB/Imagens.

Figura 1 - Print da tela de execução da ferramenta *pyHDB* mostrando os parâmetros de busca utilizados no exemplo 1 deste artigo

```
-----  
1 - Local  
Orientações para busca:  
- O termo deve ser idêntico às opções listadas na página da HDB;  
- Esse parâmetro é case sensitive;  
  
Digite o local de busca: RJ  
  
2 - Período  
Orientações para busca:  
- O recorte deve ser escrito de forma idêntica às opções listadas na página da HDB;  
- É possível buscar todos os periódicos digitando `Todos`  
  
Digite o período de busca: Todos  
  
3 - Periódico: Todos  
  
4 - Termo da busca  
Orientações para busca:  
- Coloque o termo entre aspas duplas para expressões exatas;  
- Não use acentos;  
- Não mais que três palavras  
  
Digite o termo de busca: "germano lopes da silva"
```

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Brasil (2021).

Com os parâmetros de busca definidos pelo usuário, o programa acessa a página inicial da Hemeroteca Digital Brasileira (<http://memoria.bn.br/hdb/>), insere os parâmetros e clica no botão de pesquisar. Aguarda a página de resultados ser carregada e mostra na tela a quantidade de acervos dos jornais com alguma ocorrência até o limite de 100 jornais (ou seja, a segunda página de resultados, de acordo com o padrão definido, buscando minimizar erros e sobrecargas do servidor).

A partir daí, o programa cria uma listagem com todos os acervos com ocorrências e executa uma iteração nessa lista, acessando cada acervo e coletando as informações detalhadas de cada ocorrência. Se o acervo possuir algum aviso legal de restrição de acesso, este aparecerá na tela e as imagens das páginas com ocorrências não serão baixadas para o computador do usuário.

Devido à característica da interface do usuário e da necessidade de acessar vasto acervo, é comum que aconteçam erros no carregamento de páginas na interação entre usuário e servidor da Hemeroteca Digital Brasileira. Assim, busquei estabelecer limites de tempo para aguardar



a resposta da página, e, se esta não acontece, é gerado um relatório de erros. Ainda assim, podem acontecer erros não antecipados pelo algoritmo da *pyHDB*. Nesses casos, se o programa se encerrar, é possível retomar a partir do último acervo analisado, desde que seja executado novamente com a mesma configuração de parâmetros e na mesma data. A *pyHDB* avalia quais acervos já foram coletados para seu computador e passa para o seguinte.

Também é importante destacar que esses erros são mais comuns conforme o volume de ocorrências aumenta. O programa foi pensado e testado para lidar com até algumas milhares de ocorrências, funcionando bem com resultados com 5 mil ocorrências. Para um funcionamento mais eficiente, é prudente compartimentar as buscas por décadas e realizá-las ao longo da noite, evitando horários com maior utilização da interface.

Resultados gerados pela *pyHDB*,

Após executar a ferramenta *pyHDB*, o usuário recebe um conjunto de resultados que compreende o registro dos procedimentos de busca – incluindo data, hora, quantidades, parâmetros, possíveis erros –, arquivos no formato CSV com todos os dados e os arquivos JPG das imagens baixadas (quando permitido pela Hemeroteca Digital Brasileira). É importante esmiuçar esses resultados.

O programa cria um diretório para armazenamento intitulado <HDB/{termo da busca}/{data da busca}/>. Nele é criado o diretório </CSV>, onde é salvo o arquivo CSV final contendo os seguintes dados para cada ocorrência: *Termo da busca, Data da Busca, Acervo, Ano, Edição, Página, Nome do arquivo, Link*. "CSV" significa "valores separados por vírgula" e é um formato muito comum para armazenar dados tabulares. Como nos explicam Folgert Karsdorp e colaboradores,

É usado para armazenar informações tabulares de maneira semelhante a uma planilha. Em sua forma mais simples, cada linha em um arquivo CSV representa uma entrada de dados individual, sendo os atributos dessa entrada listados em uma série de campos separados por um delimitador (por exemplo, uma vírgula) (KARSDORP; KESTEMONT; RIDDELL, 2021, p. 36, tradução nossa).

Outro diretório criado é o <RELATÓRIOS>, onde são salvos os relatórios em arquivos de texto simples (em formato .txt) para cada busca e um arquivo em formato .csv com dados gerais dos acervos. Diferentes relatórios são produzidos e armazenados nesse diretório:



1. <GERAL_{termo da pesquisa}_{data e hora da busca}.txt> Contendo os dados gerais da pesquisa, inclui os seguintes campos: *Data e hora da busca; Local da busca; Período da busca; Periódico da busca; Termo da busca; Lista de acervos com ocorrências (máx. de 100); Quantidade de ocorrências; Total de acervos com ocorrências (máx. de 100); Total de páginas pesquisadas; Total de acervos pesquisados; Total de ocorrências; e Frequência de ocorrências por página.*

2. <relatório_{nome do acervo}_{número do acervo}_{data e hora da busca}.txt> Com os dados de cada acervo raspado, inclui os seguintes campos: *Data e hora da busca; Termo da busca; Acervo; Total de ocorrências; Link da lista de resultados.*

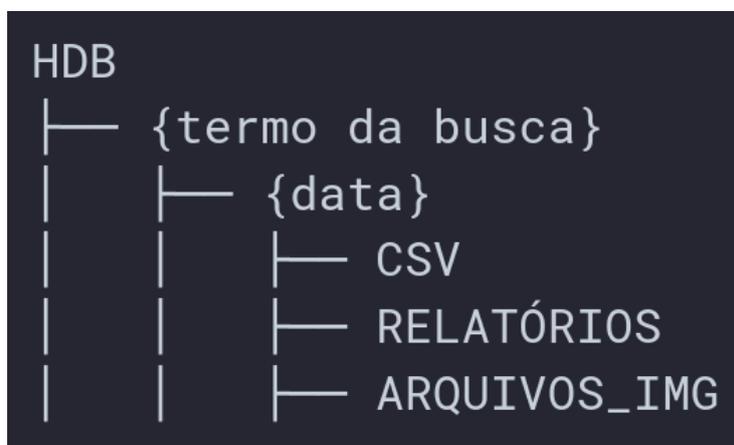
3. <ERRO_{número do acervo}_{data e hora da busca}.txt> Registra acervos que não puderam ser raspados. Contém estes dados: *Data e hora da busca; Termo da busca; Acervo com ocorrência que não pode ser acessado.*

Por fim, é criado um CSV com dados gerais relativo ao quantitativo de acervos e páginas pesquisadas na busca e à quantidade de ocorrências, assim como à frequência de ocorrências por página. Este arquivo conta com os seguintes dados: *Acervo, Total de Páginas, Total de Ocorrências, Frequência de ocorrências X páginas.*

No diretório <ARQUIVOS_IMG> são salvos os arquivos de imagens, no formato .jpg, das páginas com ocorrências, quando permitido pela Hemeroteca Digital Brasileira. O nome do arquivo é a combinação do número do acervo com o número geral da página (ex.: <168319_02_12603.jpg>).

Portanto, a estrutura de diretórios gerada pela ferramenta *pyHDB* pode ser representada da seguinte forma (Quadro 1):

Quadro 1 - Representação da estrutura de diretórios resultantes da *pyHDB*



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Brasil (2021).



A partir do entendimento dessa estrutura técnica e metodológica, podemos refletir com mais detalhes sobre os resultados produzidos pela *pyHDB*.

Possibilidades analíticas

Neste último tópico, gostaria de apresentar três exemplos de buscas efetuadas por meio da *pyHDB*: uma busca com número de ocorrência na casa das dezenas, outra na casa das centenas e uma terceira na casa dos milhares. A primeira, realizada no dia 8 de outubro de 2021, reuniu os seguintes parâmetros:

- Local da busca: RJ;
- Período da busca: Todos;
- Periódico da busca: Todos;
- Termo da busca: "germano lopes da silva".

Esta combinação de parâmetros retornou 24 acervos com pelo menos uma ocorrência, totalizando 47 ocorrências. A *pyHDB* percorreu todas essas ocorrências, salvando os dados de cada uma delas para o arquivo CSV, criando os diretórios e fazendo download das imagens quando permitido. Todo esse processo foi completado num intervalo de 15 minutos e nove segundos, o que significa uma média de 19 segundos por ocorrência.

Germano Lopes da Silva, importante líder carnavalesco da cidade do Rio de Janeiro nas duas primeiras décadas do século XX, era genro de Tia Ciata e participou ativamente da fundação e manutenção de clubes carnavalescos, ao mesmo tempo em que era bedel da Escola Politécnica da cidade, membro da Guarda Nacional e eleitor registrado para votar (BRASIL, 2016, 2018). Sua presença nos jornais esteve quase sempre atrelada ao carnaval e suas festas, mas é possível encontrá-lo ao longo de todo o ano atuando na vida pública da cidade.

Apesar disso, sua presença nas páginas impressas dos jornais não passa da casa das dezenas. Isto prova que é possível lidar de forma adequada com as fontes sem o uso de recursos computacionais mais complexos. Ainda assim, é importante destacar que a repetição manual da coleta desses dados demanda tempo, muita atenção e favorece a incidência de erros no processo. Por conseguinte, o uso da *pyHDB* para esse caso é útil e recomendável. Primeiramente, é possível recuperar todas as ocorrências com facilidade, incluindo as informações básicas sobre cada uma delas (jornal, edição, página, ano, termo da busca, data da busca, nome do arquivo de imagem associado à ocorrência e o *hyperlink*) a partir do CSV gerado (Figura 2). Portanto, a instância de

análise, da leitura atenta de cada ocorrência, é operada a partir de um documento bem estruturado que permite acessar e trilhar todas essas ocorrências minimizando erros e lacunas.

Figura 2 - Print de visualização do arquivo CSV com os dados da busca do exemplo 2, mostrando as 16 primeiras linhas e todas as colunas

	Termo da busca	Data da Busca	Acervo	Ano	Edição	Página	Nome do arquivo	Link
0	"hemeterio jose dos santos"	2021-10-03	Gazeta de Noticias (RJ) - 1890 a 1899	1890	223	2	103730_03_1278.jpg	http://memoria.bn.br/docreader/103730_03/1278
1	"hemeterio jose dos santos"	2021-10-03	Gazeta de Noticias (RJ) - 1890 a 1899	1892	65	1	103730_03_5309.jpg	http://memoria.bn.br/docreader/103730_03/5309
2	"hemeterio jose dos santos"	2021-10-03	Gazeta de Noticias (RJ) - 1890 a 1899	1894	146	1	103730_03_9915.jpg	http://memoria.bn.br/docreader/103730_03/9915
3	"hemeterio jose dos santos"	2021-10-03	Diario de Noticias (RJ) - 1885 a 1895	1888	997	1	369365_4047.jpg	http://memoria.bn.br/docreader/369365/4047
4	"hemeterio jose dos santos"	2021-10-03	Diario de Noticias (RJ) - 1885 a 1895	1890	773	2	369365_7190.jpg	http://memoria.bn.br/docreader/369365/7190
5	"hemeterio jose dos santos"	2021-10-03	Diario de Noticias (RJ) - 1885 a 1895	1892	429	1	369365_10331.jpg	http://memoria.bn.br/docreader/369365/10331
6	"hemeterio jose dos santos"	2021-10-03	Jornal do Commercio (RJ) - 1940 a 1949	1948	304	6	nan	http://memoria.bn.br/docreader/364568_13/42282
7	"hemeterio jose dos santos"	2021-10-03	A Manhã (RJ) - 1925 a 1953	1927	319	2	116408_2062.jpg	http://memoria.bn.br/docreader/116408/2062
8	"hemeterio jose dos santos"	2021-10-03	A Manhã (RJ) - 1925 a 1953	1946	622	4	116408_32108.jpg	http://memoria.bn.br/docreader/116408/32108
9	"hemeterio jose dos santos"	2021-10-03	A Lanterna : Jornal da Noite (RJ) - 1916	1916	18	6	211702_110.jpg	http://memoria.bn.br/docreader/211702/110
10	"hemeterio jose dos santos"	2021-10-03	O Jornal (RJ) - 1940 a 1949	1949	16	5	nan	http://memoria.bn.br/docreader/110523_04/51090
11	"hemeterio jose dos santos"	2021-10-03	Almanak Henault (RJ) - 1909 a 1911	1909	1	344	709930_344.jpg	http://memoria.bn.br/docreader/709930/344
12	"hemeterio jose dos santos"	2021-10-03	Brazil Moderno (RJ) - 1906 a 1921	1908	16	32	101044_852.jpg	http://memoria.bn.br/docreader/101044/852
13	"hemeterio jose dos santos"	2021-10-03	Brazil Moderno (RJ) - 1906 a 1921	1908	16	41	101044_861.jpg	http://memoria.bn.br/docreader/101044/861
14	"hemeterio jose dos santos"	2021-10-03	Brazil Moderno (RJ) - 1906 a 1921	1908	16	44	101044_864.jpg	http://memoria.bn.br/docreader/101044/864
15	"hemeterio jose dos santos"	2021-10-03	Diario do Brazil (RJ) - 1881 a 1885	1883	170	3	225029_2365.jpg	http://memoria.bn.br/docreader/225029/2365

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Brasil (2021).

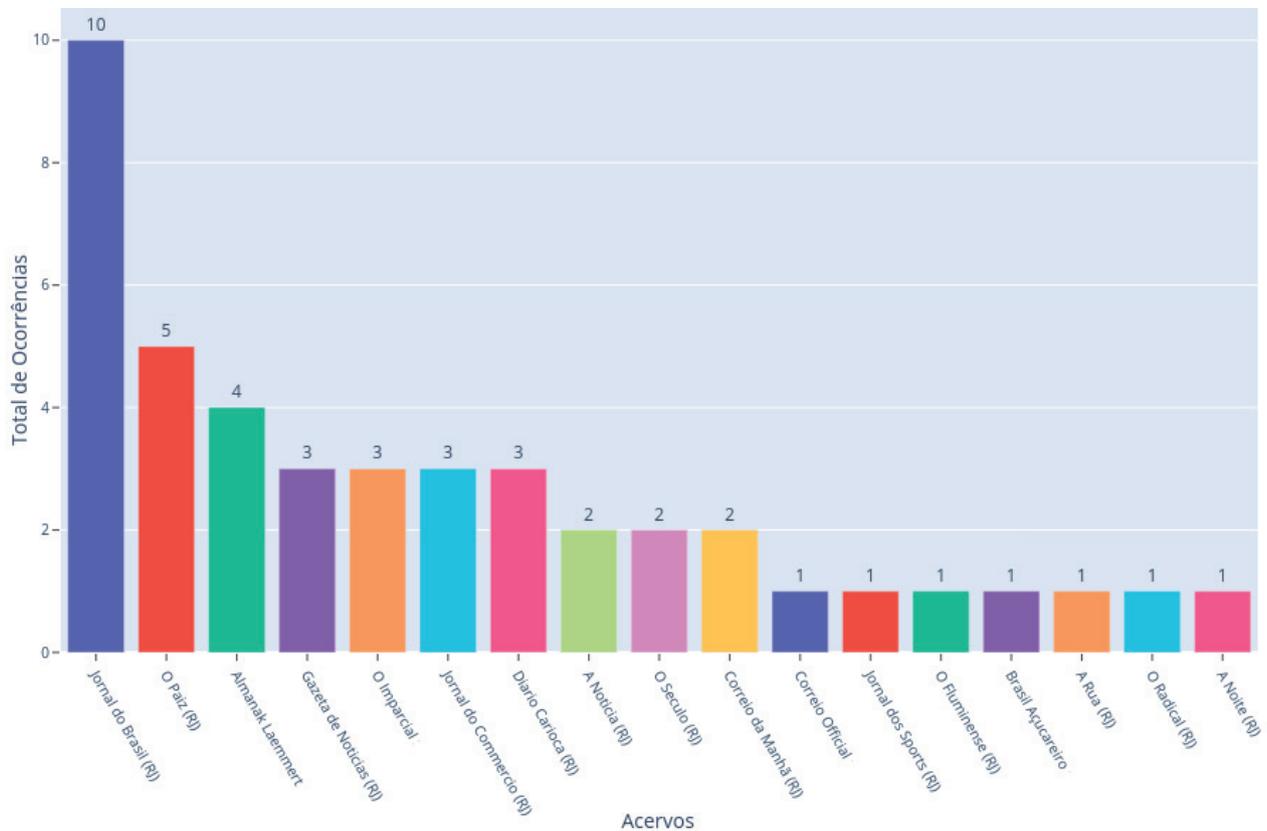
A recuperação de cada informação desse processo também é de grande importância para as pesquisas em história e as publicações resultantes delas, pois cada fonte utilizada pode ser referenciada de forma correta e precisa, inclusive com o link único para aquela fonte específica.

Outra possibilidade é a construção de visualizações dos dados referentes à busca de acordo com nossas necessidades de pesquisa e perguntas específicas. Por exemplo, no caso que acabamos de citar é interessante observar a concentração de ocorrências no *Jornal do Brasil* (Figura 3), importante veículo de divulgação do carnaval carioca na época.⁴

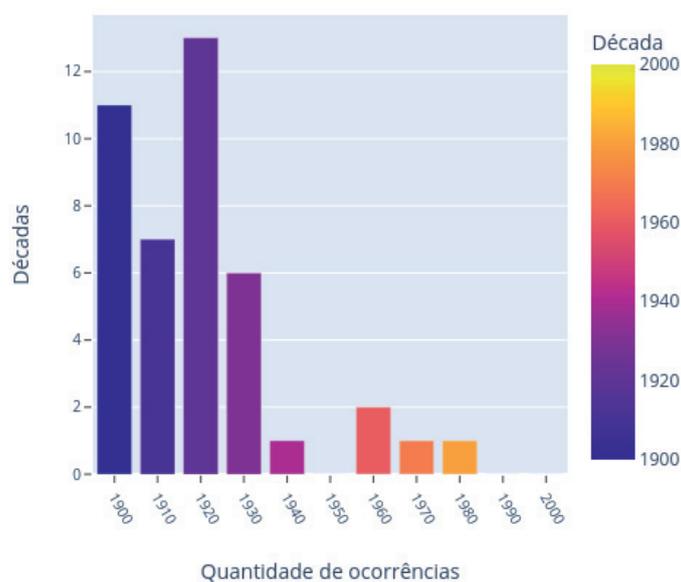
E também a grande concentração de ocorrências na década de 1900, momento da formação dos principais clubes carnavalescos onde Germano atuou – o Rosa Branca e o Macaco é Outro –, e na década de 1920, com a consolidação do samba e dos concursos carnavalescos como um dos principais símbolos do Rio de Janeiro (Figura 4).

Não há dúvidas de que essas visualizações e as novas perguntas que surgem delas e que elas possibilitam têm um papel restrito em buscas com apenas algumas dezenas de ocorrências. De fato, isso muda significativamente no caso de resultados na casa das centenas e milhares, como veremos nos próximos dois exemplos.

⁴ Todos os gráficos estão disponíveis on-line com recursos interativos no link: https://ericbrasiln.github.io/analise_pyHDB/graficos.

Figura 3 - Gráfico de barras mostrando a quantidade de ocorrências absolutas por periódico

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Brasil (2021).

Figura 4 - Gráfico de barras mostrando a quantidade de ocorrências absolutas por década

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Brasil (2021).



A partir de determinado volume de ocorrências, a tarefa de coletar todos os dados manualmente se torna humanamente inviável. Vejamos o exemplo da busca realizada no dia 3 de outubro às 22h04min, cujos parâmetros foram RJ como local, todos os períodos e “hemeterio jose dos santos” como termo de busca.

O professor de língua portuguesa Hemetério José dos Santos atuou como educador na cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. Sua atuação política na cidade pautava a educação antirracista e promoveu importantes reflexões de enfrentamento ao racismo científico estruturante das relações sociais da sociedade brasileira. As pesquisas de Luara Santos tem possibilitado a compreensão de sua trajetória, assim como do papel de professores e professoras negras na cidade durante a Primeira República (SANTOS, 2015).

A busca por seu nome retornou 630 ocorrências, que precisaram de três horas, 33 minutos e 22 segundos para serem raspadas. Nesse ritmo, temos uma média de nove segundos por ocorrência.⁵ Manualmente, se salvássemos todos os dados de cada ocorrência em um CSV e baixássemos a imagem em JPG, levaríamos uma média de 60 segundos para completar as ações. Ou seja, levaria mais de 10 horas de trabalho atingirmos o mesmo resultado!

Contudo, afirmo que esse tipo de ferramenta não deve ser encarado apenas como um “acelerador” da pesquisa. *ApyHDB* garante a coleta e organização dos dados de forma padronizada, atendendo aos interesses específicos do pesquisador; possibilita a visualização desses dados também de forma organizada; permite retomar cada ocorrência no momento necessário para sua leitura e análise; e estabelece o registro dos caminhos da pesquisa, garantindo o rigor e a transparência metodológica do trabalho. Cria um *subcorpus* documental a partir do oceano de dados disponibilizados pela Hemeroteca Digital Brasileira.

Esse ato de criar um *corpus* delimitado a partir de acervos digitais tem sido uma prática cada vez mais necessária para a pesquisa na era digital. Como demonstram Pfanzteller e colaboradores (2020), parte significativa das interfaces de hemerotecas digitais europeias também cria essa demanda para usuários que pretendem utilizar seus acervos para objetivos que transcendem a lista simples de resultados: “Sem a possibilidade de criarem *subcorpora*, os pesquisadores de humanidades muitas vezes não conseguem alinhar suas análises com suas questões de pesquisa específicas” (PFANZELTER *et al.*, 2020, p. 2, tradução nossa).

⁵ É importante lembrar que esses dados relativos ao tempo variam muito em função do horário de acesso, da velocidade de resposta do servidor da Hemeroteca Digital Brasileira, dos possíveis erros gerados nessas respostas, da velocidade de banda da internet do usuário. Na nossa pesquisa, procuramos sempre executar o programa durante a noite para diminuir possíveis sobrecargas do servidor. A média de velocidade de banda utilizada foi de 60MB, em uma máquina com CPU AMD Ryzen 5 3400G (8) 3.700GHz, memória RAM de 8GB e sistema operacional Pop!_OS 21.04 x86_64.



Ehrmann e colaboradores, em pesquisa com 24 interfaces de hemerotecas digitais, apontam que há uma “lacuna entre as expectativas crescentes do usuário, estimuladas pelos avanços da mineração de texto, e as capacidades atuais de interface” (EHRMANN; BUNOUT; DÜRING, 2019, p. 17, tradução nossa).

A ferramenta *pyHDB* possibilita que pesquisadores implementem diversas técnicas de análise e visualização ligadas às humanidades digitais a partir de seus resultados: visualização em linhas do tempo, percepção do volume de ocorrências em períodos específicos; localização no espaço (dependendo do conjunto de jornais pesquisados).

A ferramenta, partindo dos dados sobre o número total de ocorrências de cada acervo e o número absoluto de páginas, calcula a proporção de quantas páginas são necessárias para o retorno de uma ocorrência. Isto nos permite avaliar o peso proporcional das ocorrências em cada acervo e não apenas seu número absoluto. Conforme a tabela a seguir (Figura 5), o professor Hemetério José dos Santos esteve representado com muito mais frequência no periódico *A Escola*, aparecendo seu nome impresso pelo menos uma vez a cada 49 páginas digitalizadas do acervo. Já no *Almanak Laemmert*, onde encontramos o maior número absoluto de ocorrências, o nome de Hemetério é encontrado apenas a cada 1.700 páginas.

Esse tipo de análise originada pelo cálculo de proporcionalidade de ocorrências em relação ao total de páginas possibilita a compreensão e a avaliação de relevância para determinados acervos que, por terem um número absoluto reduzido, poderiam passar despercebidos na análise.

Para buscas com milhares de ocorrências, as possibilidades são sobremaneira expandidas. Nosso terceiro exemplo retornou 5.335 ocorrências com os seguintes parâmetros: local, RJ; período, 1900-1909 e 1910-1919; termo da busca: “monteiro lopes”. Neste caso, foram realizadas duas pesquisas, cada uma para uma década, em função do elevado número de ocorrências. Ambas as pesquisas foram realizadas no dia 06 de outubro de 2021.

Manoel da Motta Monteiro Lopes, advogado com doutorado pela Faculdade de Direito de Recife, chegou ao Rio de Janeiro no ano de 1894 e, em 1903, foi eleito membro do Conselho Municipal. Cumpriu seu mandato (1903-1904) e concorreu à reeleição. Mas, apesar da votação significativa, não foi reconhecido como eleito, fato que se repetiu nas eleições de 1905 para deputado federal. Em 1909, se candidatou novamente a deputado federal, mas dessa vez pelo Partido Republicano Democrata, e foi eleito. A ameaça de não reconhecimento de sua eleição na Câmara de Deputados mobilizou entidades formadas por trabalhadores negros de todo o Brasil. Em abril do mesmo ano, Monteiro Lopes foi diplomado deputado federal. Não completou o mandato, pois faleceu no final do ano de 1910 (DANTAS, 2010).

**Figura 5** - Tabela com a variação de valores absolutos e proporcionais de ocorrências nos 10 primeiros acervos

Acervo	Ocorrências	Frequências	Varição
Almanak Laemmert : Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1891 a 1940	1	20	-19
O Paiz (RJ) - 1910 a 1919	2	7	-5
O Tempo (RJ) - 1891 a 1894	3	2	1
Jornal do Brasil (RJ) - 1900 a 1909	4	17	-13
Gazeta de Noticias (RJ) - 1900 a 1919	5	21	-16
Annaes da Camara dos Deputados (RJ) - 1900 a 1910	6	25	-19
A Noticia (RJ) - 1894 a 1916	7	12	-5
A Escola : Revista Brasileira de Educação e Ensino (RJ) - 1877 a 1878	8	1	7
A Imprensa (RJ) - 1898 a 1914	9	13	-4
A Epoca (RJ) - 1912 a 1919	10	15	-5

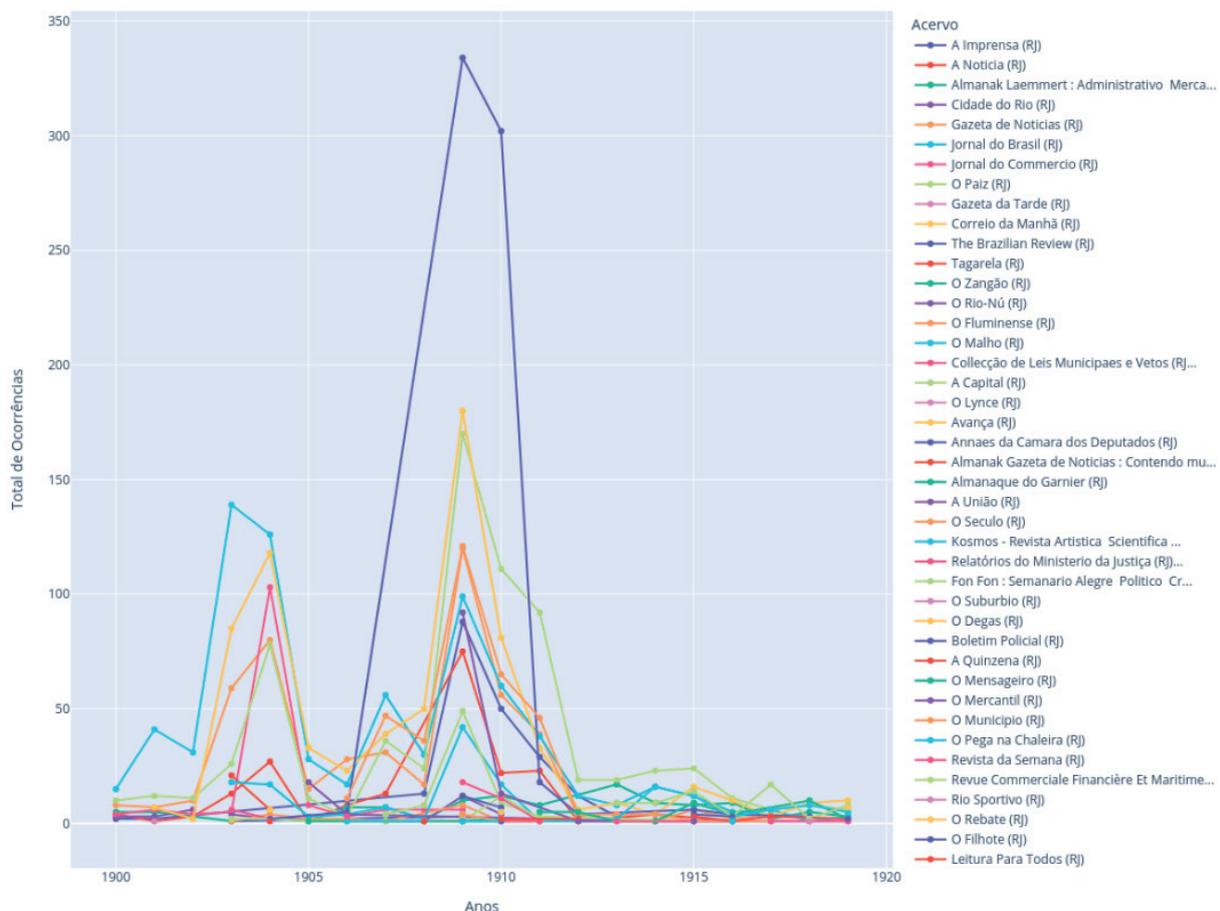
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Brasil (2021).

Os estudos de Carolina Vianna Dantas analisam como a atuação política de Monteiro Lopes e a mobilização popular em torno de sua candidatura apontam para as estratégias de ação política de trabalhadores negros na Primeira República e para os obstáculos criados pela estrutura racista dessa mesma república para o exercício da cidadania (DANTAS, 2010).

Analisando os resultados da busca por "monteiro lopes", podemos construir uma visualização da quantidade de ocorrências em cada acervo ao longo do tempo (Figura 6). Os dados apontam justamente para uma presença destacada do nome em dois períodos: o primeiro, entre 1903 e 1905, período de seu mandato no Conselho Municipal e das eleições em que sua

diplomação não foi reconhecida; o segundo se localiza entre 1909 e 1910, quando ocorreu o intenso debate acerca da candidatura e de seu reconhecimento ou não como deputado federal (no ano de 1909) e sua curta atuação como deputado até final de 1910. Em relação a este último momento, é importante destacar o alto número de ocorrências nos *Annaes da Câmara dos Deputados (RJ)*, o que aponta para sua intensa participação política, mesmo que por um curto período.

Figura 6 - Gráfico de linha com as ocorrências organizadas por anos e jornais



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Brasil (2021).

O objetivo deste artigo não é realizar a análise qualitativa desses resultados nem seus gráficos – os exemplos usados, inclusive, foram propositalmente escolhidos a partir de pesquisas já publicadas e buscaram corroborar as hipóteses de seus autores (BRASIL, 2016; DANTAS, 2010; SANTOS, 2015) – mas apresentar possibilidades do uso da *pyHDB* para diferentes conjuntos de dados.



O *data set* utilizado neste artigo, gerado pela ferramenta *pyHDB* a partir das buscas dos termos utilizados como exemplo, está disponível no repositório do Zenodo e identificado pelo DOI [10.5281/zenodo.6003276](https://doi.org/10.5281/zenodo.6003276). Os gráficos foram gerados com a biblioteca *Plotly* a partir das análises dos CSV utilizando-se *scripts* escritos em Python e a biblioteca *Pandas*, especializada em análise de dados (MCKINNEY, 2018). Esses *scripts* (trechos de códigos) e os gráficos em formato interativo – salvos em arquivo .html – estão disponíveis no repositório do GitHub [ericbrasiln/analise_pyHDB](https://github.com/ericbrasiln/analise_pyHDB) e na página web <https://github.com/ericbrasiln/pyHDB>.

Sem dúvida, com mais pesquisadores e pesquisadoras utilizando a ferramenta *pyHDB*, endereçando seus próprios interesses e perguntas por meio dela, novas possibilidades e características poderão ser incluídas no código-fonte. Sugestões, correções e ampliações são muito bem-vindas e encorajadas.⁶ Este é só o começo.

Considerações finais

A ferramenta *pyHDB* é ao mesmo tempo um exemplo e um esforço para construir procedimentos metodológicos rigorosamente registrados e controlados para todos e todas os que usam a interface da Hemeroteca Digital Brasileira. É também um passo em direção à transparência e ao rompimento com a opacidade desses procedimentos de pesquisa aplicados pelos usuários nas interfaces de busca de acervos digitais.

A ferramenta proporciona à comunidade de pesquisadores e usuários da Hemeroteca Digital Brasileira em geral um poderoso companheiro de pesquisa, mas também de análise dos resultados, enquanto a própria interface não disponibiliza recursos mais sofisticados para os usuários. Para que isto ocorra, ao meu ver, será necessária uma política consistente e de longo prazo de investimentos por parte do poder público para a realização de projetos em parceria com as instituições arquivísticas e universidades, centros e laboratórios de diferentes disciplinas, para que novas ferramentas sejam disponibilizadas pela própria interface: opções de acesso ao arquivo txt com o texto do OCR; opções de XML, acesso ao arquivo Dublin Core; dados relativos à frequência de palavras; precisão do OCR em cada página; desenvolvimento de um espaço de trabalho para os usuários; geração de relatórios de busca; entre outras. Isto não deve isentar a instituição e toda a sociedade do debate sobre a transparência metodológica em todas as etapas de projetos financiados com dinheiro público.

⁶ É possível criar *issues* e *pull requests* diretamente no repositório do programa no GitHub: <https://github.com/ericbrasiln/pyHDB>.



Ao escrever o código de uma ferramenta dessa natureza, precisei conhecer a fundo os limites, possibilidades e inter-relações entre códigos, acervo e resultados de pesquisa. Pude compreender tais estruturas e escrever um código que atendesse a demandas específicas de pesquisa. Compreendo que o desenvolvimento de uma ferramenta com essas características exige conhecimentos muito especializados e que sua curva de aprendizado é bem mais elevada do que a envolvida em programas com interface gráfica para usuários. Apesar de ter buscado documentar todas as etapas de funcionamento da *pyHDB*, registrando-as na documentação disponível no repositório público e imprimindo na tela detalhes e o progresso de uso, reconheço que a ausência de uma interface gráfica é uma barreira. Alternativas como a criação de uma interface de linha de comando (CLI) ou um conjunto de *Jupyter Notebooks* poderiam possibilitar a ampliação de seu uso, não estando descartadas para o futuro. Entretanto, isso demandaria um investimento de tempo e uma dedicação muito maiores, sobretudo em um projeto sem financiamento como este.

As possibilidades de coleta e organização dos dados dependem da construção do problema e de interesses de pesquisa do investigador em constante diálogo com aspectos tecnológicos e arquivísticos. Como afirma Marres e Weltevrede, a raspagem “ parece implicar uma abordagem distinta à produção de conhecimento. Indiscutivelmente vem com uma epistemologia embutida” (MARRES; WELTEVREDE, 2013, p. 319, tradução nossa). Por isso é e será cada vez mais relevante a compreensão mínima do funcionamento dos algoritmos que estruturam as ferramentas utilizadas na pesquisa.

Especificamente no caso da história, concordo com Ian Milligan quanto a que “nem todos os/as historiadores/as tornar-se-ão programadores. Ao invés disso, eles precisam ser capazes de implementar – com compreensão – algoritmos criados por outras pessoas” (MILLIGAN, 2019, p. 155, tradução nossa). O distanciamento entre historiadores/as e a elaboração das ferramentas de pesquisa e os conjuntos de dados disponibilizados atualmente precisa ser um alerta para o risco de perdemos a capacidade de criticar essas fontes e métodos.

Pensar algorítmicamente — ou seja, compreender as estruturas e lógicas que pautam e definem os passos encadeados que determinado programa ou ferramenta vai trilhar — permite o desenvolvimento de práticas de heurística digital e de reflexões teóricas acerca dos próprios resultados atingidos na interação entre pesquisador, ferramenta e fontes digitais. Escrever as centenas de linhas do código que animam a ferramenta *pyHDB* colocaram esse desafio na tela do meu computador de forma escancarada, reforçando sua relevância para a história na era digital.



Referências

- BENJAMIN, Ruha. Assessing risk, automating racism. **Science**, New York, v. 366, n. 6464, p. 421–422, 25 out. 2019a. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.aaz3873>. Acesso em 1 out. 2021.
- BENJAMIN, Ruha. **Race after technology**: abolitionist tools for the new Jim code. Cambridge: Wiley, Polity Press, 2019b.
- BETTENCOURT, Angela Maria Monteiro; PINTO, Monica Rizzo Soares. A hemeroteca digital brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, XXV, 2013, Florianópolis. **Anais [...]**, Florianópolis: FEBAB, 2013, p. 1028–1038.
- BIRHANE, Abeba. Algorithmic injustice: a relational ethics approach. **Patterns**, Amsterdam, v. 2, n. 2, p. 1-9, 12 fev. 2021. <https://doi.org/10.1016/j.patter.2021.100205>. Acesso em: 12 set. 2022.
- BRASIL, Eric. **Carnavais Atlânticos**: Cidadania e Cultura Negra no pós-abolição do Rio de Janeiro, Brasil e Porto de Espanha, Trinidad (1838-1920). 2016. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
- BRASIL, Eric. **pyHDB: ferramenta heurística para a Hemeroteca Digital Brasileira**. Zenodo, 2021. Disponível em: <https://zenodo.org/record/5706507>. Acesso em: 12 set. 2022.
- BRASIL, Eric. Germano Lopes da Silva: experiências de um carnavalesco, eleitor e cidadão no Distrito Federal (c. 1900-1930). 2018. **Biblioteca Consuelo Pondé**. Disponível em: <http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=201>. Acesso em: 12 set. 2022.
- BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 196–219, 1 jan. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942020000100011>. Acesso em: 12 set. 2022.
- BRESCIANO, Juan Andrés. **La investigación histórica y las nuevas tecnologías**. Montevideo: Librería de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2000.
- CLAVERT, F.; FICKERS, A. On pyramids, prisms, and scalable reading. **Journal of Digital History**, jdH001, 2021. Disponível em: <https://www.journalofdigitalhistory.org/en/article/jXupS3QAeNgb>. Acesso em: 12 set. 2022.
- COSTA, Marcela Albaine. **Ensino de história e historiografia escolar digital**. 1. ed. Curitiba: EDITORA CRV, 2021. DOI 10.24824/978655868256.1.
- DANTAS, Carolina Vianna. Monteiro Lopes (1867-1910), um “líder da raça negra” na capital da república. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 41, 2010. p. 167-209. DOI 10.9771/aa.v0i41.21201. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21201>. Acesso em: 12 set. 2022.
- EHRMANN, Maud; BUNOUT, Estelle; DÜRING, Marten. Historical Newspaper User Interfaces: A Review. In: LIBRARIES: DIALOGUE FOR CHANGE. Atenas, 2017. **Anais [...]**, Atenas: IFLA WLIC, 2019, p. 1-24. Disponível em: <http://library.ifla.org/id/eprint/2578/>. Acesso em: 14 set. 2021.
- FRIDLUND, Mats; OIVA, Mila; PAJU, Petri (org.). **Digital Histories**: Emergent Approaches within the New Digital History. Helsinki: Helsinki University Press, 2020.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Por motivos técnicos, nosso site se encontra temporariamente fora do ar. Esperamos solucionar o problema o quanto antes**. Rio de Janeiro, 12 abr. 2021. Twitter: @FBN. Disponível em: <http://pic.twitter.com/OUGMDWE3hJ>. Acesso em: 22 out. 2021.
- GALLOWAY, Alexander R. **The Interface Effect**. Cambridge: Polity, 2012.
- GOODING, Paul; TERRAS, Melissa; WARWICK, Claire. The myth of the new: mass digitization, distant reading, and the future of the book. **Literary and Linguistic Computing**, Oxford, v. 28, n. 4, p. 629–639, dez. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1093/lc/fqt051>. Acesso em: 12 set. 2022.
- Impresso. **Media Monitoring of the Past**. Supported by the Swiss National Science Foundation under grant CR- SII5_173719, 2019. Disponível em: <https://impresso-project.ch>. Acesso em: 12 set. 2022.
- JARLBRINK, Johan; SNICKARS, Pelle. Cultural heritage as digital noise: nineteenth century newspapers in the digital archive. **Journal of Documentation**, Bingley, v. 73, n. 6, p. 1228–1243, 12 out. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JD-09-2016-0106>. Acesso em: 12 set. 2022.



- JENSEN, Helle Strandgaard. Digital Archival Literacy for (all) Historians. **Media History**, Londres, v. 27, n. 2, p. 251–265, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13688804.2020.1779047>. Acesso em: 12 set. 2022.
- KARSDORP, Folgert; KESTEMONT, Mike; RIDDELL, Allen. **Humanities data analysis: case studies with Python**. Princeton: Princeton University Press, 2021.
- KEMMAN, Max. **Trading Zones of Digital History**. Berlin: De Gruyter Oldenbourg, 2021. DOI 10.1515/9783110682106.
- KROTOV, Vlad; JOHNSON, Leigh; SILVA, Leiser. Tutorial: Legality and Ethics of Web Scraping. **Communications of the Association for Information Systems**, Atlanta, v. 47, n. 1, p. 539–563, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17705/1CAIS.04724>. Acesso em: 12 set. 2022.
- LUCCHESI, Anita. **Digital history e Storiografia digitale: estudo comparado sobre a escrita da história no tempo presente (2001-2011)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- MARRES, Noortje; WELTEVREDE, Esther. Scraping the Social? **Journal of Cultural Economy**, Londres, v. 6, n. 3, p. 313–335, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17530350.2013.772070>. Acesso em: 12 set. 2022.
- MCKINNEY, Wes. **Python Para Análise de Dados: Tratamento de Dados com Pandas, NumPy e IPython**. 1ª edição. São Paulo: Novatec Editora, 2018.
- MILLIGAN, Ian. **History in the Age of Abundance?: How the Web Is Transforming Historical Research**. 328. ed. London; Chicago: McGill-Queen's University Press, 2019.
- MITCHELL, Ryan. **Web Scraping with Python: Collecting More Data from the Modern Web**. 2. ed. Sebastopol, CA: O'Reilly Media, 2018.
- NASCIMENTO, Leonardo F. **Sociologia digital: uma breve introdução**. Salvador: EDUFBA, 2020.
- NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. Combinando webscraping em R e ATLAS.ti na pesquisa em ciências sociais: as possibilidades e desafios da sociologia digital. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 18, 2017, Brasília. **Anais [...]**, Brasília: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2017, p. 2-17.
- NICHOLSON, Bob. The Digital Turn. **Media History**, Londres, v. 19, n. 1, p. 59–73, 1 fev. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13688804.2012.752963>. Acesso em: 12 set. 2022.
- NICODEMO, Thiago Lima; CARDOSO, Oldimar Pontes. Meta-história para robôs (bots): o conhecimento histórico na era da inteligência artificial. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 12, n. 29, 28 abr. 2019. DOI 10.15848/hh.v12i29.1443. Acesso em: 12 set. 2022.
- NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of oppression: data discrimination in the age of Google**. New York: New York University Press, 2018.
- PFANZELTER, Eva; OBERBICHLER, Sarah; MARJANEN, Jani; et al. Digital interfaces of historical newspapers: opportunities, restrictions and recommendations. **Journal of Data Mining and Digital Humanities**, v. HistInformatics, jdmhd:6121, 2021. Disponível em: <https://jdmhd.episciences.org/7069>. Acesso em: 12 set. 2022.
- PIROVANI, Juliana; OLIVEIRA, Elias. Portuguese named entity recognition using conditional random fields and local grammars. 2018. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON LANGUAGE RESOURCES AND EVALUATION (LREC 2018), 11, 2018, Miyazaki. **Anais [...]**. Miyazaki: European Language Resources Association (ELRA), 2018, p. 4452-4456.
- Programming Historian**, ISSN: 2397-2068. Disponível em: <https://programminghistorian.org>. Acesso em: 12 set. 2022.
- RAYMOND, Eric S. **The art of Unix programming**. Harlow: Addison-Wesley, 2003.
- RÖHLE, Bernhard Rieder Theo; RIEDER, Bernhard. Digital Methods: Five Challenges. In: BERRY, David M. (org.). **Understanding Digital Humanities**. London: Palgrave Macmillan UK, 2012. p. 67–84. DOI 10.1057/9780230371934_4.
- ROMEIN, C. Annemieke; KEMMAN, Max; BIRKHOLZ, Julie M.; BAKER, James; GRUIJTER, Michel De; MEROÑO PEÑUELA, Albert; RIES, Thorsten; ROS, Ruben; SCAGLIOLA, Stefania. State of the Field: Digital History. **History**, Hoboken, v. 105, n. 365, p. 291–312, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1468-229X.12969>. Acesso em: 12 set. 2022.
- SALGANIK, Matthew J. **Bit by Bit: Social Research in the Digital Age**. Reprint edição. Princeton: Princeton University Press, 2017.
- SALMI, Hannu. **What is Digital History?** 1ª edição. Cambridge: Polity, 2020. What is History? Series.
- SANTOS, Luara. **'Etimologias preto': Hemeitério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888-1920)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História), Centros Federais de Educação Tecnológica, Rio de Janeiro, 2015.



SHERRATT, Tim. **GLAM Workbench (version v1.0.0)**. Zenodo, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.5603060>. Acesso em: 12 set. 2022.

SILVA, Tarcízio. Racismo Algorítmico em plataformas digitais: microagressões e discriminação em código. In: SILVA, Tarcízio (org.). **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: Olhares Afrodiaspóricos**. São Paulo: LiteraRUA, 2020.

SILVEIRA, Pedro Telles da. **História, técnica e novas mídias: reflexões sobre a história na era digital**. Tese (Doutorado em História), UFRGS, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/189249>>. Acesso em: 27 set. 2021.

SINCLAIR, Stéfán; ROCKWELL, Geoffrey. **Voyant Tools**. Web. Disponível em: <http://voyant-tools.org/>. Acesso em: 12 set. 2022.

SOLBERG, Janine. Googling the Archive: Digital Tools and the Practice of History. **Advances in the History of Rhetoric**, Londres, v. 15, n. 1, p. 53–76, 1 jan. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15362426.2012.657052>. Acesso em: 12 set. 2022.

SOUTHERTON, Clare. Datafication. In: SCHINTLER, Laurie A.; MCNEELY, Connie L. (org.). **Encyclopedia of Big Data**. Cham: Springer International Publishing, 2020. p. 1–4. DOI 10.1007/978-3-319-32001-4_332-1. Acesso em: 12 set. 2022.

TURKEL, William J.; CRYMBLE, Adam. Understanding Web Pages and HTML. **Programming Historian**, Londres, 17 jul. 2012. Disponível em: <https://programminghistorian.org/en/lessons/viewing-html-files>. Acesso em: 8 jun. 2021.

WALSH, Melanie. **Introduction to Cultural Analytics & Python**, Version 1, 2021, Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.4411250>. Acesso em: 12 set. 2022.

WEIBEL, Stuart. **Metadata: the Foundations of Resource Description**. d-lib magazine. Disponível em: <https://www.dlib.org/dlib/July95/07weibel.html>. Acesso em: 3 out. 2021.

Informações adicionais

Biografia profissional

Eric Brasil é doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor de História no Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (IHL-UNILAB). Autor do livro *A Corte em Festa: experiências negras em carnavais do Rio de Janeiro (1879-1888)*. Editor do periódico *Programming Historian* em português. Pesquisador do Laboratório de Humanidades Digitais da Universidade Federal da Bahia (LABHUFBA). Membro do GT Nacional Emancipações e Pós-Abolição da Associação Nacional de História (ANPUH).

Endereço para correspondência

Campus dos Malês, Av. Juvenal Eugênio Queiroz, s/n, sala da coordenação, Baixa Fria, CEP.: 43900-000, São Francisco do Conde, BA, Brasil.

Financiamento

Não se aplica.

Agradecimentos

Agradeço aos membros do Laboratório de Humanidades Digitais da UFBA pelo espaço cedido para desenvolver pesquisas, especialmente a Gabriel Andrade, pelas dicas e ajuda com Python, e ao seu coordenador, Leonardo F. Nascimento, pela parceria, leitura e por ter sugerido o nome *pyHDB*. Agradeço a Yaci Farias e Luara Santos pela leitura e comentários durante a escrita do artigo. Agradeço a Ana Carolina Veloso e Priscila Valverde Silveira pelo trabalho desenvolvido como bolsistas de iniciação científica ao longo de 2020 e 2021. Agradeço a Alexandra Elbakyan por sua atuação na ciência livre.

Conflito de interesse

Não foi declarado nenhum conflito de interesse.



Aprovação no comitê de ética

Não se aplica.

Publicação prévia

Este artigo deriva da apresentação “Por uma Heurística Digital no ofício do Historiador”, apresentado no evento II Congresso Internacional em Humanidades Digitais (2021).

Contexto da pesquisa

As reflexões contidas neste artigo estão inseridas no projeto de pesquisa “História Digital: acervos e ferramentas digitais para pesquisa e ensino”, desenvolvido no IHL/UNILAB e nos debates propiciados pelo LABHDEFBA ao longo dos anos de 2020 e 2021.

Método de avaliação

Duplo-cega por pares.

Preprint

O artigo não é um preprint.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Os conteúdos subjacentes ao artigo já estão disponíveis nos repositórios GitHub e Zenodo, disponíveis em <https://github.com/ericbrasiln/pyHDB>, <https://zenodo.org/record/7032329>, https://ericbrasiln.github.io/analise_pyHDB/, <https://zenodo.org/record/6003276>.

Editores responsáveis

Flávia Varella - Editora-chefe

Fábio Joly - Editor responsável

Histórico de avaliação

Data de submissão: 14 de novembro de 2021

Data de alteração: 31 de janeiro de 2022

Data de aprovação: 18 de fevereiro de 2022

Direitos autorais

Copyright © 2022 Eric Brasil.

Licença

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribución 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





Parecer

P

Reviewer Report (RR)





O que é uma ferramenta historiográfica?

What is a historiographical tool?

Parecer de | Reviewer Report of:

BRASIL, Eric. *pyHDB - ferramenta heurística para a Hemeroteca Digital Brasileira: utilizando técnicas de web scraping para a pesquisa em história*. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 15, n. 40, p. 186-217, 2022.

Pedro Telles da Silveira ^a

pedrotellesdasilveira@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-7576-5241> 

^a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil.



No seu conhecido ensaio “A operação historiográfica”, publicado em meados da década de 1970 em *A escrita da história*, Michel de Certeau, sob a rubrica da segunda seção do texto, intitulada “Uma prática”, menciona os impactos do computador na historiografia. Segundo o autor,

a transformação do “arquivístico” é o ponto de partida e a condição de uma história nova. Está destinada a representar o mesmo papel que a “máquina” erudita dos séculos XVII e XVIII. Eu não usaria senão um exemplo: a intervenção do *computador* (CERTEAU, 2002, p. 82, grifo nosso).

E, no desenvolvimento de sua apreciação sobre o computador, enquadrada no momento de sua argumentação em que fala sobre a constituição das fontes históricas pelas historiadoras e pelos historiadores, é difícil não pensar que é a mediação do computador que torna possível completar o preceito – estabelecido por Marc Bloch – pelo qual é o questionário que faz a fonte, e não o contrário:

a análise contemporânea altera os procedimentos ligados à “análise simbólica” que prevaleceu a partir do romantismo e que buscou *reconhecer um sentido dado e oculto*: ele reencontra a confiança na abstração que é hoje um conjunto formal de relações ou “estrutura”. Sua prática consiste em *construir “modelos”* propostos decisoramente, em “substituir o estudo do fenômeno concreto pelo estudo de um objeto constituído por sua definição”, em julgar o valor científico deste objeto segundo o campo de questões a que permite responder e segundo as respostas que fornece, finalmente, em “fixar os limites da significabilidade deste modelo” (CERTEAU, 2002, p. 82-83, grifo no original).

A intervenção do computador, portanto, desfaz a ilusão da naturalidade das fontes históricas – como já afirmara François Furet anteriormente, estas não seriam meros documentos encontrados por acaso, ordenados arbitrariamente ou classificados segundo critérios eles mesmos historicamente datados, mas seriam o resultado da atuação de uma pesquisadora ou pesquisador que *cria* o campo sobre o qual atua (FURET, 1977). A intervenção do computador significa uma mudança radical na concepção de fonte histórica, que caminha em direção à sua definitiva cientificidade.



Não obstante, suas consequências não terminam aí e mostrando, como afirmou Paul Ricoeur, que a divisão entre as três seções do texto – “um lugar”, “uma prática” e “uma escrita” – é, pode-se dizer, apenas funcional (mas não arbitrária), uma vez que a história é *de ponta a ponta escrita*, percebe-se, na avaliação de Michel de Certeau, que o estatuto renovado das fontes – a heurística – leva também à aplicação de novos modelos epistemológicos. No item seguinte, ele aponta que a introdução do computador não significa apenas tornar *maior, mais rápida* ou *mais fácil* a tarefa da história quantitativa:

este procedimento parece inverter a história tal como se praticava no passado. Partia-se de vestígios (manuscritos, peças raras, etc.) em número limitado e tratava-se de apagar toda a sua diversidade, de unificá-la em uma compreensão coerente. Porém, o valor desta totalização indutiva dependia, então, da quantidade de informações acumuladas. Vacilava quando sua base documental era comprometida por colheitas relatadas por novas investigações. A pesquisa – e seu propósito, a tese – tendiam a prolongar indefinidamente o tempo da informação, com o fim de retardar o momento fatal, quando elementos desconhecidos viriam minar suas bases. Frequentemente monstruoso, o desenvolvimento quantitativo da caça aos documentos terminou por introduzir no próprio trabalho, tornado interminável, a lei que o destinava à caducidade assim que terminado. Um limiar foi ultrapassado, além do qual esta situação se inverte, passa-se a mudanças incessantes de modelos. *Com efeito, o estudo se estabelece hoje de imediato sobre unidades definidas por ele mesmo, na medida em que se torna e deve tornar-se capaz de fixar a priori objetos, níveis e taxonomias de análise. A coerência é inicial. A quantidade de informação tratável em função destas normas tornou-se, com o computador, indefinida* (CERTEAU, 2002, p. 85, grifo nosso).

De fato, tudo passa pela relação entre documento, modelo e explicação, de maneira que é possível concluir este excursão certauniano destacando a menção (e o reconhecimento) dos *interditos* e *não-ditos* desta nova tecnologia, o computador:

a especificação de seu papel não é determinada pelo próprio aparelho (o computador, por exemplo) que coloca a história no conjunto das imposições e das possibilidades nascidas da instituição científica presente. A elucidação do que é *próprio* da história



está descentrada, com relação a este aparelho: ela reflui para o tempo *preparatório* de programação, que torna necessária a passagem pelo aparelho, e é lançada para a outra extremidade, para o tempo de *exploração* que os resultados obtidos expõem. Ela se elabora em função dos *interditos* que a máquina fixa, por objetos de pesquisa a construir e, em função daquilo que *permite* esta máquina, por um modo de tratar os produtos *standard* da informática. Mas, estas duas operações se articulam necessariamente na instituição técnica que inscreve cada pesquisa num “sistema generalizado” (CERTEAU, 2002, p. 83, grifo no original).

Se o ensaio de Certeau é marcado pelo impacto inicial causado pela introdução do computador, o qual potencializou mas, ao cabo, enfraqueceu o significado das abordagens seriais e quantitativas no estudo da história, percebe-se, por outro lado, que a menção – nem tão breve assim – à computação ainda rende dividendos quando retomada atualmente, isto é, quando se investiga a relação entre o que é *próprio da história* e o que é *próprio da computação* e como ambos, enquanto tecnologia, metodologia e epistemologia, se combinam.

Não obstante, se o ensaio de Certeau continuou a ser citado, tornando-se até mesmo canônico para a definição da própria história da historiografia, a passagem sobre o computador se tornaria cada vez mais descentrada do debate historiográfico, aliás como ocorreu com outros textos da época que manifestavam o mesmo entusiasmo pela computação (e cujos parágrafos sobre este aparelho são normalmente negligenciados).¹ Em parte, a relação entre modelo e desvio pressuposta pela análise certeuniana da operação epistemológica propiciada pelo computador foi ressignificada e dissolvida na relação entre “excepcional” e “normal” que coroou o casamento entre a história social e a micro-história (GRENDI, 1977). Enquanto o desvio depende de um modelo, ressaltando a contribuição ativa da historiadora ou historiador na organização do material que analisa, “excepcional” e “normal” são relativos ao próprio processo histórico; eles só podem ser definidos através do conhecimento intensivo e dedicado à documentação que resultaria da familiaridade com um conjunto limitado de documentos que definem um lugar e período delimitados. Na prática da pesquisa, tal mudança resultou na valorização do documento histórico em sua individualidade e em sua unicidade, de modo que, apesar da maior abundância de fontes disponíveis para historiadoras e historiadores, os recortes temporais e geográficos progressivamente se tornaram menores, como já destacaram Jo Guldi e David Armitage (2018), ao mesmo tempo que o avanço das tecnologias de produção e reprodução de imagens, a

¹ Talvez o principal exemplo seja Jacques Le Goff (1994).



digitalização e a introdução de conexões de internet cada vez mais rápidas permitiram reproduzir os documentos, mais do que transformá-los para o ambiente computacional. As fontes, pode-se dizer, voltaram a ser naturalizadas em documentos e as difíceis questões levantadas por Certeau relativas ao impacto da computação na historiografia puderam ser deixadas de lado.

Tudo isso mudou, obviamente, nos últimos anos. Como destaca Eric Brasil (2022, p. 188), a possível ocorrência de uma “profunda virada digital nas humanidades nos últimos vinte anos” está relacionada à “combinação entre a digitalização das fontes primárias, a profusão na criação e disponibilização de novas fontes nativamente digitais, a *dataficação* das relações sociais e, conseqüentemente, a transformação nos métodos de pesquisa e construção do conhecimento histórico” (2). Entretanto, os impactos de uma e outra transformação têm sido diferenciados e, como resultado, “mesmo que parte significativa de nossas horas de trabalho sejam efetivadas na frente de uma tela, muitas das ferramentas que utilizamos não são enquadradas como parte de nossos métodos de pesquisa” (4). Quais as conseqüências desse desencontro entre aplicação e reflexão sobre as novas tecnologias?

Em certo sentido, “pyHDB – Ferramenta heurística para a Hemeroteca Digital Brasileira: utilizando técnicas de *web scraping* para a pesquisa em História”, de Eric Brasil, submetido à avaliação da revista *História da Historiografia*, trata justamente disso. Ele o faz, no entanto, através da apresentação de uma ferramenta, a pyHDB – Ferramenta heurística para a Hemeroteca Digital Brasileira (daqui para a frente, pyHDB), programada pelo próprio autor, que é uma ferramenta escrita na linguagem de programação Python que permite aplicar técnicas de coleta parametrizadas de grandes quantidades de dados de determinado site – técnica chamada *web scraping*, que se encontra no título do artigo – para tornar mais funcional e segura a utilização da Hemeroteca Digital Brasileira (daqui para a frente, HDB).

Como destaca o autor, não obstante sua grande aceitação no meio acadêmico e não-acadêmico brasileiro, para os quais se tornou um recurso indispensável, a interface da HDB ainda não contém alguns elementos que poderiam torná-la ainda melhor. É difícil, por exemplo, elaborar um registro de quando foi feita a pesquisa e, logo, determinar quando tal ou qual recurso esteve efetivamente disponível, o que se torna mais importante considerando a natureza volátil dos recursos digitais e a praxe de mencionar quando o site foi acessado; também com relação às boas práticas acadêmicas, a HDB normalmente não traz a atualização da URL na qual determinada página de um periódico se encontra. Grandes quantidades de resultados têm de ser acessados manualmente, o que é dispendioso temporalmente, enquanto as páginas consultadas não podem ser salvas em arquivos de imagem – o que é compreensível quando se trata de materiais sob restrição de direitos autorais, mas tem a conseqüência, não levantada pelo autor, de atomizar a



pesquisa a conjuntos de palavras-chaves, desfazendo a unidade de sentido na qual a ocorrência se encontrava. A principal consequência, como já destacou o autor junto de Leonardo Nascimento (2020), é que se cita mal a HDB, de modo que sua natureza enquanto arquivo digital é ofuscada pela capacidade de acesso remoto a fontes digitalizadas.

O esquecimento do que é *próprio da computação* na HDB leva à negligência de seus impactos sobre o que é *próprio da história*. A interface gráfica da HDB ativamente reproduz a experiência de pesquisa analógica (GALLOWAY, 2012; EMERSON, 2014); em si, tal escolha não é um demérito, mas é resultado, teoricamente, de uma determinada compreensão do que é uma ferramenta de pesquisa, enquanto, praticamente, resulta no estreitamento das “possibilidades de uso desse arquivo monumental e fundamental para a pesquisa Histórica”, de modo que

mesmo sendo possível encontrar uma palavra ou frase entre milhões de páginas – que é um recurso fenomenal que tem transformado a pesquisa no Brasil –, não é possível trabalhar com esses mesmos resultados através de métodos e ferramentas mais sofisticadas das Humanidades Digitais (BRASIL, 2022, p. 195).

No restante deste parecer, abordarei a relação entre os dois aspectos, teórico e prático, epistemológico e metodológico.

No campo das humanidades digitais norte-americanas, que se tornaram, devido a pressões financeiras, tecnológicas e linguísticas, as humanidades digitais dominantes globalmente, a passagem das décadas de 2000 a 2010 foi marcada por uma série de debates sobre o lugar da teoria e o que constituía a especificidade deste campo frente ao restante das humanidades que não eram digitais (GOLD, 2012; TERRAS; NYHAM, VNAHOUTTE, 2013). Tais debates foram estruturados em torno da oposição entre metodologia e teoria, de modo a distinguir as pesquisadoras e pesquisadores que acompanharam o crescimento das *digital humanities* a partir das *humanities computing* surgidas nas décadas de 1960 e 1970 daquelas e daqueles que chegaram ao campo a partir dos estudos de mídia (ou da preocupação com a utilização das tecnologias digitais para a divulgação das pesquisas, e não necessariamente para sua realização). Talvez a mais veemente defesa de tal posição tenha sido de Stephen Ramsay, que, em 2011, alegou que

os praticantes das humanidades digitais insistem repetidamente que esse processo de criação fornece insights que são difíceis de adquirir de outro modo. É o que escuto



desde que entrei nisso. Pessoas que *marcam* textos dizem isso, assim como os que *criam software*, *hackeiam* redes sociais, *elaboram visualizações* e perseguem as dezenas de outras formas de abordagens táteis que colocam os praticantes das humanidades digitais na mesma mesa (RAMSSAY, 2013, p. 243).

O diagnóstico, resultado de todos os verbos mencionados, é que “se você não está fazendo algo, você não é [...] um humanista digital” (RAMSAY, 2013, p. 243). Outro exemplo, relativamente conhecido, é o de Tom Scheinfeldt, que adia o tempo da reflexão teórica ao momento posterior ao esgotamento dos instrumentos digitais de pesquisa; como escreveu em 2010, quando afirmou que as humanidades digitais anunciavam uma ruptura epistemológica mais ampla, ainda que menos teorizada:

eu acredito que estamos passando por um momento similar de mudança agora que estamos entrando numa nova fase da pesquisa acadêmica que será dominada não por ideias, mas novamente por atividades de organização, tanto em termos de organizar o conhecimento quanto organizar a nós mesmos e nosso trabalho (SCHEINFELDT, 2012, p. 125-126, tradução nossa).

E, por isso,

às vezes, novas ferramentas são construídas para responder questões preexistentes. Às vezes [...] novas questões e respostas são o produto colateral da criação de novas ferramentas. Às vezes é necessário tempo; enquanto isso, as próprias ferramentas e os espetaculares efeitos que elas produzem têm de ser o foco da atenção dos pesquisadores (SCHEINFELDT, 2012, p. 125-126, tradução nossa).

Enquanto isso, as ferramentas bastam por si, até o momento em que seja possível saber que conhecimento elas efetivamente produzem.

Nan Z. Da, professora de literatura inglesa na Universidade de Notre Dame, nos Estados Unidos, foi duramente – e, eu diria, injustamente – criticada pelos praticantes das humanidades digitais norte-americanas por afirmar que os resultados até então obtidos não justificavam o dispêndio de recursos e a atenção que tais projetos recebiam em programas de financiamento,



diminuindo a participação relativa dos projetos nas humanidades *não-digitais* (DA, 2019). Para além de defender que os resultados das investigações em humanidades digitais não justificavam os meios empregados, o argumento da autora toca num ponto central, qual seja, é preciso um conjunto de problemas teóricos comuns, e não apenas o compartilhamento de um mesmo ambiente institucional, para determinar o que é uma disciplina ou subdisciplina científicas.

No Brasil e no mundo, o debate é levantado também por ocasião das pressões às quais a estrutura e o modo de proceder acadêmicos, sobretudo nas humanidades, têm encontrado. Eric Brasil resume particularmente bem a situação, atualizando-a para o contexto atual, quando afirma que

muitas reflexões emanam desse cenário, ainda de forma incipiente em espaços acadêmicos nacionais, e giram, em grande medida, em torno de dois pólos: de um lado a urgência em enfrentar tal virada digital como elemento chave para a produção historiográfica do século XXI. De outro, a setorização dos aspectos digitais da disciplina em uma subárea, restrita apenas aos interessados “nessas novidades tecnológicas” (BRASIL, 2022, p. 188).

O problema acompanha a história da história digital, desde as reflexões pioneiras de Rolando Minuti (2001) passando, no Brasil, pelo trabalho – igualmente pioneiro – de Anita Lucchesi (2014) até chegar a um conjunto de trabalhos cujo principal representante é o editorial de Andreas Fickers e Frédéric Clavert para o *Journal of Digital History* lançado em 2021, o qual sinaliza a maturidade do debate. Passado tanto tempo, não se trata, eu diria, simplesmente da questão a respeito da condição da história digital – ela é uma subdisciplina ou indica uma transformação de toda a historiografia –, pois os debates mais recentes já mostraram que, apesar das competências técnicas necessárias ao letramento digital serem pouco distribuídas entre as historiadoras e os historiadores, percebe-se que o que é feito na história digital reverbera sobre o conjunto da historiografia, seja na forma da pesquisa, seja na publicização de seus resultados. O debate, na minha opinião, é sobre o que é uma disciplina na atualidade, pois é aí que incide a relação entre teoria e prática que as humanidades digitais norte-americanas abordaram tão erroneamente – e que o autor do artigo, Eric Brasil, aponta de maneira tão acertada.

Num editorial recente da própria *História da Historiografia*, Lidiane Soares Rodrigues, Maria Inês Mudrovic e Alexandre de Sá Avelar abordaram a possibilidade de uma reflexão sobre a “indisciplina” da história no instrumento disciplinar por excelência, o periódico científico. Não



abordarei a conclusão dos autores – que tal reflexão é possível justamente no modo irônico de abordar a disciplina histórica como algo distante e próximo, desnaturalizando-a e abrindo-a para outras formas de compreendê-la –, mas destacarei o meio que leva os autores a levantarem tal proposta. Em sua opinião, existiriam duas maneiras de compreender as disciplinas científicas: a primeira, “logicista e formalista”, entende que as disciplinas são definidas a partir de métodos, objetos e problemas comuns e, “A partir disso, estabelecem-se as respectivas naturezas do conhecimento pressuposto em tais domínios, prescrevem-se as condições de possibilidade de intercâmbio entre eles, demarcando fronteiras e porosidades que mantenham suas especificidades” (RODRIGUES; MUDROVICIC; AVELAR, 2021, p. 26). De outro lado, existe uma perspectiva que é “histórica e sociológica”, segundo a qual

[...] rigorosamente nem um ponto lógico de apoio fixo e confortável é possível. As disciplinas são concebidas como produto da divisão social do trabalho de conhecimento e, nesse sentido, as aludidas definições lógico-formais só poderiam derivar de dinâmicas sociais de diferenciação (RODRIGUES; MUDROVICIC; AVELAR, 2021, p. 26).

O debate sobre as humanidades digitais e, junto dele, sobre a história digital incide nas duas dimensões da disciplinaridade: quais são os métodos, objetos e problemas comuns a um campo de atuação e quem são as pessoas capazes e/ou responsáveis por sua realização.

Uma e outra definições, no entanto, sofrem frente à necessidade de considerar que a demanda para alterações epistêmicas – quem pratica o conhecimento – e epistemológicas – o que o conhecimento intenta responder – é levada a cabo por um agente externo, o avanço da computação, e como ela é traduzida para o interior da membrana disciplinar. Isso toca, acredito, no ponto em que teoria e prática se combinam numa ferramenta.

Tanto a proposta das humanidades digitais norte-americanas quanto a crítica de Nan Z. Da reiteram a separação entre teoria e prática – uma, para dizer que a questão foi superada; outra, para dizer que ela foi insuficientemente resolvida. Entretanto, Eric Brasil apresenta, ainda que brevemente, uma apreciação mais complexa do assunto, quando ele afirma que a *pyHDB* não deve ser entendida apenas “uma técnica, mas também como uma maneira particular de lidar com informação e [com] o conhecimento”, de modo que “as ferramentas digitais são sempre ao mesmo tempo metodológicas e profundamente imiscuídas de teoria, impactando nos resultados epistemológicos” (BRASIL, 2022, p. 197). Em meu entendimento, a passagem demonstra que a



ferramenta não é apenas um auxiliar metodológico para a pesquisa, mas que ela produz teoria; é uma parte integral do conhecimento.

O debate sobre as humanidades digitais norte-americanas apresenta a teoria como algo externo; a teoria *informa* uma prática, a qual pode ser mais ou menos desvincilhada dos enunciados teóricos. As ferramentas são reduzidas ao âmbito dos instrumentos e medidas apenas por seu uso – *elas servem ou não?* Para Eric Brasil, por sua vez, ao longo do artigo, o próprio funcionamento das ferramentas já condiciona a produção destes mesmos enunciados, os quais articulam posteriormente a produção de novas ferramentas. Um resultado é a grande atenção dispensada aos diferentes elementos que determinam a experiência do usuário, da interface gráfica da HDB à ausência do código-fonte que permite realizar sua crítica. Tudo isso aponta para um campo de preocupações ampliado, que pode ser resumido na consideração segundo a qual *as ferramentas não são apenas instrumentos que incidem na prática historiográfica, mas são formas operacionais que conceitos e preceitos epistemológicos assumem no encontro entre usuário, máquina e os dados que são processados.*

O significado – ou, pelo menos, um dos resultados – da transformação digital do conhecimento histórico é introduzir a dimensão operacional enquanto princípio, meio e resultado da produção do conhecimento. É nesse sentido que historiadoras ou historiadores podem se tornar programadores – ou não, ao menos podem entender, como também destaca Eric Brasil, que tais aspectos, como a interface e o código, se tornaram parte da crítica das fontes.

A articulação entre o que é *próprio da história* e o que é *próprio da computação* depende do reconhecimento dessa situação. A “virada digital” da historiografia, mencionada por Eric Brasil, encontra-se aí. Não se trata somente da utilização das tecnologias digitais – computadores, bancos de dados, redes sociais, ferramentas de análise –, mas da compreensão das transformações na ideia de conhecimento operadas pela introdução do computador. Com isso, a historiografia se junta ao debate sobre o caráter da prática científica nas últimas décadas, o qual tem relação com a dissolução das fronteiras entre ciência aplicada e teoria, o caráter dos objetos científicos e o papel dos instrumentos na produção do conhecimento (DASTON; GALISON, 2007; HALPERN, 2014).

Isso já havia sido, de certo modo, antecipado por Michel de Certeau, quando ele sinalizou que a introdução do computador operava uma mudança do desvio em direção ao modelo. Mesmo assim, é possível perguntar *por que precisamos de ferramentas?* Não é apenas porque a quantidade de registros aumentou, embora certamente isso influencie nas escolhas sobre *como* pesquisamos; eu diria que as ferramentas se tornaram necessárias, em primeiro lugar, devido à natureza dos registros – eles são digitais, o que permite sua “decomposição” em diferentes camadas e modos de funcionamento, tornando-os analisáveis não apenas ao nível da interface,



mas também do código e das informações que ele contém² – e, por conseguinte, na própria ideia, apresentada por Ramsay de modo beligerante, de ser necessário *fazer* algo para que eles possam ser estudados. O que é necessário teorizar, e que Ramsay não faz, é o que significa a conversão operacional dos conceitos históricos, que encontra sua principal expressão nas ferramentas computacionais de análise.

Existem muitos outros aspectos que poderia destacar no artigo de Eric Brasil, cuja trajetória no ensino e na pesquisa de humanidades digitais tem transformado num dos principais atores do debate – e uma das pessoas a fazer a ligação entre o que é *próprio da história* e o que é *próprio da computação*. Uma das questões levantadas – e que seria interessante conhecer mais sobre a opinião do autor – é a relação entre transparência, metodologia e disponibilidade dos códigos, o que o autor sugere no artigo deveria ser de praxe em projetos, como a HDB, realizados com financiamento público. O problema mostra uma dimensão bastante concreta da relação entre história digital e história pública, não no sentido de construir uma *história pública digital*, no dizer de Serge Noiret, mas de uma *história digital pública*, isto é, uma história digital que atende, do início ao fim, o princípio da transparência e da responsabilidade. Mesmo assim, quis aprofundar a dimensão destacada aqui, pois é, ainda, a natureza da história digital e seus impactos sobre a historiografia que estão em debate. O artigo de Eric Brasil, na minha leitura, apresenta um avanço significativo na proposição de questões e ferramentas para a resolução desse impasse.

Referências

BOD, Rens. **A New History of the Humanities: The Search for Principles and Patterns from the Antiquity to the Present**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BRASIL, Eric. *pyHDB - ferramenta heurística para a Hemeroteca Digital Brasileira: utilizando técnicas de web scraping para a pesquisa em história*. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 15, n. 40, p. 185-216, 2022.

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo F. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e o uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 202-219, 2020.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 56-108.

D'IGNAZIO, Catherine; KLEIN, Lauren F. **Data Feminism**. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2020.

² Para além das discussões sobre *small data* ou *thick data*, uma boa apreciação dos desafios e das novas formas de conduta com conjuntos diversos de dados é oferecida por Catherine D'Ignazio e Lauren F. Klein (2020).



- DA, Nan Z. The Computational Case against Computational Literary Studies. **Critical Inquiry**, Chicago, v. 45, n. 3, p. 601-639, 2019.
- DASTON, Lorraine; GALISON, Peter. **Objectivity**. New York: Zone Books, 2007.
- EMERSON, Lori. **Reading Writing Interfaces: From the Digital to the Bookbound**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014.
- FICKERS, Andreas; CLAVERT, Frédéric. On pyramids, prisms, and scalable reading. **Journal of Digital History**, jdH0001, <https://journalofdigitalhistory.org/en/article/jXupS3QAeNgb>.
- FURET, François. O quantitativo em história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). **Fazer história: novos problemas**. Amadora: Livraria Bertrand, 1977. p. 73-91.
- GALLOWAY, Alexander. **The Interface Effect**. Cambridge: Polity Press, 2012.
- GOLD, Matthew K. (ed.). **Debates in the Digital Humanities**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2012.
- GRENDI, Edoardo. Micro analisi e storia sociale. **Quaderni storici**, Bologna, v. 35, n. 2, p. 506-520, 1977.
- GULDI, Jo; ARMITAGE, David. **Manifesto pela história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- HALPERN, Orit. **Beautiful Data: A History of Vision and Reason since 1945**. Durham: Duke University Press, 2014.
- LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. p. 535-549.
- LUCCHESI, Anita. **Digital History e Storiografia digitale: estudo comparado sobre a escrita da história no tempo presente (2001-2011)**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Comparada/UFRJ, 2014, dissertação de mestrado.
- MINUTI, Rolando. Internet e il mestieri di storico. Riflessione sulle incertezze di una mutazione. **Cromohs**, vol. 6, 2001, s/página, disponível em <https://web.archive.org/web/20180421151233/http://www.fupress.net/index.php/cromohs/issue/view/1097>
- RAMSAY, Stephen. On Building. In: TERRAS, Melissa; NYHAM, Julianne; VANHOUTTE, Edward (ed.). **Defining Digital Humanities: A Reader**. Farnham: Ashgate, 2013. p. 242-244.
- RODRIGUES, Lidiane; MUDROVICIC, María Inés; AVELAR, Alexandre de Sá. Rebeldia disciplinada?. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 14, n. 36, p. 25-44, 2021.
- SCHEINFELDT, Tom. Sunset for Ideology, Sunrise for Methodology. In: GOLD, Matthew K. (ed.). **Debates in the Digital Humanities**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2012. p. 124-126.
- TERRAS, Melissa; NYHAM, Julianne; VANHOUTTE, Edward (ed.). **Defining Digital Humanities: A Reader**. Farnham: Ashgate, 2013.

Informações adicionais

Biografia profissional

Pedro Telles da Silveira é professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É autor de livros e artigos na área de Teoria da História e História da Historiografia, com especial ênfase na escrita da história no período moderno e na relação entre a escrita da história e as tecnologias digitais. É pesquisador do LUPPA: Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado e desenvolve atualmente pesquisa sobre a relação entre tecnologias de imagem e o problema da evidência da história com ênfase nos campos do patrimônio e dos direitos humanos.

Endereço para correspondência

Departamento de História/UFRGS, Avenida Borges de Medeiros, 9500, Prédio 4331, sala 106, Porto Alegre/RS, CEP 91509-900, Brasil.

Financiamento

Não se aplica.



Conflito de interesse

Nenhum conflito de interesse foi informado.

Aprovação no comitê de ética

Não se aplica.

Preprint

O parecer não é um preprint.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Não se aplica.

Direitos autorais

Copyright © 2022 Pedro Telles da Silveira.

Licença

Este é um parecer distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribución 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





Lista de pareceristas LP

Referees (R)





Pareceristas de 2022

Referees of 2022

■ Aline Magalhães, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. ■ Allan Kardec Pereira, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. ■ Anderson Zaleski Vargas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. ■ André da Silva Ramos, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. ■ Arthur Lima de Avila, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. ■ Aurelia Valero Pie, Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, México. ■ Breno Ferraz Ferreira, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil. ■ Breno Battistin Sebastiani, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. ■ Caio Souto, Universidade do Estado do Amapá, Macapá, AP, Brasil. ■ Camila Condilo, Universidade de Brasília, Brasília, BSB, Brasil. ■ Carlos Oiti, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil. ■ Carlos Aguirre, University of Oregon, Estados Unidos da América. ■ Carlos Augusto de Castro Bastos, Universidade Federal do Amapá, Macapá, AP, Brasil. ■ Clovis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, Brasil. ■ Dalton Lopes Martins, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil. ■ Dalton Sanches, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil. ■ Daniel Pinha Silva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. ■ Douglas Attila Marcelino, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. ■ Eduardo Miranda Silva, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. ■ Estevão Chaves de Rezende Martins, Universidade de Brasília, Brasília, BSB, Brasil. ■ Eugenia Gay, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. ■ Evandro Santos, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil. ■ Fabiana Fredrigo, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil. ■ Fabrice Schurmans, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. ■ Felipe Charbel, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. ■ Fernando Nicolazzi, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. ■ Francisco Gouvea de Sousa, Universidade



Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil. ■ Guilherme Mautone, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. ■ Guilherme Pereira das Neves, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. ■ Gustavo Pereira, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal. ■ Hallhane Machado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil. ■ Henrique Pinheiro Costa Gaio, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil. ■ Isabel Araújo Branco, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal. ■ Jean Pierre Chauvin, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. ■ Jeanne Marie Gagnebin, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil. ■ Jo Klanovicz, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Santa Cruz, PR, Brasil. ■ John Fletcher Couston Junior, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil. ■ Juliana Bastos Marques, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. ■ Juliano José de Araújo, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, RO, Brasil. ■ Leandro Antonio de Almeida, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, BA, Brasil. ■ Lorena Lopes da Costa, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, PA, Brasil. ■ Lorenna Ribeiro Zem El-Dine, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. ■ Lucia Maria Bastos Pereira das Neves, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. ■ Luciana Amormino Fonseca, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. ■ Luciana Fernandes Boeira, Escola Estadual Odila Gay da Fonseca, Porto Alegre, RS, Brasil. ■ Luciano Magela Roza, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil. ■ Luis Fernando Tosta Barbatto, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil. ■ Luiz Alexandre Kosteczka, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. ■ Luiz César de Sá Júnior, Universidade de Brasília, Brasília, BSB, Brasil. ■ Manuel Muanza, Universidade do Porto, Porto, Portugal. ■ Marcela Rivera Hutinel, Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educacion, Chile. ■ Marcello Assunção, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, PR, Brasil. ■ Marcelo Balaban, Universidade de Brasília, Brasília, BSB, Brasil. ■ Marcelo Pen, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. ■ Marcelo Durão Rodrigues da Cunha, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil. ■ Mariana de Moraes Silveira, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. ■ Matilde Escobar, Universidad Nacional de San Juan, San Juan, Argentina. ■ Mauro Franco Neto, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil. ■ Naiara Santos Damas Ribeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. ■ Nataliade Gortari, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, México. ■ Natanael de Freitas Silva, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. ■ Nathália Sanglard de Almeida Nogueira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. ■ Olga Pischchenko, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil. ■ Paloma Martinez Matias, Universidad de La Rioja, La Rioja, Espanha. ■ Patrícia Lânes Araújo de Souza, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. ■ Paula



Morgado Dias Lopes, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. ■ Pedro Telles da Silveira, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. ■ Rafael Araldi Vaz, Centro Universitário Facvest, Lages, SC, Brasil. ■ Rafael Morato Zanatto, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. ■ Rafael Vieira Menezes Carneiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Jaguaribe, CE, Brasil. ■ Raissa Brescia dos Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. ■ Roberta Veiga, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. ■ Rodrigo Bragio Bonaldo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. ■ Rodrigo Perez Oliveira, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil. ■ Rogério Rosa Rodrigues, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. ■ Sônia Meneses, Universidade Regional do Cariri, Pimenta, CE, Brasil. ■ Stefan Helgesson, Stockholm University, Suécia. ■ Stefan Rinke, Freie Universität Berlin, Berlim, Alemanha. ■ Thiago Vieira de Brito, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil. ■ Thiago Costa, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil. ■ Tiago Santos Almeida, Universidade de Brasília, Brasília, BSB, Brasil. ■ Victoria Fareld, Stockholm University, Suécia. ■ Vinicius Rosalvo de Oliveira, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal. ■ Walderez Ramalho, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil. ■ Walkiria Oliveira Silva, Universidade de Brasília, Brasília, BSB, Brasil.



Apoiadores

A

Backers (B)





Os apoiadores do nosso financiamento coletivo

Our crowdfunding backers

Estamos muito gratos pelo apoio de cada um de vocês que contribuíram para a manutenção da excelência da revista *História da Historiografia!* Vocês são parte importante dessa caminhada de sucesso da revista, muito obrigada!

■ Ana Costa ■ Arthur Alfaix Assis ■ Beatriz Vieira ■ Carlos Mauro Oliveira Jr. ■ Cecília Oliveira ■ Cleber Vinicius do Amaral Felipe ■ Cleide Maria Maciel de Melo ■ Dalton Sanches ■ Eduardo Holderle Peruzzo ■ Elvis Diana ■ Estevão de Rezende Martins ■ Fabrina Pinto ■ Fernando Nicolazzi ■ Gabriela Correa da Silva Goettems ■ Géssica Guimarães ■ Helio Cardoso ■ Ivan Ducatti ■ João Duarte ■ João Paulo Pimenta ■ João Rodolfo Munhoz Ohara ■ Josuel de Souza Ferreira ■ Lucia Maria Paschoal Guimarães ■ Luís Filipe Silvério Lima ■ Luiz Costa Lima ■ Marcelo Jasmin ■ Maria Aparecida Mota ■ Maria da Glória Oliveira ■ Marlon Salomon ■ Mauro Franco Neto ■ Naiara Damas ■ Paulo de Tarso Costa ■ Paulo Menezes ■ Pedro Caldas ■ Pedro Eduardo Silva ■ Piero Detoni ■ Raquel Glezer ■ Regina Weber ■ René Gertz ■ Ricardo Alexandre Sousa ■ Vânia do Carmo Rocha ■ Walderez Ramalho.